



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

OLHARES E NARRATIVAS, DO MEIO AO REDOR
WALL KINTUN TV E A TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO CANAL TELEVISIVO DE POVOS
ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA

ESTELA ROCHA DE UNGARO

Foz do Iguaçu
2018



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-
AMERICANOS (PPG IELA)**

OLHARES E NARRATIVAS, DO MEIO AO REDOR
**WALL KINTUN TV E A TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO CANAL TELEVISIVO DE POVOS
ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA**

ESTELA ROCHA DE UNGARO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amato

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Andreu da Fonseca

Foz do Iguaçu
2018

ESTELA ROCHA DE UNGARO

OLHARES E NARRATIVAS, DO MEIO AO REDOR
WALL KINTUN TV E A TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO CANAL TELEVISIVO DE POVOS
ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amato
UNILA

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Silvia Andreu da Fonseca
UNILA

Prof. Dr. Andrea Ciacchi
UNILA

Profa. Dra. Leslie Sedrez Chaves
UFSC

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

U57

Ungaro, Estela Rocha de.

Olhares e narrativas, do meio ao redor: Wall Kintun TV e a trajetória do primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina / Estela Rocha de Ungaro. - Foz do Iguaçu - PR, 2018.
212 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu-PR, 2018.

Orientador: Laura Janaina Dias Amato.

Coorientador: Ana Silvia Andreu da Fonseca.

1. Meios de comunicação - Argentina. 2. Características nacionais. 3. Televisão - Estações. 4. Índios Mapuche. I. Amato, Laura Janaina Dias. II. Fonseca, Ana Silvia Andreu da. III. Universidade Federal da Integração Latino Americana. IV. Título.

CDU 316.774:654.1(82)

A meu avozinho João, contador de tantas histórias vividas, que partiu antes que eu encerrasse esse ciclo. O corpo foi, as memórias permanecem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi permeado e atravessado por tantas turbulências que o sentimento de gratidão já reverbera só de saber, ver e sentir que chegamos – eu e ele – até aqui. Com alguns arranhões, mas chegamos.

É até difícil descrever a sensação de perceber agora, no encerramento desse ciclo por tanto tempo tão solitário, que eu nunca estive sozinha ao longo desse processo. Nunca. É mesmo gratificante olhar pra todo o caminho percorrido até aqui e saber que tive, como tenho, ao meu redor, forças fundamentais para o prosseguimento dessa tarefa.

Em primeiro lugar agradeço com todo o meu coração à ancestralidade que se mostrou presente nesse caminho, da cordilheira fria às águas sonoras, sem fundo e sem fim. A ela meu amor, respeito e gratidão.

Em seguida, agradeço a Deolinda, Oscar e Salvador pela imprescindível contribuição neste trabalho. Sem suas narrativas, ele não existiria.

Gracias a toda a equipe do Wall Kintun pelo acolhimento e pela generosa recepção que tive na emissora todas as vezes em que estive presente. Foi uma honra vivenciar parte desse processo com vocês. Gracias Oscar pelo suporte e cuidado nos meus dias em Bariloche, pela paciência e pelos saberes compartilhados.

Maia Krajcirik, obrigada pela presença nessa jornada patagônica. Te agradeço muitíssimo pelo acolhimento, pelas conversas, pelas paisagens, pelas músicas no violão que me despertavam quase todas as manhãs – de Tool a Violeta Parra –, pelos amigos apresentados, pelas angústias e alegrias compartilhadas.

Juan e Nati, obrigada pelo espaço concedido durante minha passagem por Bariloche. Gastón, gracias pela contribuição com o espanhol na revisão das entrevistas. Melinè, gracias pela também contribuição na revisão e por cada conversa trocada e comidinha compartilhada nas tardes quentes de janeiro na Vila C.

Matias, obrigada pelas conversas que inspiraram o nascimento desse trabalho quando nossos caminhos se cruzaram num hostel em Santiago. Obrigada ainda pelas contribuições posteriores com textos, contatos e ajudas em momentos de sufoco. Já faz um tempo, mas eu não me esqueço.

Kira, obrigada por me apresentar a UNILA – talvez tenha sido aí que tudo começou. Átila, agradeço demais pela hospedagem e por toda a troca durante o FOMERCO, em Salvador. Gabriel, obrigada pela oportunidade de vivenciar suas aulas e por possibilitar a troca com os estudantes do Costa e Silva.

Melba, maravilhosa, muitíssimo obrigada pelas revisões e traduções, pela presença em todos os momentos – dos leves e alegres aos tensos e tristes –, pela amizade, pelo suporte, pelo carinho.

Felipe, também parceiro de angústias e levezas, presente sempre com seu afeto e generosidade. Uma honra ter te conhecido nessa caminhada. Uma honra ser sua amiga. Obrigada.

Manu, te agradeço tanto pela sensibilidade, paciência e presença. Eu nunca vou me esquecer que se não fosse você, em alguns momentos da escrita desse trabalho eu sequer me alimentaria. Você foi um presente nesse trajeto.

Galdino, gracias demais por cada troca de ideia e preocupação ao longo desse processo, além de todas as vezes que você pacientemente me salvou com esses computadores da vida.

Taty, agradeço de coração pelo seu carinho, generosidade e acolhida quando eu precisei. Seu coração é imenso e bonito.

Mirian Carla, que bom a que a gente se encontrou.

Tomaz, te admiro tanto. Sou muito grata pela parceria, inspiração e estímulo.

Willian, chegou chegando na reta final. Muitíssimo obrigada mesmo pelo cuidado, suporte, afeto, conselhos, carinho, e, claro, pelas comidinhas. Obrigada por toda a troca.

Thais, Paulinha, Ludmila, um trio mineiro desses, bicho. Meu coração chega transborda. Gracias pela amizade, gracias por cada vivência.

Além dos colegas de mestrado já mencionados aqui, gracias Karina, Daniel, Agustina, Mauricio, Rodrigo, Vanda, por tornarem a universidade um ambiente mais humano.

Mano Zeu, Kate, Gaston, Valentina, amigos que a fronteira me deu, gracias por serem parte dos afetos nessa caminhada.

Marília, Lígia, Sarah, obrigada pelo suporte essencial quando (mais uma vez) tudo parecia desmoronar. Não desmoronou. Estamos vivas.

Aline, Fer, Pedro, Brendo, Nelson, gracias pela amizade mesmo. Sem os afetos não há caminhada.

Minha mãe, Eva Rocha, pra você qualquer agradecimento escrito, falado ou materializado sempre será muito pouco. Mesmo assim: obrigada. Por tudo. Em todas as esferas.

A todos que me prestaram apoio no episódio do roubo dos meus pertences pessoais e de trabalho em Buenos Aires durante a volta de Bariloche, agradeço aqui, mas sei que é pouco. Minha tia Silvania que providenciou meu retorno pra casa, Diana que me resgatou na delegacia e me acolheu generosamente em sua casa, muitos amigos já mencionados aqui, outros que ainda não (mas que estão em minha memória, com muito carinho), minha família que esteve presente na preocupação e no suporte, e mais um tanto de gente que eu sequer conheço mas que ainda assim entrou em contato comigo pra me oferecer ajuda. Vocês são muitos, e isso é o que acalenta. Sou mesmo extremamente grata a cada um.

Obrigada Newton pela paciência e por ser tão cuidadoso com seu trabalho.

Obrigada Andrea Ciacchi e Ana Fonseca, também coorientadora, pelas contribuições certeiras no exame de qualificação.

Obrigada Laura Amato especialmente pelo suporte e coordenadas iniciais no processo de orientação.

Por fim, agradeço ao Programa de Demanda Social - UNILA pela contribuição financeira através de uma bolsa de estudos para a realização desta pesquisa. Agradeço também Vanessa Nascimento e a Uneafro Brasil pelo auxílio financeiro nos meses finais da dissertação através da Política de Permanência Preta na Universidade, após o término da bolsa concedida pela Unila.

Obrigada. Gracias.

*Toda tomada de poder é também uma aquisição de
palavra.*

Pierre Clastres

RESUMO

Wall Kintun, expressão traduzida do mapuzungun para o espanhol como “mirar alrededor” ou “buscar alrededor”, é também o termo utilizado para nomear o primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina, inaugurado em dezembro de 2012 na cidade de San Carlos de Bariloche. A emissora teve sua implementação ancorada na Lei 26.522/09 de Serviços de Comunicação Audiovisual (LSCA), também conhecida como Lei de Meios, e sua titular legal desde então é a comunidade mapuche Lof Che Buenuleo. A fim de compreender as dinâmicas que compõem a trajetória, a implementação e a realização do *Wall Kintun* a partir das perspectivas e narrativas de três de seus atuais integrantes mapuche, a presente pesquisa, fundamentada na história oral enquanto método (Meihy, 2005), buscou evidenciar aspectos de seu contínuo processo de construção através dos relatos dos colaboradores supracitados. Partindo de suas narrativas acerca de cada experiência vivencial relatada em torno da conformação do *Wall Kintun*, foi possível discutir três pontos principais evidenciados como intrínsecos à história da emissora: as relações de comunicação, identidade e território no contexto de sua construção; o processo de implementação do canal e os impactos da perspectiva *winka* em sua conformação revelados nas relações entre seus integrantes mapuche e o Estado argentino; e, por fim, a urgência de se falar com a própria voz tal qual a emergência de ser escutado presentes na importância da existência de um canal de televisão próprio tanto quanto em seu próprio processo de construção.

Palavras-chave: *Wall Kintun*. Mapuche. LSCA. Argentina. Meios de comunicação.

RESUMEN

Wall Kintun, expresión traducida del mapuzungun al español como “mirar alrededor” o “buscar alrededor”, fue el término utilizado para nombrar al primer canal televisivo de pueblos originarios en Argentina, inaugurado en diciembre de 2012 en la ciudad de San Carlos de Bariloche. La implementación de la emisora estuvo amparada bajo la Ley 26.522/09 de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA), también conocida como Ley de Medios, y su titular legal desde entonces es la comunidad mapuche Lof Che Buenuleo. La presente investigación busca comprender las dinámicas que componen la trayectoria, la implementación y el funcionamiento de Wall Kintun a partir de las perspectivas y narrativas de tres de sus actuales integrantes mapuche, por lo que está fundamentada en la historia oral como método (Meihy, 2005). Partiendo de las narrativas de los colaboradores mapuche antes citados acerca de cada experiencia vivencial relatada al rededor de la conformación de Wall Kintun, fue posible discutir tres puntos principales evidenciados como intrínsecos a la historia de la emisora: las relaciones de comunicación, identidad y territorio en el contexto de su construcción; el proceso de implementación del canal y los impactos de la perspectiva *winka* en su conformación revelados en las relaciones entre sus integrantes mapuche y el Estado argentino; y, finalmente, la urgencia de expresarse con una voz propia, así como la emergencia de ser escuchado, presentes en la importancia de la existencia de un canal de televisión propio tanto como en su propio proceso de construcción.

Palabras clave: Wall Kintun. Mapuche. LSCA. Argentina. Medios de comunicación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Logotipo Wall Kintun.....	24
Figura 2 – Abertura do programa <i>Muley Zungu</i> – versão atual.....	26
Figura 3 – Divulgação Ciclo de Cine Indígena.....	27
Figura 4 – Abertura do programa <i>Nutramkan – La conversación Mapuche</i>	28
Figura 5 – Mapa Pueblos Naciones Originarias en la Actualidad.....	30
Figura 6 – Mapa de Wallmapu.....	32

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Foto 1** – Sede do Wall Kintun – Centro Administrativo Provincial de Rio Negro.....26
- Foto 2** – Comunidade mapuche Buenuleo.....36
- Foto 3** – Escola e posto de saúde – Comunidade mapuche Buenuleo.....38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População originária por etnia na província de Rio Negro (2010).....31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFSCA	Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual
AIDIC	Asociación Iberoamericana de Derecho de la Información y de la Comunicación
AMARC ALC	Asociación Mundial de Radios Comunitarias – America Latina y Caribe
APN	Administración de Parques Nacionales
ARUNA	Asociación de Radiodifusoras Universitarias Nacionales Argentinas
BACUA	Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentino
CCAIA	Coordinadora de Comunicación Audiovisual Indígena Argentina
CNC	Comisión Nacional de Comunicaciones
CODECI	Consejo de Desarrollo de Comunidades Indígenas
COMFER	Comité Federal de Radiodifusión
ENACOM	Ente Nacional de Comunicaciones
ENOTPO	Encuentro Nacional de Organizaciones Territoriales de Pueblos Originarios
FOMECA	Fondo de Fomento Concursable para Medios de Comunicación Audiovisual
INAI	Instituto de Asuntos Indígenas
INCAA	Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales
LSCA	Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual
MICA	Mercado de Industrias Culturales de Argentina
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização pela Segurança e Cooperação na Europa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÕES.....	23
1.1 DA LSCA AO WALL KINTUN.....	23
1.1.1 Por uma radiodifusão democrática: os 21 pontos.....	28
1.1.2 “Comunicación con Identidad”.....	30
1.1.3 Wall Kintun.....	32
1.2 POVOS ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA.....	37
1.2.1 Os Mapuche.....	39
1.2.2 Comunidade mapuche Lof Che Buenuleo.....	43
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	47
2.1 DINÂMICAS SIMBÓLICAS E MATERIAIS DE PERTENCIMENTO.....	47
2.2 PERSPECTIVAS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS – TERRITÓRIOS DE PODER.....	51
2.3 DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	55
2.3.1 Da oralidade à escrita.....	55
2.3.2 Transcrição, tradução e equívoco.....	57
2.3.3 Realização das entrevistas.....	58
3 RELATOS.....	60
3.1 DEOLINDA BUENULEO.....	61
3.2 SALVADOR BUENULEO.....	81
3.3 OSCAR MORENO.....	95
4 DO MEIO AO REDOR – MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS.....	145
4.1 RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO WALL KINTUN.....	146
4.1.1 Difusão de memórias e transmissão de saberes.....	146
4.1.2 Identidade mapuche.....	153
4.1.3 Território ancestral.....	159

4.2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EMISSORA E A RELAÇÃO MAPUCHE - WINKA.....	162
4.2.1 Período de instabilidade.....	163
4.2.1.1 Esvaziamento – Un canal de televisión sin cámaras.....	168
4.2.1.2 Exclusão – No sabíamos como hacerlo andar (pero podíamos aprender)..	171
4.2.1.3 Reivindicações – Nosotros somos sujetos de derecho.....	176
4.2.2 Processo de estabilização.....	180
4.2.2.1 Colaboração – Cuando empiezan a prestarnos atención.....	180
4.2.2.2 Reconstrução – Volvimos a respirar de vuelta.....	182
4.3 AVKIN – NOSOTROS SI TENEMOS VOZ.....	187
4.3.1 Outras histórias, nossas histórias.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS.....	199
APÊNDICES.....	20
4	
APÊNDICE A – GLOSSÁRIO.....	205
APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS.....	206
ANEXOS.....	209
ANEXO A – VÍDEOS WALL KINTUN TV.....	210
ANEXO B – ACUERDO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E CLARO.....	211

INTRODUÇÃO

Diante da difícil tarefa de apresentar um único ponto de partida para a presente pesquisa, começo por mim, mas não só. Não só, porque há antes da autora todo um universo simbólico e material que a conforma. Não só, porque nada se inicia nem se encerra no indivíduo, menos este trabalho, cujas colaborações, existências e resistências coletivas que o compõem foram essenciais pra que ele nascesse.

Para contextualizar em quais circunstâncias o embrião desta pesquisa começou a ser gerado, posso traçar um início partindo de meados de 2013, quando eu trabalhava na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e, inserida em um espaço onde por muito tempo sonhei estar – uma empresa pública de comunicação –, tive conhecimento pela primeira vez sobre as mudanças nas regulamentações comunicacionais que vinham acontecendo em vários países da América Latina e que trouxeram à tona o problema da concentração dos meios de comunicação na região¹. Entre esses países, estava a Argentina, com a Lei 26.522 de Serviços de Comunicação Audiovisual – também conhecida como “Lei de Meios”, ou “Ley de Medios” –, doravante LSCA, aprovada pelo seu congresso em outubro de 2009.

Ao me debruçar sobre tal regulamentação enquanto referência para os coletivos e movimentos sociais que passei a acompanhar na época, atuantes em ações e discussões em torno do direito à comunicação no Brasil², cheguei ao artigo 151 da LSCA que autoriza aos povos originários na Argentina a “instalación y funcionamiento de servicios de comunicación audiovisual por radiodifusión sonora con amplitud modulada (AM) y modulación de frecuencia (FM) así como de radiodifusión televisiva abierta” (Argentina, 2010, p. 70). Saber que a

¹ Como por exemplo a Ley Resorte de 2004, na Venezuela, e a Ley Orgánica de Comunicación de 2013, no Equador. Martin Becerra trata das mudanças através de intervenções estatais em diversos sistemas de comunicação na América Latina, caracterizados pela concentração, centralização, conglomeração, no capítulo “América Latina a contramano: poder mediático y regulaciones” (Becerra, 2015b).

² Especialmente o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), organizador do 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação do qual pude participar como ouvinte em abril de 2015 na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, e do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, organização formada por ativistas e profissionais da área, que trabalha em ações em todo o Brasil pela comunicação enquanto um direito humano.

regulamentação argentina autorizava a implementação de meios de comunicação de rádio e televisão próprios para os povos indígenas no país me instigou a investigar se havia naquele momento – ano de 2015, seis anos após a aprovação da LSCA – algum canal de televisão dessa característica em funcionamento. E foi assim que cheguei ao Wall Kintun.

Soube, então, que a emissora tinha como sua titular legal a comunidade mapuche³ Lof Che Buenuleo, e que, inaugurado em dezembro de 2012 em San Carlos de Bariloche, cidade localizada na província de Río Negro, norte da Patagônia argentina, o Wall Kintun – cuja tradução da expressão que o denomina, do mapuzungun (língua mapuche) para o espanhol, é “mirar alrededor” ou “buscar alrededor” – era o primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina.

Num primeiro momento, ainda que já se passassem quase três anos desde a sua inauguração, as informações encontradas em mídias públicas argentinas e latino-americanas⁴ a respeito do canal limitavam-se ao seu lançamento, tratando em tom de celebração de seu pioneirismo enquanto emissora televisiva de povos originários no país e enfatizando sua relação com a LSCA. Além disso, elas datavam, em geral, somente da época de lançamento do Wall Kintun.

Um pouco mais adiante nas pesquisas, encontrei um contraponto, dessa vez em blogs e mídias locais e privadas⁵, que apontava para dificuldades na consolidação do canal. Estas notícias, por sua vez, eram em geral do final de 2013, um ano após seu lançamento público oficial.

Dada a limitação de dados e informações a respeito do Wall Kintun com a qual me deparei, além da contraposição entre a celebração de sua inauguração e, um ano depois, as notícias sobre sua desestabilização, me pareceu imprescindível buscar um aprofundamento para a compreensão de como andava sua implementação e realização. Ir além do que dizia o papel no plano legislativo se fez urgente para compreender, no plano material, de que maneira se aplicavam as

³ Conforme indicação da Convenção para grafia dos nomes tribais (CGNT), ao longo deste trabalho será utilizado “mapuche”, com inicial em letra minúscula e no singular, para o uso adjetival, e “Mapuche”, com inicial em letra maiúscula, para nomear o povo ao qual me refiro.

⁴ Em especial as argentinas *Télam* e *TV Pública*, e a multi-estatal sediada na Venezuela, *TeleSur*.

⁵ Como a página oficial da CLACPI (Cordinadora Latinoamericana de Cine y Comunicación de los Pueblos Indígenas), o blog Comunicación Ambiental, o jornal Diario Río Negro, e o canal Todo Noticias, pertencente ao Grupo Clarín.

palavras ali presentes. Assim, ainda mais urgente era, então, buscar escutar as palavras ali ausentes.

Desde que iniciei o desenvolvimento da presente pesquisa, quando me perguntam sobre o que ela se trata, minha resposta é: sobre a trajetória de um canal de televisão mapuche na Argentina sob a perspectiva de seus integrantes. Isso porque escolhi compreender seu processo de implementação e realização partindo das narrativas daqueles que vivenciam e integram sua história a partir de um lugar distante – se não oposto – da ocupação de cargos estatais ou espaços privilegiados em meios de comunicação de grande alcance.

Assim, utilizando a história oral como método conforme proposto por Meihy (2005), busquei traçar neste trabalho de cunho narrativo uma “outra história” (Meihy, 2005) em torno do processo de implementação e realização do Wall Kintun, com a colaboração de três de seus integrantes, quais sejam: Deolinda Buenuelo, diretora e apresentadora do canal e *werken* (porta-voz) da comunidade mapuche Buenuleo; seu pai Salvador Buenuleo, *inalonko* (segundo “líder”, sucessor do lonko) da comunidade; e Oscar Moreno, produtor e apresentador do Wall Kintun e comunicador mapuche cuja trajetória profissional antecede sua participação na emissora.

É importante dizer que passaram pelo canal também, especialmente em seus meses iniciais, outros integrantes⁶ que formam parte de sua história. Alguns deles representavam o Estado argentino, outros integravam a cooperativa Coordinadora de Comunicación Audiovisual Indígena de Argentina (CCAIA), e outros eram jovens mapuche sem relação direta com as entidades supracitadas ou com a comunidade titular da emissora, contratados em determinado momento para trabalhar na equipe. Todos eles são citados nas narrativas que conformam este trabalho e claramente têm sua importância e seu lugar na trajetória do Wall Kintun. No entanto, a fim de estabelecer um recorte para a presente pesquisa com integrantes que permanecem na emissora atualmente desde pelo menos 2013, e atravessam, assim, a maior parte de sua história, bem como tendo como prioridade as narrativas de membros de sua equipe que conformam também a comunidade

⁶ Conforme explicaremos no subitem “2.3.3 – Realização das entrevistas”, as identidades dos integrantes citados foram substituídas por nomes fictícios.

titular do canal, a escolha foi ter como foco as perspectivas de Deolinda, Salvador e Oscar como principais colaboradoras deste trabalho.

Desse modo, a fim de realizar o registro da experiência vivencial (Meihy, 2005) dos colaboradores supracitados em torno do processo de implementação do canal abordado pelo presente trabalho, e considerando a “interação entre meio social e indivíduo” (Meihy, 2005, p. 73), este estudo teve, então, como objetivo geral, a compreensão do processo de construção e realização do Wall Kintun a partir das perspectivas de seus atuais membros mapuche que participaram da implementação da emissora e permanecem ativamente na administração e condução do canal. Partindo de suas narrativas, buscamos traçar a trajetória do Wall Kintun com a finalidade de compreender a relação desenvolvida entre o Estado e os mapuche nesse processo assim como de que maneira ela se deu e em que medida interferiu e contribuiu na constituição do primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina. Foram imprescindivelmente considerados na composição deste trabalho, ainda, tal qual como base para a compreensão da própria história traçada acerca da emissora, elementos evidenciados como significativos nas narrativas que compõem a presente pesquisa.

Antes de passarmos à explicação sobre a composição de cada capítulo desta pesquisa, vale salientar ainda que, embora as narrativas aqui presentes sejam, evidentemente, componentes essenciais para a sua composição, pisar em *Puelmapu* (Argentina) para vivenciar por quase um mês o cotidiano do Wall Kintun com seus integrantes teve, sem dúvida alguma, contribuição importantíssima para a minha compreensão acerca do processo e do contexto estudados.

Da mesma forma, contribuíram também experiências aparentemente triviais, como viver diariamente o frio patagônico de San Carlos de Bariloche em pleno mês de outubro, rodeada de viajantes vindos de diversas partes do mundo em geral com olhos voltados exclusivamente para o turismo da cidade, e aquelas inevitavelmente provocativas e transformadoras, como: viver a experiência do Kultrunazo, “una vigilia de kontra festejo, a 525 años de la invasión española y por el cese de la represión en las comunidades mapuce de Wajmapu”⁷ [sic], realizado na

⁷ Trecho extraído do texto de divulgação do “Kultrunazo” na página no Facebook da rádio online “No es lo que parece”, localizada em Neuquén, que entrevistou um dos organizadores da vigília.

Plaza Los Pañuelos⁸; ser questionada cotidianamente pelos pixos na cidade que perguntavam onde estava Santiago Maldonado⁹; conhecer a história da comunidade mapuche Ranquehue através dos relatos de sua *werken*, Marta; e, evidentemente, visitar a comunidade Buenuleo no Cerro Ventana guiada por Deolinda nos caminhos e nas histórias de sua família e território.

Outro acontecimento que certamente interferiu nos rumos desta pesquisa foi o roubo que sofri na cidade de Buenos Aires quando voltava de minha primeira viagem a Bariloche, em dezembro de 2016. No ocorrido, perdi itens pessoais, mas também equipamentos, materiais e documentos que vinham sendo utilizados neste trabalho. Ainda hoje não é tão simples medir os impactos desse fato nessa pesquisa, mas falo com segurança sobre as perdas materiais e financeiras, o prejuízo quanto ao tempo, e, inevitavelmente, o desgaste emocional com esse ponto de virada repentino e turbulento. Passar por esse episódio com já pelo menos um ano de trabalho, além da vulnerabilidade econômica agravada com o acontecimento, e, além disso, escolher seguir nessas condições, é também parte relevante deste trabalho e merecia, no mínimo, um parágrafo que a marcasse nessa história.

Sigamos então, e voltemos às páginas escritas que aqui estão.

O primeiro capítulo, intitulado “Contextualização e apresentações”, está organizado em duas partes. Na primeira, “Da LSCA ao Wall Kintun”, tracei um histórico legislativo do setor de radiodifusão argentino partindo da elaboração coletiva da LSCA, tratada especialmente no subitem “Por uma radiodifusão democrática: os 21 pontos”, passando pela construção da proposta de uma “Comunicación con Identidad” por comunicadores indígenas, e finalizando com a apresentação e descrição do Wall Kintun. Na segunda parte, “Povos Originários na Argentina”, após introduzir e apresentar o contexto geral dos povos indígenas no país, sigo com a apresentação do povo Mapuche e suas perspectivas políticas,

⁸ Praça do Centro Cívico de Bariloche, conhecida como Plaza Los Pañuelos, nome que faz referência aos lenços brancos, símbolo das Abuelas y Madres de Plaza de Mayo, pintados por todo o chão da praça. Há cerca de 20 anos é realizada tradicionalmente a “Pintada de Pañuelos” na praça como uma iniciativa popular. Em seu centro há também um monumento que homenageia Julio Argentino Roca que liderou a “Conquista del Desierto” responsável pelo genocídio indígena na região no final do século XIX.

⁹ Desaparecido no dia primeiro de agosto de 2017 após repressão policial pela Gendarmería Nacional na comunidade mapuche Pu Lof en Resistencia, em Cushamen. Seu corpo foi encontrado no dia 17 outubro de 2017.

culturais e territoriais, para em seguida, situar e apresentar a comunidade mapuche Lof Che Buenuleo, titular legal do Wall Kintun.

O segundo capítulo, “Perspectivas teóricas e metodológicas”, traz os aportes teóricos e metodológicos da pesquisa, além da explicação sobre a realização das entrevistas para este trabalho. Ele se organiza pelos itens “Dinâmicas simbólicas e materiais de pertencimento”, “Perspectivas, narrativas e memórias – territórios de poder”, e “Diretrizes teórico-metodológicas” – este último composto pelos subitens “Da oralidade à escrita”, “Transcrição, tradução e equívoco”, e “Realização das entrevistas”.

O terceiro capítulo, “Relatos”, incorpora ao trabalho os relatos dos três colaboradores da pesquisa, e se divide a partir da narrativa de cada um deles. Assim, cada subitem leva o nome do colaborador narrador do relato ali presente.

O quarto e último capítulo, “Do meio ao redor – Memórias, trajetórias e perspectivas”, se organiza a partir dos temas que se mostraram cruciais nos processos relatados. A primeira parte, “Relações de comunicação, identidade e território no contexto do Wall Kintun”, está dividida nos três subitens “Difusão de memórias e transmissão de saberes”, “Identidade mapuche” e “Território ancestral”. A segunda, “Processo de construção da emissora e a relação mapuche – *winka*”, traça a trajetória do canal conforme seus períodos de *instabilidade* e *estabilização*, que conformam, respectivamente, os subitens “Período de instabilidade” e “Processo de estabilização”. A terceira parte do capítulo, “*Avkin*¹⁰ – Nosotros si tenemos voz”, traz a relevância do Wall Kintun enquanto meio de comunicação social próprio possibilitador da amplificação de vozes existentes e preexistentes em *Wallmapu*.

Através das perspectivas teóricas que aportam este trabalho, buscamos vislumbrar caminhos em torno da constituição das memórias e narrativas enquanto permeadas por relações de poder, sem perder de vista suas conexões com os espaços habitados e vividos pelos sujeitos. Assim, Boaventura de Sousa Santos (2009) colabora para a compreensão da distinção hierárquica e antagônica entre mundos no pensamento moderno ocidental, e Michel Foucault (1979), Pierre Clastres (2014), Nilson Alves de Moraes (2005) e Jô Gondar (2005) acrescentam com suas perspectivas acerca da dimensão de poder na constituição das memórias

¹⁰ Termo que significa “voz” em mapuzungun. .

e narrativas na sociedade. Com Maurice Halbwachs (1990) abarcamos a relação inerente entre o espaço e a memória, assim como com Milton Santos (2008) e Sergio Mendizábal (2007 *apud* Sosa Velázquez, 2012) traçamos compreensões em torno dos vínculos entre o sujeito e o território.

Partindo das narrativas acerca de cada experiência vivencial que compõe este trabalho, pudemos vislumbrar as relações entre a comunicação, a identidade e o território nos processos de disputas narrativas e representativas oriundas de uma história que antecede o Wall Kintun, mas que, necessariamente, o abarca. Desse modo, a trajetória da emissora reflete, simultaneamente, a estreita relação entre sua própria história e as histórias de vida dos sujeitos que a integram, e as dinâmicas políticas e históricas de poder entre o Estado argentino e o povo Mapuche.

Assim, as perspectivas incorporadas a este trabalho nos estimulam a nos voltarmos a pontos de vista que trazem consigo as ancestralidades da memória mapuche, mas também reflexos das próprias dinâmicas simbólicas e materiais, que se estabelecem nos processos políticos, étnicos e sociais, tanto históricas quanto do tempo presente.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÕES

O presente capítulo se organiza em duas partes a saber: Na primeira, traço um histórico legislativo da comunicação audiovisual no contexto argentino a partir do cenário em que se construiu a LSCA, período de forte concentração mercadológica no setor de radiodifusão na Argentina cuja regulamentação em vigor era o Decreto-Lei 22.285 de 1980. Em seguida, após delinear o processo de elaboração coletiva da nova regulamentação, descrevo o desenvolvimento da articulação entre comunicadores indígenas para a inserção de pontos que os contemplassem especificamente na lei, entre os quais está o artigo 151, a partir do qual foi criado o primeiro canal televisivo de povos originários no país, o Wall Kintun.

Ao final dessa primeira parte apresento a emissora através da descrição de suas atividades e da conformação de sua programação, bem como do breve histórico de sua inauguração e realização até a conclusão da presente pesquisa. Na segunda parte do capítulo, inicialmente caracterizo e aponto de maneira introdutória a presença dos povos originários na Argentina, posteriormente sigo com a apresentação do povo Mapuche, assim como de suas maneiras próprias de organização política, cultural e territorial no mundo, discutindo, a partir destas, sua maneira de compreendê-lo. Por fim, situo e apresento a comunidade mapuche Lof Che Buenuleo, titular legal do Wall Kintun.

1.1 DA LSCA AO WALL KINTUN

Até a data da aprovação da LSCA em outubro de 2009 pelo congresso argentino, a legislação vigente responsável por regulamentar o sistema de radiodifusão no país era o Decreto-Lei 22.285, aprovado durante o governo ditatorial de Jorge Rafael Videla em 1980. Caracterizada por configurar os meios de rádio e televisão como bens comerciais sob controle do Estado, a regulamentação

sofreu modificações parciais a partir de 1989 na gestão de Carlos Menem e ao longo de seus anos de vigência nos governos constitucionais posteriores, que propiciaram o fortalecimento da concentração mercadológica dos meios por pelo menos duas décadas (BECERRA, 2015a; 2015b; CÓRDOBA, 2011).

A partir desse decreto foi estruturado, então, um sistema midiático vigorosamente voltado para o mercado e inserido em um cenário de caráter oligopólico, ainda que sob controle do Estado. Isso significa que, através da lei, foi fortalecido o poder de grandes grupos empresariais sobre os meios de comunicação, entre os quais estão como principais beneficiados por tal estrutura mercadológica os grupos Clarín e Telefónica. De acordo com Becerra (2015b, p.11), estes grupos influenciavam diretamente tanto na linha editorial quanto na administração das mídias:

A diferencia de otros países latinoamericanos, en Argentina este proceso asumió tempranamente características conglomeradas (De Miguel, 2013), es decir que tendió a la conformación de grupos que gestionan distintas actividades de comunicación (medios gráficos, medios audiovisuales, Internet) e incluso participan de otros negocios y esferas de la economía, lo que impacta luego en la línea editorial y en las modalidades de administración de las empresas periodísticas. (BECERRA, 2015b, p. 11)

Paralelamente ao fortalecimento dos grandes grupos do setor, no entanto, a então legislação vigente sequer previa o acesso de organizações sem fins lucrativos a meios próprios de radiodifusão, reforçando, desse modo, a estrutura privatista do setor comunicacional no país. Tal conjuntura favoreceu explicitamente, portanto, a predominância de determinadas e poucas vozes nos meios de comunicação de massa em detrimento de todas as outras existentes no país.

Em decorrência destes fatores, bem como em reação a este cenário, no início dos anos 2000, a problematização e o debate em torno da concentração dos meios nas mãos de poucos e poderosos grupos se tornaram cada vez mais crescentes e ganhavam visibilidade. Foi assim que discussões promovidas por organizações da sociedade civil que reivindicavam o acesso democrático a licenças de rádio e televisão conquistaram seu espaço e culminaram no documento apresentado publicamente em agosto de 2004 – quando se completavam 21 anos do fim do período ditatorial na Argentina – intitulado “21 puntos básicos por el derecho a la comunicación”. Nele foram estabelecidos 21 pontos considerados

indispensáveis para a elaboração de uma nova lei de radiodifusão que substituísse a regulamentação oriunda da ditadura ainda vigente naquele momento. Exigia-se, ainda, que a nova norma garantisse o pluralismo comunicacional e colaborasse com o fortalecimento da democracia no país.

Simultaneamente a essas ações, a união daquelas mesmas organizações pela criação de uma legislação democrática de radiodifusão deu origem à *Coalición por una Radiodifusión Democrática* – atualmente denominada *Coalición por una Comunicación Democrática* –, formada por diversos grupos que constituíram, dessa forma, um coletivo multiorganizacional focado em uma só demanda comum a todos eles. Entre os grupos estavam rádios comunitárias, trabalhadores da comunicação organizados com seus sindicatos, acadêmicos especialistas da área, movimentos políticos atuantes em questões territoriais e de direitos humanos, funcionários de setores governamentais relacionados à comunicação social, além da *Asociación de Radiodifusoras Universitarias Nacionales Argentinas* (ARUNA) e da *Asociación Iberoamericana de Derecho de la Información y de la Comunicación* (AIDIC).

A possibilidade de se somar à *Coalición* estava aberta, então, aos grupos afetados pela necessidade da existência de um sistema de radiodifusão democrático na Argentina, dispostos a agir em conjunto pela construção de uma nova regulamentação para o setor, a fim de reverter sua lógica mercadológica de concentração para que se abrisse, assim, o acesso aos meios para as organizações sem fins lucrativos. A *Coalición* se constituiu, dessa forma, como um espaço aberto formado por organizações múltiplas que reivindicavam a comunicação prioritariamente como um direito humano, e foi caracterizada, portanto, como “una organización de organizaciones”¹¹, além de ser a primeira articulação deste tipo na América Latina (SEGURA, 2011 *apud* SEGURA, 2014).

Para Córdoba (2011), ao focar no Estado como interlocutor de suas demandas, a *Coalición* trouxe para suas ações um caráter propositivo fundamental para que se abrisse caminho à adesão de centenas de organizações ao longo de sua história. Embora naquele contexto o adversário destes atores fosse claramente

¹¹ No site oficial do coletivo (coalicion.org.ar), em sua seção de apresentação intitulada como “Quienes somos”, a *Coalición* se define como “una organización de organizaciones” composta por múltiplos atores sociais.

o mercado, o objetivo foi direcionar as reivindicações para o Estado, sendo ele o único agente capaz de intervir nas questões levantadas e concretizar de maneira efetiva as propostas dos “21 pontos”. Além disso, o coletivo atuou expressivamente na realização de debates promovidos em diversos espaços públicos, como universidades e sindicatos, que permitiram o crescente diálogo em torno da discussão proposta, além de colaborarem também para que o coletivo chegasse a ser composto por mais de trezentas organizações da sociedade civil no país. Assim, ao inserir o debate em torno da democratização dos meios em diversos espaços públicos na Argentina, a *Coalición* se consolidou como importante ator coletivo à frente da construção de uma nova legislação de radiodifusão.

No ano de 2008, quase quatro anos após a primeira apresentação pública da proposta com os “21 pontos”, as reivindicações elaboradas pela *Coalición* com a finalidade de compor a nova regulamentação foram finalmente incorporadas à agenda de prioridades do governo nacional argentino (Córdoba, 2011; Becerra, 2015a). Naquele momento tinha início a gestão presidencial de Cristina Fernandez de Kirchner que inaugurava, paralelamente, uma “nova política de mídias” composta por uma série de ações entre as quais esteve a sanção da LSCA (Becerra, 2015a; 2015b). A respeito desse processo enquanto significativo impulsionador da transformação da *Coalición* em um “interlocutor del ámbito político” entre a sociedade civil e os poderes executivo e legislativo argentinos através da atenção finalmente prestada às suas demandas, Córdoba (2011) destaca que

El punto de inflexión para la modificación de esta situación en el discurso público, y según los propios actores lo plantean, fue la situación generada alrededor del *lock out* agrario por la Resolución 125 dictada por el Poder Ejecutivo Nacional en marzo de 2008, cuando se iniciaba el gobierno de Cristina Fernandez de Kirchner (2008-2011). (CÓRDOBA, 2011, p. 151)

A situação a que a autora se refere diz respeito ao embate entre a então gestão presidencial e os grupos midiáticos de maior alcance e poder econômico no país, iniciado a partir do locaute agropecuário ocorrido entre março e junho de 2008 como reação dos produtores agropecuários argentinos à Resolução 125/2008, por sua vez responsável por modificações na aplicação de tributos à exportação de grãos.

De acordo com Becerra e López (2009, p.27), a cobertura jornalística realizada em torno do conflito por tais grupos de comunicação no contexto de concentração oligopólica em que se encontrava a mídia argentina, contribuiu para a “construcción de un panorama de antagonistas” cuja polarização era conduzida pelo eixo “oficialismo-oposição” (Becerra, 2015a, p. 160). Nesse processo, “los medios de comunicación desplazaron en la práctica el tradicional recurso retórico de la objetividad, por la acción cada vez más interesada en el conflicto” (Becerra e López, 2009, p.12), de maneira que tais grupos passaram a se constituir como “un actor del conflicto” favorável à mobilização do setor e em oposição ao governo nacional¹², e configurando, assim, o contexto em que a presidência nacional incorporou às suas prioridades políticas a proposta de uma nova regulamentação para os meios de comunicação na Argentina elaborada e apresentada anos antes pela *Coalición*. Segundo Becerra (2015a), este foi o marco e condição necessária para o avanço na política de meios argentina.

Assim, a apresentação do pré-projeto da LSCA por parte do governo nacional argentino se deu um ano depois, em março de 2009, baseado no documento com os “21 pontos para uma radiodifusão democrática” e paralelamente à divulgação de fóruns de discussão que seriam realizados em todo o país em torno da pauta.

Nesse mesmo período, ao identificarem a ausência de pontos que contemplassem a população originária do país no projeto apresentado, distintas organizações indígenas se articularam com a finalidade de que se incluísse no documento a proposta de uma “comunicación con identidad” que atendesse a suas demandas específicas em relação aos meios de comunicação social. Dessa maneira, foi formado o Encontro Nacional de Organizações Territoriais dos Povos Originários (ENOTPO), que será abordado no subitem 1.1.2 deste capítulo, autodefinido como “un espacio de articulación política, de gestión y de proyección de los pueblos originarios y de construcción de comunicación con identidad” (YANIELLO, 2014, p. 61).

¹² Para uma análise da cobertura da imprensa escrita em torno da Resolução 125/2008 e o locaute agropecuário na Argentina ver “La contienda mediática – Temas, fuentes y actores en la prensa por el conflicto entre el gobierno y las entidades del campo argentino en 2008” de Becerra e López (2009).

A respeito da vigência e aplicação da LSCA é importante destacar que, após sua aprovação pelo congresso argentino no ano de 2009, durante os quatro anos seguintes a regulamentação foi centro de uma disputa judicial decorrente da contestação do Grupo Clarín acerca de artigos que afetariam o acúmulo de suas licenças midiáticas. No decorrer desse processo, em novembro de 2010, a Câmara Civil e Comercial Federal argentina estabeleceu através de uma medida cautelar o prazo de 36 meses para que o grupo se adequasse completamente à nova norma, afetando, dessa forma, a aplicação plena da regulamentação durante esse período (Aruguete e Koziner, 2014; Marino et al., 2015). Posteriormente, em maio de 2012, a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina modificou o prazo limite de vigência da medida cautelar para o dia 7 de dezembro do mesmo ano que, a partir de uma campanha televisiva promovida pela AFSCA (Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual), ficou conhecido como “7D” – “Diciembre, Diversidad y Democracia” – ao ser enfatizado como marco de aplicação integral da lei (ARUGUETE e KOZINER, 2014).

No dia anterior ao “7D”, a Câmara Civil e Comercial argentina prorrogou a vigência da medida cautelar que protegia o Grupo Clarín do cumprimento total da nova regulamentação, até que fosse decretada a sentença definitiva do processo. Uma semana depois, o juiz Horacio Alfonso declarou a constitucionalidade integral da LSCA, mas, após a apelação do grupo midiático, a medida cautelar foi posta novamente em vigência. Em abril de 2013, a Câmara pronunciou em segunda instância sua decisão favorável ao grupo, até que, por fim, em outubro do mesmo ano, a Corte Suprema finalmente declarou a constitucionalidade da lei (ARUGUETE e KOZINER, 2014; DE CHARRAS e BALADRON, 2014; MARINO et al., 2015; BECERRA, 2015a).

1.1.1 Por uma radiodifusão democrática: os 21 pontos

A proposta com os “21 pontos” elaborada pela *Coalición por una Radiodifusión Democrática* foi apresentada publicamente em agosto de 2004 através de um programa especial transmitido para a Argentina pela Radio Nacional,

e para a América Latina pela Agencia Púlsar¹³ (Córdoba, 2011). Por meio desta manifestação, membros das organizações que reivindicavam a criação de uma nova lei de radiodifusão expuseram seus argumentos acerca da urgência do debate em torno da democratização dos meios e declararam sua adesão à proposta que destacava como base necessária para a elaboração de uma nova regulamentação: o direito dos atores sem fins de lucro à difusão de informação por rádio e televisão; a compreensão da comunicação como um direito humano; a promoção do pluralismo e da diversidade através dos meios; a produção geograficamente descentralizada de conteúdos; e a regulamentação da atribuição de publicidade oficial pelo Estado¹⁴.

Conforme esclarece Becerra (2015), naquele contexto, os principais empresários do meio eram auxiliados pelo Estado através de ações como a renovação automática de licenças televisivas dos grupos Clarín e Telefónica e da aprovação do Decreto 527¹⁵ em 2005, durante a gestão do então presidente Néstor Kirchner, que prorrogou por mais dez anos as licenças audiovisuais no país:

A renovação automática das licenças televisivas mais importantes dos dois principais grupos de mídias, Clarín e Telefónica, em dezembro de 2004, e, sobretudo, o Decreto 527 de 2005 mediante o qual Kirchner suspendeu o cômputo de dez anos para as licenças audiovisuais, constituem indicadores explícitos (há outros) de um Estado que socorreu os magoados capitais da comunicação. Enquanto isso, as organizações sem fins lucrativos continuavam sem acesso a licenças audiovisuais, o que contradizia o direito à comunicação e a tradição que vincula a liberdade de expressão com os direitos humanos (...). (BECERRA, 2015a, p.153)

Nas palavras do autor, tal conjuntura favorecia, então, com o respaldo legal do Estado, um sistema de radiodifusão privatista e concentrado, ao mesmo tempo em que inviabilizava a possibilidade da existência de uma comunicação diversa e plural, ainda que no ano de 2005 o artigo 45 da regulamentação vigente, a Lei 22.285/80, tenha sido modificado através da Lei 26.053, a pedido da Corte Suprema de Justiça para habilitar o acesso a licenças de rádio e televisão para as organizações sem fins lucrativos. Para Becerra (2015a,

¹³ Agência de notícias radiofônicas fundada em 1995 pela Asociación Mundial de Radios Comunitarias – America Latina y Caribe (AMARC ALC).

¹⁴ “21 puntos básicos por el derecho a la comunicación”, p. 4.

¹⁵ O referido decreto determinava a suspensão “por el plazo de diez años los términos que estuvieren transcurriendo de las licencias de servicios de radiodifusión o sus prórrogas previstos em el artículo 41 de la Ley N° 22.285 y sus modificatorias” (Decreto 527/2005).

p.154) “este avanço legal não se traduziu na abertura de concursos para materializá-lo e, portanto, não afetou a lógica concentrada do setor”.

Como reação a esse contexto oligopólico consolidado no setor midiático argentino, a *Coalición* trouxe, então, entre os fundamentos dos “21 pontos”, a associação direta entre a importância da existência dos meios de comunicação comunitários, o direito universal à expressão, opinião e informação, e a consolidação da democracia latino-americana. Essa associação realizou-se com base no documento intitulado “Desafios à liberdade de Expressão no Novo Século”, elaborado em novembro de 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização pela Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e articulada à ideia da liberdade de expressão como um direito fundamental reconhecida em acordos como a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e a Convenção Americana de Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, e resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura¹⁶.

Embasada em tais fundamentos é que foi construída, assim, a proposta para uma nova regulamentação de radiodifusão que substituísse aquela ainda vigente, considerada obsoleta e antidemocrática. A fim de reverter a lógica em vigor, os “21 pontos” explicitavam, entre outras demandas: a necessidade de se reservar 33% das frequências radioelétricas para entidades sem fins lucrativos; o estabelecimento de normas antimonopólicas de propriedade e controle dos serviços de radiodifusão e a criação da Defensoria del Público com o objetivo de garantir os direitos do público em relação aos serviços de comunicação audiovisual.

1.1.2 “Comunicación con Identidad”

Um ano após a inserção da pauta da democratização dos meios de radiodifusão à agenda de prioridades do governo, e quase cinco anos passados da primeira apresentação pública dos “21 pontos” pela *Coalición por una Radiodifusión Democrática*, foi finalmente anunciado, em março de 2009, pela então presidenta

¹⁶ “21 puntos básicos por el derecho a la comunicación”, p. 5.

Cristina Fernandez de Kirchner, o pré-projeto da nova Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual. Naquele mesmo mês, ao se depararem com a ausência de reivindicações específicas para os povos originários, tanto no documento da *Coalición* quanto no projeto apresentado pela presidência, comunicadores indígenas de diversas regiões da Argentina se reuniram com a finalidade de elaborar uma proposta de “comunicación con identidad” que garantisse “el derecho a la libertad de expresión e información de los pueblos indígenas de Argentina” (Yaniello, 2014, p.61), a fim de incorporá-la à LSCA. Foi construída, dessa maneira, a equipe de comunicadores do Encontro Nacional de Organizações Territoriais dos Povos Originários (ENOTPO).

Constituída por dezenas de organizações de diversos povos indígenas do país¹⁷, a formação do ENOTPO e sua equipe de comunicadores, como mostra Yaniello (2014, p. 27), foi impulsionada especialmente pela “invisibilización, estigmatización y el estereotipo de los pueblos originarios en los medios de comunicación comerciales”, com a finalidade de formulação do documento posteriormente apresentado ao *Comité Federal de Radiodifusión* (COMFER). Integrantes da *Mapuradio* e do coletivo *Kona Producciones*, localizados na província de Neuquén, no sudoeste da Argentina, explicam, em depoimento para a jornalista Florencia Yaniello (2014, p. 26), no livro “Descolonizando la Palabra: Los medios de comunicación del Pueblo Mapuche en *Puelmapu*”, a “comunicación con identidad” como aquela que se faz “desde lo que nosotros somos: gente de la tierra, guardianes, protectores del *ixofijmogen* (o biodiversidad), promotores de la lucha de una nación originaria”. A proposta surge, então, como uma reivindicação para que se possibilite e se viabilize, por meio da inclusão de suas demandas à LSCA, o acesso a meios próprios de comunicação também para os povos originários para que estes possam participar do processo comunicacional argentino de forma ativa e a partir de suas próprias perspectivas.

Desse modo, foram finalmente acrescentados ao pré-projeto da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, os apontamentos que garantiriam para os povos originários na Argentina o direito à comunicação através da gestão de seus próprios meios de rádio e televisão. Entre esses pontos, consequentemente

¹⁷ No “Compilado Legislativo Derechos de los Pueblos Originarios” (ENOTPO, 2015a, p. 12) consta que o ENOTPO “está integrado por 45 organizaciones territoriales que representan a más de 40 organizaciones y más de 1000 comunidades en todo el país”.

incorporados também à versão final da LSCA aprovada pelo congresso em outubro de 2009, estão: “la preservación y promoción de la identidad y de los valores culturales” indígenas como um dos objetivos da nova norma (Argentina, 2010, p. 3); a possibilidade de que tanto a programação quanto a publicidade veiculadas nos meios contemplados pela lei fossem realizados opcionalmente também nos idiomas dos povos originários e a reserva de frequências de rádio e televisão para os povos originários no país.

Assim, no final de 2012, por meio da inclusão do artigo 151, que trata da autorização para a instalação e o funcionamento de serviços de radiodifusão sonora e televisiva para os povos indígenas, foi viabilizada a criação do primeiro canal de televisão aberta coordenado por povos originários no país criado a partir da regulamentação: o Wall Kintun.

1.1.3 Wall Kintun

Figura 1 – Logotipo Wall Kintun



Fonte: Wall Kintun

Inaugurado oficialmente no dia 7 de dezembro de 2012, o “7D”, o Wall Kintun teve sua licença concedida à comunidade mapuche Lof Che Buenuleo e seu lançamento realizado na cidade de San Carlos de Bariloche durante o Pre MICA Patagonia¹⁸. Na ocasião estavam presentes autoridades estatais, assim como

¹⁸ Evento regional que antecedia o MICA (Mercado de Industrias Culturales de Argentina) realizado em abril de 2013 em Buenos Aires e organizado pela Secretaria de Cultura, Ministério da Indústria, Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, Ministério do Turismo e Ministério de Planificação Federal, Inversão Pública e Serviços da Argentina. Trata-se de uma feira de arte e cultura com o intuito de

representantes governamentais e membros mapuche da cooperativa Coordinadora de Comunicación Audiovisual Indígena de Argentina (CCAIA) integrantes da então equipe técnica e administrativa do canal, que celebraram publicamente em seus discursos o lançamento do Wall Kintun como uma conquista da LSCA e da luta dos comunicadores originários na Argentina por uma “comunicación con identidad” e do início de um novo processo de “darle voz a aquellos que no tuvieron voz”¹⁹.

Apesar de seu início ter sido marcado por uma forte celebração pública, ao longo de seu primeiro ano de existência, o Wall Kintun foi permeado por uma considerável instabilidade na realização de suas atividades e na consolidação de sua equipe. Assim, após algumas modificações internas entre seus integrantes, em abril de 2013 a emissora realizou seu relançamento público. A estreia de suas atividades enquanto realizadora audiovisual, no entanto, só aconteceu dois anos mais tarde com a realização de sua primeira produção própria após outros processos de conflitos, alterações e reorganizações internas.

Sediado em um pequeno escritório no Centro Administrativo Provincial emprestado pelo governo da província de Río Negro, localizado próximo à região central da cidade de San Carlos de Bariloche, atualmente o Wall Kintun possui uma equipe técnica e administrativa composta por seis membros, em sua maioria integrantes da comunidade Buenuleo. Sua programação é integrada por duas realizações próprias, videoclipes musicais e documentários mapuche e indígenas de maneira geral, além de conteúdos relacionados a temáticas culturais e educativas concedidos pelo Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentino (BACUA), pelo Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), e produzidos por cooperativas audiovisuais.

reunir autoridades governamentais, empresários e produtores culturais afim de promover a articulação de acordos e negócios entre eles.

¹⁹ Discursos disponibilizados em vídeo no canal do Ministerio de Cultura de la Nación no YouTube sob o título “Lanzamiento del canal mapuche WALL KINTUN TV, en el Pre MICA Patagonia”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t9WP9FRprdE&t=150s>

Foto 1 – Sede do Wall Kintun - Centro Administrativo Provincial de Rio Negro



Fonte: Acervo da autora, 2017.

A primeira produção da emissora foi um jornal com cerca de uma hora de duração, gravado e transmitido diariamente de segunda a sexta-feira em sua programação intitulado *Muley Zungu*, cujo significado é traduzido no próprio programa como “hay novedad, hay noticia”. Lançado após a obtenção de recursos através do FOMECA (Fondo de Fomento Concursable para Medios de Comunicación Audiovisual), no final de 2014, o informativo teve sua realização interrompida em novembro de 2015 com o esgotamento dos fundos. Após um ano e meio com sua produção paralisada, o Wall Kintun reestrea seu jornal em junho de 2017, também a partir de recursos obtidos por meio do FOMECA, recebidos no início do mesmo ano.

Figura 2 – Abertura do programa *Muley Zungu* – versão atual.



Fonte: Wall Kintun.

Simultaneamente, nesse mesmo mês, o canal iniciou a realização de exibições públicas e gratuitas de documentários de povos originários de sua programação através do Ciclo de Cine Indígena realizado mensalmente em parceria com a Subsecretaría de Cultura de San Carlos de Bariloche na Escuela Municipal de Artes La Llave. Dois meses depois, o Wall Kintun recebeu em sua sede a Defensoría del Público que entregou à emissora um reconhecimento pelo “trabajo de promoción, de defensa, y el ejercicio del derecho a la comunicación que el canal desarrolla y que le aporta diversidad informativa y cultural al sistema de comunicación argentina”²⁰.

Figura 3 – Divulgação Ciclo de Cine Indígena



Fonte: Wall Kintun

No ano seguinte, em maio de 2018, o Wall Kintun estreou sua segunda produção própria, “un programa semanal que busca reflejar la vida del pueblo Mapuche a ambos lados de la cordillera a través de la palabra y el testimonio de la gente de la tierra”²¹, intitulado *Nutramkan – La conversación Mapuche*. Apresentado por Oscar Moreno, colaborador da presente pesquisa, o programa tem em média uma hora de duração e através de entrevistas com mapuches de diversos

²⁰ Declaração da representante da Defensoría del Público Sofía Hammoe segundo a publicação da agência de notícias “Bariloche Opina”. Disponível em: <http://www.barilocheopina.com/noticias/2017/08/18/31945-entregaron-reconocimiento-al-canal-mapuche-wall-kintun-tv>

²¹ Texto de divulgação do programa publicado na página oficial do Wall Kintun no Facebook. (Disponível em: <https://www.facebook.com/WallKintun/posts/718687641588198>).

lugares, tanto no território atualmente argentino como no chileno, evidencia seus relatos acerca de atividades políticas e culturais das quais participam ou desenvolvem.

Figura 4 – Abertura do programa Nutramkan – La conversación Mapuche



Fonte: Wall Kintun

Para a difusão e divulgação de seus conteúdos e atividades, atualmente o Wall Kintun utiliza também a plataforma de vídeos YouTube²² e a rede social Facebook²³, espaços *online* onde é possível encontrar grande parte das edições de suas duas produções próprias disponibilizadas integralmente. Além disso, desde o final de 2017 o canal compartilha tais conteúdos paralelamente em sua recente página oficial www.wallkintun.com.

²² Canal do Wall Kintun no YouTube. (Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCixGQOD99p9BWXPiJ70GPzA>).

²³ Página do Wall Kintun no Facebook. (Disponível em: <https://www.facebook.com/WallKintun>)

1.2 POVOS ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA

En el momento de la llegada de los españoles a América, hacia el año 1492, nuestros antepasados ya poblaban el continente, de norte a sur y de este a oeste, desde tiempos inmemoriales. Es decir que preexistimos a los procesos de conquista o colonización y de conformación del Estado moderno. Somos de aquí, de este lugar, vivimos desde hace miles de años en este territorio, nuestros ancestros están en él y desde aquí desarrollamos una forma propia de mirar el mundo (cosmovisión) y desarrollamos en el espacio en el que nos toca vivir y coexistir. Somos preexistentes porque pertenecemos al territorio que habitamos y constituimos nuestra identidad como pueblos en relación dinámica con ese lugar. En este sentido, la preexistencia implica una relación de identificación con todos los seres y las fuerzas naturales que nos rodean.

(Encuentro Nacional de Organizaciones Territoriales de Pueblos Originarios)

Conforme salientado pelo ENOTPO (2015b) no trecho destacado, os povos originários que habitam o território atualmente argentino precedem política, territorial e culturalmente sua existência enquanto Estado nacional assim como antecede a própria colonização espanhola. Isso significa que, ao falarmos destes povos no contexto argentino, é importante destacarmos que estes integram e carregam histórias preexistentes a essa sociedade que, por sua vez, se constrói social e representativamente atrelada a uma origem branca e europeia (Delrio *et al.*, 2010; Briones, 2002; Chamosa 2008 *apud* Mereminskaya, 2011). Nela, portanto, o indígena é historicamente concebido sob a lógica de negação, invisibilização e inferiorização, sobre a qual comenta Manzanelli (2015):

En este sentido, Carrasco (2000) menciona tres tipos de imágenes que se han creado en torno al indígena que se entremezclan y aún conviven en el imaginario social: la de indio estatua, cercano a la animalidad, como un primitivo testimonio o reliquia del pasado; la de salvaje indómito y nómada, culturalmente inferior que requiere de los mandatos civilizatorios; y la de ausencia indígena, en que el llamado “crisol de razas” triunfó y borró toda huella de diferencias. (Manzanelli, 2015, p. 104)

Assim, vale ressaltar que o processo histórico de homogeneização política e cultural característica do projeto político da elite argentina teve sua consolidação ancorada na “eliminación física, concentración y deportación como fuerza de trabajo” destes povos, assim como no “borramiento de la identidad de

menores y la destrucción de sus culturas” enquanto práticas atreladas a um “projeto genocida” inerente à constituição e organização do Estado argentino (DELRIO *et al*, 2010).

Acerca da presença quantitativa e do autorreconhecimento dos sujeitos que constituem os povos originários no país nos últimos anos, de acordo com o “Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010”, último realizado até o presente momento, 2,4% do total da população argentina se autodeclarava na época como descendente ou pertencente a estes povos que, segundo o levantamento, correspondia ao todo a 31 etnias indígenas registradas. O documento “Pueblos – Naciones Originarias en Argentina” publicado pelo ENOTPO no ano de 2015, no entanto, assegura a existência de pelo menos 39 povos originários habitantes em áreas urbanas e rurais em todo o país.

Figura 5 – Mapa Pueblos Naciones Originarias en la Actualidad

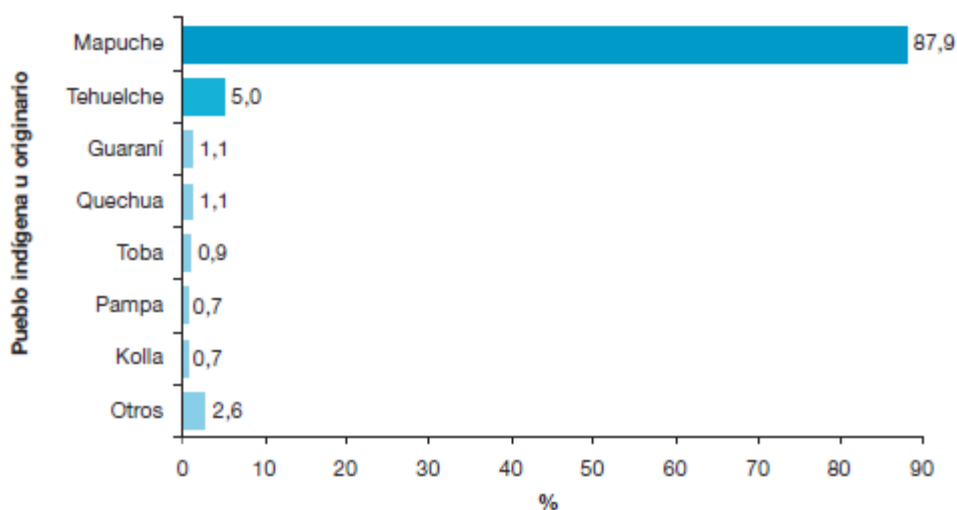


Fonte: ENOTPO, 2015b.

Do total da pesquisa realizada em 2010, 21,5% da população indígena se autodeclarava mapuche e estava majoritariamente localizada nas províncias de La Pampa, Mendoza, Buenos Aires, Chubut, Santa Cruz, Neuquén e Río Negro. Essas quatro últimas junto às províncias de Salta e Formosa se evidenciaram como as localidades com maior proporção de povos originários no país (INDEC, 2010).

Ainda segundo o último censo, em toda a Patagônia, região sul do país onde está localizada a província de Río Negro, 6,9% da população se reconhece como pertencente ou descendente de povos indígenas. Na província, por sua vez, 7,1% da população se declara indígena, entre os quais 87,9% compreende os Mapuche.

Gráfico 1 – População originária por etnia na província de Río Negro (2010)



Fonte: INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares e Viviendas 2010.

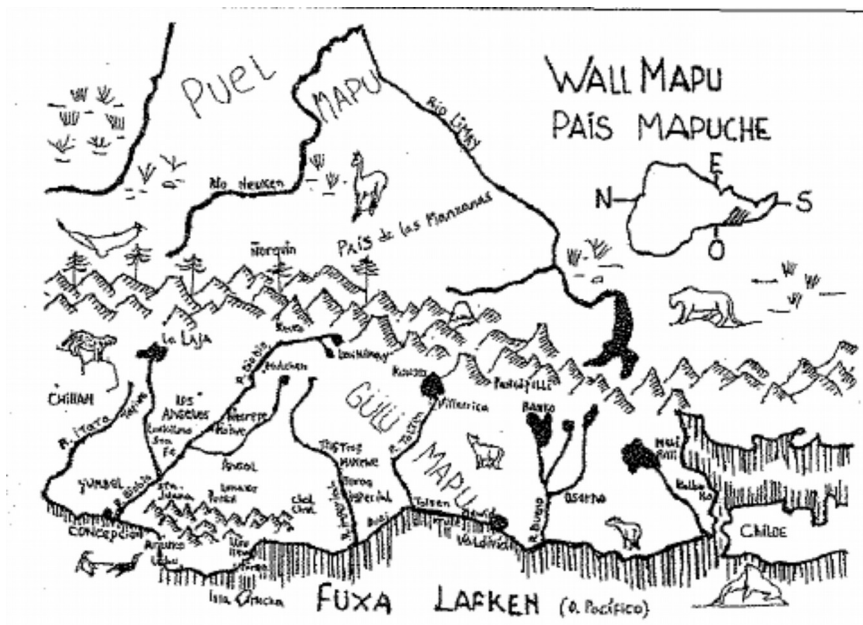
1.2.1 Os Mapuche

A tradução para o espanhol comumente encontrada para o termo *mapuche* tanto nas falas quanto nas bibliografias referentes a este povo é “gente de la tierra”, onde *mapu* diz respeito ao espaço e *che* às pessoas. A dimensão dos significados destes termos para o povo Mapuche, no entanto, transcende e difere de uma compreensão limitada somente ao físico e tangível. O conceito *mapu* abarca todas as dimensões espaciais possíveis, em planos materiais e imateriais. Ou seja, ele “alude pues a espacios y fuerzas que se complementan e interaccionan”

(Millánen, 2006, p. 31). Paralelamente, o conceito *che* designa um “agente socializado” que transmite em suas ações “ciertos valores y axiomas de la sociedad de origen” anteriores àqueles trazidos pela sociedade *winka* (branca e ocidental, que não é mapuche)²⁴ (Millánen, 2006, p.33). É possível pressupor então, além da existência dos Mapuche e sua cultura como antecedentes à chegada dos colonizadores em seu território ancestral, uma relação complementar e intrínseca entre os sujeitos e o espaço que estes ocupam.

Wallmapu, como é chamado o território ancestral mapuche, abarca uma imensa região hoje ocupada pelos Estados chileno e argentino “que va desde los valles transversales por el norte, a Chiloé por el sur, y hacia la vertiente oriental de la cordillera de los Andes” (Millánen, 2006, p.20), onde estão *Puelmapu*, ao leste da cordilheira, e *Gulumapu*, ao oeste. Os dois termos, utilizados para denominar os espaços de acordo com a localização de cada um deles em relação à cordilheira dos Andes, correspondem aos territórios hoje denominados pela sociedade *winka* como Chile (*Gulumapu*) e Argentina (*Puelmapu*), e são vocábulos que compõem a língua falada pelos Mapuche: o mapuzungun (ou mapudungun).

Figura 6 – Mapa de Wallmapu



Fonte: Marimán (2006, p. 60).

A respeito do significado do próprio termo que denomina o idioma, de acordo com MILLÁNEN (2006, p.20),

²⁴ No item 4.2 do capítulo 4 nos desdobramos mais sobre esse termo.

Mapu: es la tierra y todos los componentes y particularidades de vida que en ella existe. Es a su vez el espacio trascendente que los antepasados mapuche identificaron. *Zugun*: hablar. En la cosmovisión mapuche no sólo hablan las personas, también lo hace la tierra, a través de sus diversos elementos como los pájaros (*ũñũm tañi zugun*), y de las personas. (MILLÁNEN (2006, p.20)

É possível observar na definição do autor que há uma relação intrínseca entre os sujeitos, a terra, e a vida, de maneira que as pessoas são compreendidas a partir da ancestralidade e de sua relação com a terra em seus diversos elementos naturais. Essa relação revela, de acordo com os apontamentos supracitados, uma constituição subjetiva que forja em seu processo os valores da língua e do espaço em que vivem como o mesmo teor de igualdade, e também para o pertencimento, tanto à terra, quanto à língua.

Nestes termos, com variantes próprias e particulares de cada parte de *Wallmapu*, o mapuzungun, “el hablar de la tierra”, percorre historicamente todo o território ancestral mapuche e transmite, por meio do próprio idioma e seu modo de nomear as coisas desempenhado há tempos entre seus falantes, elementos para a compreensão de uma determinada forma de ver, viver e se relacionar o mundo posta em evidência, por exemplo, na relação histórica e cultural destes sujeitos com o espaço que eles ocupam.

Sobre este tema é importante apontar para compreensão territorial própria da perspectiva mapuche, em contraste com a noção *winka*, mas em sintonia com o entendimento originário de forma geral. Conforme mencionado no trecho escolhido para a epígrafe do item 1.2 deste capítulo, a relação com o território para os povos originários abarca um entendimento de pertencimento à terra, compreendido dentro de uma relação dinâmica entre os sujeitos e o espaço. Para os Mapuche, nesse mesmo sentido, todas as pessoas que compõem um povo são como forças – *newen* – constitutivas do território, inseridas em uma relação mútua e complementar com a terra em todas as suas dimensões²⁵.

A perspectiva *winka*, ao contrário, compreende o território enquanto um espaço a ser conquistado, fracionado e delimitado, cuja exploração está

²⁵ Conforme apontado anteriormente, para os Mapuche a noção de território abarca tanto a dimensão material quanto imaterial. De acordo com Guiñazu e Marks (2013, p. 9), entre as dimensões que compõem *Wallmapu* estão “*WenuMapu* (tierra de arriba), *RaginWenuMapu* (tierra del medio), *WenteMapu* (tierra de todo lo que se ve), *PvjvMapu* (suelo o lugar donde la persona vuelve a convertirse en tierra), *MinceMapu* (subsuelo).”

incorporada a um sistema de acumulação, dominação e regulação, de acordo com uma concepção capitalista, onde o território é que pertence ao sujeito (Harvey, 1989 *apud* Guiñazu e Marks, 2013). Nessa direção, a imposição de fronteiras nacionais e limitações territoriais realizadas especialmente no final do século XIX com a “Conquista del Desierto”, na Argentina, e a “Pacificación de la Araucanía”, no Chile – ambos processos impulsionados pelos respectivos Estados nacionais –, trouxeram violentos impactos aos Mapuche que habitavam a região da Araucanía (Chile), dos pampas e da Patagônia (Argentina) afetadas pelas duas operações militares. Conforme nos lembra Caniuqueo (2006, p. 152), “lo que en Chile fue la llamada ‘Pacificación de la Araucanía’, en Argentina fue la ocupación del norte de la Patagonia”.

Assim, tanto o processo argentino quanto o chileno, cujo intuito, nos dois casos, era a expansão de suas fronteiras²⁶ ao sul do continente para que se integrasse a região a seus territórios nacionais por meio da violenta expropriação territorial da população indígena ali existente, trouxeram determinantes impactos ao modo de vida do povo Mapuche, tais como a fragmentação espacial e familiar, as transformações de suas bases econômicas e o “empobrecimento generalizado” gerado a partir da perda de seus territórios, e a imposição de mecanismos de controle nas fronteiras nacionais argentina e chilena. Esses impactos implicaram na perda da soberania mapuche e na subalternização de sua sociedade (Marimán, 2006; Guiñazu e Marks, 2013), o que, por sua vez, contribuiu para o estabelecimento, por meio desses processos, de novos sistemas de governo com novas normas e autoridades político-administrativas para um povo que já exercia sua autonomia cultural, territorial e política à sua própria maneira.

Acerca da autonomia mapuche vale dizer que tal qual a compreensão territorial, a organização política própria deste povo também está presente em sua história e diretamente relacionada a formas específicas de compreensão do mundo. Ela também antecede a intervenção *winka* e, em determinados aspectos, permanece ainda hoje em suas comunidades por meio de funções que alguns de seus integrantes devem exercer. Ou seja, entre todo *che*, ou a “pessoa” de maneira geral, há os *re che* e os *e pu rume che*, que são,

²⁶ Segundo Lenz (2006), ao final das operações foram incorporados ao todo 606 mil quilômetros de território à Argentina.

respectivamente, as pessoas “comuns”, e aqueles que devem assumir responsabilidades específicas no âmbito social, político e espiritual da sociedade mapuche.

Há entre tais responsabilidades aquela precisamente relacionada à viabilização de uma comunicação entre as comunidades para fins políticos e convocações de *trawünes*²⁷. Trata-se da função assumida pelo *werken*, atualmente o porta-voz da comunidade que integra e historicamente – desde antes das ocupações militares chilena e argentina –, integrante responsável por levar e trazer informações de sua comunidade, cruzando as cordilheiras e extensas áreas em *Wallmapu* se necessário, para compartilhá-las de acordo com as solicitações feitas pelo *lonko*, principal autoridade sociopolítica da comunidade (Marimán, 2006; Gutiérrez Ríos, 2014).

Chamada de *Lot* ou *Lof che*, a comunidade é parte constitutiva da organização social básica do povo Mapuche, composta por grupos familiares que possuem a mesma origem parental e compartilham o mesmo território. A organização sociopolítica entre vários *Lot*, por sua vez, é chamada de *Rewe*.

Considerando toda a discussão traçada até aqui acerca do histórico e da perspectiva mapuche de maneira geral, bem como de sua forma de se organizar e se relacionar com o mundo, na próxima seção apresento a comunidade Lof Che Buenuleo, pertencente a este povo e titular legal do Wall Kintun.

1.2.2 Comunidade mapuche Lof Che Buenuleo

Localizada a 8 quilômetros da região central de San Carlos de Bariloche no Lote Pastoril 127, aos pés do Cerro Ventana, a comunidade mapuche Lof Che Buenuleo é formada atualmente por cerca de 90 membros descendentes de Antonio Buenuleo e María del Pilar Curinao.

²⁷ Conforme explica Gutiérrez Ríos (2014, p. 23-24): “El espacio del *trawün*, como cuenta el relato de Felipe Reyes, era la convocatoria entre los distintos *lonkos* para tomar decisiones sobre los temas de común importancia. En este espacio de discusión pública queda expresada con claridad la importancia del buen manejo de la oratoria en el mundo mapuche.”

Foto 2 – Comunidade mapuche Buenuleo



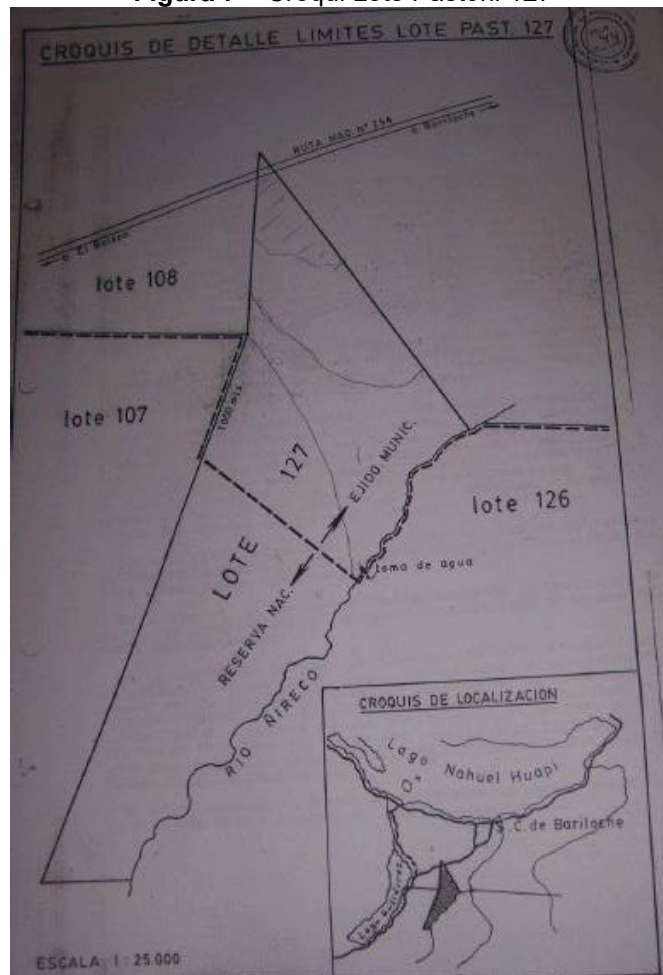
Fonte: Acervo da autora, 2017.

De acordo com Guiñazu e Marks (2013) no trabalho de análise das construções espaciais realizadas na região da Patagônia a partir da perspectiva da antropologia histórica intitulado “De imposiciones y resignificaciones. Construyendo, habitando y narrativizando el territorio”, contam os integrantes da comunidade que Antonio e María chegaram à região de Nahuel Huapi – que alguns anos mais tarde se tornaria San Carlos de Bariloche – no final do século XIX em decorrência da violenta expansão territorial realizada na época pelos Estados chileno e argentino. Segundo os relatos dos Buenuleo, seus ascendentes se conheceram em *Gulumapu*, quando Antonio, que havia nascido no distrito de Carhue, a 100 quilômetros ao norte de Bariloche, atuava como tropeiro nos dois lados da cordilheira dos Andes.

A intervenção *winka*, no entanto, gerou impactos determinantes nas vidas dos ascendentes da comunidade Buenuleo também no novo território que passaram a habitar. Com a formação da cidade por meio da lógica capitalista, foram estabelecidas hierarquias étnicas e econômicas pelos grupos de poder que tornaram Antonio e María empregados de Primo Capraro, empresário italiano cuja relação com o governo argentino era, naquela época, tão sólida quanto estreita (Méndez, 2009).

Era constituída, assim, uma concepção ocidental de exploração da terra fortalecida gradativamente por outros processos seguintes²⁸, tais como a concessão do Lote Pastoral 127, localizado inicialmente na Colonia Agrícola Nahuel Huapi, a Antonio, em troca de trabalhos realizados na região.

Figura 7 – Croqui Lote Pastoral 127



Fonte: Guinazu e Marks (2013)

Embora atualmente os membros da comunidade Buenuleo vivam dispersos em espaços diversos, este território é onde ela está assentada atualmente. Deolinda Buenuleo, colaboradora desta pesquisa, é uma das integrantes que ainda vivem no território.

Nesse espaço, além das moradias das famílias, encontra-se também uma escola, uma praça pública, uma capela, um centro comunitário e um posto de pronto-socorro.

²⁸ Para maior compreensão acerca dos processos pelos quais passou o território onde está assentada atualmente a comunidade Buenuleo, ver Guinazu e Marks (2013).

Foto 3 – Escola e posto de saúde – Comunidade mapuche Buenuleo



Fonte: Acervo da autora, 2017

Após iniciar um processo de obtenção de pessoa jurídica, a comunidade Buenuleo teve a regularização de suas documentações concluída em meados de 2011. Um ano depois, ela foi nomeada titular legal do Wall Kintun.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo, organizado em três partes, trago os aportes teóricos e metodológicos da pesquisa, sendo a primeira parte a que dá espaço a contribuições em torno das dinâmicas simbólicas e materiais de pertencimento no que diz respeito à nação, no contexto latino-americano, de modo geral, e argentino, de modo específico. Nela são discutidas, ainda, os desdobramentos dessas dinâmicas na construção dos povos indígenas enquanto grupos e sujeitos externos à nação através de processos históricos de inferiorização, invisibilização e desumanização. Na segunda parte, vislumbramos a constituição das memórias e narrativas na sociedade enquanto permeadas pelas relações de poder, assim como inerentemente conectadas ao espaço habitado e vivido pelos sujeitos, na conformação das distintas perspectivas coletivas. Para encerrar o capítulo, a terceira parte traz as diretrizes teórico-metodológicas da história oral propostas por Meihy (2005), discutidas a partir de sua relevância para a presente pesquisa, e explicada nos subitens “Da oralidade à escrita”, “Transcrição, tradução e equívoco” e “Realização das entrevistas”.

2.1 DINÂMICAS SIMBÓLICAS E MATERIAIS DE PERTENCIMENTO

Ao propor um debate em torno do processo comunicacional latino-americano que se desloque dos meios para as mediações²⁹, Martín-Barbero (1997) apresenta este último campo como aquele constituído por dispositivos que, utilizados pela hegemonia, são capazes de transformar o sentido prático e cotidiano dos sujeitos e das comunidades. É nesse sentido que, entre os anos 1930 e 1950, a comunicação de massas na América Latina, então representada pelo cinema e pelo rádio³⁰, foi capaz de gerar a “transmutação da *ideia* política de Nação em *vivência*, em sentimento e cotidianidade” (Martín-Barbero, 1997, p. 230, grifo do autor), permitindo aos moradores das mais diversas regiões do continente vivenciarem, em

²⁹ Martín-Barbero (1997) propõe o pensamento em torno dos processos de comunicação a partir da cultura de onde provêm as construções e as configurações neles inseridas.

³⁰ A televisão surgiu na América Latina entre os anos 1950 e 1960.

muitos casos pela primeira vez, o sentimento de unidade diretamente relacionada ao Estado nacional ao qual pertencia o território que estes habitavam.

Benedict Anderson (1983), a fim de buscar uma interpretação para o nacionalismo e discuti-lo a partir da noção de que este, assim como a nacionalidade, é um produto cultural específico, apresenta sua ideia de nação como uma comunidade imaginada como soberana e limitada. Para o autor, ela se caracteriza como tal pois ainda que na menor das nações, seus membros “no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión” (Anderson, 1983, p. 23). Anthony Smith e Rosamaría Núñez (1998), por sua vez, no artigo “Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales” discutem o nacionalismo sob seus aspectos étnicos e históricos enquanto necessariamente relacionado a um “nexo de ideas, sentimientos y experiencias” que atravessa gerações. De acordo com tal perspectiva o pertencimento à nação³¹ alcança os sentimentos dos indivíduos de uma determinada comunidade, mas também essencialmente compõe a realidade destes sujeitos. Nessa direção, Alonso (1994, p. 382) assinala:

Hegemonic strategies, at once material and symbolic, produce the idea of the state while concretizing the imagined community of the nation by articulating spatial, bodily and temporal matrixes through everyday routines, rituals and policies of the state system. (ALONSO, 1984, p. 382).

Nesses termos, a autora discute o aspecto material de maneira complementar ao aspecto simbólico na conformação das identidades nacionais no espaço social como parte do desenvolvimento de estratégias hegemônicas que compõem esse processo. Baseada na proposição de Alonso (1994), ao discutir o conceito de “*aboriginalidad*”³², Kropff (2005) aponta para a dinâmica de inclusão e exclusão presente na criação da matriz estado-nação-território no contexto argentino onde, para que haja um “nós” nacional, o indígena é necessariamente construído como um “outro interno”.

³¹ A definição de nação trazida no texto diz respeito a “una población humana denominada que ocupa un territorio histórico y comparte mitos y recuerdos, una colectividad, una cultura pública, una sola economía y derechos jurídicos y obligaciones comunes” (SMITH apud SMITH e NÚÑEZ, 1998, p. 62).

³² Conceito utilizado por Beckett (1988) e Briones (1998) (apud Briones 2002; Briones 2004; Kropff 2005) para identificar os sujeitos pertencentes às populações originárias, assim como distingui-los de outros grupos étnicos e raciais nas construções de alteridade nos Estados nacionais e coloniais.

Nessa perspectiva e indo ao encontro com tais apontamentos, Guiñazu e Marks (2013) salientam a presença de um discurso homogeneizador e barbarizador³³ em torno dos povos originários durante a “Conquista del Desierto” como parte de uma “*misión civilizadora*” (Delrio 2005 *apud* Guiñazu e Marks, 2013) promovida no período pelo Estado nacional argentino. Simultânea às operações militares realizadas para as expansões territoriais, tal construção narrativa ignorava as particularidades históricas dos povos ali presentes e, ao mesmo tempo, promovia seu distanciamento da comunidade nacional argentina. Dessa forma, “el indígena representaba, entonces, un ‘otro’ externo a la nación pero interno al territorio que el estado reclamaba como nacional” (DELRIO, 2005 *apud* GUIÑAZU e MARKS, 2013, p. 5).

A desumanização dos povos indígenas decorrente de uma elaboração simbólica e narrativa que os compreende como bárbaros ou selvagens, no entanto, antecede o processo específico argentino do final do século XIX. A esse respeito, Pagden (1988), ao discutir as transformações do significado do termo “bárbaro” ao longo do tempo, lembra que, no período de colonização da América, os observadores europeus consideravam sob esta denominação todos aqueles identificados como “alheios” à sua sociedade e à sua cultura através de métodos de classificação que levavam em conta características físicas e comportamentais. De acordo com o autor, o termo teve como função primária estabelecer uma hierarquia entre as sociedades, e seu significado transitou entre a ausência de civilidade e a desumanização de indivíduos que fossem estranhos culturalmente para os europeus.

Sobre esse mesmo aspecto, Viveiros de Castro (2015, p. 37), afirma que para os espanhóis havia uma descrença de que os “corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos”. Essa assertiva reforça a ideia de que, a partir da perspectiva europeia, toda a cultura que não representasse o seu próprio povo se deslocava para outro “corpo” cultural e assumia um status de inferioridade.

Tais considerações se relacionam com os apontamentos de Jose Millánen Paillal (2006) acerca da subordinação e da centralização do poder

³³ No sentido de transformar discursivamente os sujeitos em bárbaros ou selvagens. No texto de Guiñazu e Marks (2013) é utilizado o termo “salvajizar”.

enquanto elementos inerentes à sociedade ocidental. De acordo com o autor, através destes princípios são estabelecidos níveis de desenvolvimento cultural entre as sociedades, tendo em vista a civilização e o progresso como principais conceitos norteadores dos processos aos quais devem ser submetidos aqueles que se distanciam da cultura ocidental.

Acerca da relação entre construções simbólicas e narrativas e ocupações territoriais em um contexto de colonização, vale trazer as considerações de Boaventura de Sousa Santos (2009, p.29) a respeito da desumanização dos povos indígenas associada à incompreensão de suas práticas e perspectivas próprias:

A completa estranheza de tais práticas conduziu à própria negação da natureza humana dos seus agentes. Com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão era: os índios têm alma? Quando o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*, muito semelhante à *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas.

Nesses termos, é possível vislumbrar o esvaziamento simbólico das almas dos povos originários aliado ao esvaziamento físico de seus territórios. Nessa perspectiva, ao voltarmos nossa atenção ao processo da “Conquista del Desierto” realizada em *Puelmapu*, podemos afirmar que as construções narrativas formuladas a respeito dos povos originários ali presentes impulsionaram também sua negação e invisibilização (Guiñazu e Marks, 2013) estreitamente associadas ao esvaziamento territorial. Segundo Navarro Floria (2002), a própria utilização do termo “deserto” escolhido para designar o espaço a ser conquistado pelo Estado argentino teve como função primordial categorizar aquele território como vazio, a fim de promover a ideia de que eram terras ainda não utilizadas como deveriam de acordo com a perspectiva ocidental.

Além da negação por meio da invisibilização dos povos indígenas de *Wallmapu* para a legitimação das ocupações militares na região, uma outra construção narrativa utilizada na época se relacionava ao conceito de “*araucanización de las pampas*” (Cañuqueo *et al*, 2005). Empregado para sugerir a presença de indígenas “chilenos” em território “argentino”, o termo foi introduzido

através de produções intelectuais vinculadas a uma narrativa nacional que passou a construir os povos originários que ali habitavam sob uma condição alóctone. Segundo Briones (1999 *apud* Cañuqueo *et al*, 2005), tal construção narrativa tem sido utilizada ainda recentemente para deslegitimar as reivindicações territoriais mapuche.

2.2 PERSPECTIVAS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS – TERRITÓRIOS DE PODER

Para Foucault (1979, p. 13), a produção da verdade³⁴ enquanto intrínseca a sistemas de poder está necessariamente sujeita ao “controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos” cujos efeitos de poder são, simultaneamente, por ela induzidos e seus devidos reprodutores. Dessa forma, verdade e poder se retroalimentam indissociavelmente em um contínuo processo de produção e circulação dos enunciados na sociedade.

Nessa direção, é possível trazer a perspectiva de Clastres (2014, p. 539-540) que, ao tratar das relações entre palavra e poder nas sociedades com Estado, afirma que no referido contexto o domínio e a legitimidade da palavra estão necessariamente atrelados ao exercício do poder e, portanto, “o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima”.

Assim, ao vislumbrarmos a inerente relação entre poder, verdade e legitimidade da palavra, podemos presumir que, se tratamos de uma sociedade em que o poder é limitado e específico, antagonicamente e tal qual apontado por Boaventura de Sousa Santos (2009), há então nesse processo um “outro lado da linha”³⁵ consequentemente atrelado à invisibilidade e à irrelevância. Para o autor, o pensamento moderno ocidental “consiste num sistema de distinções visíveis e

³⁴ “A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (FOUCAULT, 1979, p. 12)

³⁵ Conforme exemplifica o autor, campo conformado pelos “conhecimentos populares, leigos, plebeus camponeses, ou indígenas” (SANTOS, 2009, p. 25).

invisíveis”, onde estas últimas têm sua invisibilidade determinada por “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’”, de maneira que a visibilidade do primeiro, por sua vez, “assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não encaixam em nenhuma destas formas de conhecer” (SANTOS, 2009, p. 23-25).

Nesse sentido, é possível vislumbrar nessa distinção antagônica e hierárquica, criadora de dois universos aos quais são atribuídos valores específicos e desiguais, a dimensão de poder presente na constituição da memória social apontada por Moraes (2005). Segundo o autor, enquanto estritamente relacionada a práticas políticas e sociais, assim como aos interesses em disputa no meio social, “toda memória social é política” (Moraes, 2005, p. 94). Dessa forma, a memória social se articula sempre por meio do “espaço, tempo e discursos” como seus elementos fundantes, além de estar inserida nos processos sociais dos quais participam atores produtores de narrativas diretamente ligadas às suas próprias experiências sociais e coletivas.

Sobre esse aspecto, Halbwachs (1990), indica a inexistência de uma “memória universal do gênero humano” paralela e simultânea à existência de memórias coletivas oriundas e multiplicadas através de grupos localizados em determinados tempos e espaços. Nessa perspectiva, a configuração dos pensamentos tal qual dos movimentos desses grupos está estreitamente relacionada à “sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores” (Halbwachs, 1990, p. 136) no contexto temporal e espacial que abarca suas histórias e experiências vividas.

Diante dos aspectos expostos até aqui, é possível perceber as dinâmicas de poder atreladas ao terreno simbólico e representativo simultaneamente a suas intervenções no plano prático e cotidiano. Do mesmo modo, se evidencia a recíproca conexão entre as representações simbólicas e os espaços físicos enquanto necessariamente atravessados pelas relações de poder, de maneira que podemos observar, assim, a relevância do campo territorial na constituição das narrativas, memórias e representações coletivas.

Em continuidade a essa discussão, vale trazer ainda, e de forma complementar, a argumentação de Halbwachs (1990) acerca da relação inerente entre a memória e o espaço, em que o autor considera que o desenvolvimento da primeira só é possível a partir de sua correspondência com o segundo, e explica:

Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p.143)

De acordo com os apontamentos do autor, para compreender a maneira como se relacionam o espaço e a memória, é necessário levar em conta a materialidade do espaço enquanto materialidade da própria memória, tendo em vista que “(...) não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (Halbwachs, 1990, p. 143). Nesse sentido, se conforme afirma Mendizábal (2007 *apud* Sosa Velázquez, 2012, p. 21-22), “un territorio es el resultado de la articulación entre una población con su espacio”, podemos vislumbrar a configuração de suas memórias coletivas enquanto necessariamente atrelada à íntima relação que as comunidades constroem com o território em que vivem a partir de suas experiências cotidianas.

Conforme considera Milton Santos (2008, p. 96): “O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Nessa direção, é interessante ressaltar a perspectiva de Fanon (1968) sobre a essencialidade da terra no que diz respeito ao seu significado para a população colonizada. Seus apontamentos evidenciam que “o valor mais essencial” da terra, devido à sua materialidade, se relaciona diretamente à sua potencialidade de “assegurar o pão e, evidentemente, a dignidade” (Fanon, 1968, p. 33). Assim, ao considerarmos o território enquanto “o chão mais a população” (Santos, 2008, p. 96), podemos compreender, a partir da relação entre os campos material e simbólico, a afetividade construída enquanto sentimento de pertencimento de uma comunidade relacionada ao território que integra a sua história.

Vale destacar, a partir deste ponto, as considerações de Mendizábal (2007 *apud* Sosa Velásquez, 2012) em torno do território enquanto parte da constituição de identidades coletivas “al ser el escenario donde estas se realizan y el

espacio que los grupos reclaman para sí y frente a los otros, aludiendo a las raíces más profundas que le dan vida al sentimiento de su ser colectivo, anclando a la historia de un lugar” (Mendizábal, 2007 *apud* Sosa Velásquez, 2012). Nesses termos, percebemos a história do lugar enquanto história do próprio povo que o habita.

Guiñazu e Marks (2013), ao lembrarem que, de acordo com De Certeau (1996 *apud* Guiñazu e Marks, 2013): “Allí donde el mapa corta, el relato atraviesa”, evidenciam a essencialidade da memória coletiva e das narrativas daqueles que integram a história de um território nos processos de reconstrução do passado. A respeito dessa relação, podemos trazer a fala de Ailton Krenak, liderança indígena integrante do povo Krenak, durante a mesa “Lutas indígenas e práxis decoloniais”, realizada no II Congresso Internacional Epistemologias do Sul em junho de 2017 na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), através da qual ele afirma que “quando morre uma língua, morre a memória, morre a língua que aquele rio entende, que aquela terra entende”, e que “pra manter nossa memória viva é preciso reconhecer essas paisagens por onde nós nos deslocamos”. Ao trazerem a relação profundamente íntima entre elementos simbólicos e materiais relacionados à composição e à própria existência da memória no território que a compõe, suas considerações salientam tamanho vínculo entre ambos a ponto de vislumbrarmos uma interdependência vital entre suas permanências.

Assim, se para Gondar (2005), a elaboração da memória social e a reconstrução dos fatos estão necessariamente inseridos em um “campo de lutas e relações de poder” que, inevitavelmente, carregam consigo sempre um escolha afetiva reveladora de uma determinada perspectiva, é interessante observar, de maneira complementar, as considerações de Viveiros de Castro (1996; 2005) acerca do “perspectivismo ameríndio” e seu “multinaturalismo” enquanto “conjunto de ideias e práticas muito difundido na América indígena” (Viveiros de Castro, 2005, p. 147), em contraposição ao pensamento ocidental norteado pelo “multiculturalismo”. Enquanto para este último, a diversidade representativa é compreendida a partir de um relativismo cultural paralelo a uma “natureza objetiva e universal, exterior à representação” (Viveiros e Castro, 2005, p. 148),

Na cosmologia ameríndia, o mundo real das diferentes espécies depende de seus pontos de vista porque 'o mundo em geral' consiste nas diferentes espécies, é o espaço abstrato de divergência entre elas como pontos de vista: não há pontos de vista sobre as coisas – as coisas e os seres é que são pontos de vista. (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 154)

Aqui Viveiros de Castro (2005) reforça, simultaneamente, a intrínseca conexão entre o mundo e os pontos de vista que se tem sobre ele, e a multiplicidade de seres e mundos tanto vistos quanto vividos, de maneira que, se compreende que a diferença existente se dá entre os próprios seres tal qual entre os próprios mundos, na convergência da alma³⁶ e do corpo, por meio da qual um está inevitavelmente ligado ao outro.

2.3 DIRETRIZES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este estudo possui uma abordagem qualitativa de cunho narrativo, com base no método da história oral apresentado por Meihy (2005), que será definido, discutido e situado a seguir. Na sequência, discuto o conceito de transcrição, bem como a tradução e o equívoco como suas premissas e, por fim, descrevo e explico os procedimentos que foram adotados para a realização das entrevistas com os colaboradores da pesquisa.

2.3.1 Da oralidade à escrita

Com a finalidade de elaborar documentos relacionados a processos vivenciados por determinados indivíduos inseridos em um meio social, a história oral, segundo Meihy (2005, p. 17), “é sempre uma história do ‘tempo presente’”, ou seja, ela está ancorada na continuidade de processos históricos inacabados por meio de percepções constituídas no momento em que é discursivamente elaborada e reelaborada. Conforme as diretrizes do autor, os registros na história oral devem

³⁶ Ao dissertar sobre as compreensões europeia e indígena em torno do corpo e da alma, bem como de suas presença, ausência e diferença nos diversos seres, Viveiros de Castro (2005, p. 151) explica que utiliza o segundo termo como sinônimo de “mente” para os dias atuais.

sempre ser formulados através da transformação de narrativas orais – estimuladas através de entrevistas e eletronicamente registradas – em documentação escrita que deverá passar por devidas etapas de tratamento.

As fases que regem o processo da conversão do estado oral para o escrito neste método compreendem primordialmente três momentos: a transcrição, a textualização e a transcriação. Na primeira, as palavras são escritas literalmente como foram ditas na entrevista, obtendo-se, assim, o material escrito bruto. A segunda, por sua vez, compreende a fase em que a transcrição é trabalhada pela primeira vez, subtraindo-se as perguntas do pesquisador e os ruídos sonoros. É nessa fase também que é encontrado o “tom vital” da narrativa, frase cuja função é “contribuir para encontrar os ‘nexos narrativos’, os eixos centrais dos documentos construídos e as vinculações temáticas apresentadas pelos interlocutores com base na *memória coletiva*.” (Seawright, 2006, p. 69). A terceira etapa, por fim, compreende o tratamento final dado ao texto, por meio do qual busca-se uma aproximação à vivência relatada, ou seja, uma “recriação do universo visual e sonoro para o mundo da escrita” (Meihy; Ribeiro, 2011 *apud* Seawright, 2006, p. 69), de modo que “valoriza-se a narrativa enquanto um elemento comunicativo preñado de sugestões” (MEIHY, 1991, p. 31).

Sobre esta última fase, a da transcriação, Meihy (2005, p. 204) afirma que

Assumir a proposta da transcriação como processo completo exige que seja qualificada a noção da experiência, que também passa a ser algo mais radical. Então, não se fala mais em experiência de entrevista, mas na entrevista como um fato social e coletivo por seus efeitos. (MEIHY, 2005, P. 204).

A relevância do método para a presente pesquisa surge, então, no próprio cunho narrativo do trabalho, onde, de maneira geral, os relatos concedidos pelos colaboradores “combinam histórias de vida a contexto sócio-históricos” (Muylaert *et al.*, 2014, p. 196). Isso se dá especialmente por seu aspecto possibilitador da elaboração de uma “outra história” (Meihy, 2005, p. 28), pois, ao passar inevitavelmente pela fase oral, ainda que se materialize em documento escrito, o método viabiliza a elaboração de registros ancorados em “experiências grupais populares” em geral não contemplados pela história oficial.

2.3.2 Transcrição, tradução e equívoco

“Transformar o original na tradução de sua tradução”. O excerto de autoria do poeta Haroldo de Campos, citado por Schnaiderman (2003, p. 179), que trata do trabalho do tradutor enquanto transcriador, nos aproxima da compreensão da tradução como ato de recriação narrativa. O conceito, cuja autoria é atribuída ao próprio poeta, mas também utilizado por Meihy (2005) para descrever a fase final da escrita no trabalho de história oral, tem sua origem no exercício da tradução entre línguas, mas, “também em história oral, parte-se de um ponto e se redesenha a narrativa que culmina em um ponto ulterior” (SEAWRIGHT, 2016, p. 72).

De acordo com tais apontamentos, o percurso entre os pontos, sejam eles idiomas ou estados narrativos (do oral para o escrito), é compreendido, desse modo, como um trabalho de conversão e recriação. Com relação à presente pesquisa, apesar de sua constante transição entre o português, o espanhol e o mapuzungun, além da conversão da oralidade para a escrita, podemos considerar que o aspecto da tradução se dá, primordialmente, no percurso entre os sujeitos e os mundos. Isso porque o aspecto da multiplicidade de mundos e perspectivas, assim como sua indissociabilidade do processo de elaboração da memória por meio das narrativas, está inevitavelmente relacionado com o próprio processo que constitui o presente trabalho, justamente pelas diferenças de mundos vividos pelos sujeitos colaboradores da pesquisa e por mim enquanto pesquisadora.

Desse modo, faz-se necessário considerar a comunicação “pela diferença”, conforme proposto por Viveiros de Castro (2005, p. 152-153), ao colocar o equívoco como “categoria propriamente transcendental da antropologia”, e “dimensão constitutiva do projeto de tradução cultural próprio da disciplina”. Segundo o autor,

Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco, é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro, ao presumir uma univocalidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós “estávamos dizendo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2005, p. 153).

Assumir o equívoco, então, torna necessário colocar a heterogeneidade como premissa para que, durante o processo da transcrição, as diferenças sejam presumidas e consideradas.

A história oral enquanto método, no entanto, ao mesmo tempo em que considera “a observância em relação à pessoa em sua unidade”, como esclarece Meihy (2005, p.79), pressupõe, paralelamente, a existência social do indivíduo. “Nesse sentido, a história oral é sempre social. Social sobretudo porque o indivíduo só se explica na vida comunitária” (MEIHY, 2005, p. 79).

2.3.3 Realização das entrevistas

Partindo das premissas teórico-metodológicas aqui apresentadas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três colaboradores, membros da comunidade mapuche Lof Che Buenuleo e da atual equipe técnica e de gestão do Wall Kintun, que vivenciaram e vivenciam o processo contínuo de construção da emissora. São eles: Deolinda Buenuelo, diretora e apresentadora no Wall Kintun e *werken* da comunidade Buenuleo, seu pai Salvador Buenuleo, *inalonko* da comunidade, e Oscar Moreno, produtor e apresentador do Wall Kintun e comunicador mapuche cuja trajetória profissional antecede sua participação na emissora.

A fim de realizar o registro da experiência vivencial (Meihy, 2005) dos colaboradores supracitados em torno do processo de implementação do canal abordado pelo presente trabalho, e considerando a “interação entre meio social e indivíduo” (Meihy, 2005, p. 73), o estudo teve como objetivo geral a compreensão do processo de construção e realização do Wall Kintun a partir das perspectivas de seus atuais membros mapuche que acompanharam a implementação da emissora e permanecem ativamente na administração e condução do canal até o momento presente. Com base em suas narrativas, buscamos traçar a trajetória do Wall Kintun com a finalidade de compreender a relação desenvolvida entre o Estado e os mapuche nesse processo assim como de que maneira ela se deu e em que medida interferiu e contribuiu na constituição do primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina. Simultaneamente, foram imprescindivelmente considerados

na composição deste trabalho, tal qual como base para a compreensão da própria história traçada acerca da emissora, elementos evidenciados como significativos nas narrativas que compõem a presente pesquisa.

As entrevistas foram gravadas individualmente com cada colaborador e presencialmente em áudio, na cidade de San Carlos de Bariloche em outubro de 2017. Posteriormente, elas passaram pelas etapas de transcrição, textualização e transcrição supracitadas, para constituírem, assim, o terceiro capítulo desta pesquisa.

Por fim, as identidades dos colaboradores foram mantidas, conforme acordado entre as partes. No entanto, os nomes de pessoas diretamente envolvidas na trajetória do Wall Kintun citadas nos relatos foram substituídos por identidades fictícias. Quanto aos idiomas das entrevistas, todas as falas foram mantidas em espanhol e mapuzungun, conforme utilizado pelos colaboradores no momento da gravação.

3 RELATOS

O presente capítulo, integralmente composto pelos relatos dos colaboradores desta pesquisa, está organizado em subitens de acordo com a narrativa de cada um deles. Adentramos, assim, a história do Wall Kintun, partindo primeiramente da perspectiva de Deolinda Buenuleo, diretora e apresentadora no Wall Kintun e *werken* da comunidade Buenuleo. Passamos, em seguida, à narrativa de seu pai e *inalonko* da comunidade, Salvador Buenuleo, e finalizamos o capítulo com as exposições de Oscar Moreno, produtor e apresentador do Wall Kintun. Cada relato é antecedido de uma breve contextualização acerca do momento da entrevista no tempo e no espaço, seguida de uma precisa apresentação do colaborador entrevistado no contexto da implementação e construção da emissora.

3.1 DEOLINDA BUENULEO

Me encontrei com Deolinda, primeira colaboradora entrevistada, numa quarta-feira, dia 18 de outubro de 2017 por volta das 11h30 da manhã, na sede do Wall Kintun localizada no prédio do Centro Administrativo Provincial de Río Negro. Estávamos no canal somente eu e ela, onde, de um lado da sala, a televisão de tubo transmitia a programação da emissora, e, do outro, víamos pela janela de vidro aqueles que transitavam pelos corredores do prédio.

Deolinda Buenuleo é *werken* de sua comunidade, diretora do Wall Kintun, e apresenta o jornal Muley Zungu desde a sua estreia. Ela está na emissora enquanto integrante da comunidade Buenuleo desde as primeiras semanas após sua inauguração, e na direção desde junho de 2013, dois meses após o relançamento do canal. Dos três entrevistados, tal qual entre todos os membros do Wall Kintun, Deolinda é a integrante que está há mais tempo ativamente na emissora.

Iniciamos nossa conversa falando sobre como eu me sentia nesse processo de pesquisa por me reconhecer em uma posição semelhante à dela na sociedade enquanto mulher racializada ao mesmo tempo em que temos histórias, etnias e nacionalidades diferentes, cada uma com sua particularidade. Seu relato se inicia, então, a partir desse diálogo.

“Así que el sueño es ese que salgamos, que nos vea la mayor cantidad de gente y expresar todo lo que pasa dentro de nuestro pueblo.”

¿En Brasil igual hay así como una discriminación hacia estas personas? Porque acá el Estado como que discrimina a los de los pueblos originarios. ¿En Brasil igual? Por ejemplo, en Estados Unidos como que los blancos discriminan los negros. ¿Ahí igual? Porque nosotros, acá dentro de los pueblos originarios, hay personas que son muy blancas. Muy rubias, blancas, de ojos verdes, pero igual las discriminan como de pueblos originarios. Por ejemplo, dentro de los Mapuche, yo por ejemplo, viste que yo no soy negra, soy blanca. No soy rubia pero soy blanca. Tengo a Aukan, mi hijo, el del mechón blanco. ¿Viste el que vino el otro día? Él pertenece a la comunidad de los Maliqueo, que otra comunidad. Y ellos tienen a la abuela que es rubia y de ojos verdes, y después algunos nietos igual, todos rubios y blancos. Pero son del pueblo, son mapuche, pero con esa característica. A mí un montón de veces me decían que yo no era mapuche, por cómo eran mis rasgos. Oscar sí. A Oscar lo ves ya la figura y todo.

Por ejemplo, con los Mapuche –hablo más por los Mapuche–, como sabemos que vinimos de Mapuche por las historias de los abuelos, como que no se perdió eso. Como que quisieron exterminar, pero no se pudo porque es una raza muy fuerte, los Mapuche. Mucha gente dice por ahí que tampoco se identifica, porque igual hay muchos mapuche que no se reconocen como mapuche. Sin embargo, todos ven los rasgos, el apellido, las costumbres que tenés.

Viste que la mal llamada Campaña del Desierto como que quisieron eliminar todo: la cultura, la espiritualidad, toda la cosmovisión mapuche. Pero se ve que en algún momento, algunos abuelitos... como que lo guardaron, pero a la vez lo iban transmitiendo en el quehacer diario. Cómo hacer una ceremonia, cómo comíamos, la palabra, la voz, o sea, que circule. Muchas costumbres que no se perdieron, muchas veces el andar descalzos... ¿Viste que los mapuche como que es muy común que anden descalzos? O sea, cosas que son muy nuestras y no se perdieron. Pero hay mucha gente que por esto de la colonización, o la venida de extranjeros, como que vos rechazas también su cultura, todo su origen. Porque como que sentís vergüenza también, entonces esa gente después no se autoreconoce como indígena. Porque, o sea, que “prefiero la cultura de otro país, de otro lugar, a la nuestra propia”. Eso es re feo. Por ejemplo, yo conozco gente que

[dice]: “No, yo no soy mapuche”, pero no sé, el llevar mate a la derecha, el andar descalzo, cómo hablás, cómo te expresás, eso te identifica.

Mira, yo siempre supe que era mapuche porque el abuelo siempre nos inculcó eso. Decía que nosotros éramos una tribu y que éramos mapuche. Y entonces cuando nació mi hijo, el del medio, el papá de los nenes estaba como que recuperando su identidad. Primero era re argentino él, que la “ay, la argentinidad”, no sé, como el gaucho, como Martín Fierro, andar a caballo y todo eso. Él es de apellido Maliqueo, entonces yo cuando me quedé embarazada yo le dije que no quería un nombre para mi hijo que fuera de los gringos, de los *winkas*. Quería algo que pegara con el apellido de Maliqueo. Era un apellido mapuche y yo quería que el nombre de mi hijo fuera mapuche. Entonces yo le busqué el nombre Aukan: guerrero, rebelde. Entonces bueno, sí, fue una disputa en la familia, porque la familia no quería que le pusiera el apellido, el nombre ese. Porque decían: “Mire, por qué le va a poner ese nombre, y después el nene cuando sea grande va renegar su apellido, de su nombre, no le va a gustar y va querer cambiar el nombre”. Y yo reafirmé que no, que quería ese nombre. Y su papá, bueno, le aceptó, y buscamos otro nombre. ¿Viste que acá es costumbre poner dos nombres a los hijos? Entonces cuál otro nombre mapuche... Nahuel Aukan: tigre guerrero.

Y nació, y después al tiempo él fue en recuperación del territorio de él que está ahí en el Challhuaco. Toda esa parte de Challhuaco era todo del abuelo de él, todo eso. Entonces empezamos a armar [a] la comunidad para recuperar esa tierra. Entonces [el] nene era chiquito y nos fuimos ahí, nos instalamos ahí, pusimos nuestra bandera, todo. Fuimos recuperando el lugar. Y ahí, cuando recuperamos el lugar, la familia como que empezó a identificarse, a recuperarse de su identidad [sic], de volver allí al territorio, de estar. Y ahí donde recién empezaron a cambiar.

La que era mi cuñada, la hermana mayor del papá de los nenes, ella no quería saber nada, porque ella “no era una india”. ¿Viste que acá a los indígenas muchas veces les dicen “el indio”? Que está mal dicho. Entonces ellos decían que no eran indios, no se querían reconocer. Después de un tiempo de que se recuperaron de todo eso, como que el hermano empezó incentivar ahí que sí, que él era... “Yo soy indio”, decía él. Que él era indio mapuche y que iba estar en su tierra y que no sé qué. Entonces ahí como que empezaron a darse vuelta y ahora son re mapuche todos de vuelta, como que volvieron.

Nosotros en la comunidad nuestra no, porque siempre vivimos en el lugar. Siempre vivimos en nuestro territorio. Cuando empezamos a estudiar, bueno, mi papá vive acá a unas cuadras, vive en la ciudad –en “del pueblo”, como decimos nosotros–, y ahí vinimos nosotros, estudiamos, y después de un tiempo yo me volví a la comunidad. Ahí tengo mi casa, mis hijos están criando ahí. Y después varios de la comunidad viven ahí desde siempre, desde que nacieron siempre.

La comunidad hoy por estatuto, por decir así, somos aproximadamente ochenta, cien personas. Cuando nos juntamos, que por ahí hacemos una reunión de algo, somos re poquitos, somos como mucho diez personas que nos juntamos. Porque como que nos separamos mucho ahora, estamos muy separados. Viste que muchos dicen: “Bueno, la comunidad es un grupo de gente que trabaja toda unida”. Pero la realidad hoy en la comunidad nuestra no es así. Como que cada uno se individualizó, como que se independizó. Entonces es como que “esta es mi casa, acá estoy, acá están mis animales, mi pertenencia y estamos ahí”.

Yo como que me siento un poco medio cabeza de la comunidad, porque si yo no llamo a la reunión nadie llama, viste. Nadie. Si yo no tomo una decisión de decir “vamos ahí a sacar leña”, entonces tampoco lo hace nadie. Por ejemplo, dentro de nuestra comunidad tenemos una usurpación. Un *winka* tiene usurpadas noventa hectáreas de la comunidad. Entonces quiero que trabajemos por recuperar esas noventa hectáreas y todos dicen que “sí sí” en la reunión y después como que nadie actúa. Nadie actúa. Nos sacan leña dentro de la comunidad y como que yo tengo que estar pendiente a las denuncias y todo eso. O sea, como que “sí sí” en el momento nomás. Después como que quedamos dispersos. Entonces es una lucha que por ahí yo tengo con mi familia de juntar.

Después hay familias dentro de la comunidad que forman parte del estatuto pero no viven acá. Tenemos algunos... Viven en Viedma, Buenos Aires, en Mendoza hay algunos, en Neuquén, entonces no están ahí. De acá tenemos a mi papá que vive a algunas cuadras y después están como nueve familias que viven allá en la comunidad, así dispersos. Bueno, esas nueve, diez, once, como trece familias, cada una tiene su hijo, su esposo o su esposa.

El abuelo de mi abuelo, él se casó con una mujer de apellido Curinao. Estaban Buenuleo y Curinao. Ellos dos formaron la familia Buenuleo. Entonces ellos se juntan, o sea, se casan. Todos viven acá y después el abuelo

hereda las 627 hectáreas que están allá arriba, que es en el Lote Pastoril 127. Primero estaban en otro lugar, por allá por los de Ranquehue, no sé, por allá por el campo militar, por allá. De ahí los cambiaron acá, de acá a dos cuabras, todo eso. Después los corrieron de lugar más arriba, por allá por donde está el hiper. Y al último los asentaron ahí en el 127. O sea, le aceptaron 627 hectáreas pero como que los corrieron de lugar. El Estado los corría del lugar hasta que se quedan asentado ahí en el 127. Y por eso todos los de ahí arriba del Dinara, del hiper, todo eso del barrio Arrayanes, del frutillar, todo de Las Quintas para arriba se le llama la [inaudível] de Buenuleo, porque el abuelo al irse corriendo por todos lados iba como dejando el nombre, hasta que se queda asentado ahí.

El abuelo tenía varios hijos. No sé cuántos hijos tenía el abuelo, el del primero. Pero ellos quedaron en el otro lado de la cordillera, *Gulumapu*, en un lugar que se llama Panguipulli, ahí. Igual tienen una cantidad grande de hectáreas, ahí quedó los hijos. Y el abuelo como estaba en *Puelmapu* en la parte esta, se trae un nieto de allá, que es Antonio, el abuelo mío. Se trae el nieto, lo cría, lo tiene hasta que... Bueno, después fallecieron los dos viejitos. Primero falleció el abuelo Antonio y después la abuela Pilar. Y el único que quedó acá fue ese, el nieto. Y el nieto quedó ahí con todo el territorio y ahí empezó a formar familia. Primero se juntó, no se casó. Se juntó y tuvo dos hijos varones: a mi papá y al tío – o sea, el hermano. Después se separó de la mujer y se juntó con una mujer que ya tenía dos nenas. Y ahí con ella tuvo dos hijas más, que serían Olivia e Isabel. Después se separó de vuelta y se juntó con otra mujer y con ella tuvo cuatro, cinco más, y fue la última que estuvo. Con esa se terminó su vida ahí. Entonces todos los hijos esos que eran ocho tuvieron más hijos cada uno. Por ejemplo, mi papá tuvo cinco, mi tío tenía tres, una tía que tiene como quince, no sé cuántos la Olivia pero ella vive en Mendoza... Después la tía Isabel tiene cuatro, y así. Y los primos, digamos, todos tienen hijos. Yo tengo tres hijos, mi hermano tiene cuatro hijos, un hermano tiene tres hijos, y así. Entonces eso que formó una comunidad, un grupo de gente.

Y el abuelo, cuatro, cinco años antes de morirse, nos reúne a todos, a toda la familia ahí en su casa, y formamos ahí una personería jurídica y un estatuto donde figuraba el orden de la familia. A todo eso el abuelo cuando era joven, cuando ya era adulto también, él quería como formar su tribu de vuelta, su gran cantidad de gente. Pero qué pasó: él agarró el territorio de él, o sea, las 627 hectáreas, empezó a lotear para vender para que esa gente fuera como su agrupamiento de gente, por

decir así. Y formó dos barrios: Pilar I y Pilar II, que son 120 hectáreas dentro de nuestro territorio. Y ahí hay mucha cantidad de gente, hay como 120 familias en cada barrio, con 100, 120, 150... Entonces él decía que esa gente era su tribu, pero en la realidad no, porque esa gente era otra gente de otros lados. Entonces cuando él nos vuelve a reunir así toda la familia, ahí formamos realmente lo que era la comunidad Buenuleo. Pero no podíamos echar a esa gente de Pilar I y Pilar II, así que tuvimos que dejarlos y les donamos esas 120 hectáreas a la municipalidad para que la municipalidad se hiciera cargo de titularizar los lotes esos para estas familias. O sea, la comunidad respetó la ubicación de cada familia. Sí, estaban hace años, hace muchos años que están. Algunos hasta 50 años están viviendo ahí. Y ellos por ahí, algunos vendieron, ese mismo terreno lo revendieron otra vez y otra vez, entonces eso pasa a ser parte del municipio.

Después esas 120 hectáreas las dejamos fuera de la comunidad junto con todo el resto, que son 400 y algo. Eso forma parte la comunidad, el territorio propio de la comunidad, que nosotros dijimos que ahí, bueno, pusimos dentro nuestro estatuto, todo lo que queríamos ahí. Nuestro lugar para cementerio, para la edificación de casa, todo, para que servía ese territorio. Y ese territorio no lo podemos ni vender, es nuestro, propio. Porque pasaría a ser comunitario, que pasa a ser de los integrantes de la comunidad. Entonces todas la familias que formaron la comunidad están viviendo en el Pilar I y Pilar II, dentro de ese barrio. Y dentro de la comunidad, que serían las 400 y algo hectáreas, tenemos 90 hectáreas que están usurpadas. Algunos que otros, que son ocho familias que están así dispersas, que no forman parte de la familia sino que el abuelo les vendió así aislado ahí arriba. Y la única integrante de la comunidad que está viviendo dentro del territorio soy yo. La única. Y Lucas, que es hijo mío, que va edificar su *ruka* (casa) ahí a unos metros de la casa mía. Pero después el resto está dentro del Pilar II y Pilar I.

Entonces por eso yo les decía a ellos que si este es nuestro territorio, esto es lo que tenemos que defender y lo que nos queda. Por todo lo que hay que hacer y por todo que están destruyendo. Porque se está destruyendo mucho, no solamente con tema de sacar leña. Por ejemplo, ahí donde están las 90 hectáreas usurpadas, ahí están instalando árboles, haciendo contaminación del río. Dentro de la comunidad nuestra nace el Arroyo Ñireco. Y el Arroyo Ñireco es una de las fuentes de agua que da la gran cantidad de agua a la población de Bariloche. Y dentro de la comunidad nuestra hay dos hectáreas que está ocupando Aguas

Rionegrinas, que sería el ente regulador del agua. Aguas Rionegrinas tiene unos piletones gigantes ahí, ¿viste? Entonces ahí almacena agua y a través de cañerías la trae a Bariloche para agua potable. Esto también es parte de la destrucción del territorio nuestro, porque ahí usan muchas máquinas, las cañerías mismas, los depósitos de agua... Eso está hace como 25 años más o menos.

La usurpación de las 90 hectáreas la sufrimos en el día que falleció el abuelo. Cuando nosotros los estábamos enterrando ellos fueron con camiones, fueron y se instalaron ahí. Así que hicimos la denuncia pero para nosotros, para seguir esta denuncia, tenemos que tener un abogado y no contamos con plata para pagar un abogado. Así como que está ahí nomás, no podemos avanzar. Y bueno, eso es lo que más sufrimos ahora. Y después que tenemos que tener ese cercado, o poner tranqueras para que la gente no ingrese a robarnos leña. Porque es un lugar muy práctico para que la gente vaya y saque leña... Del frutillar para arriba, viste que las tomas, en Pilar I y Pilar II no hay gas... Bueno acá incluso en Bariloche hay lugar donde no hay gas, entonces la gente va a buscar leña y por eso sacan, así que es un problema.

Dentro de la comunidad tenemos roles. Está el *lonko*, está el *werken*, están los *konas*, *inalonko*... Entonces dentro de la comunidad, a mí cuando tuvimos reunión me eligieron como *werken*. Y lo que hago es más difundir lo que está pasando dentro de nuestro territorio. Y después con el tema del canal, nos juntamos una vez, todavía estaba el abuelo vivo, nos juntamos ahí y yo fui y les dije que quería que no cerraran el canal. Porque la comunidad lo iba a cerrar porque había tanto lio.

Bueno, cuando nosotros nos reorganizamos, cuando nos organizamos para ser una comunidad fue en el 2009, cuando empezamos a hacer todo más legal con los papeles. En el 2011 obtuvimos la personería jurídica de acá de la provincia, del CODECI. Y entonces ahí empieza a andar más en... Viste todos los conflictos que hay, la tira de alambrados, todo eso empieza a andar mi papá, empieza a juntarse más con otras comunidades, con otras organizaciones. Empieza a sumarse en ayuda a otras comunidades. Y cuando estaba en recuperación del territorio de ahí de los Ancalao, estaban ahí en una movilización –no sé qué había ahí en los de Ancalao, creo que estaban tirando alambre– y ahí salta la idea de que estaría re bueno tener una radio para poder difundir a toda la gente lo que estaba pasando, los conflictos que tenían los Mapuche, todo. Porque no salía a la luz. Era

como que siempre estábamos en una pelea constante por la lucha y resulta que nadie escuchaba, entonces salta la idea de una radio. Y estaba en ese momento como consejero del CODECI, la coordinadora de acá de los pueblos indígenas acá en Río Negro. Entonces ahí estaba de consejero Daniel³⁷. Y resulta que Daniel aparece por la comunidad pidiendo, diciendo que se lo podíamos prestar la personería jurídica nuestra para formar un canal. Porque estaba la posibilidad de que tuviéramos un medio de comunicación para que pudiéramos difundir todo lo que estaba pasando. Pero la única comunidad que teníamos hasta ese momento personería jurídica éramos nosotros acá. Porque estábamos nosotros y estaba la Tacul Cheuque y creo que los Ranquehue.

Daniel era el coordinador de acá del CODECI. Por eso cuando se encontraban todas las comunidades para la recuperación de un territorio, él estaba ahí presente. O por ejemplo, si nosotros teníamos que hacer trámites en Viedma por el estatuto, lo de la personería jurídica o cualquier cosa, él también tenía injerencia en eso. Claro, un representante de los Mapuche frente al Estado. Él había sido elegido en un parlamento de pueblos, de los Mapuche. En un parlamento fue elegido él como coordinador. Entonces como que tenía conocimiento de todo.

Entonces ahí la comunidad acepta prestar la personería jurídica para que se baje un medio de comunicación para que podamos difundir. Entonces semanas antes del 7D, de 7 de diciembre, caen en la comunidad nuestra un grupo de chicos de una cooperativa audiovisual que se había estado formando en comunicación que se les estaban capacitando, que era un grupo aproximado de quince, veinte chicos. Caen en la comunidad para decirnos que estábamos invitados a la inauguración del canal de televisión, que nosotros acá habíamos sido licenciatarios. Por medio de la personería jurídica habíamos ganado una licencia, o sea, era más automático eso de recibir una licencia. Mira, vos venís ahora y me decís: “Necesito tu personería jurídica porque voy a bajar un medio de comunicación”. Nosotros, bueno, re contentos: “Uy, sí, ¡Va servir para lo que nosotros estábamos luchando!”.

Después de un tiempo aparece –y encima nosotros lo vemos por canal de la Televisión Pública– cuando la presidenta en ese momento, la Cristina, le estaba entregando la licencia a Isabela³⁸, que en ese momento se hizo pasar como

³⁷ Nome fictício.

³⁸ Nome fictício.

integrante de la comunidad para recibir la licencia. Entonces nosotros nos enteramos por televisión que habíamos sido licenciarios de un canal de televisión. Entonces, bueno, nos fueron invitar para la inauguración del canal para dos semanas después, para el 7 de diciembre. Ahí en el Centro Cívico, en el marco del Pre MICA, iba ser lanzado el canal de televisión Wall Kintun. Bueno, ahí el 7 de diciembre vinimos, estuvimos ahí con ellos un rato allá abajo en el Centro Cívico, después vinimos acá porque a las doce de la noche se largaba la señal. Así que estuvimos acá y se largó la señal. Lo primero que se lanza es un documental de Nestor Kirchner en dentro del canal.

Bueno, nosotros terminamos, nos fuimos a la casa, a la comunidad nuestra, y ellos se quedaron acá, el grupo este de chicos que estaban capacitando para lanzar el canal. Daniel, el consejero, estaba junto con Miguel³⁹ que es representante del INAI en medios de comunicaciones acá en la parte de la Patagonia. Y ellos dos habían formado este grupo de chicos de la cooperativa y los habían capacitado para poder sacar adelante un medio de comunicación, el canal. Los llevaron a Buenos Aires, los chicos se capacitaron todo, una capacitación en todo lo que eran medios televisivos. Y estaban juntos ellos, Daniel y Miguel con los chicos de la cooperativa. Y ellos, bueno, lanzaron el canal, toda la historia no sé cómo habrá sido el tema de la estructura, viste que consiguieron todo: el transmisor, la antena, todo eso, colaboración de la CNC⁴⁰, no sé, todo eso se organizaron entre ellos, porque nosotros de la comunidad no estábamos, no sé cómo se montó esto.

Entonces pasó diciembre y en enero se empezó a inquietar la comunidad para ver qué pasaba dentro del canal, porque había un montón de chicos trabajando y salían a hacer notas, salían a trabajar y no cobraban sueldos, no tenían seguros, nada. Y si nosotros éramos licenciarios y a alguno de ellos le pasaba algo, los responsables éramos nosotros. Entonces nosotros tenemos una reunión con ellos acá para ver qué podíamos hacer. Y a su vez nosotros queríamos que por lo menos dos integrantes de la comunidad estuvieran trabajando dentro del canal. Así que agarramos y tenemos la reunión que pedimos, y acá estaba todo el grupo de los chicos y Daniel, y Miguel. Estaban acá cuando nosotros les vinimos a decir que... ¿Qué iba a pasar con ellos si les pasaba algo? Que queríamos que metieran acá adentro del canal a trabajar a dos integrantes de la comunidad, y que a parte que

³⁹ Nome ficticio.

⁴⁰ Comisión Nacional de Comunicaciones.

nosotros queríamos que un veinte por ciento de lo que ingrese dentro del canal fuese para la comunidad. Ahí dijeron que sí, que querían, que vengan los integrantes de la comunidad. Miguel dijo:

- No, acá el porcentaje no. Porque nosotros somos los que trabajamos para hacer este canal, así que el porcentaje no.

Y después de que nosotros les diéramos un poder mediante un escribano de administración a ellos, a la cooperativa, para que ellos pudieran administrar el tema del canal. Entonces, bueno, elegimos que si por ejemplo les ocurría un accidente o algo, no fuésemos responsables nosotros sino esa administración. Y entonces les dijimos que sí, fuimos al escribano, el abuelo estaba allá en el escribano y nunca aparecieron para que firmáramos eso. Porque ellos no estaban, o sea, estaban en conformación de la cooperativa, no tenían una personería jurídica como para que se le otorguen. No se podía hacer ese poder.

Bueno, volvemos a la comunidad y ahí nos llama Miguel, que quería tener una reunión con nosotros, con la comunidad. Bueno, llegaron un día a la comunidad los dos sin la cooperativa –los dos chicos, Miguel y Daniel–, y ahí dijeron que estaba todo mal acá dentro del canal. Que los chicos estos que estaban haciendo puras macanas, que se llevaban mal con la gente acá del Centro Administrativo, que se creían los poderosos acá adentro, que ponían lo que ellos querían en el canal, no sé qué... Que necesitaban que, o sea, que este canal era de la comunidad, así que la comunidad se tenía que hacer cargo formando un directorio y viniendo al canal a poner orden, por decir así. Entonces agarramos y les dijimos: “¿Como hacer un directorio si nosotros no tenemos la más pálida idea de lo que era un canal de televisión?”. Nosotros en la comunidad... nadie sabía, nadie tenía conocimiento de lo que era ser un comunicador, nada. Entonces ellos dijeron que por eso no nos hiciéramos problema, que formemos un directorio porque ellos tenían un amigo que estaba viniendo de Buenos Aires en las siguientes semanas y que podría quedarse acá un año a capacitarnos a los del directorio para que durante ese año nosotros podamos llevar adelante el canal y podamos después lanzarlo solo, por decir así. Era Pablo⁴¹, que llegaba y que nos quería conocer.

Bueno, en la semana llegó Pablo acá a Bariloche, y ahí fue Pablo con Miguel a la comunidad. Nos dijo que él quería mostrar un proyecto a la comunidad, diciéndonos que durante ese año no iba a cobrar un peso porque él era

⁴¹ Nome ficticio.

co-responsable de Télam, entonces él tenía su sueldo. Que no nos iba a cobrar nada por capacitarnos y por llevar adelante el canal, que algo en ese proyecto le decía que íbamos a tener contrato con un montón de medios de afuera, internacional, y todo con un verso Pablo. Y que el directorio todos los días iba venir a trabajar, que vamos a cobrar un sueldo mediante proyectos que realizara, y que teníamos que venir a hacernos cargo del canal. Así que ahí nosotros le dijimos que sí, que lo nombrábamos como director del canal. Estábamos en el directorio mi papá, una tía, un primo y yo. Éramos cuatro. A su vez mi primo estaba en Buenos Aires porque estaba re enfermo, el primo estaba estudiando y mi papá estaba trabajando, así que la única que más o menos estaba acá era yo.

Así que nos venimos una tarde algunos de los integrantes de la comunidad y les vinimos a decir a los chicos de la cooperativa que nosotros nos íbamos hacer cargo del canal. Ahí fue como que se armó una [inaudíbel], viste. Que fue el lío, que los chicos decían que cómo iban hacer esto, a ellos los habían capacitado para llevar adelante el canal. “Bueno, sí, pero van a llevar el canal adelante y va con nuestras normas”. Y entonces ahí los dos se pusieron en contra. La cooperativa y Miguel, Daniel y Pablo, los tres. La cooperativa y estos tres, y nosotros de la comunidad que estábamos metidos en el medio. Así que, bueno, una pelea ese día, hasta que nos quedamos firmes acá. A las semanas los de la cooperativa dijeron que se iban, que no querían saber nada con el canal. Que se iban porque no podían trabajar así con esta gente, como que le tenían la delantera allá. Así quedamos. Que se fueron los de la cooperativa y quedó Miguel, Pablo, la novia de Miguel y yo, cuatro quedamos acá adentro. Yo les digo:

- ¿Qué vamos hacer ahora? Porque no tenemos a nadie.

Para que hagan notas, no había nadie. Y entonces ahí Miguel dice:

-No se preocupe, porque armamos unos proyectos mediante el Ministerio de Desarrollo Social. Lo que hay que buscar ahora es gente, chicos que sean mapuche, que tengan características mapuche. Y venimos y los capacitamos y empezamos a llevar adelante el canal.

Y yo digo:

- Sí, ¿pero qué gente? ¿Qué chicos?

- No importa. Que tengan apellido mapuche estaría bueno. Y que sean jóvenes.

Porque son más fácil de dominar, así lo entiendo. Bueno, entonces ahí yo empecé a buscar hijos de algunas amigas, algunos conocidos, así. Y ahí vino un integrante de la comunidad también, y la tía que ya había vuelto de Buenos Aires así como que empezó a venir. Y ahí él nos hizo inscribirnos a todos, a ser monotributistas en el Ministerio de Desarrollo Social. Se empezaron a juntar acá, éramos doce, doce o quince éramos, y ellos empezaron a capacitar en edición y todas las cosas. Y ahí Pablo empezó a hacer talleres, nos enseñaba a editar... Bueno, no era mucho enseñar porque nos decía como se hacía lo básico y después que lo que queríamos filmar, qué era que queríamos que salga al aire y entonces salía. Lo que sea, bajábamos programas de internet, de YouTube, de cualquier cosa poníamos en el canal. Hacíamos producciones nuestras pero nunca jamás se pudieron transmitir.

Eso pasó en febrero de 2013. Bueno, ahí nos dijeron que íbamos a tener un subsidio del Ministerio de Desarrollo Social, después del INAI, y nos iban a bajar fondos también para sueldo. O sea, la cosa es que en ese momento íbamos ganar como 8 mil pesos cada uno. Era una fortuna para nosotros. Era como decir hoy 30 mil pesos, 35 mil. Y todos re contentos fuimos, nos anotamos en el Ministerio de Desarrollo Social y nos había dicho el Miguel que en los primeros dos meses no íbamos a cobrar nada pero que a finales íbamos a cobrar como todo junto, o sea, los dos meses juntos. Entonces todo bueno, trabajaba re bien, todos los días venían los chicos, salían a hacer notas. Porque aparte el trabajo no era solamente hacer nota, también el trabajo era ir a un galpón de La Campora que tenían allá arriba en frente a la escuela de techo verde del lado 55, había un galpón ahí. Y ahí hacían estampados en remeras, y salían a plantar arbolitos en las calles, y salían a arreglarles los techos de la gente allá del barrio Nahuel Hue, ahí, todas esas cosas. Salían a controlar precios en los supermercados, el trabajo también incluía eso. Y no tenía nada que ver.

Y ahí en eso pasó marzo, abril, y nada, ¿viste? No venía el sueldo, no venía nada, no venía tampoco lo de que estábamos inscritos en el Monotributo Social, nada. Y ahí empezaron los chicos a ver qué pasaba. "No, nada, no. Que tiempos administrativos, que no se puede, que no...". Y ahí empezó. Entonces en marzo, abril, en mayo... Falta en junio, a mediados de junio yo me fui a trabajar al cerro porque no pasaba nada acá. Y a fines de junio llegan los chicos que estaban trabajando acá. Un día aparecen en mi casa de que era pura mentira que iban a

cobrar sueldos. Nadie acá iba a cobrar sueldos porque la carpeta del Monotributo Social se había perdido, que nadie había dicho nada. Era mentira todo lo que nos habían dicho. Y ahí los chicos se pusieron a re enojar, obvio. También yo tampoco había cobrado nada, había trabajado gratis por decir así. Así que llamé a Pablo y a Miguel a ver qué pasaba, y dicen:

- No, que tengamos un tiempito más porque...

Pero ya hacia como 6 meses que no se pagaba nada. Los chicos ya estaban todos endeudados por un montón de cosas. Viste que pedían plata para el transporte, para la comida, para esto y que el otro.

Bueno, esperamos dos semanas más. Tampoco. Así que ahí nos juntamos en la comunidad y les dije lo que estaba pasando acá. Todo el lío que había y los chicos que ya me querían comer. Y entonces ahí la comunidad dice que decide cerrar, que cierren el canal si al final puro lío y ni siquiera pasaban en el canal las cosas que estaban pasando en el campo, que era para lo que se lo había creado. Para ninguna comunidad, ningún mapuche, nadie venía acá. Entonces yo les digo:

- No, no. No cerremos el canal, porque yo creo que a la larga es una herramienta que sirve. Es un medio de comunicación y nos va a servir.

Entonces la comunidad dice:

- Bueno, si vos te querés hacer cargo del canal, andate.

Me dieron ahí un libro de actas de que estaba autorizada. Así que vine acá y yo le dije a Miguel que yo quería que él se vaya porque era pura mentira lo que estaba diciendo. Nunca nos llegaba plata para los chicos ni nada. Entonces agarró y dijo que se iba a ir. Y cuando dijo que se iba, Pablo, que era el director, dijo:

- No, bueno, si se va Miguel, yo me voy también.

- Bueno, andate si querés.

Durante esos 6 meses nosotros teníamos cámaras, teníamos isla de edición acá, todo, que habían conseguido mediante proyecto. Entonces cuando ellos se fueron, se fueron pero se llevaron todo, todas las cosas. Quedó vacío el canal. Lo único que quedó fue el transmisor y nada, una película que da vuelta y que da vuelta. Y se fueron todos. Yo les dije a los chicos que no vinieran más porque nos habían mentado. Que si salía algo en algún momento que yo les iba avisar. Pero dejaron de venir, porque aparte de la mentira ellos se seguían endeudando con todo. Bueno, se fueron y el único que quedó acá fue un chico que hacía cámara y la

esposa de él era abogada. Entonces ellos siempre estaban ahí pendientes de ver qué pasaba y eso. Y cuando se fueron y se llevaron todo, no quedó nada acá adentro. Mira, sí, ya nada había acá adentro. Todo vacío. Y yo digo: “¡Pucha! ¿Y ahora qué hago?”. Porque ni siquiera sabía cargar una programación ahí adentro.

Así que le llamé por teléfono a Tatiana, viste, la que sabe venir acá. Tatiana la peticita. La que vino, que estaba en el cumpleaños de Oscar. Bueno, a ella la llamé y le digo que si me podía dar el contacto del chico del *software* libre ahí del *play out*, para que me enseñe a cargar la programación. Así que ahí empecé a cargar la programación y, bueno, si es un canal mapuche tengo que poner algo que sea referente a los Mapuche. Así que empecé a revisar y encontré algunos videos en YouTube.

Y después un día vino una *lamgnen* de una comunidad que podía servir de testigo acá abajo en el registro civil y le digo yo así:

- ¿Usted no me puede dar algún contacto de alguien de comunicación que me dé algunos videos?

Y ahí me dio un listado y ahí fue donde encontré a Oscar, que fue casi a fines de agosto de 2013. Entonces ahí yo le conté todo lo que había pasado. Y yo no conocía Oscar. Yo pensaba que Oscar era de *Gulumapu*, de allá, que era chileno. Y yo le digo:

- Bueno, cuando andes por acá por Argentina, si andas por Bariloche te invito que pases por acá por el canal.

Y dice:

- No, yo soy de acá de Bariloche.

- Ah, ¿por qué no viene?

Bueno, ahí vino y yo le conté toda la historia, todo lo que había pasado. Y ahí Oscar estaba re indignado. Él dice que cómo habíamos sido usados por parte de ellos para tener este medio de comunicación. Eso fue al fin de agosto, septiembre. Después dice:

- Usted lo que tiene que hacer *lamgnen* es ir comunidad por comunidad contando lo que pasó acá. Porque la gente, las comunidades piensan que este canal es un canal de La Campora, no un canal mapuche. Por cómo se utilizó al pueblo Mapuche para tener este canal.

La Campora era como un grupo de kirchneristas, de la juventud kirchnerista, una cosa así. Y entonces agarro y, bueno, empezamos a ir a las

comunidades Quijada, los Tacul Cheuque, a la Ranquehue, y después a algunas organizaciones, a la Ruka, a diferentes lugares contando. Después hicimos un parlamento acá contando a todas las comunidades que pudimos, contando lo que había pasado y entonces ahí todos empezaron a mostrar el apoyo hacia el canal pero sacando todos estos funcionarios, por decir así, del Estado que no tenían nada que ver con un medio de comunicación del pueblo indígena. Como es Wall Kintun hoy, que es mapuche, que es de un pueblo originario que tiene su línea editorial ya como establecida por decir así. Que todo eso se fue trabajando en estos años, porque cuando Oscar viene y me dice:

- ¿*Lamgnen*, y que línea editorial tiene el canal?

Y yo le digo:

- ¿Y qué es eso?

Yo no sé lo que era una línea editorial, no sé, no entendía nada. Y ahí me contó. “No”, le digo yo. “Lo primero y fundamental es difundir lo que pasa en nuestro pueblo. Eso para mi ver, que en realidad yo sé que es mucho más”, le digo yo. Bueno, y hoy en día sabemos que el canal es para difundir, y a parte de difundir es para mostrar la cosmovisión mapuche, la espiritualidad, la cultura, hasta la medicina, todo eso. Difundir y mostrar. Y aparte, como dice Oscar, tenemos una pata social. Que también mostramos en el noticiero lo que está aconteciendo acá a nivel local o nacional, lo que sea de lo que es sindicato, las organizaciones. Bueno, vos has visto en el noticiero todos los días lo que pasa.

Y ahí el primero de noviembre de 2012 hicimos ante la Defensoría del Público que vino acá a Bariloche una denuncia de lo que habíamos sufrido como comunidad y como medio de comunicación a través de estos tres funcionarios. Porque en realidad los tres son funcionarios: Miguel, Pablo y Daniel. Daniel que en ese momento era del CODECI y después pasó a ser de Agricultura Familiar, no sé, Agricultura, Ganadería y Pesca en provincia, algo así. Miguel que trabajaba en el INAI, y Pablo que era co-responsable de Telám. Así que eran funcionarios los que vinieron y destruyeron el canal en el principio. Y eso lo denunciarnos el primero de noviembre a la Defensoría del Público.

Y ahí, bueno, cuando empieza AFSCA a prestarnos atención, que larga los FOMECAs, que ahí empezamos como a dar vuelta muy despacito. El Ministerio del Trabajo nos ofrecía un proyecto de fortalecimiento institucional que nos daba un incentivo para la gente que estuviera trabajando de 700 pesos en ese

momento. Nos daba 700 por mes para cada uno, era como un viático. Y AFSCA que nos daba por decir así capacitación, la Defensoría del Público también, y ahí como que empezamos a remar muy despacito. Vinieron algunos FOMECAs grandes a fines de 2014 que pudimos sostener el noticiero hasta octubre de 2015. Y ahí es como que se nos cortó todas las líneas.

Después del cambio del gobierno tuvimos en auditoria todos nuestros proyectos de 2016 y comienza a largar el 2017, recién como que hicieron un desembolso de 2015, entonces ahí arrancamos de vuelta. Todo, por ejemplo, la señal nuestra en un principio era malísima, no se veía, acá más de diez cuadras no se veía la señal. Entonces no podíamos obtener pautas publicitarias, nadie nos veía, no nos conocía nadie.

Bueno, y ahora con lo que hemos ganado de equipamiento hemos mejorado la señal a un 100%, todo mundo nos ve, nos felicitan por el noticiero en toda la ciudad. Y ahora lo que estamos viendo es el de tema de la página web, si lo podemos hacer por internet para que salga por internet. Ahora lo que nos falta es que nosotros tenemos bien decidido poder hacer el noticiero en vivo, porque viste que nosotros como que nos falta todavía para hacer en vivo. Bueno, y ahí las cámaras ya las tenemos, el *play out* ese que sirve para que podamos salir en vivo, y falta adaptar la página a eso para que ya pueda salir la programación nuestra en internet.

Con los FOMECA hemos comprado todo el equipamiento que tenemos. Porque con el primero pudimos comprar una cámara y una isla de edición. Después compramos otra cámara, compramos una computadora de escritorio, y algunas cosas para allá para el rack y eso, el aire acondicionado... Pudimos dividir ahí la sala esa porque tiene que estar refrigerada, pudimos comprar la batería esa grande que mantiene la electricidad si hay un corte general. Bueno, esas cosas. Y después ahora, viste que pudimos hacer el estudio allá, a acustizarlo, comprar el *play out* nuevo –porque teníamos un *play out* en comodato–, comprar isla de edición nueva, las cámaras digitales, porque las que teníamos eran analógicas.

Hemos obtenido pautas publicitarias del municipio y en un momento del Consejo, pero era re justito. Son 4 mil pesos, nada. Y, bueno, el lugar acá donde estamos es un lugar prestado por provincia, nos cedieron el lugar por un tiempo, no sé hasta cuándo. Nunca dijeron cuándo.

Bueno, ¡y esto es Wall Kintun! Ahora estamos trabajando 6 personas acá en el canal. Está Adriana que hace edición, está Beto que está en cámara, Oscar que es multifunción porque hace producción, notero, conducción, todo. Está Tatiana que nos ayuda en tema de gestión y administración, eso, estoy yo, bueno, que estoy por ahí en la conducción y como directora, y está Ramiro que es el gordito que viene a la tarde y está encargado ahí del *play out* y todo eso la cargada de grilla. Así que esas son las tareas. Y ahora estamos viendo que hemos tenido reuniones con la gente del Ministerio de Trabajo para ver si podemos conseguir más gente para, bueno, distribuir más tareas para que no solamente hagamos el noticiero, también hacer otras programaciones propias, micros, cortos, o algún documental, no sé.

Mediante el Ministerio del Trabajo tiene un incentivo por cada vez que se capacita. Es como cuando tuvimos las primeras personas. Durante ocho meses está esa capacitación con ese incentivo y después de los ocho meses el canal puede obtener todas las personas esas, pero se hace cargo de pagarles sueldo o a alguna. Depende. Suponete que tengamos veinte personas, y de las veinte personas durante esos ocho meses se capacitaron, trabajaron y todo eso solamente nos sirvan dos, podemos recibir esas dos, pero ahí entonces tenemos que pagarles sueldo y hacernos cargo nosotros. Así que, bueno, eso es lo que estamos viendo ahora, si podemos emplear más gente.

Además del noticiero tenemos documentales, tenemos programación que nos manda el BACUA, que es el banco de contenido audiovisual de la Nación. Ellos tienen, no sé, millones de películas, documentales de lo que vos quieras, que vos los podés pedir, entonces ellos te los envían y vos podés pasarlo libre. Después algunas productoras o por ejemplo, Panoramas Argentinos que nos envían mediante *WeTransfer* y eso igual lo pasamos, que es un programa generalista así, trata un montón de temas. Puede ser turismo o, no sé, exposiciones, un montón de cosas. Ellos como que recorren el país y nos mandan esa programación. Después Turismo Argentino igual nos envía un programa todas las semanas, que es más acá al sur. Visitan así lugares turísticos y nos mandan. Después el INCAA también nos envía material, le pedimos y ellos nos envían. Y, bueno, y después documentales así que independientes que nos han enviado. Hoy a la mañana una cooperativa me consultó acerca de si podían enviarnos cinco micro-

programas que habían ganado mediante AFSCA igual por lo FOMECA, y se podíamos ir emitiendo acá en el canal. Les contesté que sí.

Viste que los FOMECAs te mandaba... o sea, vos tienes que tener un proyecto y ese proyecto determina, por ejemplo, que algunos son de pueblos originarios. Esto es, cooperativas que muchas veces hacen de trabajo. Viste que son las cooperativas de marroquinería, otra cooperativa de producción de, no sé, la esquila de las ovejas. Varias cooperativas, entonces hacen micro acerca de eso.

Para pasar en la programación, primero si es de pueblos originarios obvio que es bienvenido. Pero después, bueno, que tengan que ver con la educación hacia otras personas de lo que uno sabe o enseñar, o por ejemplo mostrar la diversidad cultural, mostrar también la medicina ancestral, no sé, la espiritualidad. Por ahí nos juntamos con Oscar y la elegimos, y por ahí Oscar dice: "Mira esto, está re bueno". O por ahí Yovi igual ve y me dice: "Yuli, que te parece esto?". Entre todos vemos ahí, o sea, somos los tres.

Antes del canal yo en particular no entendía nada del tema de, o sea, de conocimiento de lo que era la Ley de Medios, nada. Totalmente cero. Después fui aprendiendo. Lo que sé hasta hoy fui aprendiendo, pero acá.

El año pasado, cuando estaba la auditoria todo de los FOMECAs, igual pensábamos que nos iban a dejar solos, que no íbamos a tener respuesta. Después a fines del año y a principios de este año, es como que ¡guau! volvimos a respirar de vuelta y así sigue. Los gobiernos para mí son todos iguales, todos cuidan de sus propios intereses, o su bolsillo y que sé yo. Ni les interesa si nosotros estamos o no estamos. Pero para mí es igual. Por ahí ahora lo que tiene es que son más estrictos con su control, más controladores en lo que tenemos que rendir y esas cosas. Pero después por ejemplo AFSCA antes nos daba capacitaciones que este gobierno no nos da. Antes era más fácil las rendiciones y eso, teníamos una delegación acá en Bariloche y ahora la cerraron, así que no tenemos donde hacer reclamo, hay que hacer todo en Buenos Aires mediante carta.

No hay más AFSCA, ahora es ENACOM⁴². Y trabaja distinto, sí. Porque antes trabajábamos mediante unos delegados que venían acá. Bueno, nunca escucharon lo que decíamos pero por ahí se pegaban una vuelta acá y la rendición o cualquier papel lo que queríamos, íbamos acá a la delegación. Ahora la cerraron esa delegación, así que cualquier cosa tiene que ser mediante teléfono.

⁴² Ente Nacional de Comunicaciones.

Yo creo que ahora desde que nos vaciaron, desde 2013 hasta ahora hemos avanzado un montón. En equipamiento, en la señal, la gente que nos sigue... En la calle nos ven y dicen que está muy bueno lo que hacemos, que se ve re bien la señal, que es re lindo lo que pasamos porque ningún lado lo pasa. Eso está bueno.

Viste que en la Ley de Medios nosotros tenemos en el artículo 152 y 153 habla de los derechos que tenemos como un medio de pueblo originario, que esos derechos no se están cumpliendo. Según ENACOM dice que no está reglamentado, entonces por eso nosotros no podemos acceder a por ejemplo ese fondo que el inciso que habla de los fondos del tesoro nacional para sostener el medio de comunicación. Y eso nosotros ni lo recibimos. Lo que recibimos por FOMECA es el punto 97 que habla de concurso de FOMECA, de fondo concursable para los medios. Si se cumplieran esos derechos, nosotros no tendríamos que estar pidiendo todo el tiempo con rendiciones, con que te dan 10 pesos y esos 10 pesos son específicamente para comprar un celular, siendo que el celular hoy está en 30 pesos, no sé, un decir. Si nosotros contáramos con algo que fuera propio entonces nosotros nos podríamos manejar de diferentes maneras.

Otro sueño es tener nuestro lugar propio, con nuestras características y seguir y adelantar. Y yo creo que estamos bien con nuestra línea editorial, a lo que nos dedicamos, o sea que, entonces el profundizar más o ir a cada lugar y expresar lo que cada uno en realidad tiene para expresar, lo que nosotros queremos, que seamos exclusivos por decir así. Porque en realidad nosotros lo que hacemos es eso, mediante el noticiero, que es lo que realmente nos identifica, hacemos eso. Si una conferencia dura 20 minutos, esos 20 minutos los distribuimos en varias partes y lo pasamos todo, no solamente lo que nosotros queremos decir. "Bueno, el intendente hoy habló de esto", y ponemos 2 minutitos nada más. No es lo que nosotros queremos. Es lo que hay que mostrar. Cierto, nosotros somos una herramienta nomás en difundir lo que está pasando. Nosotros no somos un medio para expresar lo que nosotros queremos. Así que el sueño es ese que salgamos, que nos vea la mayor cantidad de gente y expresar todo lo que pasa dentro de nuestro pueblo.

La relación con las comunidades hoy cambió un 100%, sí. Es más, mucha gente viene, muchos *lamgnen* vienen o los llama a Oscar diciéndoles... Bueno, ya pasó eso: "Vamos a tener una reunión por...", o sea, "El Espacio de

Articulación Mapuche en la comunidad Ranquehue vamos a tener un encuentro con *machi...*". No sé, miles de cosas.

El Ciclo de Cine Indígena es un espacio que cede el municipio mediante la Subsecretaría de Cultura en la Escuela de Artes La Llave, que es un espacio grande que ahí hay acá en Bariloche donde podemos difundir algún documental de nuestra programación. Puede ser con entrada libre gratuita y, bueno, es como que la Subsecretaría de Cultura y Wall Kintun, los dos organizan ese encuentro. Y, bueno, ahí estamos. Eso se empezó este año y, bueno, ahora vamos en la quinta edición y estamos hasta diciembre así que vamos a ver ese año que viene si [se] puede hacer. Es un acuerdo con el municipio y se proyecta en el tercer miércoles de cada mes. Es abierto al público general, y Oscar elige la programación que se proyecta. sí, siempre lo hace Oscar. ¡Hace todo, Oscar! El afiche, todo. Oscar es multifunciones acá. Lo que si no lo puedes conseguir en el mercado libre.

La idea originaria, digamos de la gente de la comunidad –no solamente de comunidad porque fueron varios *lamgnen* que estuvieron ese día planteando esta situación– sí se cumple, hoy se está difundiendo lo que pasa. No podemos salir al campo y eso, bueno, porque no nos dan los recursos humanos, la gente, somos muy poquitos acá adentro todavía. Pero cuando podamos sí vamos salir a las comunidades, hablar, difundir, todo.

Werken es como vocero, como un secretario, por decir así, dentro de la comunidad, de lo que está pasando ahí en la comunidad. Bueno, y ser directora es como casi lo mismo... Toma decisiones. Igual acá como que tomamos decisiones en conjunto, porque muchas veces agarramos y queremos hacer eso, vamos a ver si lo hacemos o no. Yo no me siento como la autoridad de decidir todo, así que está bueno.

3.2 SALVADOR BUENULEO

Exatamente uma semana depois da entrevista com Deolinda, saí do canal no fim da tarde e caminhei até a casa de Salvador, a algumas quadras dali, para entrevistá-lo. Antonio Buenuleo, seu já falecido pai, e avô de Deolinda, permeou bastante o início da nossa conversa e estava presente também numa fotografia em um porta-retrato próximo à mesa onde nos acomodamos para a realização da entrevista.

Na época em que foi oferecida aos Buenuleo uma licença para que pudessem ter seu canal de televisão próprio, Antonio, ainda vivo, era *lonko* da comunidade, e Salvador *inalonko*. Segundo o relato de Salvador, para aceitar a licença que daria origem ao Wall Kintun, o acordo feito entre ele e seu pai era que ele mesmo se encarregasse do canal enquanto integrante da comunidade, já que Antonio não estava disposto a assumir tal responsabilidade. Desde a entrada de Deolinda, no entanto, Salvador acompanha a construção e realização da emissora de forma mais distante, sem integrar diretamente a equipe que a conforma.

“Que si la política que tenemos que hacer es reclamar lo nuestro, sí, ahí sí sirve como política, pero no para que ir apoyar un presidente.”

Yo soy *inalonko*. Vendría a ser el segundo del *lonko*. El *lonko* falleció. Sigo siendo *inalonko*. O sea, que tendría que haber sido yo *lonko*, pero no. Mi papá, el abuelo de Deolinda, el que está ahí, él es el *lonko* y sigue siendo. Sí. Yo no quiso ocupar su lugar porque va a estar siempre. En la comunidad va a estar siempre. Así que respeto lo que se hizo con él, lo que él pudo hacer. Entonces va a seguir siendo el *lonko* de la comunidad y yo soy el *inalonko* y nada más. O sea, el segundo, vendría a ser el segundo.

Las tareas del *lonko* no las hago yo, las hacen otras personas. Las rogativas y esas cosas, las hacen otras personas. No hay otro *lonko* y no es necesario que sea de la comunidad. Puede ser de otra comunidad, puede ser un conocido, porque mientras respete la espiritualidad él puede hacer la rogativa y todo en nombre de la comunidad. No es que solamente tenga... O sea, yo no lo hago, una, porque no sé hablar bien el idioma, y la otra es que esa era una parte que le correspondía a él. Él la hacía. Entonces para no pasar sobre él siempre vamos a buscar algún otro o lo haremos de la forma que podamos nosotros, pero no como él. Él es único *lonko*.

Él es hijo de Antonio segundo. El padre de él se fue. Y él nació en Chile. Antonio, mi papá, nació en Chile. Cuando fallece mi tatarabuelo, mi abuelo lo trae a él para que cuide a su abuela acá. Se quedó con ahí su abuela, o sea, la abuela lo terminó de criar. Él se vino cuando tenía 7 años, lo trajeron de allá cuando tenía 7 años. Y, bueno, terminó quedándose acá, se nacionalizó argentino y pasó a ser un argentino más nada más, pero siempre mapuche. Y la abuela lo reconoció como hijo único. Con el pasar de los años, cuando él cumplió 14 años, la abuela lo llevó al juzgado y lo reconoció como hijo único, con testigo y todo. Como hacían antes.

Tengo dos hermanas que no quieren saber nada, que dicen que ellas no son mapuche. Pero son, ellas. Entre nosotros todos somos 9 hermanos. El mayor soy yo, después viene un hermano varón que somos de una madre. Soy de la primera esposa que tuvo él, porque tuvo 6 matrimonios legales, o sea, 6 matrimonios que convivían con él en la casa. Después de esos 6 matrimonios, vinieron 4 matrimonios más, pero fuera de la casa, nunca las llevó a las mujeres a vivir a la

casa, siempre fue todo así a parte de la familia, digamos. Pero en los matrimonios que él tuvo, que fueron 6, de esos 6 somos 9 hermanos. De mi mamá somos 2.

El 2011 nosotros estuvimos a punto de perder las tierras, entonces yo me reúno con mi papá y mi hermano. Éramos los mayores. Nos reunimos acá mismo en esta casa porque mis dos hermanas de las menores que tuvieron, y agarro y nos ponemos a charlar porque estaban a punto de quitarle las tierras a mi papá por malos negocios que había hecho y otras cosas se habían presentado, siempre muy pudiente que quería quedarse con las tierras. Entonces entramos a averiguar con mis hermanos qué podíamos hacer, si habían cuentas para pagar, pero ver la forma de como podíamos enfrentar eso nosotros. Y fuimos a parar al CODECI, el Instituto Nacional Indígena. Ahí charlando con ellos dicen: “No, nadie les puede quitar eso, porque eso es una herencia que quedó de su abuela”. O sea, a mí me dijo: “de tu tatarabuela”.

En ese tiempo había un consejero, porque el CODECI está formado por cuatro consejeros y un presidente que se eligen todos los años en reunión mapuche, que ellos son los que triangulan todo con la nación, provincia, todo eso. Entonces el consejero me dice: “No, nadie les puede quitar eso que dicen a ustedes porque eso es una herencia que tienen de parte de su abuela”. O sea, “de la tatarabuela”, me dice a mí. Y me dice: “Porque ustedes son mapuche, con el apellido que tienen ustedes son mapuche”. Y yo le digo: “Nosotros siempre nos consideramos mapuche, nunca nos vimos alejados de lo que tendríamos que hacer, es pasarlo a que nos representen en la comunidad. Bueno, ¿como se hace?”. “No, todo lo que tiene que hacer es formar tu árbol genealógico y presentarte en Viedma con los papeles que tenés del terreno, que son de las tierras, y cuántos son los hermanos, cuántos son los nietos, y cuántos son los sobrinos”, dice. “Venite y vamos hacer una carpeta bien hecha y vamos a reclamar esto”.

Bueno, así que le llevé todos los papeles ya en ese tiempo y cuando yo me presenté conformábamos 53 miembros en la comunidad. O sea, que eran mi papá, mis hermanos, mis sobrinos y creo que en ese tiempo eran 2 o 3 nietos míos, o sea, un nieto mío y uno de mi hermano, algo así. Y de mi hermana uno. Bueno, esto fue el 2011. No, 2010. El 2010 nos presentamos ante el CODECI. El 2011 me otorgan a mí la personería jurídica del terreno con el aval de la provincia y del CODECI. Entonces empezamos a acudir a las reuniones al CODECI, a andar con ellos. Había habido unos reclamos de tierras en otros lados, fuimos apoyar esos

reclamos. Y anduvimos haciendo los reclamos por allá por Jabobacci, Ñorquincó... O sea, acompañar. Y todo en con tranquilidad, hablando y planteándole a los demás como se hacían las cosas para hacerlas bien.

En ese tiempo era el AFSCA. No me acuerdo cómo se llama el instituto que tiene que ver ahora con la televisión, pero en ese tiempo era el AFSCA. El AFSCA carga un proyecto para abrir emisoras, o sea, radios comunitarias y un canal de televisión. Nos reunimos con el consejero y él nos comentó a nosotros:

- Mira, hay una posibilidad de que se pueda abrir un canal mapuche, un canal de televisión. Y los únicos en condiciones de poder hacer el reclamo para que les otorguen la licencia del canal son ustedes porque ustedes tienen personería jurídica y título de propiedad de los campos.

Así que fui y se lo comenté a él, a mi papá, que en ese tiempo estaba con nosotros y me dice:

- Hijo, si te vas a hacer cargo vos... Porque yo con todos los problemas que tengo, más meterme en otro problema... así que vos verás. Yo los avalo en lo que sea, pero no me hago cargo.

Le digo:

- Bueno.

Así que agarra y nos presentamos en el AFSCA con el consejero haciendo el pedido del canal de televisión para Bariloche por parte de las comunidades mapuche. Bueno, mandan los papeles y todo y yo le digo:

- Si, yo me hago cargo, pero no sé nada de televisión.

El consejero me dice:

- No, yo tengo gente que podemos traerlos para que se hagan cargo de la mantención del canal, todo eso.

- Bueno, ¿cómo es esa gente?

- Esta gente está conformada por hermanos mapuches que han estudiado, algunos quieren empezar a estudiar.

Que esto, que el otro... Y le digo yo:

- Bueno, está bien. Con una sola condición. El canal estrictamente comunitario y nada de política dentro del canal. Si nos van a dar ellos una mano para que nosotros empecemos como un canal de televisión, ni los políticos ni los que entren tienen que hacer política dentro del canal.

Se hicieron todos los papeles, se presentaron en el AFSCA, que era en ese tiempo, y nos otorgaran el canal de televisión. El 2011 vienen a hacer la entrega del canal. Lo hicieron dentro de una parte política, o sea, porque estaban por acercarse las elecciones y todo eso, entonces como propaganda nos enchufaron el canal de televisión.

Bueno, empezamos. Había una cooperativa mapuche que se había conformado con pibes jóvenes. Resulta que cuando salta la entrega de la licencia del canal, que nos traen una repetidora, nos entregó el gobierno una repetidora más una cierta cantidad de casetes que había y, o sea, no eran casetes sino que eran discos de grabación, esas cosas, o sea, un monitor y un teclado, eso fue todo lo que teníamos en el canal de televisión. Pero ya estábamos adelantados, teníamos un canal de televisión. Así que agarra y los chicos estos empiezan que no, que yo soy el jefe de esto, que yo soy el jefe del otro... Yo les digo:

- No. El canal se pidió y se hizo para esto, para que sea comunitario, para todos. Yo no pretendo nada del canal, pero todo lo que salga del canal tiene que ser en comunidad para todos.

No, no quisieron, que ellos eran los que mandaban. Yo digo:

- No. Si es así cerramos las puertas del canal y se termina todo.

Entonces yo hablo con el consejero. Él me dice:

- No, no vamos a cerrar eso porque quedaríamos en una vergüenza pública de haber abierto en tan poco tiempo y después se va. Vamos a buscar otra gente.

Bueno, llaman a San Martín de los Andes, un chico que tenía un medio de comunicación y tenía condiciones como para hacer locución. Lllaman a Buenos Aires allá a otro chico que era del partido político de La Campora, junto con este que se enteraron de que necesitábamos alguien que conduzca el canal. Para todo eso Deolinda estaba en Rincón de los Sauces, en Neuquén. Y agarra y se va, se presentan ellos. Vamos adonde mi papá, comentamos lo que vamos a hacer, o sea, que vamos a sacar la cooperativa y van a quedar ellos a cargo. Resulta que rompió, porque ahí empezó entrar la política, como ellos eran de La Campora, del partido político de Cristina, entonces rompió. Empezaron con una propaganda, que la estaban haciendo entrar en el canal de a poquito, pero todo política. Hasta que llegó, un día Yuli⁴³ les cuenta de igual a Yuli, o sea, Yuli estaba en Neuquén en la

⁴³ Yuli é o apellido de Deolinda.

casa de [inaudíbel]. Le digo: “Yo no puedo hacer nada porque no sé”. Le digo que animaba venir acompañarme y hagámoslo funcionar nosotros. “Si!”, me dice entusiasmada. Bueno, la fui a buscar. Yo manejaba un camión de un vecino y le pedí el camión. Fui y la traje con todas sus cosas para acá, se vino a vivir conmigo.

Bueno y ahí empezó ella manejar el canal, empezó a andar para averiguar, a ver cómo se podía hacer funcionar el canal mejor, qué más era lo que hacía falta. Entró por el lado de juntar esta clase de mujeres, después empezó con pueblos originarios, mujeres de pueblos originarios... Todos le iban diciendo una cosita, la otra, que ayudándola de alguna forma u otra, hasta que salió adelante. Y después viene una chica de AFSCA:

- En el AFSCA hay unos proyectos donde se puede presentar con cortos cinematográficos y hablándolo por ahí podemos llegar a ganar los concursos.

Así que se entusiasmó la Yuli porque yo ya prácticamente yo ya estaba... Yo, si la Yuli no la agarraba, directamente yo desenchufaba todo y guardaba todo y se terminaba. Entonces a Yuli le dije: “No, yo no voy a hacer nada. Si te animás, dale, hacete cargo vos, porque yo no me da mi trabajo. Yo no puedo acompañar el canal y hacer mi trabajo, no puedo. No, yo no voy a hacer nada”. Yo trabajo con camiones y vendo arena, ripio, todo eso, para hacer las casas.

Bueno, aceptamos el canal porque era una propuesta que el CODECI nos ofrecía, que nos daba el canal, nos asesoraba con gente. Pero nunca nos imaginamos que dentro de lo que ellos proponían que iban hacer entrar la política. Porque en ese momento el que estaba de consejero en el CODECI también era parte de la política de La Campora, o sea, de la política de Cristina. Cuando nosotros nos fuimos dando cuenta ya estábamos adentro, que no podíamos decir... podíamos decir que sí, que cerramos y se terminaba todo, pero ya para esto había aparecido gente de Buenos Aires como Lanata tirándonos abajo, que qué íbamos hacer los indios con un canal de televisión si no sabíamos... Tenían razón, no sabíamos cómo lo hacer andar, pero podíamos aprender. De eso él no se dio cuenta nunca.

Cuando a nosotros nos hacen la inauguración del canal, viene gente del gobierno y fue público. Entonces lo primero que hacen del canal 13, Lanata dice que de dónde íbamos a sacar la plata nosotros para las máquinas. Pero ellos sabían que era una repetidora que estaba abandonada en Piedra del Águila, un pueblito que está cuando uno viene de Neuquén para acá. Esa repetidora estaba

abandonada ahí porque el canal que habían abierto ahí nunca funcionó. Entonces estaba la repetidora abandonada ahí.

El gobierno, como con parte de política, quería entrar dentro de las comunidades. Hacía lo posible para que nosotros tuviéramos algo, pero nunca se imaginó que iban encontrar con opositores, o sea, porque la posición mía fue siempre que la política no entre adentro del canal. Siempre le dije a la gente, a la Yuli yo le digo:

- Eso tiene que ser así, porque si vamos a hacer un canal del pueblo mapuche, o pueblos originarios como ellos llaman, tiene que ser comunitario. Acá no hay político que entre. Si las comunidades nos quieren ayudar que nos ayuden. Si no, veremos cómo lo vamos a hacer funcionar nomás.

Porque cuando nos dimos cuenta que era todo una pantalla política para adentrar en las comunidades mapuche... Primero que fue hacer por un lado lo político, que por otro lado lo aprovechamos porque nos presentamos adentro de los concursos que hizo la misma, que hizo el mismo gobierno. Al no abrir otro canal, sí o sí nos tienen que otorgar el subsidio, porque de la república somos únicos. Entonces entramos con trabajos pequeños, o sea, hicimos cortos de 3 minutos, parece que hay uno... O 3 segundos, algo así. Otro de 6.

Lo comunitario viene a eso, a que el canal sirva para ser comunicador entre los pueblos indígenas tanto como comunidades. No importa la religión ni la raza que sea, puede ser un pueblo originario de Bolivia que necesite comunicación y está. Esa fue la intención nuestra. De que se empezó con el canal hasta ahora siempre fue que sea comunitario.

Bueno, muchos no creen en el canal, no creen porque se ve muy poco. En el 2011 se abre el canal, 2012 estuvo a punto de cerrarse, en el 2013 ya estaba a cargo la Yuli del canal, hizo un evento que acá nosotros le llamamos como un *Kuranto* grande, que es como una fiesta que se hizo, pero por parte de la comunidad y el canal para ayudar el canal. Porque en este momento no había entrado plata de ningún lado, no había. No los daban ni siquiera el gobierno, ni los daban tampoco la comunidad. Entonces fue funcionando así de a poquito. Cuando la Yuli pudo entrar en los concursos del FOMECA, que tuvo suerte de ganar varios concursos recién ahí, que fue entre el año pasado y este año... Bueno, el 2015, 2016, 2017 se ganaron concursos. A raíz de ella han podido comprar cámaras,

mejorar todo lo que se ha podido mejorar en el canal, así a raíz del concurso que se han presentado los mismos.

Y tuvo la suerte de encontrar gente que la ayuda, o sea, que está como Oscar, la otra chica que ahora es cuñada de Yuli, el marido de Yuli en este momento, después está Tatiana, una chica que va desinteresadamente a colaborar con el canal... Y, bueno, y el apoyo nuestro que hemos andado. A Yuli yo la admiro porque el 2015 y 2016 Yuli hubo un momento que en su casa no tenía ni para comer. Entonces con la ayuda nuestra: que hemos ido a buscar leña, hemos vendido leña, han vendido algunas propagandas y con eso pudieron salir todos adelante, todos ellos. Hasta el día de hoy que están cobrando un sueldo. No es mucho lo que cobran, pero es raíz de los concursos que ganaron pueden cobrar un sueldo. Pero estuvieron casi de 2011 hasta 2015, nadie cobraba, nadie ganaba un peso en el canal.

El poco alcance que tiene el canal en este momento está adecuado a las necesidades de las comunidades que están por acá alrededor. Y ha habido casos donde hay comunidades que han necesitado el canal y han concurrido al canal y el canal ha podido brindarle. Como ser un pasaje, una ayuda en algún evento, o pasarle propaganda, todo eso. O sea, están cumpliendo con lo que más o menos se puede llegar a hacer. No es lo que quisiéramos, que dijéramos: "Bueno, podemos llegar con comunicación a toda la línea sur como estaba proyectado", porque el proyecto del canal a nosotros el 2015 nos tenían que entregar un equipo analógico para salir directamente al aire y nunca apareció ese equipo. Entonces estábamos en los proyectos de llegar a ese equipo. Con la llegada del equipo ese pudimos llegar a distintas comunidades que están en el sur. Nosotros ahora para, digamos, a salir de acá de Bariloche, tenemos que salir con programación toda embazada, o sea, todo grabada. Es la única forma que podemos salir. Pero se está logrando de a poquito... Ahora la Yuli compró dos cámaras, que ya se puede grabar en el exterior y están transmitiendo directamente. Son avances que ha tenido el canal y eso se puede, que sé yo, a las comunidades que están cerca y hacer un programa de ahí. Entonces en esas condiciones estamos más o menos empezando a salir con lo que más o menos estaba proyectado de ser un canal comunitario.

Muchas veces no se logra hacer un canal comunitario, o sea, no se le logra a lo que nosotros pensamos porque también hay comunidades que se encierran en sí mismos, que están, digamos, "no, nosotros somos de la comunidad

Ranquehue y somos solamente nosotros”, no hay. Se consideran mapuche, ayudan a los mapuche, pero están muy cerrados en sí mismos con eso. No quieren abrirse así ahora. Porque también hay muchas... como debe pasar en otros lados que se usa a la gente para muchas cosas, digamos, para la política, muchas veces acá lo que ha pasado que Bariloche está llena de mapuches, o sea, la mayoría de la gente de Bariloche es mapuche, pero la usan para política. Para cuando hay que reclamar algo van y sacan de los barrios tantos y son los que van al frente haciendo los reclamos, los demás quedan atrás escondidos; no hay entonces. Y esa gente al no tener una comunicación, un medio de comunicación, alguien que diga, bueno, esto pasa acá, esa gente sigue en lo mismo. Entonces ahora se están dando cuenta que el canal está para ellos, o sea, está abierto para quien quiera expresar sus cosas. Siempre cuando no sea político. Siempre hemos dicho: “Puede ir hacer el reclamo que ustedes quieran, pero la política es a parte”. Ya si vamos a levantar una bandera política no tiene sentido un canal comunitario y más para pueblos originarios. Que si la política que tenemos que hacer es reclamar lo nuestro, sí, ahí sí sirve como política, pero no para que ir apoyar un presidente. ¡Que se apoye solo!

Porque siempre nos han usado, a nosotros siempre nos usaron. Y lamentablemente todos no piensan como pensamos muchos. Tenemos gente mapuche que quiere ir a las armas, que quiere ir al conflicto y eso no va con los Mapuche. No fue una persona que lo obligaron ir a las armas, pero no fue una persona que por reclamar una cosa fue a pelear, no, todo el contrario. A nosotros nos vinieron corriendo siempre hasta la cordillera por ser humilde, por no ir al enfrentamiento. Entonces eso lo que nosotros llevamos en la política nuestra en el canal de no ir al enfrentamiento, sino buscar personas que ya saben que tal vez tengan que levantar la voz en una discusión. Pero como tenemos conflicto con estos chicos que están ahí en Esquel, que están detenidos porque se consideran mapuche haciendo problema, no es que ese es el tema... Hay comunidades que tienen problemas mucho más graves que esos y nunca han ido a un conflicto como eso. En el mismo Bolsón nomás hay una comunidad grandísima que es la comunidad Las Huaytekas. Esa comunidad está en conflicto con Benetton, con los de Lago Escondido, todo eso. Y no van al corte de rutas, a matar gente, a golpearlos, siempre han buscado por el lado de... Y tienen pleitos ganados sin abrir a la confrontación. Sí, estos pibes que hay ahora tienen otra mentalidad, la mentalidad que les inculcó el *winka* en el momento que los venía corriendo, que los venía

expulsando de la tierra, que era defenderse con lo que tenían. Y estos pibes están haciendo eso, pero yo creo que esa no es la forma...

Entonces el canal de televisión nosotros siempre los hemos dicho: "Sí, pueden usarlo para lo que quieran ustedes, promocionar cosas que hacen en su comunidad y, qué sé yo, a proyectar al futuro algunos eventos, cosas, lo que sea, mientras sea sin política y comunitario, dentro del canal no hay ningún problema que lo proyecten". Y no solamente a las comunidades mapuche, sino que le hemos hecho la oferta a pueblos originarios, o sea, comunidades acá dentro de Bariloche, comunidades bolivianas, paraguayas, brasileras, todo, todos tienen su espacio.

La relación que nosotros tenemos con los gobiernos siempre fue la comunicación. O sea, comunicar en este momento, si bien hubo un momento que no los creían que el canal no había sido político, fueron los primeros meses del gobierno este. Y después se dieron cuenta de que era una necesidad tener un buen canal de televisión abierto para las comunidades, entonces nos apretaron un poco las clavijas, digamos, para que nosotros cerráramos. Pero todo contrario fue. Los fortaleció más a la gente que estaba adentro del canal y ahora en este momento están prácticamente fortalecidos con lo que el gobierno hizo en ese momento, como querernos cerrar. Pero como se dieron cuenta que nosotros no vamos a confrontar con ellos, porque nosotros no podemos confrontar con el gobierno siendo que estamos dentro... Está bien, somos mapuche, tenemos nuestras creencias, todo, nos consideramos argentinos porque estamos en Argentina, pero no vamos a ir a confrontar con ellos por una nacionalidad, digamos. Somos lo que somos. Entonces se dieron cuenta de que nosotros no vamos a ir al conflicto, entonces empezaron a creernos de nuevo como nos presentamos.

Nos apretaban de que no nos mandaban los subsidios que tenían que ver por los temas que se habían ganado los concursos de 2015, que lo empezaron a pagar a fines de 2016. Tuvimos casi un año que los chicos... Entonces era una forma de decir. No vinieron directamente a decirnos "tienen que cerrar", sino que nos apretaban para que nosotros mismos dijéramos "no, bueno, esto no da más y cerramos". Pero no, siempre estuvo Yuli al frente. Inclusive con la ayuda de personas de afuera pudo hacer viaje, ir hacer los reclamos. Estaba por otro lado Oscar que también hacía reclamos también por su parte, cosas de que no cerrar. Gracias a Dios y a la Pachamama Oscar, más la chica que es la cuñada de Yuli,

siempre estuvieron a frente poniendo nombre y diciendo: “Esto tiene que continuar, continuar y continuar”.

Así que, bueno, si hubiese sido Yuli sola yo creo que hubiese aflojado en algún momento, aunque nos hubiésemos tratado nosotros por parte de la comunidad. Porque nosotros, mis hermanos, todos los demás, siempre estábamos para nos ayudarnos entre todos, pero ya hacer un mantenimiento de un canal es una cosa muy grande. O sea, tiene que tener respaldo, si no, no se puede. Y el respaldo más grande que tenemos nosotros es de la provincia, que nos cede el lugar, que nos mantiene cuando no hay para pagar la luz y eso, la provincia. Entonces eso es mucha ayuda, mucha... Solo el hecho de tener un espacio físico donde uno pueda expresar lo que siente, que ese lugar nos da la provincia, entonces ya es una ayuda muy grande para poder seguir adelante.

Me relaciono con el canal por medio de Yuli, nada más. Ella ve lo que pasa ahí adentro y ya me dice. Y después el acompañamiento de los chicos y si necesitan algo, si están para ver qué es lo que se puede hacer, que se les ocurre hacer algún evento o alguna cosa ahí estoy yo.

Claro, ese fue el convenio entre el AFSCA que era lo que en ese momento tenía la Ley de Medios. Y fueron charlas que se hicieron de cómo iba a funcionar, que es lo que para que está proyectado el canal. Que ellos lo aceptaron todo, o sea, cuando se les dijo que el canal no iba ser político medio que no les gustó, pero tenían que aceptarlo porque ya estaba proyectado. No estaba proyectado, si ya estaba funcionando. Entonces tuvieron que aceptar lo que se les propuso, porque inclusive el AFSCA, cuando en ese momento nos entregó la licencia del canal a la comunidad, se tomaba la bandera política de decir “nosotros hicimos eso”. Sí lo hicieron, pero no para política. Fue lo que a ellos no les gustó después, porque ellos a nosotros nos venían con la propuesta de que ellos iban a mantener el canal, que solamente iba ser para comunidades mapuche, que la comunidad iba llevar como una bandera nomás el canal. Lo demás era todo de que ellos iban a poner sueldo, que ellos iban a poner esto, que nunca lo hicieron, nunca proyectaron, nunca hicieron más que decir “vengan, que tenemos un concurso donde ustedes van a concursar y van a ser favorecidos por tanto” nada más. Fue lo único que hicieron.

Pero para mientras tanto eso tuvimos grandes peleas nosotros con ellos. Inclusive un día nos reunimos en el canal con Yuli, gente del AFSCA, todo, y

habían propuesto que íbamos a cerrar, porque no podía ser que ellos levantando la bandera política que decían de que eran el primer canal comunitario de comunidades mapuche, no nos entregaron ni siquiera el sueldo para una persona. Y dice: “No, pero nosotros no podemos porque no hay presupuesto”. De lo cual 2% a nivel nacional dentro de la economía corresponde que tienen que entregárselo por ley a las comunidades mapuche, que nunca lo hacen. Y un 2% de lo que se recauda en economía es muchísimo. Entonces esos 2% es lo que nosotros les reclamamos a ellos tenían que dar a nosotros. Nunca lo hicieron.

Cuando se construyó la Ley de Medios no estuvimos nosotros, pero estaban las otras comunidades. Había comunidades de acá de Río Negro, había comunidades de Neuquén, de Chubut, de Santa Cruz, que todo cuando se hizo la Ley de Medios pudieron poner su granito de arena para que la Ley de Medios pudiera otorgar tanto el canal de televisión como otras radios comunitarias que se repartieron en todo el país. Y hay radios comunitarias que están a cargo de comunidades mapuche de las cual eso también fue un juego político, porque entregaron radios comunitarias donde había comunidades de 50, 60 personas. ¿Como hacer para mantener un equipo de medios con 50, 60 personas que viven en una localidad? No podés. Tenía en el momento que las entregaron, sí, ¿pero después quien va todos los días a aprender una vez sabiendo que tenés un consumo y no lo puede pagar?

Entonces de esas radios hubo muchas que tuvieron que cerrar. Cerraron porque no tenían con que alimentarse, digamos. Esa fue la otra trampa que ellos pusieron en la Ley de Medios: está bien, las comunidades dijeron: “Sí, los pueblos originarios necesitamos tener comunicación con los demás”. Entonces ahí viene el gobierno y dijo: “Sí sí, yo voy a llevar un equipo de tantos watts para que ustedes tengan un alcance”. Muchos dijeron: “Sí, está bien”. Pero nunca se dieron cuenta que no iban a poder mantener. Como pasó a nosotros, nos pasó lo mismo con el canal. Tuvimos un momento que no podíamos, no se pudo... Las veces que se cortó el teléfono porque no se podía pagar.

Nosotros, las comunidades mapuche, entramos a participar a partir de 2011. Porque nosotros anteriormente éramos comunidades conocidas por la provincia, pero no teníamos personería jurídica. Nosotros a partir de 2011 tenemos personería jurídica pero basado en que la comunidad Buenuleo tiene una trayectoria de más de 50 años atrás. Entonces en ese momento la Ley de Medios se debatió

con otras comunidades más el gobierno, pero nosotros no estábamos presentes. Después el consejero nuestro de en ese tiempo que estaba ahí en el CODECI recién nos dijo cómo se había hecho la Ley de Medios, cómo se había debatido, cuáles eran los pedidos que se habían hecho en la Ley de Medios, cuál era el compromiso que había hecho el gobierno en la Ley de Medios.

Y de ahí debido a eso es que nosotros nos peleamos, que nos tenían que subsidiarnos, así como subsidiaron a tantas cosas, o sea, tenían que subsidiarnos a nosotros también por ser comunidades mapuche. Y nunca nos dieron bolilla, nunca nos subsidiaron en nada. Bueno, el único subsidio que nos dieron ellos, o sea, que vino por ley fue que entregarnos la repetidora, que era de Nación, y un teclado y una pantalla, nada más. Después lo demás nos dijeron: "Arréglense con eso si quieren". Ah, y el cable más la antena de la repetidora, nada más. No hubo más nada. Y todo fue usado porque, o sea, no tuvo mucho uso porque cuando lo habían llevado ahí a ese pueblo para abrir un canal de televisión ahí nunca se abrió. Entonces, yo creo que anduvo dos días al aire y también hicieron problema nomás y nunca lo pusieron en funcionamiento.

Hoy en la comunidad tenemos problemas con algunos que han entrado, pero estamos ahí en pasos con la justicia. Hemos entrado en unos conflictos que en realidad nos tienen que entregar lo que están usando porque según ellos alegan de que les vendió mi finado padre, pero resulta que mi finado padre lo único que podía vender eran 100 hectáreas que se la había dado su abuela a él. Antes de que la abuela fallece, ella leyó como un testamento donde a él le quedaba 100 hectáreas para él, de los cuales las 625, así que estarían quedando dentro de la comunidad 525. Después ellos dicen algo de que él los vendió 100 hectáreas, pero no se las puede vender porque no se puede. O sea, que por más que él haya vendido es de la comunidad, porque la comunidad lo único que reclama territorialmente es lo que era de Antonio segundo Buenuleo que era casado por la ley con Pilar Curinao, a los cuales les pertenecería a los dos partes iguales. Pilar Curinao que antes de fallecer le entrega a Antonio, le dice: "Acá tienen 100 hectáreas que son tuyas, pero son de las mías". Son de las 312 que le correspondía a la abuela. Él agarró y vendió. Hizo una división sobre esas 100 hectáreas, vendió el terreno y formó un barrio, que se llama Pilar I. Después de poco tiempo hizo las otras 50, también hizo otro barrio, que es el Pilar 2. Entonces eso sí, eso que por herencia les toca, pero no las otras 500. Y las otras 500 hay uno que entró y dice

que él le vendió, que tiene el boleto. Está bien que lo tenga, pero la comunidad no le vendió.

Entonces tenemos un juicio con esa persona. En algún momento hay que entregar. Porque si bien él alude que nosotros estamos reclamando desde 2011 para adelante, pero él compró antes de 2011. Él alude con eso, pero la comunidad no estaba el 2011, la comunidad venía de hace 50 años atrás cuando vino mi abuela, o sea, mi tatarabuelo y mi tatarabuela vinieron a aposentarse ahí en ese lugar. De lo cual el gobierno los reconoció y les dio el título de propiedad. Entonces no puede discutir él ni nadie puede discutir que nosotros estamos haciendo un reclamo de 2011 para adelante porque ya la comunidad estaba. Entonces, bueno, en algún momento tendrá que devolver lo que ha usurpado y si él le compró a mi padre, digamos, compró una cosa que no era de él, porque no. Entonces ahí es que nosotros tenemos ese conflicto con esa persona, de lo cual esa misma persona quiere quedarse con todo. Quería quedarse con las 500, las 600 hectáreas que tenía el padre, no era que él reclamaba las 100 en ese momento. Y ahí fue que nosotros saltamos con mi hermano y pedimos al gobierno que nos apoyara pero el gobierno no apoyó en ese sentido, darnos personería jurídica como comunidades siendo que somos mapuche entonces tenemos todo el derecho. A parte está el título de propiedad.

Mis hermanas están todas afuera porque hay dos que no quieren saber ni con el canal ni con la comunidad, ninguna de las dos. Después las otras cinco hermanas que hay, ellas trabajan todas por afuera... O sea, falleció una que... Tenemos buena relación entre todos, la familia siempre va a seguir siendo una sola. Somos como comunidad por la relación mapuche, pero somos hermanos. O sea, dentro de esa comunidad que hay ahora en este momento tenemos nietos, tenemos nietas, sobrinos, todos están dentro de la comunidad, y todos viven ahí, todos viven en el mismo sector. Hay una nomás que no está, y el hijo mío que está en Chile y nada más, todos viven acá. Pero con el canal, Deolinda y yo que estoy relacionado con Deolinda, nada más. No hay.

3.3 OSCAR MORENO

A entrevista com Oscar foi realizada numa noite de sexta-feira na casa onde eu estava hospedada, há aproximadamente 13 quilômetros do centro de Bariloche. Antes de iniciarmos nossa conversa, Oscar acompanhava, através de seu celular, uma transmissão *online* e ao vivo com a fala de Sergio Maldonado a respeito da confirmação de que o corpo encontrado dois dias antes no rio Chubut, cidade de Cushamen localizada cerca de 200 quilômetros ao sul de Bariloche, era de seu irmão Santiago Maldonado. O tema surge sutilmente apenas uma vez na fala de Oscar ao longo de seu relato mas, vale dizer, permeava intensamente naquele período as pautas do Muley Zungu, bem como as conversas entre os membros do Wall Kintun e outros mapuche e *wenuy* (amigos não mapuche) próximos do canal.

Comunicador mapuche, cuja trajetória profissional antecede o Wall Kintun, Oscar integra a equipe da emissora como seu produtor e apresentador desde agosto de 2013. Na época, ele trabalhava no coletivo de comunicação mapuche Avkin Pivke Mapu e foi contatado por Deolinda, que buscava conteúdo mapuche para o Wall Kintun logo após a saída dos representantes estatais. Pouco tempo depois, Oscar passou a integrar a equipe da emissora.

“Nosotros no nos limitamos a hacer comunicación solamente. Nosotros somos actores sociales, somos protagonistas también del proceso de lucha y de la historia del pueblo Mapuche.”

El canal empezó... Bueno, lo conocí porque el 7 de diciembre del 2012 se hace el lanzamiento de Wall Kintun TV como el primer canal del pueblo indígena en Argentina, en Bariloche. En esa época estaba gobernando el kirchnerismo, que era nivel nacional de gobierno que estaba en el poder, y que ellos venían teniendo enfrentamiento con un conglomerado de multimedios, que es Clarín. Y se da como un enfrentamiento más, porque la Ley de Medios es del año de 2009, que es una ley que fue creada y fue generada a través de la movilización popular. Lo que tuvo la característica del kirchnerismo fue que ellos cooptaron todo el movimiento social, y toda lucha reivindicativa ellos cooptaban y lo canalizaban a partir de su gobierno. Entonces eso lograba que tuviera consenso o apoyo popular el gobierno nacional, ¿no? Ellos se proclamaban un gobierno de los derechos humanos, entonces nadie cuestionaba lo que hacía el gobierno.

Y para mí, es un gobierno de manipulación y que utilizaba la política como una maniobra para mantenerse en el poder. Dentro de esas maniobras y estrategias de poder ellos hacían eso. Todo lo que surgía del pueblo en la movilización o en la base en los organismos de derechos humanos, organizaciones sociales o pueblos indígenas –o minorías, como dicen ellos–, ellos, digamos, se apropiaban de ideas o propuestas y después las impulsaban como si fueran de ellos. Y la Ley de Medios fue eso. Fue la necesidad también de los medios pequeños, las radios comunitarias, las radios alternativas, que no tenían espacio y ni tenían garantía de derecho ni tampoco en la legislación actual en ese momento, la legislación de ese momento.

Entonces se empezó a gestar la idea de reemplazar una Ley de Medios que existía desde la época de la dictadura militar acá en Argentina, que tenía vigencia. Se empezó a pensar la idea de construir una Ley de Medios que reemplace la ley de la dictadura militar y que a partir de eso en esa nueva ley se contemplen medios o espacios de comunicación que nunca estuvieron contemplados, menos por una dictadura militar. A raíz de eso se empieza a discutir un anteproyecto de ley que tenía 21 puntos, si no recuerdo mal, y que esos 21 puntos hablaban de eso. La garantía que sea una ley plural que tuviera posibilidad

que bajo esa ley se garantice los derechos y también la posibilidad de que todos puedan ser parte o tener un espacio como medio de comunicación teniendo en cuenta que la comunicación a partir de ese anteproyecto de ley iba ser un derecho y no un comercio o un negocio como estaba planteado.

A partir de ahí se empezaron a involucrar como en 2007 más o menos, y se arma una coalición por la comunicación o algo así. O por la Ley de Medios, creo que por la Ley de Medios. Y, bueno, y ahí propusieron las radios comunitarias, las radios alternativas, las universidades. Se empezó a generar una discusión, un debate a nivel nacional donde se involucraban las Abuelas de Plaza de Mayo, los organismos de derechos humanos, la iglesia católica, todos empezaron a hablar y debatir como sería la ley. Pero no los pueblos indígenas. O sea, los pueblos indígenas como que siempre fueron los últimos, siempre fueron los negados de la historia.

Y, bueno, en algún momento muchos comunicadores mapuche que veníamos trabajando mucho antes de Ley de Medios veníamos ya discutiendo. Por lo menos acá el pueblo Mapuche venía discutiendo desde la década de 2000. A ambos lados de la cordillera nos juntábamos los comunicadores mapuche a discutir estrategias de comunicación. ¿Para que la comunicación? Teniendo en cuenta que en ambos lados de la cordillera había quizás contextos sociales en cierta manera diferentes, pero veíamos que nosotros como mapuche, como parte del proceso de lucha del pueblo Mapuche, algunos habíamos tomado la comunicación como una herramienta para acompañar esos procesos de lucha.

Nosotros empezamos a discutir a partir de eso: ¿Para qué la comunicación? Entendíamos eso, que nosotros teníamos que tomar esa herramienta, tanto internet, radio, televisión, documentales, material audiovisual, hasta la música, teatro, la poesía, la pintura... Todo eso para nosotros es comunicación, y que todo eso tiene que acompañar el proceso de lucha del pueblo Mapuche. Nosotros no somos ajenos a eso. Y que nosotros debemos tener un perfil de comunicador como mapuche, porque nosotros no nos identificamos como comunicadores, nosotros nos identificamos como mapuche. Que la diferencia es que nosotros sí aprendemos a usar la herramienta de la comunicación, pero nosotros no somos comunicadores, somos mapuche. Y eso es la identidad que nosotros tenemos. O sea, hay gente que sí se reivindica como comunicador, pero a veces como que ubica más o le da más importancia a ser comunicador que ser mapuche.

Y para nosotros no es así. Para nosotros ser mapuche es muy importante para nosotros. Comunicadores son rótulos, comunicador es una etiqueta. Pero no nos da identidad a nosotros ni nos da la razón de ser.

Además nosotros no nos limitamos a hacer comunicación solamente. Nosotros somos actores sociales, somos protagonistas también del proceso de lucha y de la historia del pueblo Mapuche. Nosotros somos una generación que continua a la generación anterior que nos dejaron un legado, un camino, y nosotros seguimos esa reivindicación. O sea, nosotros no escribimos la historia, la historia ya viene escribiéndose. Nosotros nos la continuamos, pero a partir de nosotros la historia no se empieza a escribir, o sea, no creemos en eso. Creemos que hay una continuidad a la lucha, hay una continuidad a la historia, una continuidad del pueblo Mapuche que se proyecta en el tiempo. Nosotros somos parte de ese proceso. No somos ni más ni menos. Ni tampoco vamos a hacer la diferencia a la generación anterior. Ni tampoco creemos y queremos ser la vanguardia de nada.

Teniendo esa conciencia, esa lectura política de las cosas, nosotros empezamos a generar plataformas de comunicación, sitio web, programas de radio, empezamos a compartir y más que nada a poner la palabra de nuestra gente. Nosotros no hablamos en nombre del pueblo Mapuche. Nosotros entrevistamos, damos a conocer, o amplificamos lo proceso de lucha que protagonizan las propias comunidades, los propios mapuche. No hablamos en tercera persona ni tampoco nos adjudicamos la lucha. Ni tampoco hablamos en nombre de, porque eso es la comunicación mapuche. La lógica mapuche funciona de otra manera. Entonces, en la década de 2000 discutíamos esas cosas.

El proceso mapuche de discusión política, la plataforma de comunicación, estrategias de articulación de coordinación, eso en la década de 2000 se empezó a afianzar. Pero la discusión de la Ley de Medios empezó a darse en 2008, muchos años después. A lo que yo oí, es que hubo un proceso afuera, ajeno, diferenciado de ese proceso de la Ley de Medios. Nosotros, incluso muchos mapuche, no creemos en el Estado. No creemos en la ley del Estado, porque eso es parte de nuestra opresión. El Estado vino a invadir, el Estado vino exterminar, el Estado es responsable por crimen de lesa humanidad sobre nuestro pueblo. Nosotros no creemos en el Estado. O sea, hay mapuches que sí, otros que no. Pero esas son posturas que se respetan. Hay gente que sí cree y hay gente que no cree

en el Estado. Pero nosotros no vemos o por lo menos no sentimos que para hacer comunicación hay que tener una ley. Nosotros decíamos: “Nosotros tenemos herramienta de comunicación, nosotros no vamos a esperar a nada. Nuestro pueblo Mapuche no tiene tiempo de sentarse a esperar. Una herramienta ahí está y hay que acompañar la lucha”.

Entonces nosotros discutíamos eso en la década de 2000, 2002, 2004, 2006... Incluso hicimos un encuentro de comunicadores mapuche en ambos lados de la cordillera y nos sentamos a ver estrategias. Y por eso el pueblo Mapuche yo creo que tiene o ha tenido así como discusión o repercusión a nivel nacional e internacional, por también el trabajo que hemos hecho silenciosamente nosotros. Porque tampoco a nosotros nos interesaba que nos conozcan, tampoco nos interesaba ser famoso, tampoco nos interesaba ser el medio reconocido, o los periodistas reconocidos, o los comunicadores reconocidos. Uno no busca eso. Uno lo que busca es acompañar la lucha nomás.

Y se empieza la discusión en 2007 o 2008 sobre esta propuesta de una Ley de Medios en Argentina. Entonces nosotros, o sea, yo estaba en un espacio que llamaba Avkin Pivke Mapu, que es un espacio de comunicación mapuche que surgió el año 2003, y en otro proceso anterior de comunicación del año 98. Entonces es como que mucho anterior la experiencia, la comunicación del pueblo Mapuche es mucho anterior a la Ley de Medios. Pero veníamos como en un recorrido bastante, digamos, discutido, bastante afianzado también como mapuche. Entonces empezaba la discusión sobre la Ley de Medios, sobre esos 22 puntos y en un momento creo que en 2008, fines de 2007 más o menos, se genera un espacio donde se convoca a comunicadores indígenas del país para ir a Buenos Aires y para ir a también a buscar la manera de generar una propuesta indígena que se incluya dentro de la futura Ley de Medios. Y ahí fuimos varios, o sea, todo el país fue.

Y nosotros que estábamos en el espacio Avkin Pivke Mapu, fuimos. Pero no porque queríamos, porque en el espacio Avkin Pivke Mapu no esperamos nada del Estado. Nosotros decíamos que la experiencia por lo recorrido del pueblo Mapuche, la experiencia nuestra de comunicación podría servir para aportar, digamos, a meter ideas o propuestas que permitan que lo medios se transformen en una herramienta de lucha o el acompañamiento a nuestro pueblo. Que también tiene que ver con otro tipo de concepto de comunicación que por ahí no los ven otros medios o por ahí en Argentina no están muy discutidos, no. Y en el mundo indígena

tampoco está tan discutido, o estaba tan discutido, esto de que los medios tienen que ser herramientas que acompañen. Una radio, un canal de televisión, un medio no tiene que estar ni adelante ni atrás del pueblo, tiene que estar al lado acompañando. Entonces esa es la premisa.

Y en esa época nos juntamos ahí los comunicadores indígenas, y empezamos a discutir y hablar. Y ahí se armó una propuesta indígena, el grueso. Después con el tiempo se fue puliendo, se fue quitando cosas, moldeando cosas, pero la idea central o la propuesta indígena la armamos en cinco días en Buenos Aires en esa época. Después ya no seguí más porque a mí no me interesaba ir, viajar de un lado para otro, no me interesaba y menos digamos ir a hablar con senadores y diputados tampoco me interesaba. A nosotros nos interesaba dejar la propuesta que nosotros venimos elaborando a través de los años de comunicación y que eso pueda servir para otros medios de comunicación en todo el país. De alguna manera, digamos. Y después surgieron otros indígenas que empezaron a sumarse a esa propuesta y la siguieron. O sea, a nosotros no nos interesó continuar en ese proceso.

Pero resulta que esos indígenas que siguieron, eran indígenas que estaban dentro del partido del kircherismo, eran indígenas afiliados a los partidos políticos, eran indígenas que tenían rostro indígena pero no tenían valores ni principios indígenas. Tenían rostro indígena pero respondían a la línea política de un partido político. Entonces el partido les ordenaba algo y ellos hacían lo que el partido decía, por más que fuera en contra de los pueblos indígenas. Como pasó en el kirchnerismo. Esta gente siguió y fueron a hablar con diputados y senadores y se logró, bueno, que la propuesta indígena se incluyera dentro de la Ley de Medios.

Y por ahí existe en la Ley de Medios un título especial que es el título, creo que es el título IX – Pueblos Indígenas, donde ahí están como algunos de los puntos como fundamentales, en cierta manera. Hablan de la obtención de licencia, hablan también de financiamiento. Pero nosotros decíamos lo siguiente: Si nosotros accedemos a la primera discusión que nosotros decimos, los comunicadores indígenas hacíamos un diagnóstico y un análisis. Los pueblos indígenas en Argentina somos pueblos despojados, víctimas de genocidio y crímenes de lesa humanidad, por lo tanto, todo lo que teníamos fue robado por el Estado. El Estado es responsable de eso. Entonces nosotros decimos: ¿De qué nos sirve a nosotros tener una licencia de radio si nosotros somos pobres? Fuimos

empobrecidos por el Estado, somos un pueblo empobrecido. No porque no tengamos la capacidad, sino porque la capacidad de desarrollarnos económicamente, sino porque todo lo que estaba en mano de nuestro pueblo lo robó y lo tiene el Estado.

Entonces, nosotros decíamos, si nos dan una licencia a cualquier pueblo indígena en Argentina, ningún pueblo indígena va a poder levantar una radio, porque ningún pueblo indígena tiene dinero suficiente para pagar un transmisor, para pagar una torre, para pagar equipamiento como una consola, equipamiento que tiene que ver con el funcionamiento de un medio de comunicación. Mucho menos con un edificio y mucho menos va a tener la capacidad económica de mantener esas personas que sostienen ese proyecto de comunicación.

Entonces nosotros decíamos: El Estado es responsable del genocidio y de crímenes de lesa humanidad. Que en Argentina no prescriben esos crímenes. Entonces el Estado tiene que generar partidas o financiamiento para esos medios indígenas que están empobrecidos para que la comunicación sea un derecho realmente, sino es una mentira. Porque si no se garantiza que esos medios funcionen es una mentira la Ley de Medios. Entonces y ahí se generaba la posibilidad de que el Estado deba hacer una política de reparación histórica y dentro de esa política una pequeña partecita muy mínima de esa reparación tiene que ver con el financiamiento de los medios indígenas. Esa fue la base que nosotros discutíamos, que el Estado tiene que hacerse cargo. El Estado es responsable.

Y a partir de eso empezó esa discusión, ¿no? Que se logró que se sancionara la Ley de Medios el 2009, y dentro de eso también se contemple un porcentaje del presupuesto nacional argentino para los medios indígenas. Se aseguró también que la licencia para un medio indígena sea automática sin necesidad de concurso, se garantizó que el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas generara partidas presupuestarias para los medios indígenas. De alguna manera se generan las condiciones ideales para que los pueblos indígenas puedan acceder a la licencia a los medios y para el financiamiento y sustento de esos medios a mediano y largo plazo.

Entonces ese es el desafío que nosotros planteamos. A partir de ahí se debían lanzar propuestas de comunicación que en Argentina no se han desarrollado con relación a los pueblos indígenas a nivel general. Hay a nivel

particular, pero entendemos que tiene que avanzar un proceso a nivel general en todos los pueblos indígenas, no solamente en el pueblo Mapuche.

Entonces como en esa época el kirchnerismo estaba metiéndose en todos los espacios, cooptando todos los espacios, se dio una pelea muy fuerte en nivel nacional, que fue una vez sancionada la Ley de Medios el año 2011, 2012... El gobierno nacional de kirchnerismo empezó a discutir con el grupo Clarín un sólo punto. De los más de 100 puntos que tiene la ley, peleaban un sólo punto. Ese punto era de la desmonopolización de los medios. Entonces se llevó a la instancia denuncias cruzadas, denuncias policiales, se llevó a la instancia de la Corte Suprema de la Nación Argentina para ver quién tenía razón, si el gobierno nacional del kirchnerismo o el Grupo Clarín. Por un sólo punto de la ley. Y, bueno, venía la discusión y la Corte Suprema de la Nación Argentina pone como fecha que va a dar a reconocer el fallo a partir de esa discusión el día 7 de diciembre de 2012. Esto porque el grupo Clarín se negaba a cumplir con la Ley de Medios, que a partir de 2009 ya estaba en vigencia. Entonces a partir de eso a principios de 2012 la Corte Suprema anuncia que en diciembre va a dar a conocer su fallo.

A partir de eso indígenas que están dentro de estos partidos políticos empezaron a generar el lanzamiento de un canal de televisión indígena, que en ese caso era mapuche, para meterse en la discusión entre el Gobierno Nacional y el grupo Clarín por esa discusión de ese punto de la ley. Entonces el lanzamiento del canal era de alguna manera una respuesta política a el apoyo al Gobierno Nacional porque esos indígenas son parte de ese Gobierno Nacional. Entonces lanzaron el canal para que la Corte Suprema de la Nación Argentina vea que a partir de la Ley de Medios los indígenas, los pueblos originarios negados, invisibilizados, los de siempre, a partir de esa nueva ley podían tener un canal de televisión y podían hacer la comunicación y que antes era difícil.

Entonces ese canal fue pensado desde una lógica *winka*, decimos, porque era la disputa de poder entre los *winkas*, no era una disputa que tenía que ver con un interés del pueblo Mapuche. No tenía que ver, esa discusión no. Esas peleas son de ellos, no de nosotros. Y entonces esta gente indígena que estaba en ese partido involucra el pueblo Mapuche a orquestar y pensar el lanzamiento de un canal de televisión mapuche en Bariloche. Se hace un lanzamiento el 7 de diciembre de 2012 del canal mapuche y la gente que hace eso son todos de La Campora.

La Campora es un espacio político dentro del kirchnerismo, es una organización política partidaria. Entonces no es mapuche, es *winka*. Porque los *winka* tienen una estructura verticalista, y todos los partidos y toda la gente que está dentro de un partido político obedece a una cúpula. Obedece a una línea vertical, a sus jefes digamos, a los jefes del partido. Entonces ellos van a actuar de acuerdo a la orden desde arriba de esa lógica *winka* y no a la lógica mapuche. Eso fue lo que hicieron.

El canal comenzó a transmitirse el 7 de diciembre de 2012 y uno de los primeros documentales, un material audiovisual que se transmitió, fue Kirchner, el documental de Néstor Kirchner, que fue presidente acá en Argentina. Entonces ahí uno se daba cuenta que ese canal no era mapuche, que ese canal era de alguna gente que tenía rostro indígena pero respondiendo esa línea política.

Yo estaba trabajando en una radio llamada Radio El Arca, que es una radio alternativa. Pues yo vengo trabajando en la comunicación hace mucho tiempo, entonces yo hacía la producción periodística de la radio. Yo entraba a las siete de la mañana hasta las nueve. Hacía operación técnica, sacaba al aire la radio, de las nueve a la una hacía producción periodística, de la una a las tres subía audiocontenidos a la página de la radio, y después hacía militancia mapuche. En internet tenía una página que se llamaba www.avkinpivkemapu.com.ar que ya no existe más, entonces ahí nosotros subíamos información mapuche a ambos lados de la cordillera y daba a conocer la lucha del pueblo Mapuche.

Nunca me interesó el canal. Nunca me interesó porque yo sabía qué gente estaba ahí. No me interesaba porque yo decía: "Ese canal ni siquiera... Ese canal se lanzó y empezó ahí...". Después en la verdad yo tenía mi trabajo, mi obligación, mi militancia, y la verdad es que no, cuando el Estado está metido, el partido está metido, no me interesa a mí. Entonces yo seguí haciendo mis cosas. Después con el tiempo ese canal no avanzaba en nada porque había meses que no transmitían nada y ponían una placa que decía "estamos trabajando". O había días que no transmitían, se veía mal, no tenían presupuesto, eran un montón de gente, no hacían nada. Yo tenía la página mapuche, nosotros difundíamos ahí la lucha, no necesitábamos un canal para difundir la lucha.

Llegué al canal porque a fines de agosto de 2013 nosotros teníamos la página en internet y difundíamos después las notas en el Facebook y una vez me escribió Deolinda Buenuleo preguntándome se podían ellos compartir la información

que nosotros subíamos en internet. Y yo dice que sí, que no tenía problema. Porque la idea de nosotros es que se difunda, la información no es para un cierto grupo o alguien limitado. La información es masiva, lo que nosotros hacemos es información para todas las personas que quieran difundir o leerlo. Entonces no tiene límites. Bueno, ahí como que empezamos a compartir y yo le pregunté a Deolinda cómo estaba el canal y ella me decía que se habían quedado solos, que estaba la comunidad nomás. Y le pregunté por ciertos personajes que estuvieron ahí en el canal, que eran Miguel, Pablo, que eran de La Campora, y después un tal Daniel, y también una cooperativa audiovisual mapuche que eran como 15 personas. Igual todos respondían al gobierno nacional.

Pero, bueno, ella me dijo que no estaban ni la cooperativa, ni este grupo de La Campora. Incluso el canal de televisión en Bariloche no tenía ni vínculo ni relación con las comunidades mapuche, ni con organizaciones mapuche. El canal era el canal mapuche puro rótulo, pero vínculo o espacios para los mapuche no había. Incluso toda la gente mapuche en Bariloche los conocía como el canal de La Campora, no lo reconocían como un canal mapuche.

Cuando esta gente se fue yo le comenté a Deolinda que podía difundir la información, pero que también nosotros teníamos material audiovisual, documentales de pueblos indígenas del continente que podíamos compartir para que en el canal se emitan. Y a partir de ahí surgió la posibilidad de ir a acercarme. Una vez que me invitaron yo fui, y ahí estuvimos hablando como de las 4 de la tarde hasta las 12 de la noche. Y estuvimos hablando, yo le conté un poco cuál fue mi participación de alguna manera en lo que fue la propuesta de los pueblos indígenas que después se incluyó en la Ley de Medios, después también le conté todo este recorrido que nosotros comunicadores mapuche veníamos haciendo a lo largo del tiempo y también nuestra postura sobre el Estado, las leyes, y también la capacidad que nosotros tenemos de generar herramientas propias de comunicación y para qué tiene que servir la comunicación.

Bueno, a partir de ahí ella me invitó. Deolinda me consultó la situación que había pasado dentro de ese canal y después hicimos una larga charla. Yo le propuse que el canal tiene que empezar a ordenarse de acuerdo a la filosofía mapuche, a la lógica mapuche, y no a la lógica occidental, o a los *winkas*, digamos, que son como un cáncer, una enfermedad para los pueblos indígenas. Empezar a vivir o a repetir toda la lógica occidental o *winka* para nosotros es como renunciar

nuestra cultura, y es destructivo y contraproducente para los pueblos indígenas. Entonces, ese canal o cualquier espacio donde están los Mapuche se tiene que ordenar con lógica mapuche, no con la lógica *winka*, porque es la peor cosa que podemos hacer.

Entonces le propuse que algo importante que tiene el pueblo Mapuche es la palabra. Que si el canal tiene pensado empezar una nueva etapa, ¿para qué es el canal? Y la pregunta que yo le hacía: ¿Para que tiene el canal? ¿Para serse rico? ¿Para tener plata? ¿Para vender? ¿Para qué tiene el canal? Le preguntaba se tenía línea editorial. No tenía línea editorial, no sabía lo que era línea editorial.

Yo le conté algunas cosas y le dije: “Bueno, que de alguna manera yo les puedo dar una mano, yo puedo acompañar, pero a mí no me interesa el canal”. O sea, no me interesaba estar adentro del canal. Porque uno no hace las cosas con el interés de que tener un espacio. Uno hace las cosas porque entiende que cuando hay situaciones como esa uno si puede proponer, compartir ideas, compartir experiencias que permitan clarificar, tener mejor claridad. Para ver bien las cosas uno tiene que hacer. Pero uno no está pensando en un interés personal, uno piensa en un objetivo a largo plazo en la proyección de un pueblo, en como eso puede acompañar a la lucha de un pueblo. Eso es lo que nosotros debemos pensar.

Entonces se da que de alguna manera empiezo a involucrar y yo le dije que iba a colaborar nomás. Yo les empecé a acercar material documental que yo tenía de diferentes festivales de cine indígena, de pueblos originarios de Argentina, de todo el continente y también mucho material mapuche. Y después, bueno, se empieza a ver que empiezo a involucrarme más en el espacio, entonces yo le decía que había que armar una estrategia con relación al canal teniendo en cuenta que la Ley de Medios es una ley que está en vigencia, que el Estado tiene que avanzar en la aplicación de esa ley. Porque ya existía en Bariloche una delegación de la AFSCA, que es la Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual, el organismo nacional que aplica la Ley de Medios. Acá en Bariloche había una delegación. Entonces yo le decía que había que avanzar en dos cosas: una es empezar a establecer un vínculo con el pueblo Mapuche en Bariloche y la otra es avanzar en estrategias para que el AFSCA como organismo nacional empiece avanzar en la aplicación de esa Ley de Medios.

A partir de eso empezamos a armar una manera y una estrategia que nos permita empezar a revertir la situación que tenía el canal, toda la situación. Estaba vaciado, no tenía cámaras, no tenía computadora, no tenía ni agenda de teléfono, porque la gente que estuvo antes se la llevó toda. No tenía presupuesto, era un lugar vacío. Por otro lado, era un lugar vacío de gente, porque no había mapuches. Ideológicamente era un lugar vacío, porque no tenía cosmovisión mapuche ese lugar. No tenía postura sobre la realidad, no tenía una posición sobre el mundo y sobre las personas y sobre la vida. No tenía nada claro. Entonces ese espacio hay que llenarlo de conocimiento mapuche, de lógica mapuche, de entendimiento mapuche, de razonamiento mapuche y de estrategias mapuche. Porque ese canal, o ese espacio, se tiene que transformar con el tiempo en el reflejo de la vida del pueblo Mapuche y en lo que el pueblo Mapuche quiera contar.

Entonces, yo conozco hace muchos años toda la comunidad mapuche de acá. Son doce las comunidades mapuche acá en la zona, en Bariloche. Y además, las organizaciones de gente mapuche yo las conozco igual, porque hace años uno viene en este proceso, uno no viene de ahora. Son décadas involucrándose o avanzando en el proceso de lucha del pueblo Mapuche. Entonces ahí tiene que ver con la palabra, para nosotros la palabra es importante. Si uno dice algo tiene que cumplir. Y la palabra para el mapuche vale. No valen los papeles, eso no tiene valor para nosotros. Lo que tiene valor es la palabra. Entonces yo le decía a Deolinda que ella como directora del canal lo que nosotros somos los Mapuche que hablar, que parlamentar. Y parlamentar significa que uno tiene que empezar a acercarse a la gente, porque si la gente no viene al canal, el canal tiene que salir a hablar con lo pueblo Mapuche en Bariloche.

Entonces a partir de un contacto que yo tenía empezamos a recorrer las comunidades mapuche. Ir de comunidad por comunidad a explicarle que había pasado con esa gente que había estado antes, qué había pasado con el canal. Porque fue manipulado el canal, fue utilizado el pueblo Mapuche para lanzar un canal en nombre del pueblo Mapuche. Que al final no respondía al interés del pueblo Mapuche sino respondía a una cúpula del poder, respondía a un gobierno que estaba en el poder. No era de interés nuestro. Pero que a partir de esa situación el canal ya está.

¿Ahora qué hacemos con ese canal? ¿Qué hacemos con ese medio? La propuesta fue decir: "Nosotros como mapuche nos vamos a hacer cargo

de ese espacio pero vamos hacer en un proceso donde nosotros por un lado vamos llenar ese canal de contenido desde la lógica de la filosofía mapuche, y por otro lado vamos avanzar con el tiempo a que progresivamente el pueblo Mapuche empiece involucrarse de manera primero indirecta y después directamente”. Que en ese proceso estamos hoy, estamos en un proceso de reacomodamiento, nos estamos acomodando a la situación. Estamos saliendo de una situación de incertidumbre, una situación de abandono y de negación.

Por un lado eso, empezamos a hablar con la gente, empezamos a discutir y a plantear. Y la gente nos empezaba a hablar a nosotros, y a acompañar, pero también a decirnos cosas de cómo teníamos que ir nosotros. Entonces empezamos a plantear que había un nuevo espacio, había una nueva política dentro del canal, y que el canal había tomado dos decisiones. Una que de ahora en más nadie va a entrar en el canal con la política partidaria, que de ahora en más no iba entrar nadie más con las religiones adentro del canal. Que el canal es mapuche. Entonces si viene algún mapuche a difundir el interés de un partido político el canal no está a disposición para eso. No es para eso el canal. Si vienen mapuche a querer difundir la religión occidental, no está para ese mapuche. Como nosotros no vamos a difundir ideología que perturbe o que dañe a la cultura mapuche. Entonces esas son las posturas que nosotros empezamos a tomar y las definiciones que empezamos a tomar.

Y a partir de ahí que el canal tiene que tener un ordenamiento, que ya no vamos a permitir que venga ningún *winka* a decirnos a nosotros qué tenemos que hacer o cómo tenemos que hacerlo. Todo es por la cultura mapuche, todo es la filosofía mapuche. Y si nosotros queremos hacer un camino diferente de comunicación es a partir de nuestra cultura. Y para eso tenemos que defenderla de cualquier persona que venga con otra postura occidental a discutirnos a nosotros, a enseñarnos a nosotros como tenemos que hacer comunicación. Porque nosotros ya venimos haciendo comunicación. El pueblo Mapuche hace miles de años que viene haciendo comunicación con la naturaleza, con las personas, con el mundo espiritual, con el mundo sobrenatural, con el mundo natural, con el universo mismo. Nosotros sabemos hacer comunicación y eso está en la cultura mapuche.

Entonces por un lado es eso. Por otro lado, existe el Estado a partir del AFSCA. Fuimos a pedir reuniones al AFSCA y decirles que nosotros somos sujetos de derecho, y que el Estado tiene la obligación de la aplicación de ese

derecho. Y nosotros queremos que cumplan con ese derecho, que si no lo hacen caso con nosotros ellos van empezar a negar nuestros derechos y a violar nuestros derechos. Entonces empezamos a plantear reuniones donde al principio era negación: al principio que sí, que no, pero al final nos dimos cuenta que ese organismo nacional también pertenecía al gobierno nacional, al kirchnerismo. Y el kirchnerismo todo lo que no podía cooptar lo destruía. Como a nosotros no nos podía cooptar, porque nosotros no vamos a responder a un gobierno, porque vamos a responder a nuestro pueblo, empezaron a generar situaciones de negación, de invisibilización, de no querer reunirse con nosotros, de mentirnos, de manipular, de no solucionar el reclamo que nosotros veníamos haciendo.

Es por eso que empezamos a cansarnos y a avanzar en estrategias. Nosotros decíamos: “Bueno, nosotros vamos a avanzar por el diálogo, porque el pueblo Mapuche es un pueblo que habla, es un pueblo que tiene la capacidad de dialogar. Pero tampoco nosotros no somos un pueblo sumiso, no somos mapuche que nos vamos a quedar conforme y que vamos a bajar lo brazos para hacer lo que ellos nos digan”. Porque ellos pueden tener intenciones de oprimirnos o pueden tener la lógica *winka* de seguir con esa intención de opresión, pero nosotros no vamos aceptar eso. Nosotros nos entendemos como un pueblo que también tenemos capacidad de libre determinación y nosotros decidir nuestro futuro. Como ellos no nos respondían favorablemente, nosotros empezamos a avanzar en estrategias de denuncias. Entonces dijimos: “Bueno, si ellos no hacen caso, vamos empezar a denunciar”. Y empezamos a hablar con las comunidades mapuche lo que estaba haciendo ese organismo nacional con el canal.

Y después en una audiencia pública en noviembre pero que no sé... No sé si fue el primero de noviembre... Acá en Bariloche, en la Defensoría del Público, que es un organismo que surge a partir de la Ley de Medios, pero todos que están en la Defensoría del Público son kirchneristas. La AFSCA era kirchnerista, los que estaban en el canal eran kirchneristas, y en Bariloche existía una coalición por la Ley de Medios que también eran todos kirchneristas. Entonces nosotros solos como canal con la lógica mapuche teníamos que discutir con todos esos espacios que no entendían, no entienden la cultura mapuche, no entienden los pueblos originarios, no los conocen. Ellos creen que todos tienen que estar bajo la lógica de los partidos políticos. Nosotros decimos que no, porque la política nuestra surge a partir de la cultura mapuche. Nosotros decimos: “Nosotros Mapuche tenemos una política y la

política nuestra es la política mapuche, no es la política *winka*, no es la política de los partidos, no es la política de otra cultura". Porque nosotros tenemos cultura propia. Entonces nosotros sabemos ordenarnos, sabemos lo que queremos, sabemos hacia dónde vamos y con quiénes lo vamos a hacer. Entonces lo que nosotros no queremos es que nos vengan a decir lo que lo tenemos que hacer.

En esa auditoría era una audiencia pública. La Defensoría del Público supuestamente defiende al público a partir de la Ley de Medios, como un organismo que controlaba los medios a nivel nacional para defender los derechos del público. Y dentro de eso también muchos medios, en su mayoría radios, denunciaban o planteaban, o aplaudían, o iban a felicitar el gobierno por la nueva Ley de Medios, porque era eso también. Y nosotros decidimos armar una presentación, una nota donde nosotros denunciemos el vaciamiento que había. Porque la gente que estuvo antes se llevó todo, se llevó las cámaras, todo lo que había se lo llevó. Denunciamos que la Ley de Medios no se está aplicando, denunciemos que a partir de esa negación, o partir de esa postura que tomaba el organismo nacional, estaba negando nuestros derechos y que nosotros queríamos que la Defensoría del Público defiendan o avance también en un reclamo a nivel más amplio, digamos, o judicial. Para que el AFSCA, que es el organismo de aplicación de la Ley de Medios empiece a mirar y a reconocer que somos pueblos indígenas, que tenemos cultura propia, y que a partir de la Ley de Medios en vigencia ellos garanticen esos puntos de la Ley de Medios. Que en realidad el 151 lo cumplen, que te da la licencia automáticamente por ser indígena, eso se cumple, pero el artículo 152 no lo cumplen, que es el porcentaje del presupuesto nacional.

Porque nosotros, ¿qué decimos? Si nosotros logramos que se reparta un porcentaje del presupuesto nacional para los medios indígenas en todo el país nosotros sabíamos que a partir de eso íbamos a tener el mismo financiamiento que la universidad pública y la iglesia católica. Porque la figura nuestra, nosotros somos medio público, no estatal. Entonces eso nos da el mismo rango que la universidad pública y que la iglesia católica. De diferencia que la universidad y la iglesia sí reciben el presupuesto del Estado nacional y los medios indígenas no.

Entonces nosotros queríamos que sí empiecen avanzar con eso. Y empezamos a denunciar. Nosotros queríamos que denunciando también o trasladando esa denuncia en ese espacio se iban a empezar a generar mecanismos para obligar a la AFSCA que cumpla con la ley, pero no encontramos con esta

realidad, que eran kirchneristas o que defendían al gobierno. Hasta incluso la misma gente de la Defensoría del Público quisieron que nosotros no denunciáramos lo que estaba pasando para no denunciar a la AFSCA, que eran de la misma línea del kirchnerismo. Nosotros igual lo denunciábamos públicamente. A partir de ahí empezaron promesas, mentiras, cosas que iban hacer que no hicieron nunca, que iban atender al canal, que iban estar en las reuniones del canal. Bueno, de alguna manera después decían que iban abrir fondos concursables. Nosotros decíamos: “No, nosotros no queremos fondos concursables. Nosotros queremos que se aplique la ley. Porque nosotros si aplica la ley sabemos que por año el canal va a recibir, o los medios indígenas, van a recibir un porcentaje del presupuesto nacional y que el canal sabiendo que todos los años recibe plata del presupuesto nacional a partir de ese dinero que recibe el canal se ordena, en un año sabe qué gastos hacer y qué gastos no hacer.

Y nosotros tenemos autonomía y no dependemos de ningún partido político y de ningún gobierno y mucho menos de un organismo nacional. Entonces nosotros buscamos eso porque a partir de eso nosotros entendemos que eso se logró o que el Estado tiene una deuda con los pueblos indígenas, no porque nosotros le tenemos que pedir por favor o un favor a ellos. Porque ellos creían o querían que nosotros estemos como a disposición de ellos o a la orden de ellos. Entonces se logró denunciar esa situación, pero en vez de ser favorable al canal fue negativo, porque esta gente después tomó la decisión de no apoyar más el canal y dejar que el canal se muera, deje de existir. Entonces a partir de la respuesta que dieron, nosotros seguimos avanzando en esta lucha de la denuncia y las movilizaciones también que nosotros generamos.

Se dio que el 2014 se logró a partir también de las reuniones, movilizaciones y demás, de que la AFSCA empezara a generar partidas presupuestarias todo por concurso, lo famoso FOMECA. Y a partir de ahí nosotros aprendimos a hacer proyectos de comunicación, armar un proyecto de un programa de televisión informativo, o proyectos de micros, cortos, para elaborarlo nosotros. Pero también en eso, nosotros decimos, la AFSCA que respondía al kirchnerismo quería meterse al canal para ellos controlar el canal. Entonces ellos decían que si el canal no funcionaba decían que era porque nosotros no teníamos la capacidad de gestionar un canal de televisión, que éramos como inútiles. Y que ellos decían que ellos lo que podían hacer para ayudar el canal era poner una persona dentro del

canal con un sueldo para que esa persona se encargue de coordinar y de ordenar el canal y que el canal pueda salir adelante. Nosotros dijimos que nosotros no creíamos que era ese el problema, nosotros creíamos que el problema surge a partir de que ellos no quieren aplicar la Ley de Medios. Pero nosotros dijimos que nosotros sí tenemos capacidad de dialogar para que ellos vean que nosotros hablamos y dialogamos e íbamos aceptar, pero de alguna forma también para ellos vean que ellos no tenían la razón.

Y la manera fue aceptar esa persona que se llamó Alba⁴⁴, que no sé si Deolinda te contó, que la AFSCA la metió dentro del canal. Esa mujer empezó a trabajar en el canal y por 6 meses ganó un sueldo de 20 mil pesos ella sola. La AFSCA le pagaba un sueldo, ella iba al canal... Supuestamente ella empezaba a ayudar, a ver de qué manera se podían hacer proyectos y demás, cosas que nosotros ya sabíamos hacer. Nosotros no somos tontos ni estúpidos. Nosotros somos como también muy observadores a ver lo qué hacen ellos, a ver lo que pueden mostrar. Entonces la dejamos a ver qué hacía. Y resulta que esta mujer empezó y ya como al poco tiempo ya ella quería tomar decisiones, quería empezar a decidir, y quería incluso empezar a meter gente dentro del canal, y después quería decidir sobre qué tipo de contenido nosotros teníamos que hacer con el canal.

Y ahí fue, bueno, donde también empezó a generar situaciones de división adentro del canal porque esta mujer se empezó a estar mucho con Deolinda, y Deolinda es una persona que por ahí es muy buena, entonces ella no desconfía de nadie. Esta persona se acercó mucho de Deolinda y empezó a ponerla en contra mío. Porque yo dentro del canal era el que defendía la postura de que el canal es mapuche y nosotros no necesitamos nada de los *winka*. Entonces esta mujer empezó a generar como una división entre nosotros. Quiso meter gente adentro del canal. Yo después discutía con Deolinda y decía que no, que esta mujer no es mapuche, por lo tanto ella no tiene que decir quién va entrar y quién va salir en el canal. Eso lo tenemos que decidir los mapuche que estaban en el canal, pero de manera colectiva, no individual. Deolinda es directora, pero las resoluciones tienen que ser colectivas, porque esa es la lógica mapuche. Entonces por lo menos logramos que no se metiera nadie.

Y después ella quería empezar a decir sobre contenidos, yo digo que no, y empezamos a discutir. Conmigo discutió, porque yo no estoy de acuerdo ni

⁴⁴ Nome ficticio.

voy a estar de acuerdo con nadie que quiera venir imponer su idea o a meter contenido que tenga que ver con la lógica *winka*. Entonces al final no pudo y después, bueno, siguió ella para no generar más pelea porque también en la medida que nosotros discutíamos la gente dentro del canal que Deolinda, Adriana, después estaba Lucas, Luciano, y empezó a darse cuenta de que esa mujer venía manipular. Porque decía que iba hacer una cosa y no lo hacía, o prometía cosas: que iban a salir proyectos, que iba a haber ingresos al canal y en un tiempo determinado pasaba el tiempo y eso no pasaba. Entonces era mentira. Y uno con el tiempo se da cuenta de quién es realmente cada uno.

Entonces yo seguía con mi idea de que el canal es una herramienta que tiene que estar a disposición del pueblo Mapuche y el canal tiene que existir de acá a muchos años. O sea, yo siempre digo: Yo hoy estoy en el canal, pero yo no vine acá en el canal para estar toda la vida, yo en algún momento no voy a estar más en el canal, pero más allá de que yo esté o no esté en el canal, el canal tiene que seguir, pero con una lógica mapuche.

Entonces yo decía a Deolinda: “El canal es un espacio donde hay que ordenarse de acuerdo con la cultura mapuche y que eso va a llevar tiempo. Eso no es que de hoy a mañana. Eso lleva tiempo. Son procesos que como la naturaleza misma tiene su tiempo”. Si yo tengo una semilla yo no puedo pretender plantarla hoy que mañana ya pueda comer los frutos. Para que esa semilla de frutos necesita esa semilla crecer, desarrollarse y después en un tiempo futuro puede dar frutos. Pero no es automático, no es rápido. Entonces yo decía que nosotros tenemos que pensar como la naturaleza, que la naturaleza tiene su tiempo, que las personas queremos todo rápido porque las personas vivimos con la lógica *winka*, esa lógica occidental que quiere todo ya. Y el mapuche no es así, el mapuche se ordena a partir de los ciclos de la vida. Entonces es el tiempo el que te da la razón o que no te da la razón según como vos actúa y según de acuerdo con la cultura o la lógica que vos tenga. Es así.

Por eso decía que los mapuche somos muy observadores, que los mapuche tenemos que armarnos de paciencia. Porque si nosotros no nos armamos de paciencia vamos a desesperarnos como los *winka*. Y eso es lo peor que lo puede pasar a uno, la desesperación. Cuando uno está desesperado, comete errores, y errores que son irreversibles o que generan muchos daños. Entonces a partir de esa lógica nosotros tenemos que actuar, que es la lógica mapuche. Que es la lógica del

tiempo, o de espera, de la paciencia, del razonamiento, del buen pensamiento, de confiar también en nuestra cultura. Porque los frutos no se ven ahora, pero en el tiempo se van a dar. Entonces eso es lo que nosotros tenemos que aprender, a ordenarnos de acuerdo con esa lógica mapuche.

Yo le decía a ella que tenía que tener paciencia, que no tenía que desesperarse si había gente o no había gente en el canal. Lo importante es ordenar el canal de acuerdo con la cultura mapuche, lo importante es empezar a reconocer que tipo de problemas tenemos y a partir de reconocer esos problemas, con quién tenemos que ordenar o arreglar esos problemas. Y después de eso arma un grupo de trabajo que se encargue la puesta en el funcionamiento del canal pero a la vez también que ese grupo de trabajo responda a la lógica mapuche.

Porque con la herramienta de la comunicación en la cultura mapuche lo que nosotros armamos a partir de ahí, lo que surge es un proyecto de comunicación mapuche propio. Que no es un proyecto de radio comunitaria, no es un proyecto de radio alternativa, no es un proyecto de radio y comunicación comercial, o no es un proyecto de comunicación masiva. Es un proyecto mapuche, de un pueblo indígena que es un pueblo que vive hace miles de años en esta parte del mundo. Y que nosotros de ahí la mejor herramienta que tenemos para proponer. Hay otras formas, hay otros lenguajes, hay otros silencios, que la gente hoy por hoy ni los propios mapuche lo conocen. Pero nosotros sí, ya está en la cultura mapuche. Entonces hay que empezar a buscar la manera de como ese mundo milenario, antiguo, lo podemos bajar a un lenguaje hoy en el siglo XXI, en un lenguaje de comunicación, en un lenguaje de un canal de televisión. Se puede hacer. Pero hay primero que conectarse, ordenarse, hay que volver a ser mapuche. Yo le decía eso.

Volver a ser mapuche no significa tener apellido mapuche, como ser de una comunidad mapuche con un rostro indígena. Porque la historia y la realidad nos muestra que hay gente que tiene rostro indígena o rostro mapuche o apellido mapuche y que esa gente sin embargo ha trabajado para los *winkas*, para un gobierno, para un partido político, para la iglesia, y no para su pueblo, no para su cultura. Entonces hoy un rostro indígena no es garantía de que sea indígena o que responda a los lineamientos de una cultura indígena. Para garantizar eso es necesario avanzar en la cultura mapuche, es necesario volver a la ceremonia mapuche, a los parlamentos mapuche, es necesario volver a los espacios mapuche

y ahí conocer la relación que hay con la cultura mapuche, con la naturaleza, con las vidas, con todas las vidas. Las vidas que vemos, que no vemos.

Esa fuerza nos ordena a nosotros, esa fuerza nos da conocimiento, sabiduría. Y esas fuerzas son las que también nos permiten empezar a compartir toda esa cultura a través del canal de televisión. Y por eso a partir de que empieza a darse a conocer toda esa cultura mapuche que nosotros aprendimos de la naturaleza es donde ya estamos planteando un proyecto de comunicación mapuche propio.

Hoy eso se transmite en partes por el canal, porque en la realidad es progresivo. Lo que ha pasado con nosotros es que había gente... Por ejemplo, nosotros no estudiamos comunicación ni tampoco venimos de la comunicación, del mundo académico, ni tampoco de la universidad. O sea, nosotros somos gente común, gente que cree que el pueblo Mapuche tiene la capacidad para hacer comunicación y para administrar un espacio de comunicación. Nosotros creemos que si hay algo que no lo podemos hacer no es porque no tengamos capacidad, sino porque o no tenemos la herramienta o se nos niega la herramienta, como pasa con la Ley de Medios que se nos niega el derecho. Porque si a nosotros nos dan ese derecho, se cumple. Nosotros estamos en condiciones de hacer mucho más de lo que estamos haciendo ahora.

Hoy estamos haciendo un canal de televisión con limitaciones, porque hoy nosotros somos 5 personas, que nosotros trabajamos de acuerdo con el proyecto ese de comunicación que tenemos, pero es limitado. Porque dentro del proceso que lleva mucho tiempo, o que lleva un tiempo determinado al paso que sea. Entonces primero lo que nosotros necesitamos es comenzar, por lo menos [inaudível] con los pueblos Mapuche por las comunidades y con los *peñi* y *lamgnen* lo tenemos. Por otro lado no hemos logrado la aplicación del derecho porque la aplicación del derecho indígena no es incluso a nosotros después nos dimos cuenta—, no es responsabilidad únicamente del canal mapuche, es responsabilidad de las más de 60 radios indígenas en todo el país y de todos esos medios de comunicación y de todos esos pueblos indígenas. O sea, nosotros como canal mapuche no podemos asumir toda esa responsabilidad. Pero sí somos conscientes que hay que avanzar en la aplicación del derecho.

En algún momento el 2014, 2015, ganamos un fondo concursable donde pudimos comenzar a hacer el noticiero, y decíamos: “A partir del noticiero

nosotros vamos a plasmar o a dar a reconocer la postura política del canal. Vamos a dar a conocer la línea editorial del canal, qué tipo de comunicación queremos, y para quién es esa comunicación”. Entonces por un lado está eso. El noticiero empezó el 2015 y empezamos a darnos a conocer y ahí la gente empezó a conocer que había un canal mapuche y que había mapuches que podían usar cámaras, que podían editar, que podían presentar noticias, que podían escribir, que podían también hacer comunicación al igual que otros periodistas, que otros medios, pero en menores condiciones, en condiciones de precariedad. Pero lo hicimos.

Entonces lo que pasaba es que en algún momento lo empezamos a plantear al AFSCA, porque los fondos eran concursables, pero por ciertos meses y no era garantía de que la gente que trabajaba en el canal tuviera sueldo o un trabajo permanente. Entonces nosotros decíamos: “No se puede avanzar en un proyecto de comunicación mapuche si no se asegura que la gente que está en el canal tenga un sueldo”. Y que a nosotros nos permita pensar a partir de nuestra... De ese trabajo de pensar en qué tipo de comunicación vamos a hacer. Pero si no hay presupuesto, si no hay dinero, nosotros no podemos pensar en qué tipo de comunicación vamos a hacer, por nosotros necesitamos pensar en comer, nosotros necesitamos pensar en cómo vamos a subsistir, como vamos a sobrevivir dentro del sistema de vida *winka*, que todo lo que hace lo hace por el dinero. En esta sociedad no se hace nada sin plata. Entonces nosotros personalmente e individualmente necesitamos un ingreso mensual que nos permita sustentarnos económicamente, sobrevivir económicamente, y además que nos dé estabilidad para que nosotros podamos pensar y concentrarnos en construir un proyecto de comunicación mapuche.

Porque si no sucede eso, ¿qué pasa? Toda la gente que estaba antes en el canal se fue porque el canal no les daba estabilidad económica. La gente necesita comer. Entonces la gente se va, encuentra un trabajo, y cualquier trabajo que uno encuentra fuera del canal es mejor que estar en el canal. Había gente que por ahí aprendía cámara, gente que hacía edición, que veía que en tantos meses terminaba y se iban. O eran mucama, o conseguían trabajo en un restaurante, o por ejemplo como pasó con Luciano que se dedica a la gastronomía ahora, o con Lucas que se dedica a que es brigadista de incendios forestales. Porque ahí les pagan un sueldo, pueden dedicarse a eso. Entonces ya nosotros decíamos: “Todo el tiempo que nos llevó capacitarnos, empezar a conocer el lenguaje de la televisión, si se van

los camarógrafos hay que empezar de cero, hay que volver a armar un grupo de gente". Era como un círculo vicioso que nunca iba terminar.

Entonces empezamos a buscar las maneras de exigir del AFSCA que empezara la aplicación del derecho, porque ahí está todo para nosotros. Si no se aplica el derecho vamos a estar toda la vida viviendo de fondos concursables, y fondo concursable significa que no toda la vida vamos a ganar un fondo concursable, porque es por concurso, en algún momento no vamos a ganar.

Pensar en que por un lado está la relación con el pueblo Mapuche era una pata fundamental del canal. Y por otro lado la estabilidad económica del canal, porque a partir de la estabilidad económica o por lo menos un pequeño ingreso para los que trabajamos ahí, nos permita a nosotros pensar en todos los días hacer el canal, todos los días pensar en que tipo de comunicación, cómo vamos a hacer la comunicación. Y por otro lado también nos permite pensar en equipamientos, en mejorar la señal, en tener cámaras que estén acorde a la necesidad de un canal de televisión, en la escenografía, pensar en movilidad, en pensar en tener todo lo que necesita un canal, toda la infraestructura que significa un canal. A partir de ahí nosotros decimos: La estabilidad económica es también la estabilidad estructural de un canal, desde lo técnico hasta lo [inaudible]. Eso también es necesario. Entonces de esa manera tenemos que ir afianzándonos.

Y desde que empezó el canal de no tener nada, ahora el canal transmite las 24 horas. La mayoría de la programación del canal no es del canal, es material enlatado, pero que responde a la línea editorial del canal. Porque la línea editorial del canal, nosotros decimos: "El canal tiene que reflejar la vida del pueblo Mapuche. Y en el canal, la gente que ve el canal tiene que ver la vida o conocer a los pueblos indígenas del continente y la gente que ve el canal tiene que ver también a la sociedad argentina que lucha por los derechos humanos, que lucha por profundizar la democracia". En el canal hay espacio para las "minorías" –entre comillas minorías. Entonces todo lo que el sistema *winka* occidental margina, niega, rechaza, invisibiliza, si es justo, digamos, tiene que estar en el canal. Si es lucha de derechos tiene que estar ahí. Si son las luchas de los pueblos tiene que estar ahí. El canal es un espacio que está a disposición de los pueblos, no solamente del pueblo Mapuche, sino del pueblo indígena, pero también del pueblo argentino y el pueblo chileno que también entendemos que son pueblos oprimidos. Una cosa es ser pueblo argentino oprimido, otra cosa es ser pueblo chileno oprimido y otra cosa es

ser los gobiernos y el Estado, o el Estado. Hay diferencias para nosotros en eso. Entonces nosotros vamos a acompañar toda la lucha que sea justa.

Y eso es parte de una línea editorial, eso es parte de la política mapuche. Porque nosotros sabemos que la sociedad no la vamos a construir solamente los Mapuche. El mundo o la responsabilidad con la naturaleza, con este mundo, no es responsabilidad únicamente del pueblo Mapuche. Es responsabilidad de todos. Entonces esa sociedad intercultural por lo menos tiene que transformar la relación. Porque, nosotros decimos: La sociedad en sí ya es intercultural, pero la interculturalidad que existe es la cultura occidental oprimiendo al resto de las culturas. Y dentro de esa opresión nosotros somos los oprimidos. Entonces nosotros decimos: Hay que cambiar la relación de interculturalidad.

La interculturalidad comienza a partir de un respeto, la interculturalidad comienza a partir de que la sociedad argentina tiene que conocer los pueblos indígenas para respetarlos. Nadie puede respetar algo que no conoce. Y eso es lo que pasa con esta sociedad. Esta sociedad ignorante, esta sociedad no conoce a los pueblos indígenas, no conoce su cultura, no conoce su filosofía y no conoce la parte del mundo donde están viviendo, no entienden la naturaleza y no se entienden siquiera a sí misma esta sociedad.

Nosotros decimos que a partir de eso nosotros como pueblo Mapuche tenemos un proyecto de vida, más de 10 mil años, más de 20 mil años en esta parte del mundo en relación con la naturaleza. Entonces nosotros creemos que una sociedad mejor, más justa para no solamente las personas, sino también para la naturaleza, es posible. Y creemos que la televisión, o el canal, o el medio, tiene que ser para eso, para plantear ese proyecto de vida y porque creemos que eso le puede servir no solamente al pueblo Mapuche, sino también a la sociedad no mapuche. Y que hay cosas que se pueden recuperar, hay cosas que se pueden ordenar de acuerdo con la experiencia que por miles de años el pueblo Mapuche ha adquirido por la relación que ha tenido con la naturaleza en esta parte del mundo.

Entonces de manera progresiva, de a poquito, nosotros vamos planteando la línea editorial o el proyecto de comunicación del pueblo Mapuche. Por eso todos contenidos que salen en el canal están ordenados de acuerdo con criterio mapuche o a la lógica mapuche que nosotros tenemos de relación y de entender las cosas. Entonces todo el contenido que hay en el canal también tiene que ver a esa evaluación que nosotros hacemos, qué sí queremos que esté en el canal y qué es lo

que no queremos que esté en el canal. Pero nosotros mapuche somos los que decidimos, no decide otra gente. Porque nosotros sí tenemos capacidad de decidir, y sí tenemos capacidad de ordenar nuestro destino y escribir nuestra historia. Porque nuestros antepasados la escribieron. Acá ni los españoles pudieron pasar, acá vino recién el Estado. Pero nadie nos dijo a nosotros como tenemos que... Ninguna otra cultura.

Entonces nosotros creemos en la naturaleza porque es lo que nos ha ordenado. Lo que nos ha dicho como tenemos que vivir es la fuerza de la naturaleza, toda la ley que existe en el universo. En el universo hay una ley que nosotros decimos *Az Mapu*. El *Az Mapu* es la ley de la naturaleza. Hay una forma de ordenarse, hay una forma de relación, hay una forma de organizarse, hay una forma de vínculo, hay una estructura en el universo. Entonces los Mapuche, esa estructura la incorporamos a nuestra vida. Y entonces a partir de esa estructura que tiene el universo y la vida misma la incorporamos nuestra vida y ahí nace la cultura mapuche, la filosofía mapuche. Y de ahí nosotros la incorporamos en canal de televisión y ese proyecto es el que la gente va a conocer. Que no es un proyecto de las personas, no es nuestro, nosotros no inventamos ese proyecto de vida, ese proyecto que tenemos para compartir con la sociedad. Eso viene de la cultura mapuche, y viene de la naturaleza, y viene de la estructura del universo, y como la naturaleza se ordena a sí misma y a la vez como ordena a nosotros.

Los contenidos del canal, eso lo vamos buscando. Algunos tienen que ver, por ejemplo, documentales de material que nosotros vamos recopilando, documentales indígenas. Entonces nosotros vamos recopilando [lo] que nos acercan y que nosotros vamos contactando. A veces también muchos materiales tienen que ver con programación que surge a partir de canales estatales como el Canal Encuentro, que también a partir de la Ley de Medios empezaba a generar muchos contenidos audiovisuales, y Canal Encuentro surge también después de la Ley de Medios. Entonces tiene como mucho contenido audiovisual basado en los derechos humanos, en la profundización de la democracia, y también en la búsqueda de dar a conocer otros lenguajes y otras realidades también que suceden en Argentina y en el continente.

Porque si uno ve los grandes medios de comunicación, lo único que va ver es lo que pasa en Buenos Aires. Y uno viene del interior del país, vive en la cordillera, vive en la meseta, vive en el mar, vive para el norte, para el sur, para lo

que sea, y a veces ve cualquier canal de televisión y hay paro en Buenos Aires del Subte, entonces todos los días están hablándonos de Subte y nosotros acá no tenemos Subte. Entonces la gente nos imponen su forma de vida y nos hacen creer que esa es la vida, esa es la realidad. Y en el interior del país, en todo el país hay muchas formas y criterios y tradiciones y realidades culturales diversas. Entonces buscamos eso, que el canal pueda reflejar esa diversidad. Después también hay otros canales alternativos o contra hegemónicos que tienen programación propia y que nosotros vamos consiguiendo. A veces también hay material regional que nos acercan o que han conocido el canal a lo largo del tiempo por los reclamos que hemos hecho, entonces nos van ofreciendo material.

Generalmente lo elijo yo. Pero yo creo que no lo elijo de manera personal, yo creo que lo elijo de acuerdo con la cultura mapuche porque yo soy mapuche y me reconozco mapuche. La forma que yo pienso, la forma que yo siento, la forma en que entiendo, forma parte de un pueblo, la forma que ese pueblo piensa, vive, sigue existiendo. Entonces yo sé que el criterio que yo tengo no es un criterio personal. Yo no puedo decir que es mi forma de pensar o que todo lo que estoy diciendo, ese conocimiento, me pertenece. No me pertenece a mí. Ese conocimiento le pertenece a todo un pueblo. Entonces entiendo yo que no es un pensamiento egoísta la cultura mapuche, es un pensamiento que nosotros decimos que es diverso y que esa diversidad es lo que a nosotros nos ha permitido sobrevivir al largo del tiempo.

Y nosotros decimos: Mientras más diversidad haya en el canal mejor para la gente que lo pueda ver, porque la gente necesita ver cosas diversas, no homogéneas. Porque decimos nosotros que con lo homogéneo se perpetua el poder, con homogéneo se garantiza el silencio a los pueblos. Y creemos que con la diversidad la gente individual y colectivamente se enriquece. Mientras más diversos somos, más se enriquecen las personas, más crecen, más se alimentan, digamos, y más opciones tienen para vivir individualmente y colectivamente. Porque nosotros decimos: Hoy en esta sociedad *winka* que es homogénea, la gente no sabe ni para que vive. La gente no sabe cuál es su razón de ser. O sea, vive, trabaja, tiene auto, una casa, todo, pero no sabe. Al otro día te levanta a la mañana, ¿y por qué te levantas? ¿Para qué te levantas a la mañana? ¿Para qué vivís? ¿Cuál el sentido que tiene tu vida? En esta sociedad la gente no tiene una razón de ser.

La cultura mapuche sí. Nosotros vivimos. El pueblo Mapuche sí encontró su razón de ser. El pueblo Mapuche entendió que en esta parte del mundo el universo tiene una estructura. Entonces esa estructura es una organización de que vivir en armonía. El Mapuche decidió formar parte de esa estructura del universo entendiéndose que es producto del universo. Y a partir de ahí nosotros vamos a ser parte de ese ordenamiento universal, y a partir de ahí el mapuche incorpora esa ley de la naturaleza a su vida propia y ahí empieza a estructurar su vida individual y colectiva.

A partir de ahí nace la cultura mapuche, y esa cultura mapuche está pensada para seguir ese ordenamiento, y ese ordenamiento es vivir en equilibrio, en armonía. Entonces todos los mapuche saben que hay que vivir, o antes nuestros antepasados vivían para mantener el equilibrio y la armonía. Porque mantener el equilibrio y armonía permite el buen vivir, permite el bien estar, permite ser libre sin oprimir a nadie, sin matar a nadie, sin destruir a nadie. Permite ser con el resto, con la naturaleza, con todas las vidas. Porque en la cultura mapuche nadie sobra, nadie está de más. En la cultura *winka* es capaz que sí, pero en la cultura mapuche una piedra tiene el mismo valor que la vida de uno. En la cultura mapuche esa piedra está ahí por que cumple una función de equilibrio y armonía, y si está ahí es porque el universo y el mundo natural, o sea, lo natural en el mundo mapuche, necesita que eso esté ahí.

El noticiero tiene que ver por un lado que se hace de alguna manera con un lenguaje pensando en... Es una estrategia, el noticiero. Porque ¿de qué manera uno puede plantear una línea editorial del canal o puede plantear la línea política del canal? A partir de un noticiero, ¿no? Entonces como insisto yo, que todo hacemos de acuerdo a la cultura mapuche, a la lógica mapuche. Entonces nosotros decimos que a partir del noticiero nosotros nos damos a conocer como canal. A partir de los contenidos del canal nosotros damos de alguna forma a conocer como pensamos, como vivimos, que es lo que queremos. Entonces nosotros decimos: El canal y el noticiero están pensados no solamente para los mapuche, el noticiero está pensado también para el resto de la sociedad.

Pero nosotros no somos un canal que va a ser facilitario o que venimos hacer propaganda de la cultura mapuche, porque nosotros no somos una organización de izquierda, nosotros no somos una organización de derechos humanos social que busca la propaganda o la imposición de su política, de su

lineamiento político. Nosotros decimos que compartimos y que nosotros no venimos convencer a convencidos, o sea, el noticiero no está pensado para convencer a los que ya están convencidos, sino está pensado para llegar a esa sociedad que es racista, a esa sociedad que discrimina, esa sociedad que es negadora. Está pensado el noticiero para llegar a ellos. Y para empezar a discutir de alguna manera políticamente de todo lo que dicen de nosotros. Que nosotros decimos: Nosotros no somos eso, nosotros somos esto. Y eso se refleja en el noticiero.

Entonces en principio el noticiero tiene un lenguaje que la gente reconoce en otros medios de comunicación. Pero con la diferencia que nosotros, no es un lenguaje tan rápido, por decir de alguna manera. Porque en otros medios uno ve un noticiero y te bombardean con mucha información, y a ver tantas informaciones la gente no tiene capacidad de asimilar o de reflexionar de lo que ve, porque ve tanta información.

Por un lado, eso; y por otro lado lo que pasa es que del otro lado hay manipulación y hay control social de esos medios de comunicación. Nosotros decimos que el canal tiene que empezar primero buscando información, porque nosotros decimos que si la gente no está informada no puede elegir. Si uno no sabe, no puede elegir algo que no sabe. Por un lado. Y por otro lado, la gente. Algunas de las notas o los temas son más si se quiere con un lenguaje más lento o más largo para que la gente empiece a reflexionar, a concentrarse en los temas y a pensar, a profundizar un poco más sobre la noticia. O sea, la noticia es un hecho que sucede novedoso, pero para nosotros hay más de ser un hecho novedoso, también es un hecho que nosotros buscamos que la gente conozca y profundice. Y no se quede solamente como una noticia y que ya pasó y al otro día sigue otra noticia, sino que entienda que esos hechos noticiosos son parte de procesos sociales y procesos históricos incluso, y que dentro de esos procesos sociales históricos estamos nosotros y que nosotros tenemos una forma de empezar a hablar, de empezar a reconocer.

Entonces a partir de eso nosotros también decimos: ¿Hoy por hoy qué es más necesario? ¿Qué es lo prioritario? Porque el pueblo Mapuche tiene muchas necesidades, ¿pero hoy por hoy cual es la prioridad del pueblo mapuche? Nosotros como medio creemos que la prioridad hoy es dar a conocer la lucha, es dar a conocer los conflictos, es dar a conocer la demanda de lucha. Eso es más

prioridad. Pero además de eso lo que hay es también la necesidad de empezar a dar a conocer la cultura mapuche.

Por eso a lo largo del noticiero, si uno ve el noticiero completo a lo largo del tiempo hemos tratado de dar a conocer que por un lado nosotros somos un pueblo diferente, somos un pueblo milenario, somos de una cultura diferente. No somos ni mejor ni peor que nadie, no estamos ni arriba ni abajo, pero nosotros sí creemos que somos un pueblo diferente y que tenemos voz propia y que eso también tiene que ser importante. Porque hoy por hoy se dice: “Los pueblos indígenas no tienen voz, hoy hablan los sin voz”. Y nosotros decimos: Nosotros sí tenemos voz. Lo que no teníamos era la posibilidad de darnos a conocer o que la gente escuche o vea nuestra voz, pero nosotros sí tenemos voz. Nosotros no necesitamos que nadie hable por nosotros. Nosotros sí tenemos cosas para decir, sí que tenemos cosas para comunicar.

Entonces por un lado es ese desafío. Y por otro lado es que la gente vea que nosotros somos un pueblo tan diverso como la naturaleza misma. Que el pueblo Mapuche no es un pueblo homogéneo, que el pueblo Mapuche tiene diferentes posturas políticas, diferentes formas de acción, diferentes estrategias de lucha. Que el pueblo Mapuche está en el campo, está en la ciudad, está metido en todos los ámbitos de la sociedad. Y que también somos un pueblo que busca por un lado darse a conocer, que busca compartir y que interpela también esa sociedad. Busca que esa sociedad reflexione y también empiece a ver y que empiece a entender que ese pueblo tiene voz de niños, ese pueblo tiene voz de jóvenes, de gente adulta y gente anciana. Que ese pueblo está a ambos lados de la cordillera, y que además de eso, ese pueblo habla con la naturaleza, o interpreta la naturaleza. Y que no solamente piensa sus intereses personales o de persona. Y que, bueno, hay desafíos que hay que empezar a compartir con la sociedad.

El hecho del territorio, de la tierra, el espacio donde estamos, nosotros no lo vemos como propiedad privada. Nosotros lo vemos como espacio donde hay vida, donde hay vínculo, donde hay que respetar esos lugares, donde hay que protegerlos, donde hay que defenderlos. Y donde eso permita a las futuras generaciones, tanto las personas como las futuras generaciones de la naturaleza, decimos nosotros, que puedan vivir, tengan el derecho a vivir, y que no la cultura occidental avance de acuerdo a su interés y que no le importa destruir o pasar encima de todas las vidas.

Yo en el canal hago de todo un poco. Hoy creo que mi rol es como garantizar varias cosas. Una es que el canal siga pensándose como mapuche, que siga avanzando en ese proceso de la construcción y después de afianzamiento, fortalecimiento de un proyecto de comunicación mapuche propio. Creo que ese es como mi rol, de elegir qué tipo de contenido va a haber en el canal, de discutir con todos y con todas en el canal, de empezar a entender que nosotros tenemos que empezar a hacer todo de manera colectiva las cosas y empezar también a que esa misma línea editorial empiece a plasmarse en el noticiero y asegurando que ese noticiero funcione, confiando también en la gente que está en el canal y entendiéndonos todos parte de ese mismo proyecto.

Entonces por un lado eso. Por otro lado, ver de qué manera seguimos fortaleciendo dentro de la cultura mapuche. Y después por otro lado lo que tiene que ver con la comunicación, yo me encargo de armar la agenda de notas o de temas que nosotros vamos a incorporar en el noticiero de lunes a viernes. Entonces yo veo información, yo busco información y yo decido que notas sí vamos a hacer y que notas no vamos a hacer. Y también previo una discusión que ya tuvimos nosotros donde qué tipo de noticiero vamos a hacer y cómo lo vamos a hacer se definieron algunas cosas: que por ejemplo, noticias policiales nosotros no vamos hacer porque eso no tiene nada que ver con la cultura mapuche. Que nosotros lo que vamos a hacer en vez de notas policiales, vamos a hacer notas de cultura donde la gente pueda ver lo que hace un pintor, un artista, un músico, no sé, cosas que tienen que ver con el arte, con cosas que con el trabajo o el arte del trabajo. Y que la gente vea otras cosas que no crea que lo mundo pasa por las notas policiales o por las notas con los políticos, o por las notas con que defienden otros intereses, sino que también pueda ver otras cosas que suceden, que están, que pasan todos los días.

Y que de alguna forma eso ayuda la gente a entender que, por ejemplo, cuando a la desocupación, o sea, hay otras alternativas más allá de salir a robar, o piensan que viendo tanta... A veces los medios decimos que fomenta eso porque los medios hablan de notas de inseguridad o notas policiales y yo digo siempre lo mismo: Si hay dentro de esta sociedad un sistema que oprime y un sistema que genera excluidos y que ese sistema también se alimenta y retroalimenta con esos excluidos y con esa gente que queda afuera del sistema. Entonces si hay una persona viendo que no tiene trabajo, no tiene espacio en la sociedad, marginado

por el sistema, y quedó afuera, si esa misma persona ve todo el tiempo [noticias] policiales que roban, que secuestran, que matan, que atacan, una persona que no tiene alternativa ni salida, nada, mirando eso lo único que va a pensar es que la única manera de salir es haciendo eso. De alguna manera se está fomentando que se haga eso. Nosotros decimos que nosotros no vamos a regalar miedo para después vender seguridad, porque también eso tiene que ver con políticas de los Estados para garantizar la represión, para garantizar también política represiva contra a los pueblos. Entonces nosotros decimos que la inseguridad y las notas policiales son parte de eso. Nosotros no vamos a estar fomentando eso porque no estamos de acuerdo con las políticas que se toman en materia de inseguridad o materias policiales o materia represiva.

Por un lado, eso. Y por otro lado decimos que hemos hablado con mucha gente que, a través del arte, de la cultura también, puede canalizar o puede salir del sistema o puede buscar alternativas afuera del sistema. Entonces decimos cuanta gente mapuche hace arte mapuche, se dedica al trabajo en la platería, bueno, muchas cosas. O cuantos micro emprendedores o gente que a partir del arte vive y puede trabajar y desarrollarse sin problema. Entonces por un lado necesitamos que la gente empiece a ver que hay posibilidades fuera de este sistema o alternativa a este sistema. Y por otro lado que el trabajo y que eso, o sea, las maneras de salir tienen que ver con eso, con el trabajo, con la dignidad, con sentirse útil, sentirse vivo de alguna manera. Y por otro lado que la cultura libera, todas las expresiones culturales liberan al ser humano y son necesarias para alimentar el espíritu, decimos nosotros. Entonces hay varios temas que nosotros abordamos en esa lógica.

Por otro lado, también hay otras notas que nosotros elegimos, porque nosotros decimos que la gente que ve el canal tiene que ver el canal y ver las notas que hay en otros medios que también estén en el canal, que tienen que ver con el ámbito de la política, la economía, tema social, tema cultural y otros temas, excepto los policiales. Pero que la gente que ve el canal que no se sienta ajena o que no sienta que ellos son esos que el canal está fuera de lo que pasa en la realidad. Y por eso hablamos en conferencias de prensa, por eso también hacemos también como notas vinculadas a veces al ámbito político o al intendente, o al gobernador, o los ministros, o los concejales. Pero nosotros decimos: Nosotros vamos a hacer notas dentro de eso que tenga que ver con las políticas públicas que

favorecen a los pueblos o a la sociedad. Entonces hacemos notas que tengan que ver con el ámbito político, pero a veces que beneficien a la gente. Ese tipo de nota sí acompañamos, de políticas públicas. Pero no la política partidaria ni tampoco otros tipos de políticas que van en contra de los pueblos.

Entonces es también para que la gente vea que sí se aplican políticas públicas o que, bueno, a partir del derecho o una, o formas de organización política que tienen en esta sociedad también se puede avanzar que reconozca que esta democracia no se basa solamente en ir a votar, sino que también en reclamar, en armar proyectos, en vincularse con el otro, en generar instancias, digamos, de mejoramiento de la calidad de vida de las personas. Entonces en alguna manera cuando las políticas públicas benefician también fomenta eso a que mucha gente después quiera avanzar o trabajar por ejemplo para tener una casa propia, tener un pedazo de tierra, mejorar, estar bien.

Yo me dedico a los contenidos del canal, a las notas que nosotros hacemos en el canal, y eso: a pensar que la gente que ve el canal y ve otros noticieros, que diga: "Bueno, eso ya lo vi en el canal mapuche". Y que además de eso vea otros tipos de temas, como por ejemplo el tema mapuche, como yo te insisto. Ahora estamos como defendiendo mucho lo que pasa con el caso de Santiago Maldonado. No todos los medios lo pasan. Hoy por ejemplo hicimos la nota porque en el Concejo Municipal se está hablando de un proyecto donde se está solicitando un cupo, o vacantes, o un porcentaje dentro del municipio para personas trans. Están las personas trans, transexuales, travestis y, bueno, y transgénero. Están pidiendo que el municipio de Bariloche les dé un porcentaje para que ellos puedan entrar a trabajar dentro del municipio como garantía de un derecho. Y ese tipo de política de Estado nos interesa dar a conocer, fomentar y acompañar también.

Nosotros fuimos hoy, hicimos una nota al grupo de personas trans y ellos decían que a lo largo de todo este tiempo, hoy dicen que fuimos el único medio de televisión, el único medio, el único canal que le hizo la primer nota a ellos, que se interesó por ellos. Y eso nos hace sentir bien a nosotros, porque nosotros sabemos que nosotros no estamos equivocados. Que todo lo que nosotros hacemos lo hacemos con lógica mapuche y que nosotros estamos bien donde estamos. Y que eso tiene que servir para acompañar y entendemos que ellos viven en una situación de marginalidad, de mucha discriminación, de mucha violencia, tienen que soportar

muchos abusos, gente que a veces no la quiere ni su propia familia, gente que también tiene la misma dignidad y el mismo derecho a vivir.

Entonces la cultura mapuche no es una cultura donde descarta las personas. La cultura mapuche es una cultura donde sí piensa que todas las vidas son importantes. Entonces que nos digan a nosotros eso que somos el único canal que les prestamos atención también nos indica que nosotros no estamos equivocados. Que el canal es para eso, para que esas personas marginadas, silenciadas, olvidadas, bueno, que sientan que tienen su lugar y que nosotros por lo menos como mapuche no las vamos a dejar de lado. Y que para nosotros también tienen la misma importancia y el mismo valor que nosotros mismos también. Ese también es un mensaje que nosotros, o un ejemplo que nosotros trasladamos desde una lógica mapuche. Ellos saben que ahora cuentan con nosotros y para lo que necesiten van a contar y que nosotros acompañamos ese tipo de lucha. Entonces en eso se basa la línea editorial del noticiero y del canal.

Y además de eso, lo que hacemos, que me toca hacer a mí tiene que ver con generar esos contenidos. Después, por ejemplo, cubrir a veces otras cosas que como movilización o actividades que están fuera del horario de trabajo. Porque yo entiendo que yo tengo un compromiso. No solo a mí me toca el canal como mapuche, pero también con esta sociedad, digamos. Hay injusticias o hay derechos donde uno tiene que estar, entonces si yo voy a una marcha, no voy, hago una nota y voy a mi casa. Yo voy hasta que empiece la marcha, yo marchó con la gente, termina y soy el último en irme prácticamente. Porque para nosotros, nosotros estamos adentro de la lucha, adentro del proceso, no estamos afuera. No somos el típico periodista o el típico comunicador que ve las cosas desde afuera, pasa el hecho acá, nosotros estamos afuera y entonces a partir de eso que ve, escribe pero nunca se involucra. Nosotros no somos eso, nosotros estamos involucrados. Entonces eso, ese es el camino para nosotros.

Después de eso también me toca sentarme a escribir, después sentarme con Deolinda a grabar el noticiero y después por otro lado generar otras instancias. Porque nosotros decimos: Somos un canal de televisión, pero nosotros somos actores políticos. O sea, ¿que es la política? La política es una postura de vida que uno tiene sobre las cosas, sobre la realidad, sobre el mundo. Entonces nosotros como mapuche somos actores políticos, vemos las cosas desde nuestra lógica mapuche. Nosotros no somos ajenos a lo que pasa. Nosotros somos actores

políticos y también hacemos política mapuche y también propagamos la política mapuche.

Por eso nosotros no somos un canal de televisión solamente, nosotros no somos trabajadores en el canal. Nosotros somos mapuche en un proceso de lucha, en un proceso histórico en el que estamos ahora y donde el canal no solamente se reduce a hacer un noticiero y pasar programación en la pantalla, sino que nosotros por ejemplo generamos un espacio de cine indígena en Bariloche una vez al mes. Nosotros vamos a charlas sobre cultura mapuche, a escuelas secundarias, jardines de infante. Nosotros participamos de la ceremonia mapuche en los parlamentos mapuche, en instancias mapuche.

Participamos también como medio en otras instancias a nivel nacional con pueblos indígenas donde por ejemplo a mí me tocó viajar al Chaco la última vez donde ahí los pueblos indígenas del país empezamos a discutir lo que, bueno... Se está elaborando un proyecto de ley que está haciendo el propio pueblo indígena que tiene que ver con la propiedad indígena comunitaria. Un proyecto de ley que se espera avanzar para que finalmente los pueblos indígenas en todo el país, que son más de 36 pueblos indígenas en Argentina, podamos empezar acceder al título de propiedad comunitaria, que en ese anteproyecto ya hay un grueso de 33 puntos. Y la idea ahora es empezar a generar encuentros a nivel región en todo el país para que las comunidades y todos los integrantes de pueblos indígenas empecemos a involucrarnos sobre ese proyecto de ley, a enriquecerlo, a cambiar, a modificar, a sugerir, para que eso sea lo más representativo y sea lo que los pueblos indígenas quieren. Entonces nosotros fuimos como a participar de ese encuentro. Nos invitaron como Wall Kintun pero nosotros fuimos como parte de esos pueblos indígenas que somos, y además a aportar, a discutir, a proponer, que involucramos en ese proceso. Como también lo hacemos con otros, ¿no? Pero eso también, es un espacio donde a partir de ahí se generan otros disparadores, otras cosas.

La relación del canal hoy con las comunidades mapuche de la región yo lo veo de la mejor manera. Nosotros donde vamos como canal nunca nos cierran las puertas. Incluso porque, por ejemplo, antes al canal no lo veían porque decían que era el canal de La Campora. Después que nosotros empezamos a andar con ellos, bueno, y algunos nos conocen, nosotros no estamos hace poco acá en el mundo mapuche, nosotros vivimos hace décadas en el mundo mapuche. O sea, el

vínculo y la relación, la gente nos conoce por cómo somos, cómo pensamos, cómo actuamos. Y a partir de eso la gente ya sabe que sabe que nosotros no vamos a mentirle, que no vamos a hacer otra cosa, y saben que nosotros en los peores momentos y en los mejores momentos siempre vamos a estar con ellos, es recíproca la relación.

Entonces a nosotros nos invitan acá a ceremonias de *machi*, nos invitan a *Wiñoy Tripantu* porque es la celebración del mal llamado Año Nuevo Mapuche. A nosotros siempre nos tienen en cuenta. Incluso antes la gente que no veían el canal y ahora lo ven el canal, la gente mapuche ve el canal. Las comunidades, las organizaciones, la gente mapuche que vive en la ciudad ve el canal, y hasta a veces nos recomienda, o a veces cuando no sale el canal o no sale en el noticiero nos escriben, nos preguntan por qué no sale en el noticiero. Porque están atentos en lo que pasa. Y nos avisan cuando viene gente y de esa manera nos dan temas para que nosotros podamos hacer notas y que puedan estar incluidos en el noticiero.

Hoy por hoy nosotros necesitamos generar condiciones de estabilidad en el canal. Por ejemplo, estabilidad técnica, lograr que el canal pueda verse mejor, en más lugares, que pueda subirse a la Televisión Digital argentina, que pueda incluirse en un cable de televisión donde otras personas puedan acceder al canal. Por otro lado, está la idea de armar una página web y de incorporar más gente. Pero también la idea es que en algún momento ese canal empiece a generar espacios para que los propios mapuche en las comunidades, las organizaciones, y las personas del pueblo Mapuche no solamente nos digan a nosotros, o nos avisen cuando se pueda hacer una entrevista, sino que en algún momento va llegar el tiempo en que esa gente, nuestros *peñi* y *lamgnen*, que son nuestros hermanos mapuche, empiecen a meterse dentro del canal y a generar contenidos propios. Y a que la gente que ve el canal vea la riqueza y la diversidad que tiene el pueblo Mapuche, la diversidad de voces, de posturas, de formas de entender, de comprender. Pero que toda esa diversidad se engloba, se ordena, a partir de la cultura mapuche. Porque la cultura mapuche en sí es respetuosa con la naturaleza de ese ordenamiento que yo te decía, de esa estructura del universo donde todas las vidas están contempladas, donde toda la diversidad está contenida en esa cultura.

El Ciclo de Cine Indígena se empezó a hacer ahora el 21 de junio. Se hace el tercer miércoles de cada mes y no hay plata ahí, es seguir generando espacios. Nosotros decimos que la sociedad no conoce al pueblo Mapuche, que también por otro lado la agenda la generamos nosotros. Entonces nosotros decimos que si no hay espacio, hay que generar espacio mapuche donde sea y de todo tipo. Hay que abrir espacio, hay que generar espacios, hay que meter en la sociedad el tema mapuche. Pero nosotros meter a los mapuche, no que ellos como pasa ahora con los grandes medios de comunicación, como pasa con el gobierno nacional, que habla de los mapuche pero el lado de la criminalización, que habla de los mapuche planteando que nosotros somos terroristas, que habla de los mapuche tratando de descalificar y tratando de justificar todas las represiones, el encarcelamiento y la negación y el racismo que existe. Eso es lo que pasa por un lado, digamos.

Nosotros decimos que los espacios los tenemos que generar nosotros, empezar a hablar y empezar a diversificar. Y que la sociedad empiece a entender que somos diferentes sujetos de derechos y que no somos lo que los medios y el poder dicen que somos. Y, bueno, a partir de generar instancias para compartir y de acercamiento con el resto de la sociedad.

Entonces se generó a partir de que hay un espacio acá que llama Espacio INCAA, donde es una sala de cine acondicionada que es parte también de la política del Estado y donde eso ahora depende de la Subsecretaría de Cultura del municipio. Bariloche se declaró hace como dos o tres años como municipio intercultural. A partir de una ordenanza ellos, o por lo menos el municipio, se comprometió a avanzar en políticas que tengan que ver con el respeto a la diversidad y a los pueblos indígenas, al derecho indígena. Entonces nosotros dijimos que, bueno, hay gente que por ahí nos dice que el canal no lo pueden ver o no tienen tiempo de ver el canal o que a veces nos preguntan: "¿Cómo puedo hacer para conocer más sobre los Mapuche o sobre los pueblos indígenas?". Y creemos que generando el Ciclo de Cine Indígena la gente puede acercarse del pueblo indígena. Pueden conocer los idiomas que tienen, pueden conocer los rostros, colores de piel, las geografías donde esos pueblos indígenas viven, las luchas de esos pueblos indígenas, la cultura, sus sueños, sus anhelos, sus proyectos de vida que tienen los pueblos indígenas. A partir de estos espacios. Entonces por eso se da. Entonces a nosotros nos pasan la sala gratis la Subsecretaría de Cultura y nosotros generamos espacios gratis.

Y el trabajo, la selección, todo eso de los documentales lo hago yo sólo. Yo hago la discusión, yo voy y pongo el material y nadie me paga a mi nada, ni tampoco hay plata para el canal. O sea, no todo pasa por la plata. Necesitamos si dinero para tener una mínima estabilidad que nos permita trabajar y estar cien por ciento dedicado al canal, pero todo lo otro una vez ya por lo menos asegurándonos que ese pequeño ingreso que necesitamos ya después podemos también hacer otras cosas, pero sin plata. Por en la cultura mapuche no todo pasa por la plata. Pasa por intercambio, por otras cosas.

Entonces eso y también hemos generado así presentaciones de grupos mapuche, como Wechekeche Ñi Trawun, que es un grupo de música mapuche que viene de Santiago de Chile una vez al año. A mí me toca coordinar las presentaciones y hacemos conciertos acá en Bariloche. Hemos hecho en Pilcaniyeu, en Villa la Angostura, en el Bolsón, en Esquel, en comunidades como la comunidad Lago Rosario, la comunidad Nahuel Pan en la provincia de Chubut, en la comunidad Ranquehue acá, hemos hecho en Trelew, en Puerto Madryn, en Sierra Grande, en Sierra Colorada. Todas presentaciones también sin cobrar de la gente porque ellos vienen también como un trabajo entre todos los mapuche, en cada lugar donde se hace una presentación hay mapuches que organizan, y todo es a partir de la voluntad y compromiso de seguir dando a conocer la cultura mapuche y al pueblo Mapuche. Nada más que eso. Y porque nosotros si tenemos la razón de ser.

Nosotros sabemos por qué somos mapuche, por qué vivimos, y cuál es el sentido que tenemos en la vida lo conocemos, está en la cultura mapuche. Nosotros nos sentimos vivos siendo mapuche y queremos seguir siendo vivos, o estando vivos, desde la cultura mapuche. Entonces eso es la razón que a nosotros nos motiva para hacer lo que hacemos. No nos motiva el dinero, no nos motiva la fama, no nos motiva otra cosa que ser mapuche, vivir como mapuche y promover la cultura mapuche en este territorio que es mapuche.

Respecto la relación del canal y el Estado argentino, yo lo que pienso es lo siguiente. Nosotros somos un canal, que es el primer canal de pueblos indígenas en Argentina, no hay un canal de televisión más que el de nosotros. Incluso de esta característica somos el quinto canal indígena en el mundo, no hay otros. Entonces nosotros no vamos a casarnos, ¿no? O no vamos a involucrarnos políticamente con ningún gobierno. Pero lo que nosotros decimos es que hacemos política mapuche, que nosotros vamos a sentarnos con cualquier gobierno que entre

lo tenemos que sentar a hablar para ver de qué manera ese gobierno piensa aplicar la Ley de Medios, piensa garantizar el derecho que tenemos los pueblos indígenas a la comunicación. Nosotros no estamos cerrados al dialogo, nosotros todo lo contrario. Somos un pueblo que dentro de la cultura y su filosofía el dialogo es la prioridad, es la esencia también de ese pueblo. Entonces nosotros sabemos dialogar, nosotros sabemos parlamentar. Nosotros no estamos cerrados a ningún gobierno. Nosotros vamos a sentarnos a hablar con cualquier gobierno que sea, sea derecha, sea izquierda, sea centro, sea un gobierno de derechos humanos, sea un gobierno peronista o kirchnerista como pasa, nos vamos a sentar a hablar. Y vamos a ver qué tipo de política ellos tienen con los pueblos indígenas.

El anterior gobierno se pronunciaba como un gobierno de derechos humanos y al organismo que dependía del kirchnerismo nunca le interesaron los pueblos indígenas. A nosotros en la Ley de Medios nos invisibilizaron, nunca cumplieron la Ley de Medios, nos negaron. Entonces ellos tuvieron esa política con nosotros. Nosotros a partir de esa política que ellos tuvieron con nosotros tomamos acciones también en respuesta a la política de negación, de invisibilización con los pueblos indígenas. Entonces se dio la relación de confrontación. No porque nosotros no queremos dialogar, sino porque ellos nunca quisieron reconocer que hay pueblos indígenas y que tienen derecho a la comunicación. Y nosotros no vamos a permitir que un gobierno se tome la atribución de violar nuestros derechos. Entonces se dio esa relación. Con este gobierno también nos sentamos a hablar y estamos avanzando. Y todo lo que logramos es a partir de la lucha, no es porque este gobierno sea malo o bueno, lo que sea. Sino que lo hemos logrado a partir del trabajo, de la lucha, del reconocimiento de derecho.

Pero además también porque con el noticiero la sociedad, o la gente, o todos ámbitos, están conociendo el proyecto del canal y ya no es tan fácil cerrar el canal, sino que hemos también construido un poder que surge o que se nutre también a partir de las relaciones que nosotros tenemos con diferentes ámbitos de la sociedad y actores de la sociedad. Entonces a partir de eso se abren puertas, pero a partir de la política que nosotros desarrollamos. O sea, nosotros no vamos a avanzando que nosotros no podemos depender de un gobierno y que nuestra suerte no está librada a la decisión de un gobierno, sino que está librada a la decisión nuestra. Si el canal está ahora en pie, si el canal está afianzándose mejor en lo estructural, en lo técnico, en lo económico, en equipamientos, en la gente que

está ahí, es porque fue por la decisión nuestra, no porque un gobierno quiso que nosotros sigamos, sino porque nosotros decidimos que íbamos seguir como canal.

Como nosotros decimos, tomamos la decisión política que el canal un día cuando nosotros vayamos el canal va a seguir. Que nosotros no somos lo importante ahí, lo importante ahí es el proyecto de comunicación del pueblo Mapuche, y que en algún momento el pueblo Mapuche tiene que hacerse parte de eso, involucrarse, meterse adentro de ese proyecto y reflejarse en ese proyecto. Y que todo lo que la gente vea, vea ese pueblo, y que ese pueblo todo lo que ve ahí en la televisión es lo que ese pueblo quiere contar. Entonces eso es lo que nosotros pensamos. Si estamos bien o mal es por el trabajo político que nosotros hicimos, no porque si el gobierno era bueno o malo, o si era izquierda o derecha, o si quería o no. O sea, sabemos que también las decisiones políticas del gobierno influyen, pero no determinan nuestra suerte. Pueden influirnos, pueden perjudicar o beneficiar, pero más allá de esas decisiones que toma el gobierno, nosotros ya tenemos una definición, nosotros ya decidimos lo que vamos a hacer. Entonces ya tenemos una proyección en el tiempo.

Nosotros decimos: Hoy el canal es un avance, no es un techo. Nosotros miramos al canal a cincuenta, cien años. No lo miramos para diez años, veinte años. Nosotros miramos al canal para que a largo plazo exista. Y no solamente el canal, o sea, el canal es parte de un proyecto de comunicación. El proyecto de comunicación mapuche es mucho más amplio. Hoy se refleja en un canal porque es lo que podemos ir materializando, esa idea de comunicación la vamos materializando en el canal. Pero esa es una parte, hay mucho más por hacer. Entonces de a poquito, de manera progresiva nosotros vamos haciendo.

Antes del canal yo conocía muy poco la comunidad Buenuleo. Conocía a Antonio Buenuleo, que es abuelo de Deolinda. O sea, yo lo conocía él mucho antes, sí, en una época donde nosotros éramos jóvenes, adolescentes, y nosotros como adolescentes empezamos a definirnos en muchas cosas. Decíamos que nosotros somos mapuche, que teníamos prioridades, que una prioridad de nosotros es como mapuche, como parte del pueblo Mapuche, como parte de la lucha mapuche, como parte del proceso social, histórico, político del pueblo Mapuche, nosotros habíamos tomado la decisión de acompañar cualquier lucha del pueblo Mapuche en cualquier parte. No reconocimos la frontera de los Estados ni los gobiernos, sino cualquier parte, o que sea dentro del territorio mapuche que haya

una lucha nosotros tenemos que estar acompañando. Y por otro lado el compromiso es recuperar la cultura mapuche, ser un mapuche. Entonces sobre esas dos ideas nosotros nos proyectamos en el tiempo. O sea, acompañar la lucha y fortalecernos a la cultura mapuche, volver a ser un mapuche.

Y en ese andar nosotros andamos por todos lados. Hace un año también empezó a celebrarse acá el mal llamado Año Nuevo Mapuche, que en realidad es el solsticio de invierno en el hemisferio sur y que ese cambio natural nosotros decimos *Wiñoy Tripantu*, que el pueblo Mapuche celebra ese cambio donde se inicia la vida, se cierra un ciclo y comienza un nuevo amanecer, un nuevo despertar de la vida en el universo. Entonces los mapuche celebramos ese momento, y antes la gente mapuche lo celebraba. Después de la represión, del despojo, de los crímenes, de la violencia de Estado sistemática que en momento continua, de a poquito el pueblo Mapuche, después cuando llegó la democracia, después de la década de 90 y además empezó a recuperarse, y dentro de esas recuperaciones del pueblo Mapuche fue volver a celebrar el *Wiñoy Tripantu*, o el nuevo ciclo en el hemisferio sur. En otra parte más al norte le dicen *Inti Raymi*, en otros lugares dicen el *Machaq Mara*, y nosotros decimos *Wiñoy Tripantu*.

Entonces en esas celebraciones que empezamos hacer hace mucho tiempo me tocó dos veces ir ahí a la comunidad Buenuleo en el Cerro Ventana a celebrar dos años el *Wiñoy Tripantu* con el abuelo Antonio. Y ahí lo conocí a él. Pero yo nunca conocí a Deolinda, ni al papá, ni al resto de la comunidad, siempre conocí el abuelo nomás. Porque en la cultura mapuche la gente mayor no sobra. Capaz que en esta cultura occidental sí, capaz que en esta cultura *winka*, la gente mayor, los ancianos, les molestan. En cambio a nosotros, no. Para nosotros los ancianos son reflejos de sabiduría, de experiencia, y ellos son orientadores, ellos guían el camino de los más jóvenes. Ellos nos pueden aconsejar a nosotros y nos pueden ordenar porque ellos tienen la experiencia, pues son sabios. Entonces tienen mucho valor para la cultura mapuche, por eso también como que íbamos celebrarlo con él.

Yo pertenezco a una comunidad por parte de mi mamá.... ¡Uh!, ¡re larga la historia! En realidad, por parte de mi mamá nosotros pertenecemos a una comunidad que se llama Valentín Sayhueque, y digo que es re larga la historia, ¿por qué? Porque Valentín Sayhueque fue un *ñizol lonko*. En cada comunidad mapuche tiene un *lonko*. *Lonko* es cabeza. No es un líder, ni tampoco un cacique. Es una persona que tiene una capacidad de orientar, de coordinar, de unir a toda la gente,

pero a la vez de pensarse como la capacidad de proyectar. Entonces ese es un *lonko*, que naturalmente surge. Dentro de un grupo de personas siempre hay una persona que todos la siguen, todos le hacen caso, una persona que cuando se pelean hace que no existan problemas, o hace que vayan todos al mismo lugar. Esa gente tiene esa capacidad, entonces esa gente es *lonko*. En cada comunidad había un *lonko*, hay un *lonko*. Y acá en esta parte del mundo también el pueblo Mapuche viene por miles de años y desde la cultura mapuche estructurándose. Y es una cultura dinámica, no es una cultura estática.

Entonces en el siglo XIX fue donde empiezan a darse el proceso emancipatorio en acá en el continente. Emancipatorio por parte de los criollos que empiezan a querer liberarse de los virreinos de España. Entonces empiezan a hacer los Estados, empiezan los procesos de independencia en el continente, y, bueno, en el siglo XIX en Buenos Aires existía el Virreinato de La Plata pero era una parte chiquitita de Buenos Aires. Después todo el resto hacia el sur y un poco hacia el norte, pero más que nada hacia el sur, era territorio mapuche. Sur de Córdoba, sur de Santa Fe, sur de San Luis, San Juan, también en Mendoza hoy, en La Pampa, en Neuquén, en Rio Negro, en Chubut, en parte de Santa Cruz era territorio mapuche de esta parte, y del otro lado también, desde Santiago de Chile al sur era territorio mapuche. De océano a océano existía el pueblo Mapuche.

Y acá existió la figura de *ñizol lonko*, el *lonko* entre *lonkos*. O sea, de un grupo de *lonkos* se elige a uno y ese *lonko* es que representa todo el resto de *lonkos*, y cada *lonko* representa una comunidad. Entonces acá existió una organización política y geográfica que se conoció así como Organización Indígena de Las Manzanas, donde era todo un espacio donde estaba parte de La Pampa, sur de La Pampa, sur de Buenos Aires, la provincia de Neuquén, la provincia de Rio Negro, la provincia de Chubut, parte de Santa Cruz. Eso respondía la Gobernación Indígena de Las Manzanas, donde el *lonko* de todo eso era Valentín Sayhueque. Entonces todos los *lonkos* de todos esos lugares obedecían de alguna manera, o consultaban, o respondían a Valentín Sayhueque.

Fue en el siglo XIX donde se daba la independencia del Estado argentino y del otro lado la independencia del Estado chileno. Fue en esa época, la época de la Revolución Industrial, del avance de la tecnología. Y dentro del avance de la tecnología el avance militar, la tecnología militar. El pueblo Mapuche era libre en ambos los lados de la cordillera, hasta que en la Revolución Industrial llegó la

tecnología militar y esos Estados nacientes, tanto el Estado naciente argentino como el Estado naciente chileno, obtuvieron esa tecnología militar a partir de la Revolución Industrial. Dentro de ese proceso histórico que se dio a nivel mundial también se dio la división internacional del trabajo, y dentro de esa división internacional del trabajo se decidió que Europa iba ser la parte del mundo industrializada y que esta parte América Latina y América iba ser parte del mundo donde se iban generar materias primas para llevar a esas industrias.

El Estado chileno y argentino, como eran Estados nacientes, necesitaban en ese nuevo ordenamiento mundial formar parte de toda esa distribución que se dio en el mundo, entonces para vender o exportar materias primas a Europa, que estaba industrializada, necesitaban asegurar los territorios. Territorios que no eran de ellos, pero que estaban en conflicto permanente porque hacia al sur era territorio indígena libre, donde existían organizaciones políticas y estructuras de gobernación o de gobernabilidad. Hacia sur de Buenos Aires, parte de La Pampa, sur de Córdoba, San Luis, Santa Fe, eso era territorio de otra estructura mapuche que se llamaba Confederación de Salinas Grandes, que ahí había un *ñizol lonko*, que era Calfucurá. Y después hacia la cordillera había otro que se llamaba [inaudíbel]. Y así había varias estructuras de organización política, social, económica que respondían a la lógica mapuche.

Entonces cuando los Estados avanzan con la mal llamada Campaña del Desierto, que se llama acá, el Estado comete genocidio, crimen de lesa humanidad. El Estado se apropia, roba el territorio indígena del pueblo Mapuche y Mapuche-Tehuelche acá en el sur. Y dentro de eso [inaudíbel] que era un *ñizol lonko*, dicen que fue el último levantamiento armado del pueblo Mapuche. Fue Sayhueque y su gente, que eran todas estas regiones de las comunidades Mapuche y Mapuche-Tehuelche que existían en Neuquén, en Río Negro, en Chubut y parte de Santa Cruz. Hicieron un parlamento y decidieron declarar la guerra al Estado argentino. Estuvieron dos años peleando hasta que después se rindió Sayhueque con su gente, con estos *lonkos* en Junín de los Andes. De ahí los llevan a su gente caminando hasta Valcheta, más de 600 kilómetros caminando. Después, ahí otros están como 600 kilómetros más, 800 hasta El Bolsón. A ellos se les despoja el territorio y después a Sayhueque, como a esos líderes indígenas de la resistencia, se lo humilla. A algunos se los lleva a los museos y ahí en los museos, bueno, a Sayhueque lo mandaron a una isla llamada Isla Martín García, donde ahí lo

mandaron a picar piedra. Donde esos *lonkos* que fueron grandes líderes indígenas que controlaban grandes extensiones de tierra, que vivían en abundancia, eran humillados por el Estado argentino. Donde picaban piedras para las calles de Buenos Aires, donde hacían los adoquines de la ciudad de Buenos Aires⁴⁵. Despojados, negados, humillados.

Después el Estado argentino creó una reserva indígena que se llama Colonia Valentín Sayhueque en el sur, en la provincia de Chubut, en un lugar como inhóspito, en un lugar con viento, un lugar seco, sin vegetación, con más piedras, una zona árida más de desierto, con poca agua. Ahí los mandan Sayhueque y su gente, y eso queda hacia a la mitad de la provincia de Chubut. Si uno ve el mapa en la mitad de la provincia de Chubut hay un lugar que se llama Gobernador Costa. Gobernador Costa hoy es una ciudad y cerca de ahí estaba la Colonia Valentín Sayhueque, donde Sayhueque es después enviado por el Estado argentino a esa reserva con lo poco que quedó de su gente. Porque la mayoría fue esclavizada, fue llevada a la cosecha de algodón, a Misiones, otros a Tucumán a la cosecha de la caña de azúcar, a Mendoza, a la explotación de la viña y fueron también esclavizados para los estancieros que se apropiaron de esas tierras. Sayhueque vivió ahí hasta 1903. Un 8 de octubre de 1903 muere Sayhueque y alrededor de 35 años después la gente de Sayhueque fue desalojada nuevamente por el Estado argentino.

En esa Colonia Valentin Sayhueque vive mi abuela y mi mamá. Y la gente de Sayhueque que de alguna manera eran como, entre comillas, “los dueños de todo esto”, se quedaron sin nada. De tener todo a pasar a la pobreza extrema, a la muerte, al despojo, a la soledad, a perder la familia, a perder todo. Entonces mi mamá viene de esa historia y mi mamá nació allá en Chubut, hay un lugar que se llama Colonia Apeleg. Y mi papá viene también de Chubut, en un lugar que se llama Languiño, que es en la zona rural, en el campo. Ellos se conocen en la ciudad de Esquel, que queda en la cordillera. ¿Por qué se conocen ahí? Porque, nosotros decimos, que el pueblo Mapuche históricamente ha sido víctima del despojo y de las corridas históricas. Históricamente nos han corrido del territorio, históricamente nos

⁴⁵ “Si bien no podemos calificar como un plan de eliminación física la deportación hacia los ingenios de Tucumán, las estancias cuyanas o la isla Martín García, no obstante, estos lugares crean las condiciones de destierro y hacinamiento en un territorio hostil y desconocido; bajo nuevas prácticas impuestas y controladas por el Estado y en circunstancias de indefensión y vulnerabilidad sanitaria. En suma, un escenario de prácticas que lesiona gravemente la integridad física y mental de los indígenas, sometiéndolos a condiciones propicias para su destrucción física” (DELRIO *et al.*, p. 9, 2010).

han robado el territorio, entonces nuestros padres o bisabuelos –tatarabuelos, bisabuelos, abuelos, nuestros padres– fueron y siguieron siendo víctimas del despojo, de las corridas. Entonces ellos se conocen en Esquel porque habían sido desalojados, habían perdido las tierras en el campo y terminan en la ciudad. Se conocen ahí y nace mi hermano. Después se vienen a Bariloche buscando también, nosotros decimos, desalojo encubierto. Porque el Estado genera políticas de pobreza para que la gente se vaya o migre de sus lugares, y con la esperanza de buscar una mejora económica, o un mejor bien estar, la gente se va. Y eso es lo que pasó con mis padres. Se vinieron de allá para venir a Bariloche a buscar una mejor estabilidad económica o una mejor situación para su familia.

Y ahí nací yo. Y a partir de eso que yo nací, acá con mi otra hermana en un barrio que creo que allá le dicen favelas, que es un lugar donde están todas casitas amontonadas, sin luz, sin agua, precario, piso de tierra y esa relación, violencia, de todo un poco. Donde uno conoce el hambre, conoce frío, conoce no tener ropa, muchas cosas conoce dentro de ese espacio que es el único espacio que te da el sistema, que es el único espacio que la cultura *winka* dejó para los Mapuche o para los que eran dueños de esta tierra.

Lo que no pudieron matar los *winka* fue la memoria de nuestro pueblo, lo que no pudieron matar ellos fue la cultura de nuestro pueblo. Entonces siempre hacia el interior era un secreto la cultura mapuche, pero sin embargo entre nosotros, nuestros padres, nuestros abuelos, siempre nos hablaban de la cultura mapuche. Mi abuela me decía: “Mari mari...”, siempre me decía la abuela cuando éramos chiquitos. Y yo siempre me acuerdo. Yo decía ahí: “¿Por qué habla así? ¿Qué será lo que dice?”. Y mi abuela siempre me hablaba de Sayhueque, Valentín Sayhueque, Mariano Sayhueque, de mi abuela que se llamaba Victoria Sayhueque. Ella me hablaba de como los Mapuche antes vivían en abundancia, que sobraba la comida, sobraban las tierras, sobraba la cantidad de animales. Hasta decían que los Mapuche antes comían con platos y cubiertos de plata, porque había mucha riqueza.

Y después eso, yo decía, mi abu me cuenta eso cuando nos llovía, en el techo pasaba el agua porque estaba roto el techo o tenía frío y no teníamos para comer. Y yo decía: “¿Por qué mi abu me habla de algo si nosotros estamos viviendo en la pobreza?”. Yo nunca entendí por qué mi abu me decía eso, cómo hablaba de eso, de mucha abundancia, mucha riqueza, y nosotros viviendo en un lugar que era prácticamente una favela. Entonces yo no entendía por qué había

pasado eso. Pero ella siempre habló de eso, de la cultura, que mi abuela Victoria Sayhueque hablaba mapuzungun, que era una anciana que cantaba en mapuzungun, que usaba platería mapuche, que hacía ceremonias, que iba en Kamarucos, muchas cosas de la cultura mapuche.

Entonces a mí siempre me quedó eso. Y fue ahí también que, gracias a la historia de mi mamá, la historia de la familia, uno de chiquito empezó a los 8 años, 7 años a saber que nosotros éramos diferentes, y que veníamos de otra historia. Y que también los padres, los abuelos, enseñan por las cosas que hacen. Muchos hábitos, cosas que nosotros hacemos son mapuche, pero no porque nos decían que era mapuche, sino porque en una familia mapuche se enseña y es una lógica mapuche cómo hacer las cosas. Entonces yo empecé a los 13 años a querer saber quiénes eran los Mapuche, quien era Sayhueque, qué había pasado con mi mamá, por qué la pobreza si antes había tanta riqueza.

Y así me fui involucrando y me fui hacia el sur a Chubut, a Esquel volví. Ahí estaba mi abuela, mi familia. Entonces yo iba en las vacaciones de verano, tres meses me he quedado ahí. Como a los 12 años fueron los 500 años de la llegada de Colón a América, en todo el continente los pueblos indígenas empezaron a organizarse y el pueblo Mapuche aquí el 1992, cuando se cumplieron los 500 años, en ambos lados de la cordillera se juntaron y ahí nació la bandera mapuche por ejemplo, la *Wenufoye*, que cumplió 25 años ahora.

Entonces ahí empezó el pueblo Mapuche a brotar de nuevo, a levantarse, a empezar a exigir derechos, a empezar a tener una política de unidad a ambos lados de la cordillera superando la frontera, superando la represión de los Estados. Entonces eso se fue notando de norte a sur, de este a oeste, y donde yo estaba allá en Esquel en sur empezó una organización de comunidad Mapuche-Tehuelche que se llamaba *11 de Octubre* por el último día de libertad del pueblo indígena, y ahí ellos empezaron a juntarse los Mapuche y los Tehuelche en Esquel. Y yo como uno, yo quería saber quiénes eran los Mapuche por la historia. Yo tenía 13 años, que me iba acercando, y ahí fui conociendo hasta que me invitaron a una ceremonia. Y ahí conocí otras historias, otros abuelos, la otra gente que yo nunca había visto, de otros lugares, de la cordillera, de la meseta, de más diferentes lugares, de campo, gente que no hablaba ni castellano, que no había escuela, estaban marginados de todo, que hablaban y contaban las mismas historias que contaba mi mamá. Y al contar esas historias de abundancia y al contar esas historias

de despojo, de sufrimiento, de dolor, de muerte, de marginalidad, de negación, de todo, de violencia permanente, entonces ellos me cuentan que lo que contaba mi mamá no le pasaba solamente a mi mamá, le pasaba a mucha gente que yo no conocía. Y ahí yo me reconocía, entendía que éramos un pueblo y que a ese pueblo le habían hecho lo mismo a todos.

Entonces de ahí empecé a involucrarme en las ceremonias, la lucha mapuche, pero siempre queriendo saber quién era Sayhueque. Porque la cultura mapuche yo la estaba conociendo, pero me faltaba encontrar a los Sayhueque, yo no los encontraba todavía. Y se hace que con el tiempo en un parlamento mapuche como en 2006 más o menos se pasa mucha cosa a lo largo del año y se da un proceso Mapuche-Tehuelche en Chubut, donde se empieza a generar parlamentos autónomos, autogestionados, de decisión política y de proyección del pueblo Mapuche-Tehuelche en Chubut. De demanda de derechos, de aplicación de derechos, y ahí estrategias de lucha, entonces siguen haciendo parlamentos en lugares en conflicto. Salían a una comunidad vuelta arriba donde hubo un desalojo o siguen así en diferentes lugares.

Cuando terminó el parlamento entre todos se elegía en qué lugar iba ser en el próximo año, y resulta que uno de los parlamentos fue en José de San Martín. José de San Martín que es, bueno, en la provincia de Chubut, pero al lado a unos 20 kilómetros de Gobernador Costa. Son más de 600 kilómetros de Bariloche a ese lugar. Nosotros como mapuche íbamos a todos lados, entonces mi mamá cuando se entera que iba hacer el parlamento ahí, ella quiere ir y nunca había ido mi mamá a ningún lado, menos a un espacio mapuche, entonces ella quería ir. Logramos llevarla y en ese parlamento resulta que aparecen todos los Sayhueque. Ahí están, todos los Sayhueque que yo alguna vez busqué aparecen ahí en ese parlamento. ¿Por qué? Porque la Colonia Valentín Sayhueque después de los despojos, de los desalojos, la mayoría de los Sayhueque están en Gobernador Costa a 20 kilómetros de José de San Martín, de ese parlamento, entonces todos los Sayhueque fueron al parlamento. Y mamá fue porque sabía que se iba encontrar a todos los Sayhueque. Y ahí mi mamá encontró a su familia. Y ahí nosotros a ellos los encontré a Sayhueque.

Ahí empieza otra historia, ahí empieza a la historia de encontrar la familia después de más de 30 años, 40 años que uno no los veía. Entonces ahí empieza también un acercamiento a nosotros, porque gente que no conocía, que

nunca había visto en toda la vida, resulta que eran parientes. Son tíos, son primos... Entonces generamos una relación en tanta diferencia, en tanta distancia de geografía y de años en el tiempo es muy difícil. Pero, bueno, eso es parte también de lo que nosotros tuvimos que vivir como pueblo: despojo. Entonces es un proceso lento, por eso nosotros aprendimos a ordenarnos de acuerdo con los tiempos de la naturaleza y no a desesperarnos. El tiempo es el que ordena, el tiempo y la relación que nosotros vamos a establecer con el mundo mapuche es lo que nos guía, nos orienta y hace también que ese tipo de cosa pase, de que después de mucho tiempo nos volvamos a encontrar, a reencontrar, a vernos.

Y a partir de eso empieza la relación con la familia, que para mí era nueva. Pero es la familia de mi mamá, y ahí dentro de esa familia hay una tía que se llama Adelia Sayhueque, que ella hace muchos años sumieron con su papá. Él en sueño le decía que ellos tenían que volver a la tierra donde los habían desalojado. Mi tía empieza con ese sueño y después empieza a juntar los papeles que había de que esas tierras eran de los Sayhueque y que fueron cedidas por el Estado argentino cuando creó las colonias, las reservas indígenas. Entonces mi tía empieza a juntar esos papeles, después va a la provincia de Chubut a reclamar por esas tierras y nunca le hacen caso. Ella solita empieza, con su hijo, con mi primo, hacer todo un recorrido así por diferentes instancias del Estado para ver si les pueden devolver esas tierras y nunca se las devolvieron. Resulta que también como está la consciencia de acompañar las luchas mapuche, entre mapuches se empezaba a dar encuentros en Costa para acompañar la familia Sayhueque para volver a la tierra, acompañar más a mi tía. Pero las ganas o intención de mi tía empezó a generar que el resto de la familia empiece a interesarse, a querer volver al campo.

Y así que en el año 2008 empieza todo un proceso con otras comunidades de ir a Gobernador Costa a apoyar. Y yo estaba en un montón de recuperación de tierras, reivindicaciones, espacios mapuche y yo les decía que yo como ellos eran mi familia yo tengo que estar con más razón ahí. Y ahí fue que se lograba, a lo largo de un tiempo se empezó a juntar a toda la familia, a la gente mayor más que nada y empezar a hablar de que recuerdos habían de sus lugares, cuál era la memoria colectiva que hay, y cuáles eran los antecedentes, papeles y demás. La gente empezó a decir que en esos lugares hay Sayhueques enterrados, que hay taperas, que las taperas se le dicen a las casas, a lo que queda de las

casas, como ruinas y que hay antecedentes que la gente mapuche o lo Sayhueque dejó en esa zona y que después los desalojaron pero eso con el tiempo quedó.

Entonces por un lado fue eso, volver como a revivir el dolor que significa para ellos. Y por otro lado también tratar de superar el miedo, porque el Estado y la cultura *winka* es una cultura violenta y sistemática, aplican la violencia de manera sistemática. Entonces hay que todo un proceso de fortalecimiento desde lo cultural, desde lo familiar que se tuvo que hacer con la familia para saber que eso es su derecho, que eso nos pertenece y que más allá del miedo nosotros tenemos que volver a ese lugar.

Se quedó en condiciones y se crea en el año 2009 la Comunidad Valentín Sayhueque en honor, fue un homenaje al *ñizol lonko* Sayhueque que era como que se le decía el rey del País de las Manzanas, que era, bueno, todo esto más todavía. Ni siquiera en la mente podemos dimensionar la cantidad de territorio que ha tenido. Entonces como Sayhueque es como el nuestro *lonko*, digamos, por eso se pone la Comunidad Valentin Sayhueque. El 2009 entramos en un campo de alrededor una legua y media se recupera donde vivió mi tía. Una legua y media son como un territorio como de 7, 10 kilómetros así, a la redonda. Entonces se recupera la tierra y a partir, bueno, son todos mis parientes, mi mamá está igual, entonces ellos armaron la comunidad legalmente, con papeles, con nombre y apellido y cosas así, personería jurídica, todo. Pero por ejemplo a mí lo que nunca me gustó es lo legal, porque para mí lo legal es parte del Estado y lo legal tiene que ver con la cultura *winka*, por eso yo nunca reconocí eso. Yo lo que reconozco es la organización social mapuche, la estructura política del pueblo Mapuche, pero los papeles, lo legal yo no lo reconozco, porque no me representa y yo no me siento parte de eso.

La familia nos había dicho que querían anotarnos como dentro de la comunidad para que legalmente figuremos. Yo les dije que no, yo les dije que yo era mapuche, que yo soy parte de la familia, que todos ellos saben que soy de la familia, pero también no me interesa nominar, ni figurar en papel, ni con nombre y apellido ni nada. Y obviamente ellos lo respetaron. Entonces legalmente nosotros como familia no aparecemos, pero entre la familia si nos reconocen. Porque nosotros fuimos recuperar tierra, yo fui en todo ese proceso, mi mamá fue al lugar recuperado, estuve ahí en un juicio donde absolvieron a la comunidad y donde lo otro en ese lugar donde se ha recuperado está el lugar donde vivió mi tía Adelia Sayhueque, que

es la que recuperó. Pero dentro de ese mismo lugar a unos 3 mil metros hay otro lugar, unos árboles, y ahí como las ruinas de una casa, en ese lugar donde vivió mi mamá, ahí vivieron mis abuelos y mis tíos. Mi tía que recupera acá después me dijo que este espacio era de la familia de nosotros, y que ese lugar ya igual estaba dentro de la recuperación, que nosotros teníamos derecho a volver ahí cuando quisiéramos a ese territorio recuperado. Entonces esa es la relación que nosotros tenemos con la comunidad.

Después lo que sigue es el proceso a nivel individual y colectivo en el que nosotros ahí estamos en el momento de la historia. Nosotros estamos en un momento de la historia diferente a la generación anterior, y vamos a estar, también las futuras generaciones van a estar en un momento de la historia diferente a la que estábamos nosotros. Entonces ese momento de la historia, ese que te lleva o el que genera que vos estés o el pueblo Mapuche se organice, o el pueblo Mapuche se piense, o se mire hacia el futuro de maneras diferentes, porque, nosotros decimos, yo como, y mi mamá, podemos volver al campo allá, porque somos parte de la familia, porque en ese lugar vivió mi mamá y porque nosotros aprendimos también del linaje del *ñizol lonko* Valentin Sayhueque. O sea, por derecho, por sangre, por lazos familiares nosotros estamos y nos pertenece.

Para mí la historia a mí me tocó estar acá y yo estoy en la ciudad y yo no estoy en el campo, pero yo estoy en un lugar y en un momento de la historia donde yo tengo la responsabilidad. Porque yo creo que mi responsabilidad hoy tiene que ver con el canal, las responsabilidades hoy tienen que ver con seguir recuperando la cultura mapuche, seguir promoviendo la cultura mapuche y seguir pensándonos, repensándonos de manera individual y colectiva y como nosotros Mapuche hoy en el siglo XXI seguimos existiendo, y como vamos a seguir en el futuro. Entonces si yo me voy al campo para mí sería egoísta irme. Me voy al campo, soy mapuche del campo y me desarrollo, y eso es una postura egoísta. Nosotros tenemos que entender que somos parte de un proceso de un pueblo, de una reconstrucción que está haciendo un pueblo, que nosotros somos actores directos de eso.

Entonces nosotros como mapuche tenemos la responsabilidad de aportar, la responsabilidad de fortalecer la cultura mapuche, la lucha del pueblo Mapuche, fortalecer a las personas y también defender los territorios. Entonces estar acá, donde estoy yo, hoy por hoy estoy porque la historia me dice que esté. En algún

momento no voy a estar. Yo sé que hoy tengo que estar en el canal, pero una cuestión circunstancial, porque nada es para siempre, nada es eterno. Y eso también es parte de la vida, son parte de los ciclos de la naturaleza. Entonces yo estoy acá y sé que es lo que tengo que hacer, y como lo tengo que hacer, y con quienes lo voy a hacer. Y es lo que nosotros proyectamos en el canal, y que eso que yo sé no es una idea mía, o una de algún filósofo. Es la cultura mapuche, esta es nuestra fuente de conocimiento.

Yo creo que en la medida que nosotros sigamos planteando, pensando el canal en la lógica mapuche, ese canal tiene futuro. Si en algún momento el canal empieza a pensar o hacer cosas vinculadas a lógica *winka* ese canal se va a morir, se va desaparecer. Porque el sustento, la existencia del canal es gracias a la cultura mapuche, es gracias a la filosofía mapuche y es gracias también a que nosotros defendemos la cultura mapuche en ese espacio. Entonces yo creo que fundamental que siga así. Vamos proyectándose con la cultura mapuche porque nosotros hemos logrado a partir de la lógica y la política mapuche estar en mejores condiciones.

El canal no tenía cámaras, no tenía computadora, no tenía presupuesto, no tenía proyecto como tiene hoy como el informativo. Y hoy tenemos todo eso. Tenemos cámara, tenemos 3 cámaras, tenemos 2 islas de edición, tenemos varias computadoras, tenemos una programación estable, 24 horas, tenemos uno noticiero que sale de lunes a viernes. La idea en algún momento es comenzar a hacer un programa semanal que sea netamente mapuche. La idea es en algún momento empezar a formar gente mapuche que genere contenidos propios. La idea es en algún momento que comunidades mapuche, organizaciones mapuche de Neuquén, de Río Negro, de Chubut, empiecen a ellos armar programas mapuche de acuerdo a su propio interés y que eso empiece a reflejarse dentro del canal. La idea es que en algún momento el canal vaya a las comunidades mapuche, que rompamos la frontera, que rompamos la distancia, y que la gente sienta que nosotros estamos, que nosotros vamos a acompañar esa lucha, y que la gente además de eso sepa que ese mensaje que va a compartir no solamente está pensado para gente mapuche, sino para el resto de la sociedad. Y que en la manera que nosotros sigamos pensando el canal y viviéndolo como mapuche vamos a lograr que todos los mapuches que hoy sienten vergüenza, que tienen miedo, que no se reconocen como mapuche empiecen a ver, y a ver rostros, a ver imágenes, a ver

silencios, a ver posturas, a ver, a escuchar sonido que identifiquen, que sientan que las personas que están viendo se sientan reflejados en esas personas, sientan identificados con esas personas, con esa lucha, con esa cultura. Y que la sociedad que no es indígena, empiece a valorar la riqueza que tenemos los pueblos indígenas, la riqueza que tiene el pueblo Mapuche, la dignidad que tiene el pueblo Mapuche, y por sobre todo la capacidad de respetar todas las vidas. Porque, nosotros decimos, hoy la sociedad no se respeta ni a sí misma. En la cultura mapuche no es así, en la cultura mapuche todas las personas se respetan.

Entonces nosotros tenemos que lograr que la sociedad empiece a ver que hay que empezar a valorarse como persona y a respetarse como persona en una sociedad diferente basada en el respeto. Y por otro esa misma sociedad tiene que empezar a entender que a la naturaleza hay que respetarla, de que la naturaleza habla, la naturaleza tiene su propia organización, tiene su propia política, tiene su forma de manifestarse, de hablar, de decir y que eso tiene que entender, que en esta parte del mundo hay vida, y hay que ordenarse de acuerdo a como aquí la vida funciona, y que eso lo va beneficiar a esa sociedad también. Como todo mapuche se ve beneficiado a partir de esa relación por miles de años.

4 DO MEIO AO REDOR – MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

Partindo das narrativas dos sujeitos colaboradores desta pesquisa presentes no capítulo anterior, oriundas de entrevistas realizadas acerca de suas experiências vivenciais na construção do Wall Kintun, para a organização deste quarto capítulo foi realizada uma divisão em itens, cujos temas centrais se mostraram cruciais, a meu ver, nos processos relatados. Dessa forma, tais assuntos compõem tanto a história do canal como as histórias de vida de cada um destes colaboradores, de forma que, relacionados entre si, constituem, assim, um enredo onde a emissora surge como parte de histórias preexistentes a ela.

Na primeira parte, “Relações de comunicação, identidade e território no contexto do Wall Kintun”, dividida nos três subitens “Difusão de memórias e transmissão de saberes”, “Identidade mapuche” e “Território ancestral”, a fim de discorrer sobre os processos comunicacionais mapuche, bem como de contextualizar as dinâmicas de suas identidades enquanto povos originários na sociedade *winka* e de que maneira o território se dá nessas dinâmicas tal qual na história do Wall Kintun, tais aspectos são introduzidos a partir de suas relevâncias evidenciadas nas narrativas aqui presentes enquanto elementos determinantes e significativos na construção de um meio de comunicação televisivo próprio em seus contextos geral e específicos.

Traçada essa discussão, na segunda parte do capítulo, “Processo de construção da emissora e a relação mapuche – *winka*”, a trajetória do canal é delineada conforme os períodos de *instabilidade* e *estabilização* identificados no seu processo de construção. Os aspectos principais desses períodos, por sua vez, estão divididos e discutidos em subitens a partir dos quais discutimos a relação entre o Estado e os mapuche na implementação do Wall Kintun a fim de compreender de que maneira se deu essa relação, assim como em que medida ela interferiu e contribuiu na constituição do canal.

Por fim, na última parte, “*Avkin* – Nosotros si tenemos voz”, discutimos a relevância do Wall Kintun enquanto meio de comunicação social próprio possibilitador da amplificação de vozes existentes e preexistentes em *Wallmapu*,

assim como a urgência de se falar com a própria voz e a partir da própria perspectiva, tal qual a emergência de ser escutado, nas próprias dinâmicas de construção e implementação da emissora.

4.1 RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO WALL KINTUN

4.1.1 Difusão de memórias e transmissão de saberes

Porque nosotros ya venimos haciendo comunicación. El pueblo Mapuche hace miles de años que viene haciendo comunicación con la naturaleza, con las personas, con el mundo espiritual, con el mundo sobrenatural, con el mundo natural, con el universo mismo. Nosotros sabemos hacer comunicación y eso está en la cultura mapuche. (Oscar)

Na história e na cultura mapuche a comunicação se apresenta ao longo do tempo sob diversas formas e para diversos fins. Da oralidade à escrita, dos instrumentos sonoros aos corporais, das transmissões radiofônicas locais à utilização da internet como amplificação de suas vozes para além das fronteiras nacionais, o universo comunicativo mapuche vem sendo historicamente conformado e transformado por meio de e para um intercâmbio de perspectivas, saberes e vivências entre seres, mundos e gerações. Nesse sentido, a multiplicidade e a particularidade deste universo de formas e fins comunicativos próprios dos mapuche se manifestam, por exemplo, através da utilização de instrumentos musicais como o *kultrun* para uma comunicação com o mundo espiritual e o *kul kul* para alertas e avisos, da execução de danças como o *purrun*, *choikepurrun*, *mazatun* e *tregvlpurrun* em espaços cerimoniais, da utilização da escrita a partir do século XVIII para uma comunicação com autoridades governamentais e entre os próprios mapuche (Marimán, 2006 *apud* Gutiérrez Ríos, 2014, p. 24-27), e da oralidade como ferramenta para as transmissões do *werkun*, do *nutram* e do *weupin*.

No primeiro capítulo, ao tratar da atribuição de funções nos âmbitos social, político e espiritual do povo Mapuche relacionada às suas próprias formas ancestrais de compreensão do mundo, expliquei a função assumida pelo *werken* que, conforme já dito, seria como um porta-voz de sua comunidade. Esse é o caso de Deolinda Buenuleo que, além de diretora do Wall Kintun e colaboradora nesta

pesquisa, é também *werken* da comunidade Buenuleo. Eleita para assumir a função com a responsabilidade de, segundo suas próprias palavras, “*difundir lo que está pasando dentro de nuestro territorio*”, Deolinda assume em sua comunidade a tarefa de transmitir o *werkun*, que em sua origem antecedente às expansões territoriais chilena e argentina em *Wallmapu* seria a mensagem enviada pelo *lonko* de uma determinada comunidade para que fosse transmitida oralmente pelo *werken* para fora dali. A função do *werken* historicamente tem como objetivo então a convocação de reuniões e sua finalidade é principalmente política.

O propósito da comunicação mapuche, no entanto, pode estar relacionado também à memória coletiva e à transmissão de saberes, como por exemplo no *weupin*, transmitido pelo *weupife*:

(...) el *weupin*, el discurso excelso, arte que solo algunos – los *weupife* – pueden enunciar con autoridad y en ocasiones rituales, en donde se trasmite el conocimiento del pasado en lengua de la tierra – *mapudungun* – y aquello que algunos denominan los marcos de la memoria colectiva. *Weupin* enunciados en las mismas ceremonias en donde el ritual del *nguillatun* recuerda la comunión de los linajes con la tierra y los ancestros, donde el *ül*, el canto mapuche, canta con la tierra, en donde el *purrun*, la danza mapuche, gira con la tierra. (TOLEDO LLANCAQUEO, 2007, p. 2)

Se o *weupin* está atrelado a cerimônias e rituais e, como o *werkun*, deve ser transmitido por uma autoridade designada especialmente para essa tarefa, o *nutram*, por sua vez, está presente de forma cotidiana e informal entre os mapuche. Através do *nutram* enquanto relato oral é que se realiza o *nutramkan*, isto é, a transmissão entre gerações das histórias das famílias e comunidades mapuche. Nas palavras do historiador Toledo Llancaqueo (2007),

El devenir de la familia, las líneas de parentesco, se cuentan en un *nutram*, las luchas y dichas de la comunidad se guardan y rememoran en un *nutram*, el propio relato de las aventuras y desventuras por el mundo de cada mapuche, se guardan en un *nutram*.(Toledo Llancaqueo, 2007, p.2)

Nestes termos, o *nutramkan* se mostra um importante difusor das memórias e narrativas que compõem a identidade mapuche, e possivelmente por essa razão inspirou a segunda produção audiovisual própria do Wall Kintun, lançada em sua programação em maio de 2018 sob o título *Nutramkan – La conversación Mapuche*, desde então exibido semanalmente no canal e apresentado por Oscar Moreno.

No primeiro episódio, conforme pode-se observar na foto 4 a seguir, Oscar segura um *kultrun* à frente do lago Nahuel Huapi em San Carlos de Bariloche e explica ao público que o intuito de sua realização é que

(...)a través de la conversación todas y todos podamos ir conociendo a nuestro pueblo, podamos ir reconociendonos en las miradas de nuestros abuelos, nuestra gente mayor, la gente joven y también a través de la mirada y la palabra de nuestros niños en el trabajo que se realiza en todo el Wallmapu, en todo el territorio ancestral de oceano a oceano, de manera colectiva y individual. (Oscar no primeiro episódio do Nutramkan)

Sua explicação realça o papel do *nutramkan* no fortalecimento da memória coletiva e da identidade mapuche, ao mesmo tempo em que traz para a linguagem audiovisual de um programa televisivo os princípios de uma forma de comunicação ancestral própria anteriormente fundamentada na oralidade agora reforçados com a integração entre as linguagens. Isso se revela igualmente no decorrer do próprio programa que, com duração de aproximadamente uma hora, apresenta depoimentos de integrantes de comunidades mapuche dos dois lados da cordilheira entrevistados por Oscar em torno das ações que desenvolvem, tais como iniciativas culturais e educativas e mobilizações políticas de comunidades, organizações e movimentos aos quais pertencem ou apoiam.

Foto 4 – Oscar apresenta o programa Nutramkan – La conversación Mapuche



Fonte: Wall Kintun

No primeiro episódio⁴⁶, por exemplo, a primeira parte do programa traz a fala de Olga Paillao Marillan, *lonko* da comunidade Mapu Rayen, acerca do processo de construção do Centro Cerimonial Mapuche, localizado em Padre Hurtado, no Chile, e a segunda parte, entrevistas com diversos participantes e organizadores da inauguração do Centro de Formação Mapuche Intercultural Kimeltuwe Ruka localizado em Villa La Angostura, na Argentina.

O segundo episódio⁴⁷, por sua vez, apresentado por Oscar de dentro do espaço comunitário da comunidade Ranquehue em Bariloche, dá espaço a depoimentos de participantes e organizadores de duas ações em torno da memória e do genocídio do povo Mapuche, cada uma também de um lado da cordilheira: a primeira em *Gulumapu* com a inauguração do memorial por 162 mapuches presos e desaparecidos no Chile entre 1973 e 1990, e a segunda em *Puelmapu* com as Jornadas de Memoria, Verdad y Justicia “Tierra y Libertad: Territorio y Genocidio” realizadas na cidade de Esquel.

Ao registrar narrativas mapuche em toda *Wallmapu* e transmití-las para além das fronteiras nacionais – considerando que o programa está disponível também online –, o Wall Kintun amplia, tanto quanto reforça, a potencialidade de difusão da memória coletiva mapuche por meio dos relatos dos sujeitos que conformam esse povo. Da mesma forma, tal característica pode ser observada também nos próprios temas trazidos à tona nos dois primeiros episódios do programa, em geral relacionados à construção de espaços e a realizações de eventos referentes à memória e à cultura mapuche. Nesse sentido, linguagem e conteúdo compõem então uma proposta comunicacional onde convergem em seus pontos de partida e a partir da qual é possível observar uma fluente correspondência entre tempo e identidade.

Se voltarmos à apresentação do Nutramkan em seu primeiro episódio, nos depararemos com a fala de Oscar Moreno sobre a forma com que tem sido promovido o diálogo entre as perspectivas de cada mapuche em *Wallmapu* para atender à finalidade do programa. Segundo ele, os relatos são registrados em “*cada uno de los territorios, las grandes ciudades y las grandes extensiones de*

⁴⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zKDn_X_7ZZ8&t=

⁴⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4SOpY45XVXg&t=>

territorio donde nuestra gente está volviendo a ser mapuche, nuestra gente sigue siendo mapuche y nuestra gente se proyecta al futuro como mapuche”.

Tendo em vista a recíproca relação entre tempo e identidade supracitada, é possível vislumbrar, então, que dentro da potencialidade de difusão das memórias mapuche que discutimos até aqui, está a necessidade do fortalecimento de suas identidades através do tempo, para “voltar a ser”, “seguir sendo”, e “projetar um futuro”. O mapuche em seu processo comunicacional é, desse modo, ponto de partida e de chegada tanto quanto o próprio trajeto, permeado constantemente pela continuidade da memória.

Además nosotros no nos limitamos a hacer comunicación solamente. Nosotros somos actores sociales, somos protagonistas también del proceso de lucha y de la historia del pueblo Mapuche. Nosotros somos una generación que continua a la generación anterior que nos dejaron un legado, un camino, y nosotros seguimos esa reivindicación. O sea, nosotros no escribimos la historia, la historia ya viene escribiéndose. Nosotros nos la continuamos (...) (Oscar Moreno)

Com essa fala destacada da entrevista concedida a este trabalho, Oscar reafirma a ideia de uma memória que permeia gerações enquanto atravessa uma larga escala de tempo e promove, assim, uma interação contínua entre a ancestralidade e os tempos presente e futuro na multiplicação e na transmissão de suas histórias. Tal perspectiva é reiterada quando em um outro momento ele diz: *“Creemos que hay una continuidad a la lucha, hay una continuidad a la historia, una continuidad del pueblo Mapuche que se proyecta en el tiempo.”*

Um claro exemplo desse aspecto, ou seja, de uma contínua interação entre gerações através do tempo por meio da memória e das narrativas surge na mesma entrevista quando pergunto a ele sobre a relação com sua família atualmente. Nesse momento sua resposta nos coloca primeiramente em contato com um histórico traçado por Oscar desde o século XIX e as expansões territoriais em *Wallmapu*, entre explicações sobre as formas próprias da organização mapuche e histórias de desapropriação territorial, trabalho escravo e genocídio que viveram seus ascendentes. Em seguida ele traz em sua narrativa as memórias de como seus pais se conheceram naquele contexto e relatos do impacto desse processo no seu nascimento e na sua infância. Somente após traçar uma introdução com histórias

que antecedem sua própria existência enquanto indivíduo Oscar retorna ao tempo presente para explicar como se relaciona atualmente com seus familiares.

Se grande parte das histórias trazidas por Oscar não foram de fato vividas por ele, é porque, conforme seu próprio relato, foram contadas por sua avó. Elas demonstram, assim, serem ainda fundamentais para a compreensão do presente, de maneira que, ao atravessarem o tempo para compor a narrativa de cada sujeito pertencente a um mesmo povo, evidenciam a multiplicação e a continuidade como aspectos elementares da conformação de sua memória social. Reiterando tal percepção, Oscar elucida:

La forma que yo pienso, la forma que yo siento, la forma en que entiendo, forma parte de un pueblo, la forma que ese pueblo piensa, vive, sigue existiendo. Entonces yo sé que el criterio que yo tengo no es un criterio personal. Yo no puedo decir que es mi forma de pensar o que todo lo que estoy diciendo, ese conocimiento, me pertenece. No me pertenece a mí. Ese conocimiento le pertenece a todo un pueblo. (Oscar Moreno)

Por meio dessa configuração, é tecida, assim, uma trama capaz de fortalecer simultaneamente as memórias e as identidades mapuche em um necessário processo de resistência diante do contexto de negação e inferiorização ao qual seus sujeitos foram historicamente submetidos. É nesse sentido que Oscar diz que *“lo que no pudieron matar los winka fue la memoria de nuestro pueblo, lo que no pudieron matar ellos fue la cultura de nuestro pueblo”*. A continuidade se configura, desse modo, como elemento essencial para a sustentação de suas memórias à medida que ultrapassa a temporalidade dos corpos ainda que a participação de cada sujeito seja notavelmente significativa nesse processo.

Nessa mesma direção, Deolinda comenta sobre os mapuche que atualmente não se reconhecem como tal, mas que ainda assim trazem em seus nomes, corpos e ações, elementos que os caracterizam dessa maneira:

(...) hay muchos mapuche que no se reconocen como mapuche. Sin embargo, todos ven los rasgos, el apellido, las costumbres que tenés. Viste que la mal llamada Campaña del Desierto como que quisieron eliminar todo: la cultura, la espiritualidad, toda la cosmovisión mapuche. Pero se ve que en algún momento, algunos abuelitos... como que lo guardaron, pero a la vez lo iban transmitiendo en el quehacer diario. Cómo hacer una ceremonia, cómo comíamos, la palabra, la voz, o sea, que circule. Muchas costumbres que no se perdieron, muchas veces el andar descalzos... ¿Viste que los

mapuche como que es muy común que anden descalzos? O sea, cosas que son muy nuestras y no se perdieron. (Deolinda)

É interessante observar no relato de Deolinda uma sutil continuidade dessa cultura originária através de práticas e narrativas cotidianas, ainda que a conformação de suas memórias estejam historicamente inseridas em um contexto de colonização, inferiorização e negação. Isso é possível devido à própria natureza comunicativa da cultura tanto quanto às particularidades culturais da comunicação no contexto mapuche. Nesse mesmo sentido, Oscar relata também a experiência que viveu com sua família, onde

(...) gracias a la historia de mi mamá, la historia de la familia, uno de chiquito empezó a los 8 años, 7 años a saber que nosotros éramos diferentes, y que veníamos de otra historia. Y que también los padres, los abuelos, enseñan por las cosas que hacen. Muchos hábitos, cosas que nosotros hacemos son mapuche, pero no porque nos decían que era mapuche, sino porque en una familia mapuche se enseña y es una lógica mapuche cómo hacer las cosas. (Oscar)

Dessa forma, as práticas e as narrativas cotidianas promovem então, mesmo que de forma despretensiosa, uma articulação de suas memórias através do tempo e dos sujeitos, de modo que a continuidade se apresenta como importante elemento em um processo de resistência de suas identidades. Isso acontece porque ao estarem memória e identidade uma atrelada a outra, elas se articulam, então, sob uma lógica de multiplicação e movimento de forma conjunta e complementar nos processos comunicativos entre os sujeitos.

No contexto de elaboração da proposta de uma “comunicación con identidad” para ser agregada à LSCA, esse aspecto se reflete nitidamente no processo de concepção do projeto. Segundo o relato de Oscar, “*a nosotros nos interesaba dejar la propuesta que nosotros venimos elaborando a través de lo años de comunicación y que eso pueda servir para otros medios de comunicación en todo el país*”. Isso significa que antes mesmo da participação dos povos originários na concepção da LSCA já havia um projeto próprio de comunicação entre os comunicadores mapuche pensado pelo viés da continuidade. O próprio Wall Kintun, aliás, é visto por Oscar como parte desse projeto prévio de comunicação, ao mesmo tempo em que é pretendido como uma ferramenta que atravesse o tempo para além dos sujeitos que hoje o conformam:

Nosotros miramos al canal a cincuenta, cien años. No lo miramos para diez años, veinte años. Nosotros miramos al canal para que a largo plazo exista. Y no solamente el canal, o sea, el canal es parte de un proyecto de comunicación. El proyecto de comunicación mapuche es mucho más amplio. (Oscar)

Nesse sentido, se o canal é visto como parte de um projeto de comunicação muito mais amplo e, logo, não se limita àqueles que o integram hoje, é possível afirmar então que o propósito de sua existência da perspectiva desses mesmos sujeitos está atrelado ao aspecto da continuidade da própria memória social mapuche que discutimos até aqui. Estamos falando, portanto, de um meio de comunicação inserido em todo o contexto cultural, histórico e social mapuche que carrega consigo as dinâmicas próprias desse universo. Dessa forma, podemos compreender o Wall Kintun como parte de uma concepção de comunicação inserida, por sua vez, em um “projeto de vida” maior, a partir do qual é pensado cada passo dado na estruturação desse meio de comunicação. Em outras palavras, os aspectos culturais próprios dos mapuche são como um reflexo permanente na construção da emissora, de maneira que não se percam de vista sua cultura e filosofia originárias.

4.1.2 Identidade mapuche

Conforme já discutido previamente no início deste trabalho, há historicamente uma negação e uma invisibilização da cultura e identidade mapuche, como uma das consequências do processo de colonização *winka* em seus territórios ancestrais. Esse processo se deu no plano físico através do genocídio promovido pelos Estados argentino e chileno, mas também no plano simbólico e representativo. Foi dessa maneira, por exemplo, que por meio de um “processo colonizador patagônico” (Navarro Floria, 2002), o território ocupado no final do século XIX pelos mapuche foi definido pelo senado argentino em julho de 1867 como “deserto a ser conquistado”. Deolinda Buenuleo nos lembra em sua entrevista que através desse processo “*fue como que quisieron eliminar todo: la cultura, la espiritualidad, toda la cosmovisión mapuche*”, reiterando a ideia de que a eliminação pretendida pelos Estados em suas expansões territoriais deveria atingir não apenas os corpos originários que ali habitavam mas também suas formas de ver e viver no mundo.

Nesse sentido, podemos dizer que o braço simbólico e discursivo desse processo forma parte do que Boaventura de Sousa Santos (2009) chama de “produção da inexistência”. Ela se dá por meio da “negação de uma parte da humanidade” pela “outra parte da humanidade” que, por sua vez, se afirma enquanto “universal” e, portanto, gera a concepção de uma “sub-humanidade moderna” (SANTOS, 2009, p. 30-31). Ainda, como uma extensão da anulação dos sujeitos colonizados no espaço físico, tal sub-humanidade pode fazer com que os valores destes sujeitos atinjam – nas palavras de Fanon (1968) – o caráter de “quintessência do mal”. Isso significa que o colonizado passa a ser não só ausente dos valores “universais”, como o próprio “inimigo dos valores” (Fanon, 1968, p.30-31). Conforme comenta Oscar na entrevista concedida a este trabalho, um dos impactos desse processo pode ser então a consolidação de uma desconsideração aos valores originários na sociedade, pois

Nadie puede respetar algo que no conoce. Y eso es lo que pasa con esta sociedad. Esta sociedad ignorante, esta sociedad no conoce a los pueblos indígenas, no conoce su cultura, no conoce su filosofía y no conoce la parte del mundo donde están viviendo, no entienden la naturaleza (...) (Oscar)

É possível vislumbrar, desse modo, a relação complementar entre a sub-humanidade, o desconhecimento e a rejeição enquanto elementos constituintes tanto quanto constituídos por tal processo colonizador de construção do imaginário. Assim, é aberto então um caminho para o desconhecimento aliado a um desprezo dos próprios sujeitos subalternizados acerca da origem não europeia de suas identidades culturais, o que, por sua vez, pode resultar em uma rejeição em torno de seu pertencimento a um determinado povo. Acerca desse processo no caso dos Mapuche, Deolinda comenta que

(...) hay mucha gente que por esto de la colonización, o la venida de extranjeros, como que vos rechaza también su cultura, todo su origen. Porque como que sentís vergüenza también, entonces esa gente después no se autoreconoce como indígena. Porque, o sea, que “prefiero la cultura de otro país, de otro lugar, a la nuestra propia”. Eso es re feo. (Deolinda)

Se nessa fala Deolinda reitera de forma mais ampla o impacto de uma negação e de uma inferiorização históricas da identidade mapuche a partir do olhar colonizador, em outro momento da entrevista ela exemplifica a recusa gerada a partir desse processo com um relato mais específico sobre sua própria vivência

familiar, ao contar que sua cunhada “no quería saber nada, porque ella ‘no era una india’. ¿Viste que acá a los indígenas muchas veces les dicen ‘el indio’? Que está mal dicho. Entonces ellos decían que no eran indios, no se querían reconocer”. Nesse trecho Deolinda traz um exemplo do sujeito que, vivendo em um contexto de inferiorização dos valores culturais de seu povo, rejeita o pertencimento a este e, portanto, ignora tais características como parte de sua história. Nesse mesmo sentido é possível vislumbrar igualmente os desdobramentos desse impacto em outros relatos trazidos por ela, como por exemplo quando conta que a família do pai de seu filho não queria que ele carregasse um nome de origem mapuche:

(...) cuando nació mi hijo, el del medio, el papá de los nenes estaba como que recuperando su identidad. Primero era re argentino él, que la “ay, la argentinidad”, no sé, como el gaucho, como Martin Fierro, andar a caballo y todo eso. Él es de apellido Maliqueo, entonces yo cuando me quedé embarazada yo le dije que no quería un nombre para mi hijo que fuera de los gringos, de los winkas. Quería algo que pegara con el apellido de Maliqueo. Era un apellido mapuche y yo quería que el nombre de mi hijo fuera mapuche. Entonces yo le busqué el nombre Aukan: guerrero, rebelde. Entonces bueno, sí, fue una disputa en la familia, porque la familia no quería que le pusiera el apellido, el nombre ese. Porque decían: “Mire, por qué le va a poner ese nombre, y después el nene cuando sea grande va renegar su apellido, de su nombre, no le va a gustar y va querer cambiar el nombre”. (Deolinda)

O caso contido nesse exemplo demonstra o reflexo da inferiorização historicamente construída através de um antagonismo hierárquico entre a “argentinidad” e os aspectos culturais mapuche, onde a ideia de ter um descendente com nome de origem mapuche – ainda que para uma família mapuche – traz a seus integrantes, nesse contexto, uma rejeição aliada a um sentimento de vergonha. Para eles é previsível que o novo integrante da família futuramente rejeitaria um nome oriundo do mapuzungun, então, para evitar futuros problemas com isso, é necessário se antecipar e optar por batizá-lo com um nome atrelado a valores “universais”. Dessa forma, os relatos de Deolinda destacados aqui ilustram, pois, o quanto uma construção simbólica, representativa e narrativa de mundo que inferioriza tanto quanto nega elementos da cultura originária de um povo é capaz de reverberar nos sentimentos e nas dinâmicas cotidianas de seus sujeitos.

É importante evidenciar, no entanto, que apesar de falarmos dos aspectos culturais dos mapuche como elementos atrelados a um povo, sua

multiplicidade se apresenta como aspecto crucial na sua própria construção cultural. Conforme nos alerta Oscar Moreno, é necessário compreender os Mapuche como

un pueblo tan diverso como la naturaleza misma. Que el pueblo Mapuche no es un pueblo homogéneo, que el pueblo Mapuche tiene diferentes posturas políticas, diferentes formas de acción, diferentes estrategias de lucha. Que el pueblo Mapuche está en el campo, está en la ciudad, está metido en todos los ámbitos de la sociedad. Y que también somos un pueblo que busca por un lado darse a conocer, que busca compartir y que interpela también esa sociedad. Busca que esa sociedad reflexione y también empiece a ver y que empiece a entender que ese pueblo tiene voz de niños, ese pueblo tiene voz de jóvenes, de gente adulta y gente anciana. Que ese pueblo está a ambos lados de la cordillera (...) (Oscar)

O comentário de Oscar traz à tona a compreensão de que ao mesmo tempo em que falamos de um só povo abordamos simultaneamente sua própria pluralidade, revelada por exemplo em suas diversas formas de atuar politicamente e suas diferentes perspectivas particulares de mundo. Tal multiplicidade, por sua vez permeada por diferentes gerações de indivíduos e comunidades que habitam variados espaços no mundo, surge como necessária na própria concepção do Wall Kintun. É o que se evidencia quando Oscar fala sobre a possível participação de outros mapuche nas produções do canal e, portanto, na presença de uma pluralidade de perspectivas. Em sua fala ele comenta sobre a necessidade de que, dessa forma, *“la gente que ve el canal, vea la riqueza y la diversidad que tiene el pueblo Mapuche. La diversidad de voces, de posturas, de formas de entender, de comprender”*. E reitera, então, que tal diversidade é intrínseca à própria cultura Mapuche, por sua vez *“respetuosa a la naturaleza de ese ordenamiento que yo te decía, de esa estructura del universo donde todas las vidas están contempladas, donde toda la diversidad está contenida en esa cultura”*.

Assimilar a pluralidade enquanto aspecto inerente da cultura Mapuche se mostra fundamental, portanto, para compreensão acerca das dinâmicas que envolvem suas identidades. Assim, vale ressaltar que na trajetória do Wall Kintun é possível notar também tal variedade de perspectivas dentro da própria comunidade Buenuleo, como no momento em que há entre seus integrantes uma divergência de visões sobre a manutenção do canal, quando, devido aos problemas com os quais se deparam diante das dinâmicas estatais, alguns preferem que a comunidade se desvincule da emissora enquanto outros escolhem seguir com sua

realização. Assim como é possível ver também em outro momento o desencontro entre as perspectivas de Oscar e dos comunicadores indígenas que seguiram com a elaboração da “comunicación con identidad” para ser agregada à LSCA. Para ele, estes “*eran indígenas que estaban dentro del partido del kircherismo, eran indígenas filiados a los partidos políticos, eran indígenas que tenían rostro indígena pero no tenían valores ni principios indígenas*”, o que significa que, na visão de Oscar, ao nortearem suas ações de acordo com diretrizes partidárias, estes mapuche ainda que não deixem de ser indígenas acabam se distanciando de seus valores sociais, políticos e culturais originários.

Entonces hoy un rostro indígena no es garantía de que sea indígena o que responda a los lineamientos de una cultura indígena. Para garantizar eso es necesario avanzar en la cultura mapuche, es necesario volver a la ceremonia mapuche, a los parlamentos mapuche, es necesario volver a los espacios mapuche y ahí conocer la relación que hay con la cultura mapuche, con la naturaleza, con las vidas, con todas las vidas. (Oscar)

Desse modo, é possível afirmar que a partir dessas diferenças inseridas em um contexto de colonização surge de um desses lados a necessidade de salientar positivamente os aspectos fundamentais da cultura mapuche, considerando de maneira primordial sua história tanto quanto seu lugar em um cenário socialmente maniqueísta e assimétrico como o da sociedade *winka*. Em convergência com esse ponto, então, a afirmação de uma identidade mapuche demonstra ser não apenas necessária, mas imprescindível para tal processo de autoafirmação. Oscar comenta, nessa direção, sobre o sentido de se considerar não apenas um comunicador, mas um comunicador mapuche:

(...) nosotros no somos comunicadores, somos mapuche. Y eso es la identidad que nosotros tenemos. O sea, hay gente que sí se reivindica como comunicador, pero a veces como que ubica más o le da más importancia a ser comunicador que ser mapuche. Y para nosotros no es así. Para nosotros ser mapuche es muy importante para nosotros. Comunicadores son rótulos, comunicador es una etiqueta. Pero no nos da identidad a nosotros ni nos da la razón de ser. (Oscar)

A autoafirmação enquanto mapuche, aponta, então, para um reconhecimento acerca de sua identidade indígena atrelada a seu lugar nas dinâmicas sociais do mundo, assumindo, desse modo, ser primeiramente um mapuche que trabalha com a comunicação, e não um comunicador simplesmente. Segundo Oscar, na prática diária isso significa que

si yo voy a una marcha, no voy, hago una nota y voy a mi casa. Yo voy hasta que empiece la marcha, yo marcho con la gente, termina y soy el último en irme prácticamente. Porque para nosotros, nosotros estamos adentro de la lucha, adentro del proceso, no estamos afuera. No somos el típico periodista o el típico comunicador que ve las cosas desde afuera, pasa el hecho acá, nosotros estamos afuera y entonces a partir de eso que ve, escribe pero nunca se involucra. Nosotros no somos eso, nosotros estamos involucrados. (Oscar)

Assim, é reivindicado então o lugar de participação enquanto sujeito historicamente envolvido nos processos políticos e nas dinâmicas sociais pautadas nos conteúdos que ele produz, rejeitando, dessa forma, qualquer neutralidade que lhe possa ser atribuída enquanto comunicador. É dentro dessa perspectiva que se insere atualmente o Wall Kintun, pois, segundo Oscar, “ (...) *nosotros no somos un canal de televisión solamente, nosotros no somos trabajadores en el canal. Nosotros somos mapuche en un proceso de lucha, en un proceso histórico en el que estamos ahora*”.

Assim como a afirmação da identidade mapuche tem sua devida importância no autorreconhecimento dos sujeitos a partir da histórica negação que sofre na sociedade argentina, conseqüentemente ela é trazida como elemento essencial para a construção e realização do Wall Kintun enquanto meio de comunicação mapuche.

Yo le propuse que el canal tiene que empezar a ordenarse de acuerdo a la filosofía mapuche, a la lógica mapuche, y no a la lógica occidental, o a los winkas, digamos, que son como un cáncer, una enfermedad para los pueblos indígenas. Empezar a vivir o a repetir toda la lógica occidental o winka para nosotros es como renunciar nuestra cultura, y es destructivo y contraproducente para los pueblos indígenas. (Oscar)

Em oposição à forma winka como uma lógica que protagoniza a história de genocídio do povo mapuche, os elementos que compõem essa identidade se apresentam, então, como base fundamental de sustentação e fortalecimento do canal.

Yo creo que en la medida que nosotros sigamos planteando, pensando el canal en la lógica mapuche, ese canal tiene futuro. Si en algún momento el canal empieza a pensar o hacer cosas vinculadas a lógica winka ese canal se va a morir, se va desaparecer. Porque el sustento, la existencia del canal es gracias a la cultura mapuche, es gracias a la filosofía mapuche y es

gracias también a que nosotros defendemos la cultura mapuche en ese espacio. (Oscar)

Ao vislumbrarmos o Wall Kintun enquanto parte de uma história que o antecede, nos abrimos para a compreensão da importância de preenchê-lo com conhecimento, lógica, entendimento, raciocínio e estratégias mapuche⁴⁸. “*Todo es por la cultura mapuche, todo es la filosofía mapuche. Y si nosotros queremos hacer un camino diferente de comunicación es a partir de nuestra cultura*”, afirma Oscar. Em oposição à lógica *winka*, a identidade mapuche seria então o que sustentaria a razão de ser não só do povo Mapuche, mas também de seu próprio canal de televisão. É a perspectiva mapuche como aquilo que sempre deveria ter estado ali e que, uma vez negada, surge como instrumento principal de enfrentamento à lógica *winka* e de sobrevivência daqueles que conformam este povo originário.

4.1.3 Território ancestral

Em seu relato acerca de suas vivências familiares, Deolinda quando fala sobre a relação da família do pai de seus filhos com a construção de suas identidades, nos relata a dificuldade encontrada em se reconhecerem enquanto indígenas:

Entonces ellos decían que no eran indios, no se querían reconocer. Después de un tiempo de que se recuperaron de todo eso, como que el hermano empezó incentivar ahí que sí, que él era... “Yo soy indio”, decía él. Que él era indio mapuche y que iba estar en su tierra y que no sé qué. Entonces ahí como que empezaron a darse vuelta y ahora son re mapuche todos de vuelta, como que volvieron. (Deolinda)

O retorno ao lugar suscita o retorno à identidade, de modo que estar de volta à sua terra é como estar de volta à sua própria história ancestral. Dessa maneira, a inclinação à “argentinidade” dos mapuche narrados por Deolinda antecede um processo de recuperação territorial que, por sua vez, acaba representando um marco de transição no autorreconhecimento dos membros dessa família. “*Fuimos recuperando el lugar. Y ahí, cuando recuperamos el lugar, la familia*

⁴⁸ “*Entonces esse espacio hay que llenarlo de conocimiento mapuche, de lógica mapuche, de entendimiento mapuche, de razonamiento mapuche y de estrategias mapuche.*” (Oscar)

como que empezó a identificarse, a recuperarse de su identidad [sic], de volver allí al territorio, de estar. Y ahí donde recién empezaron a cambiar”, afirma Deolinda.

Paralelamente, ela compara a esse caso sua experiência com os Buenuleo, quando, a respeito da possível existência de um distanciamento de seus integrantes do autorreconhecimento enquanto mapuche, afirma que *“nosotros en la comunidad nuestra no, porque siempre vivimos en el lugar, siempre vivimos en nuestro territorio”*. Ainda que atualmente Deolinda seja a única integrante da comunidade que vive no território dos Buenuleo, e que tanto nos seus relatos quanto nos de seu pai, Salvador, surjam os casos de familiares que hoje estão “dispersos” e pouco ou nada se envolvem com as demandas da comunidade, é importante ressaltar as diferenças entre ambos processos por ela narrados de forma comparativa. Ou seja, mesmo com a dispersão atual de parte dos Buenuleo e, portanto, seu afastamento das questões políticas e culturais de sua comunidade, de modo geral a proximidade desse grupo familiar tanto com o território quanto com a identidade mapuche se mostra presente há mais tempo que no caso dos Maliqueo, por sua vez afastados de seu território ancestral e até pouco antes de sua recuperação territorial portadores de um sentimento de rejeição por sua origem indígena.

Podemos dizer então que de alguma maneira o grau de aproximação desses sujeitos com suas identidades originárias é proporcional à relação do indivíduo e de sua comunidade com seu território ancestral. Isso significa que, se por um lado os casos supracitados tratam de diferentes caminhos acerca da construção das identidades em cada família, por outro é justamente a partir da relação destas com seus territórios que eles encontram seu ponto de convergência.

Dessa maneira, assim como a própria identidade originária, a partir das relações discutidas até aqui podemos vislumbrar o território ancestral mapuche igualmente enquanto um campo de disputas, divergências e conflitos, tendo em vista o antagonismo e a assimetria no que diz respeito aos *winka* e os Mapuche nos âmbitos político e social.

El hecho del territorio, de la tierra, el espacio donde estamos, nosotros no lo vemos como propiedad privada. Nosotros lo vemos como espacio donde hay vida, donde hay vínculo, donde hay que respetar esos lugares, donde

hay que protegerlos, donde hay que defenderlos. Y donde eso permita a las futuras generaciones, tanto las personas como las futuras generaciones de la naturaleza, decimos nosotros, que puedan vivir, tengan el derecho a vivir, y que no la cultura occidental avance de acuerdo a su interés y que no le importa destruir o pasar encima de todas las vidas. (Oscar)

Assim, a partir de um conflito de perspectivas em torno da concepção de território e das disputas políticas geradas com a noção de propriedade *winka* versus o pertencimento ancestral mapuche, o território inserido nesse processo se apresenta em meados de 2011, pouco antes da criação do Wall Kintun, como motivador da ideia de ter um meio de comunicação próprio. Deolinda conta que naquele momento seu pai se juntava a outras comunidades mapuche da região em seus processos de recuperação territorial e que, com a necessidade da difusão sobre os conflitos ali existentes, surge a ideia de ter uma rádio própria para que, nessa disputa, esses mapuche pudessem comunicar suas visões em torno do processo pelo qual passavam.

Mais adiante, Deolinda reafirma a estreita relação entre a urgência de um meio de comunicação próprio e a amplificação do que acontecia em seus territórios, incluindo a própria defesa dele mesmo, ao contar que devido aos problemas estruturais que estavam enfrentando na consolidação da emissora, a comunidade Buenuleo queria encerrá-lo, pois *“ni siquiera pasaban en el canal las cosas que estaban pasando en el campo, que era para lo que se lo había creado”*. Além disso, é interessante observar que quando perguntada a respeito de sua função enquanto *werken* de sua comunidade, ela explica que sua tarefa mais frequente é *“difundir lo que está pasando dentro de nuestro territorio”*.

A defesa de seus territórios, assim como de suas perspectivas, surge então como estímulo inicial ao menos na intenção de se criar um meio de comunicação próprio, o que evidencia, dessa forma, o vínculo existente entre as disputas territoriais e narrativas no âmbito político. A relação entre território e perspectiva se dá, desse modo, tanto na própria concepção de território quanto na possibilidade de se expressar acerca do que se passa nele mesmo e a respeito dele. Tal vínculo é estabelecido, portanto, a partir de um embate de significados sobre as relações que se constroem no território, com o território e sobre o território, simultaneamente.

4.2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EMISSORA E A RELAÇÃO MAPUCHE - *WINKA*

De acordo com Caniuqueo (2006, p. 129), o termo *winka* é utilizado para “identificar a las sociedades hispano-criollas (chilena y argentina) que se han relacionado con la sociedad mapuche de manera antagónica, generando una frontera étnica”. Nesse mesmo sentido, Oscar havia me explicado em uma conversa que o termo *winka*, mais do que denominar aqueles que não são mapuche, faz justamente uma distinção dentro desse mesmo grupo com a finalidade de nomear aqueles que se opõem aos mapuche de forma hierárquica através da incompreensão aliada à opressão de suas formas próprias de se organizar no mundo tal qual de compreendê-lo. É possível assimilar então o significado de *winka* atrelado ao que representa a sociedade ocidental para os mapuche de forma estreitamente relacionada à noção de inimigo⁴⁹.

Dessa forma, segundo Oscar, “*una cosa es ser pueblo argentino oprimido, otra cosa es ser pueblo chileno oprimido y otra cosa es ser los gobiernos y el Estado*”. Partindo desse ponto, podemos vislumbrar através dos relatos que contam a história do Wall Kintun neste trabalho, os governos e o Estado de maneira geral como intrínsecos à nocividade constituída no *winka* por representarem historicamente a lógica ocidental ancorada em um sistema “*destrutivo y contraproducente para los pueblos indígenas*” (Oscar). Considerando a emissora como não só inserida nesse processo étnico, histórico e social, mas como fruto dele mesmo – uma vez constituída pela atuação simultânea entre o Estado e os mapuche em torno de sua realização –, os aspectos dessa relação entre ambos inevitavelmente são refletidos em sua trajetória. Assim, a partir da observação da interação entre ambas perspectivas como, além de presentes na trajetória do Wall Kintun, anteriores a ela, podemos vislumbrar de que maneira essa relação tem constituído sua recente história.

⁴⁹ Segundo a tradução feita pelo próprio Oscar em sua explicação para o significado do termo. De acordo com ele, para nomear aqueles que não são mapuche mas que são seus aliados – ou amigos – é utilizado o termo *wenuy*.

Tendo em vista a compreensão desses impactos conforme expostos nas narrativas presentes neste trabalho, os itens a seguir foram construídos e elaborados a partir dos principais aspectos identificados nos relatos, quais sejam o *esvaziamento*, a *exclusão* e as *reivindicações* como parte da *instabilidade* a que esteve sujeita o canal ao longo de sua trajetória, além de, paralelamente, a *colaboração* como parte simultânea dessa história, e a *reconstrução* como a fase mais recente da emissora. Tais elementos, por sua vez, foram divididos em itens e subitens por meio dos quais discutimos a seguir de que maneira cada um tem se revelado na trajetória traçada nas narrativas.

4.2.1 Período de instabilidade

Durante a maior parte de sua existência o Wall Kintun foi significativamente permeado em seu processo de construção e implementação por uma notável instabilidade marcada por conflitos internos e incertezas quanto a sua consolidação enquanto emissora televisiva de povos indígenas. Revelada sob os aspectos da *exclusão* e do *esvaziamento*, e culminada em consecutivas *reivindicações* – itens que discutiremos mais adiante – tal instabilidade, por sua vez, surge não só do antagonismo entre as perspectivas mapuche e *winka* ali presentes, mas especialmente da maneira como foi conduzida pelo Estado a implementação da emissora. É nesse sentido por exemplo que os atuais integrantes do canal apontam como um de seus principais pontos de atritos com o Estado o cumprimento parcial da legislação a partir da qual foi criado o Wall Kintun. Conforme afirma Oscar, “*en realidad el 151 lo cumplen, que te da la licencia automáticamente por ser indígena, eso se cumple, pero el artículo 152 no lo cumplen, que es el porcentaje del presupuesto nacional*”. O artigo 152 da LSCA a que ele se refere provê que o financiamento dos serviços de comunicação dos povos originários seja realizado através de

a) Asignaciones del presupuesto nacional; b) Venta de publicidad; c) Donaciones, legados y cualquier otra fuente de financiamiento que resulte de actos celebrados conforme los objetivos del servicio de comunicación y su capacidad jurídica; d) La venta de contenidos de producción propia; e) Auspicios o patrocinios; f) Recursos específicos asignados por el Instituto Nacional de Asuntos Indígenas. (ARGENTINA, 2010, p. 90)

Contudo, conforme os relatos de Oscar, Salvador e Deolinda, os recursos que de fato chegaram à emissora e, assim, serviram como suporte para impulsionar minimamente o início de suas produções foram somente os FOMECAs: *“una herramienta que permite redistribuir los recursos que provienen de los medios de comunicación audiovisual (gravámenes y multas) para fomentar a los medios comunitarios, de frontera y de pueblos originarios”* com a finalidade de viabilizar seus *“procesos de actualización tecnológica, de mejoras de gestión y de producción de contenidos”*⁵⁰. Se entende então que o caráter básico desses fundos diz respeito ao oferecimento de um suporte complementar a meios de comunicação que já estejam em atividade e, portanto, possuam outras fontes financeiras mais consistentes que sustentem sua realização. Logo, é nesse sentido que Oscar, ao discutir a utilização do FOMECA como principal recurso financeiro do Wall Kintun, afirma que *“si no se aplica el derecho vamos estar toda la vida viviendo de fondos concursables, y fondos concursable significa que no toda la vida vamos ganar un fondo concursable, porque es por concurso, en algún momento no vamos a ganar”*.

É possível dizer que esse fator intensifica então a instabilidade estrutural do canal em um contexto em que o esperado é uma presença mais significativa do Estado no que diz respeito ao fornecimento de condições fundamentais para a consolidação desse meio de comunicação, pois, conforme explica Oscar,

nosotros si aplica la ley sabemos que por año el canal va a recibir, o los medios indígenas, van a recibir un porcentaje del presupuesto nacional y que el canal sabiendo que todos los años recibe plata del presupuesto nacional a partir de ese dinero que recibe el canal se ordena, en un año sabe qué gastos hacer y qué gastos no hacer.

Nesse sentido, da mesma forma que um efetivo amparo financeiro vindo do Estado possivelmente contribuiria de maneira significativa para o planejamento e o funcionamento da emissora, é notável, portanto, o quanto sua ausência impacta em seu longo período de instabilidade. Por essa razão e a partir desse ponto é gerada então a busca por formas auxiliares de arrecadação de verba que viabilizem os projetos do Wall Kintun, mas que, no entanto, ainda não são

⁵⁰ Definição disponível na página: <https://www.enacom.gob.ar/edicionesfinalizadas> (Consultado em: 14/06/2018).

suficientes para eliminar sua condição de vulnerabilidade. Conforme conta Deolinda, por exemplo,

Hemos obtenido pautas publicitarias del municipio y en un momento del Consejo, pero era re justito. Son 4 mil pesos, nada. Y, bueno, el lugar acá donde estamos es un lugar prestado por provincia, nos cedieron el lugar por un tiempo, no sé hasta cuándo. Nunca dijeron cuándo.

Apesar de importantes impulsionadores das atividades do canal, tais auxílios, devido a sua natureza suplementar, refletem paralelamente um caráter de insuficiência e impermanência. Ou seja, ao mesmo tempo em que representam um notável estímulo à emissora mantêm ainda o aspecto de incerteza acerca de sua continuidade. O Estado, assim, ao não prestar um apoio consistente que ampare a consolidação do Wall Kintun em um processo iniciado por ele mesmo agrava então a relação já historicamente desgastada entre este e os mapuche participantes desse processo.

Com isso, nota-se que as compreensões desses indígenas em relação às intenções governamentais diante deles com a implementação do canal é de que tenham sido vítimas de manipulação e oportunismo. Sobre isso, Oscar afirma que *“fue manipulado el canal, fue utilizado el pueblo Mapuche para lanzar un canal en nombre del pueblo Mapuche”*. Por um lado, tal percepção demonstra sua pertinência enquanto extensão de uma relação já presente em outros âmbitos de negociação com o Estado em períodos anteriores à realização do Wall Kintun, conforme ilustra Salvador, por exemplo, quando conta sobre a dificuldade de construir a emissora com outras comunidades mapuche das redondezas – em seu relato ele explica que estas muitas vezes se tornam mais fechadas a participações em novos projetos porque *“como debe pasar en otros lados que se usa a la gente para muchas cosas, digamos, para la política”*. Por outro lado, as ações que se seguem no decorrer da construção do Wall Kintun reforçam tal compreensão e então se entende que *“como propaganda nos enchufaron el canal de televisión”*, conforme afirma também Salvador. A esse respeito, Oscar elucida:

Entonces el lanzamiento del canal era de alguna manera una respuesta política a el apoyo al Gobierno Nacional porque esos indígenas son parte de ese Gobierno Nacional. Entonces lanzaron el canal para que la Corte Suprema de la Nación Argentina vea que a partir de la Ley de Medios los

indígenas, los pueblos originarios negados, invisibilizados, los de siempre, a partir de esa nueva ley podían tener un canal de televisión y podían hacer la comunicación y que antes era difícil. Entonces ese canal fue pensado desde una lógica winka, decimos, porque era la disputa de poder entre los winkas, no era una disputa que tenía que ver con un interés del pueblo Mapuche.

Com a fala de Oscar, podemos notar uma percepção a respeito do Wall Kintun enquanto um instrumento criado dentro de um processo de disputa política entre dois grandes grupos de poder no país – o governo nacional e o Grupo Clarín – onde a emissora teria sido implementada às pressas para que fosse inaugurada na data símbolo dessa disputa: 7 de dezembro de 2012, o 7D. É importante lembrar que a data ficou assim conhecida por ter sido estabelecida pela Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina como prazo limite para a vigência da medida cautelar que suspendia a aplicação dos artigos 41 e 161 da LSCA para o Grupo Clarín – que havia feito uma reivindicação acerca dos artigos mencionados – e representava então um embate entre este e o governo nacional. A estipulação dessa data para a inauguração do primeiro canal televisivo de povos originários na Argentina corroborou então a utilização política da emissora de acordo com interesses *winka* observada por Oscar. Assim, é possível dizer que a conjuntura de sua criação contribuiu para uma intensificação da rejeição pelo Estado enquanto estrutura oriunda dessa perspectiva.

Nesse sentido, se para Deolinda os governos “*son todos iguales*” porque “*cuidan de sus propios intereses*”, é pertinente que nos atentemos à sua afirmação partindo de um contexto de antagonismo e hierarquia tanto em sua forma mais abrangente e histórica entre *winka* e mapuche, quanto em sua demonstração mais específica na vivência própria da comunidade no processo de implementação da emissora e além dele. Como exemplo da rejeição fruto de tais experiências históricas e contemporâneas, podemos lembrar da fala de Salvador quando este afirma que “*el canal estrictamente comunitario y nada de política dentro del canal*”. Nessa mesma direção, Oscar explica a decisão tomada pelos integrantes do Wall Kintun após os conflitos com os representantes estatais nos seus primeiros meses de existência:

(...) de ahora en más nadie va a entrar en el canal con la política partidaria, que de ahora en más no iba entrar nadie más con las religiones adentro del canal. Que el canal es mapuche. Entonces si viene algún mapuche a difundir el interés de un partido político el canal no está a disposición para

eso. No es para eso el canal. Si vienen mapuche a querer difundir la religión occidental, no está para ese mapuche.

Dessa forma, a experiência inicial no canal tanto quanto a vivência e o conhecimento históricos da relação contrastante entre mapuche e *winka* no âmbito político e social contribui para que sua presença seja rejeitada ainda que se trate de uma perspectiva *winka* transmitida por pessoas que se autorreconheçam como mapuches.

No entanto, é possível notar que apesar de uma generalização e uma aparente condensação das complexidades e divergências existentes no universo político, há paralelamente algumas diferenças percebidas entre as duas gestões presidenciais na Argentina sob as quais tem existido o Wall Kintun. Conforme aponta Deolinda, com a criação da ENACOM em substituição à AFSCA, atualmente já não são oferecidos mais cursos de capacitação, assim como tem sido mais difícil a prestação de contas e a comunicação com o órgão atual devido a um distanciamento físico de seus representantes.

No hay más AFSCA, ahora es ENACOM. Y trabaja distinto, sí. Porque antes trabajábamos mediante unos delegados que venían acá. Bueno, nunca escucharon lo que decíamos pero por ahí se pegaban una vuelta acá y la rendición o cualquier papel lo que queríamos, íbamos acá a la delegación. Ahora la cerraron esa delegación, así que cualquier cosa tiene que ser mediante teléfono. (Deolinda)

Paralelamente, é interessante observar que ainda que antes houvesse uma comunicação mais facilitada, Deolinda diz que “*nunca escucharon lo que decíamos*” para se referir às solicitações realizadas à AFSCA não atendidas. É perceptível que isso significa que embora naquele momento houvesse mais espaço para que se falasse, o que era dito não era de fato escutado.

4.2.1.1 Esvaziamento - Un canal de televisión sin cámaras

Nota-se que nessa fase caracterizada como instável e conflituosa na história do canal, a emissora esteve sujeita a um esvaziamento revelado sob diversas formas e em vários setores específicos relacionados à sua estruturação e à sua realização, sendo um deles no que se refere aos equipamentos técnicos básicos necessários ao seu funcionamento. A respeito disso, Deolinda, ao narrar o momento em que os representantes do Estado se retiram da emissora em decorrência dos constantes desentendimentos entre eles e a comunidade nos primeiros meses do Wall Kintun, relata que

Durante esos 6 meses nosotros teníamos cámaras, teníamos isla de edición acá, todo, que habían conseguido mediante proyecto. Entonces cuando ellos se fueron, se fueron pero se llevaron todo, todas las cosas. Quedó vacío el canal. Lo único que quedó fue el transmisor y nada, una película que da vuelta y que da vuelta.

Através de seu relato é perceptível que a maneira como essas pessoas saíram do canal – ou seja, retirando ferramentas básicas para seu desempenho enquanto meio de comunicação televisivo – acarretou diretamente em um vácuo também em sua programação. Sobre esse mesmo fato, Oscar, que naquele momento ainda não integrava a equipe da emissora e portanto se relacionava com o Wall Kintun somente enquanto comunicador e espectador mapuche, conta que

Después con el tiempo ese canal no avanzaba en nada porque había meses que no transmitían nada y ponían una placa que decía “estamos trabajando”. O había días que no transmitían, se veía mal, no tenían presupuesto, eran un montón de gente, no hacían nada.

Podemos apreender que se naquele momento o projeto de um canal de televisão indígena por um lado “eran un montón de gente”, por outro era só “una película que da vuelta y que da vuelta”. Tal contradição que se percebe à primeira vista por meio de ambos os relatos acaba se revelando como reflexo não só das divergências internas que marcaram os primeiros meses do Wall Kintun, mas da assimetria política e econômica que afeta e transpassa cada uma das perspectivas discordantes que ali se encontravam. Ou seja, ao mesmo tempo em que a saída de

representantes do Estado gera um vácuo estrutural no que diz respeito à retirada dos equipamentos técnicos da emissora, a presença atribulada desse mesmo grupo impacta igualmente no esvaziamento de suas produções e transmissões.

Isso nos leva a um outro ponto da trajetória do Wall Kintun que podemos explorar a partir do seguinte questionamento: De que maneira então se esperava que cada grupo se fizesse presente ali para a realização de um canal de televisão mapuche? Ao levarmos em conta a desigualdade dos poderes político e econômico que há entre uma comunidade mapuche e o Estado argentino, assim como a maneira como cada um dos componentes desses grupos passou a integrar o canal, podemos vislumbrar que, independentemente de cada expectativa, o que aconteceu de fato foi que tal assimetria esteve vigorosamente refletida na ocupação dos cargos e espaços ali dentro, assim como nas soberanias e decisões que diziam respeito à construção e à organização da emissora. Ou seja, enquanto os funcionários do Estado tinham em mãos as decisões estruturais sendo eles mesmos os que chegaram à comunidade com a proposta já pronta, para os mapuche Buenuleo por sua vez, cuja aparição do canal foi inesperada, não havia participação determinante nas decisões que diziam respeito a questões financeiras que impactariam em sua existência, por exemplo. Assim, é evidenciada uma falta de autonomia de um lado, e uma demasiada soberania de outro, reforçando, dessa forma, ausências e permanências estruturais históricas.

A ausência de condições básicas para a realização do Wall Kintun e os impactos dos conflitos entre as perspectivas dissonantes exprimem ainda uma desconsideração tanto das particularidades daquela comunidade quanto das consequências nos dias atuais do processo histórico de empobrecimento pelo qual passaram os mapuche sob a consolidação do Estado argentino. Conforme nos alerta Oscar,

¿De qué nos sirve a nosotros tener una licencia de radio si nosotros somos pobres? Fuimos empobrecidos por el Estado, somos un pueblo empobrecido. No porque no tengamos la capacidad, sino porque la capacidad de desarrollarnos económicamente, sino porque todo lo que estaba en mano de nuestro pueblo lo robó y lo tiene el Estado.

Ao ignorar, durante a implementação do Wall Kintun, os impactos sociais e econômicos que afetam os Mapuche desde no mínimo a Campanha do Deserto, na prática o Estado argentino acaba impossibilitando o legítimo acesso desse povo a meios próprios de comunicação conforme estabelecido na LSCA. É nesse sentido que Oscar explica que

(...) si nos dan una licencia a cualquier pueblo indígena en Argentina, ningún pueblo indígena va a poder levantar una radio, porque ningún pueblo indígena tiene dinero suficiente para pagar un transmisor, para pagar una torre, para pagar un [inaudible], para pagar equipamiento como una consola, equipamiento que tiene que ver con el funcionamiento de un medio de comunicación. Mucho menos con un edificio y mucho menos va a tener la capacidad económica de mantener esas personas que sostienen ese proyecto de comunicación.

Paralelamente, como efeito desse desequilíbrio não só entre pontos de vista, mas material e estrutural, a própria presença de integrantes mapuche na equipe do Wall Kintun foi significativamente afetada. Sobre isso, Oscar explica a carência e a evasão de trabalhadores na emissora associada à instabilidade econômica e à ausência de suporte financeiro do Estado para sua realização, pois

si no hay presupuesto, si no hay dinero, nosotros no podemos pensar en qué tipo de comunicación vamos hacer, por nosotros necesitamos pensar en comer, nosotros necesitamos pensar en cómo vamos a subsistir, como vamos a sobrevivir dentro del sistema de vida winka, que todo lo que hace lo hace por el dinero.

Para Deolinda, que permaneceu na equipe desde o princípio e, portanto, atravessou todos os períodos de escassez do canal, o impacto de se dedicar ao Wall Kintun sem qualquer contrapartida econômica afetou diretamente sua vida pessoal. “A Yuli yo la admiro porque en el 2015 y 2016 Yuli hubo un momento que en su casa no tenía ni para comer”, conta Salvador. Através de sua fala é possível dimensionar em que medida a debilitação estrutural e financeira do canal pôde gerar uma desestruturação na vida pessoal daqueles que por suas razões decidiram ali permanecer, ao mesmo tempo em que facilita a compreensão acerca das motivações dos que não puderam ficar⁵¹.

Além de resultar na defasagem de sua equipe e equipamentos técnicos, a ausência de recursos financeiros provocou ao Wall Kintun uma

⁵¹ Conforme conta Oscar a respeito dos integrantes que saíram do canal pra trabalhar em outras áreas devido à escassez financeira a que estavam sujeitos na emissora.

instabilidade em sua programação também com a dependência dos fundos concursáveis – os FOMECA – que acabaram sendo única fonte econômica para se fazer o mínimo. Com isso somente em abril de 2015, dois anos após a inauguração da emissora, foi estreada sua primeira produção própria, o jornal Muley Zungu, cuja realização e transmissão precisou ser paralizada entre outubro do mesmo ano e o início de 2017 devido à ausência de auxílio financeiro durante esse período.

Outra face do impacto dessa deficiência econômica e estrutural diz respeito à própria obtenção de recursos financeiros por outros meios que viabilizassem uma certa independência diante do Estado, como por exemplo pelas vias publicitárias que, com uma transmissão de pequeno alcance e com um sinal de qualidade baixa realizados pelo canal durante um certo período, não representavam uma alternativa viável: *“(..) la señal nuestra en un principio era malísima, no se veía, acá más de diez cuadras no se veía la señal. Entonces no podíamos obtener pautas publicitarias, nadie nos veía, no nos conocía nadie”*, relata Deolinda.

Em vista dos processos e impactos discutidos até aqui, é possível afirmar que os vácuos material, financeiro e estrutural, convergem tanto quanto acarretam no esvaziamento da própria presença e perspectiva mapuche na emissora. Conforme reitera Oscar, durante o período relatado o canal *“era un lugar vacío de gente, porque no habían mapuche. Ideologicamente era un lugar vacío, porque no tenía cosmovisión mapuche ese lugar”*. A partir desse ponto, podemos discutir a exclusão dos sujeitos no processo de implementação da emissora.

4.2.1.2 Exclusão - No sabíamos como hacerlo andar (pero podíamos aprender)

Se há um esvaziamento da presença mapuche, é possível dizer que este é um dos impactos da própria exclusão dos mapuche enquanto sujeitos dos processos políticos que lhes dizem respeito. Sobre isso, vale ressaltar que Deolinda e Salvador, apesar de serem integrantes da comunidade em nome da qual a emissora foi legalmente registrada, relatam só terem tomado conhecimento do que era a LSCA e todo o processo acerca de sua construção, aprovação e aplicação somente após a inauguração do Wall Kintun. *“Porque yo en particular no entendía*

nada del tema de, o sea, de conocimiento de lo que era la Ley de Medios, nada. Totalmente cero", afirma Deolinda. A respeito da elaboração da lei, Salvador relata:

(...) en ese momento la Ley de Medios se debatió con otras comunidades más el gobierno, pero nosotros no estábamos presentes. Después el consejero nuestro de en ese tiempo que estaba ahí en el CODECI recién nos dijo cómo se había hecho la Ley de Medios, cómo se había debatido, cuáles eran los pedidos que se habían hecho en la Ley de Medios, cuál era el compromiso que había hecho el gobierno en la Ley de Medios.

Com isso, o que se revela é que, se por um lado é possível afirmar que os Buenuleo apenas não integravam o grupo de comunicadores mapuche que participaram ativamente da elaboração de uma proposta de "comunicación con identidad" para os povos indígenas, por outro, podemos questionar: 1) Por que razão justamente essa comunidade até então alheia a esse processo foi escolhida para ser titular legal do primeiro canal televisivo de povos originários no país?; 2) Se ela seria então a titular, por que inserir seus integrantes de forma súbita e sem um envolvimento preparatório que trouxesse suas participações efetivas nesse processo? Tais questões nos conduzem evidentemente à maneira vertical como foi iniciada a emissora: concebida pelo Estado e ofertada como um pacote já pronto à comunidade mapuche Buenuleo.

Así que agarra y nos presentamos en el AFSCA con el consejero haciendo el pedido del canal de televisión para Bariloche por parte de las comunidades mapuche. Bueno, mandan los papeles y todo y yo le digo:

- Sí, yo me hago cargo, pero no sé nada de televisión.

El consejero me dice:

- No, yo tengo gente que podemos traerlos [para] que se hagan cargo de la mantención del canal, todo eso.

- Bueno, ¿cómo es esa gente?

- Esta gente está conformada por hermanos mapuches que han estudiado, algunos quieren empezar a estudiar. (Salvador)

Ao assegurar a Salvador que não havia problema em seu desconhecimento acerca da administração e realização televisivas sendo ele membro da comunidade titular da emissora, o conselheiro por ele citado indica, através da afirmação de que já havia outros mapuche preparados para assumirem tais funções, uma exclusão dessa comunidade de certos âmbitos relacionados à conformação do Wall Kintun. Nesse mesmo sentido, é interessante observar de que maneira ocorreu o lançamento público do canal. Conforme relata Deolinda,

(...) semanas antes del 7D, de 7 de diciembre, caen en la comunidad nuestra un grupo de chicos de una cooperativa audiovisual que se había estado formando en comunicación que se les estaban capacitando, que era un grupo aproximado de quince, veinte chicos. Caen en la comunidad para decirnos que estábamos invitados a la inauguración del canal de televisión, que nosotros acá habíamos sido licenciarios. Por medio de la personería jurídica habíamos ganado una licencia, o sea, era más automático eso de recibir una licencia.

Ao retomarmos o significado do 7D como atrelado a um conflito especificamente entre o Estado e o Grupo Clarín, podemos perceber o lançamento público e oficial do primeiro canal de televisão de povos originários na Argentina voltado a um embate que, embora obviamente o afetasse em alguma medida assim como afetaria toda a sociedade argentina, não dizia respeito diretamente a seus processos específicos. Logo, é possível afirmar que, nesse contexto, se os titulares da emissora foram convidados para a sua inauguração quando poderiam ter sido os próprios organizadores dessa cerimônia, estes não tiveram participação ativa nessa etapa do processo.

Assim, a proposta chegou à comunidade Buenuleo como uma licença de um canal de televisão próprio, porém, sem que seus integrantes pudessem protagonizar sua concepção enquanto sujeitos interessados nas decisões que afetavam seus rumos. Deolinda, por exemplo, afirma não saber de que forma a emissora foi estruturada em seu princípio, pois *“todo eso se organizaron entre ellos, que nosotros de la comunidad no estábamos, no sé como se montó esto”*. Além disso, já depois de alguns meses da inauguração da emissora, quando se encontra pela primeira vez com Oscar para lhe pedir ajuda, Deolinda demonstra não ter conhecimento também de como trabalhar jornalisticamente, o que é exemplificado em seu relato ao contar que no momento em que Oscar lhe pergunta sobre a linha editorial do canal, ela diz que não sabia do que se tratava, que *“no entendía nada”*.

O Wall Kintun foi iniciado ainda sem produções audiovisuais próprias, e assim, na data de sua inauguração foram exibidos, respectivamente, no evento de seu lançamento o documentário “Nestor Kirchner, la película”⁵², e na estreia de suas transmissões, o programa Visión Indígena, produzido pela

⁵² Filme documentário que trata da vida do ex-presidente da Argentina, Nestor Kirchner. Lançado em 2012, com direção de Paula de Luque.

Coordinadora de Comunicación Audiovisual Indígena Argentina (CCAIA)⁵³. A ausência de produções próprias preenchida com materiais audiovisuais realizados por outros grupos que não a própria comunidade Buenuleo é um dos pontos que fundamentam a constatação de Oscar quando este diz que *“el canal era el canal mapuche puro rótulo, pero vínculo o espacios para los mapuche no había”*.

Nessas circunstâncias, nota-se então que a maneira como o Estado conduziu a estruturação do Wall Kintun durante os primeiros meses de sua implementação percebia os mapuche da comunidade Buenuleo sob uma certa passividade que os afastava de seus protagonismos. Dessa forma, as soluções apresentadas para os vazios gerados e os obstáculos encontrados no decorrer da implementação do projeto resultaram no preenchimento desses espaços com pessoas e perspectivas alheias àquele grupo.

Acerca disso, além dos exemplos mencionados até aqui, podemos citar ainda o momento em que os dois representantes do Estado, ao terem problema com os jovens mapuche da cooperativa, propõem à comunidade que esta se organize e assuma a direção do canal: à resposta imediata de seus integrantes que, nas palavras de Deolinda, foi *“¿Como hacer un directorio si nosotros no tenemos la más pálida idea de lo que era un canal de televisión?”*, a solução apresentada foi levar *“un amigo que estaba viniendo de Buenos Aires en las siguientes semanas y que ese podría quedarse acá un año a capacitarnos a los de directorio”*.

Na mesma direção, podemos apontar ainda a ocasião em que outra funcionária estatal foi enviada à emissora pela AFSCA para que a coordenasse e resolvesse, assim, a situação de abandono exposta por seus integrantes.

No entanto, vale dizer que tais ações de preenchimento dos espaços esvaziados nesse processo não se deram exclusivamente com pessoas diretamente vinculadas ao Estado, mas também com outros mapuche de fora da comunidade, como por exemplo na própria conformação inicial da emissora com os jovens da cooperativa, ou, quando estes se retiram após os conflitos com os dois

⁵³ A través dos relatos se entende que o filme sobre Nestor Kirchner foi exibido na programação do Wall Kintun, porém as notícias encontradas afirmam que pouco antes do lançamento optou-se por exibí-lo somente no evento de inauguração, e que, portanto, o programa Visión Indígena foi escolhido para a estreia da programação do canal. Vale frisar que o que nos interessa neste trabalho, no entanto, é discutir a ausência de produções próprias paralelamente à exibição de um documentário sobre um presidente nacional na estreia de um canal de televisão mapuche, seja no evento de seu lançamento ou na inauguração de sua programação.

representantes governamentais que permaneciam no canal com Deolinda e que, nesse contexto, segundo ela, propõem:

Lo que hay que buscar ahora es gente, chicos que sean mapuche, que tengan características mapuche. Y venimos y los capacitamos y empezamos a llevar adelante el canal.

Y yo digo:

- Sí, ¿pero qué gente? ¿Qué chicos?

- No importa. Que tengan apellido mapuche estaría bueno. Y que sean jóvenes.

É importante observar, contudo, que, ao contrário da maneira como esse preenchimento foi feito com aqueles vinculados ao Estado – levados para ocupar funções de coordenação na emissora –, os jovens mapuche, por sua vez, foram encaminhados para assumirem, paralelamente aos trabalhos técnicos, tarefas alheias à realização do canal. Sobre isso, Deolinda conta que

(...) aparte el trabajo no era solamente hacer nota, también el trabajo era ir a un galpón de La Campora que tenían allá arriba en frente a la escuela de techo verde del lado 55, había un galpón ahí. Y ahí hacían estampados en remeras, y salían a plantar arbolitos en las calles, y salían a arreglarles los techos de la gente allá del barrio Nahuel Hue, ahí, todas esas cosas. Salían a controlar precios en los supermercados, el trabajo también incluía eso. Y no tenía nada que ver.

A partir das distinções hierárquicas estabelecidas pelos representantes do Estado que iniciaram a emissora, é possível dizer que há uma correspondência entre os mapuche da comunidade, da cooperativa, e do grupo que chegou posteriormente, no que diz respeito à maneira como cada um deles foi inserido no processo – escolhidos de acordo com as necessidades que surgiam e conforme o entendimento desses representantes sobre quais funções eles deveriam assumir e quais espaços deveriam ocupar. Exemplo disso é o próprio processo de criação da emissora e a forma como a comunidade Buenuleo foi abordada, que, segundo Salvador, ocorreu da seguinte maneira:

Nos reunimos con el consejero y él nos comentó a nosotros:

- Mira, hay una posibilidad de que se pueda abrir un canal mapuche, un canal de televisión. Y los únicos en condiciones de poder hacer el reclamo para que les otorguen la licencia del canal son ustedes porque ustedes tienen personería jurídica y título de propiedad de los campos.

Isso nos leva então à percepção de que houve no processo de implementação da emissora uma incompreensão acerca dos mapuche enquanto sujeitos interessados em constituir ativamente esse meio de comunicação, resultada por sua vez em uma inviabilização de seus próprios anseios. Simultaneamente, dado que a inauguração do Wall Kintun foi realizada em nome de uma comunidade cujos integrantes, além de não terem experiências anteriores com o meio televisivo, não haviam participado de nenhum processo preparatório para atuar na emissora e, portanto, na data de seu lançamento não estavam ativos nem familiarizados com a realização audiovisual, é possível dizer que houve ainda uma provável subestimação quanto a esses sujeitos.

4.2.1.3 Reivindicações - Nosotros somos sujetos de derecho

Como consequência dos processos de esvaziamento do canal e de exclusão dos mapuche de seus protagonismos ali dentro, ao longo da existência do Wall Kintun gradativamente surgiram, por parte dos membros da comunidade Buenuleo e dos atuais integrantes da emissora, reivindicações manifestadas tanto interna quanto publicamente relacionadas precisamente ao aspecto da autonomia. Dessa maneira, em variados momentos da construção da emissora foram exigidas medidas que abrissem caminho para que quem assumisse os lugares internos de poder que ditam os rumos da emissora fossem os próprios mapuche. Assim, para que isso fosse possível, retirar aqueles que representavam o Estado das posições de comando ali dentro se mostrou algumas vezes crucial em tais reivindicações.

Um claro exemplo disso foi quando, em junho de 2013, após descobrir que a verba prometida no início daquele ano com a vinda do funcionário da Télam à direção do canal não chegaria à emissora, Deolinda assume a coordenação do Wall Kintun e solicita a Miguel que se afaste do canal. Simultaneamente, podemos citar também o momento em que, no final daquele mesmo ano, após a chegada de Oscar, se inicia um processo de reorganização da emissora e é convocada uma reunião com as comunidades mapuche das redondezas para tratar do prosseguimento das atividades do canal:

entonces ahí todos empezaron a mostrar el apoyo hacia el canal pero sacando todos estos funcionarios, por decir así, del Estado que no tenían nada que ver con un medio de comunicación del pueblo indígena. Como es Wall Kintun hoy, que es mapuche (...). (Deolinda)

Dessa maneira, o distanciamento de funcionários do Estado como condição de apoio à continuidade do canal reflete, além da divergência com as ações e perspectivas *winka*, a necessidade da abertura de um espaço anteriormente ocupado pelo Estado para o desenvolvimento do protagonismo das ações e perspectivas mapuche. Se entende então que somente assim o canal se legitimaria como um meio de comunicação indígena, “*como es Wall kintun hoy, que es mapuche*”. É possível dizer ainda que tal demanda já havia sido demonstrada no primeiro mês de existência do canal, quando a comunidade Buenuleo, ao se perceber somente como titular da emissora sem envolvimento com sua realização, reivindica a presença de seus integrantes no canal.

No entanto, é importante frisar que retirar o Estado de tais posições não significa apenas seu afastamento, mas, para além disso, sugere uma espécie de acomodamento tendo em vista sua responsabilidade em uma “*política de reparação histórica*”. Segundo afirma Oscar,

(...) el Estado tiene que generar partidas o financiamiento para esos medios indígenas que están empobrecidos para que la comunicación sea un derecho realmente, sino es una mentira. Porque si no se garantiza que esos medios funcionen es una mentira la Ley de Medios.

Podemos apreender então que, se os meios de comunicação indígenas se encontram desestruturados pelo empobrecimento que os povos originários sofreram historicamente pelo Estado argentino, o que se faz necessário, portanto, é que este, através principalmente do fornecimento de subsídios, assuma que “*tiene una deuda con los pueblos indígenas*” e ocupe o lugar que lhe corresponde nesse processo de reparação. Isso é reforçado quando compreendemos que, uma vez que o intuito da implementação de meios próprios de comunicação para a população indígena no país é a promoção de suas identidades e valores culturais através da democratização da palavra⁵⁴, é fundamental que, para além do status da legalidade, estes estejam também devidamente estruturados para

⁵⁴ Conforme a fala de Rodolfo Hamawi, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t9WP9FRprdE&t=150s>

que possam construir e seguir com seus próprios projetos comunicacionais. É nesse sentido, portanto, que, ao se perceberem financeiramente desamparados para a realização do Wall Kintun a partir do momento em que alcançam os espaços de direção e coordenação internos, seus integrantes passam a reivindicar a participação do Estado em seu financiamento.

Na primeira denúncia pública realizada em novembro de 2013 na *VI Audiencia Pública por la Ley de Medios* organizada pela Defensoría del Público em San Carlos de Bariloche, além de expor a trajetória do Wall Kintun até aquele momento relatando todos os conflitos passados com os representantes governamentais, Deolinda e os demais membros da emissora se manifestaram como *“un grupo de gente que trabaja sin tener un sueldo”* em um *“canal de televisión sin cámaras, sin máquinas para editar, es un espacio vacío”*⁵⁵. Assim, ao evidenciarem as condições estruturais do canal após quase um ano de sua inauguração, foram reivindicados *“el mejoramiento de la calidad y alcance de la señal, la gestión de recursos para equipamiento del canal, la capacitación en materia audiovisual y filosofía mapuche de quienes conforman el proyecto”*⁵⁶ e seu financiamento através da aplicação do artigo 97 da LSCA – a partir do qual foi criado o FOMECA⁵⁷.

Como vimos, alguns meses depois, em meados de 2014, os fundos concursáveis chegaram à emissora e, apesar de impulsionarem a realização do informativo Muley Zungu como primeiro produto audiovisual de produção própria transmitido na programação do Wall Kintun, não foram suficientes para cessar a instabilidade estrutural do canal. Assim, a necessidade de recursos que garantissem sua continuidade enquanto meio de comunicação de povos originários foi evidenciada ao longo do tempo de maneira que no final de 2015 as cobranças passaram a ter como foco a aplicação do artigo 152 da LSCA.

Em novembro de 2015, um mês após a interrupção do Muley Zungu por falta de recursos que o sustentassem, a então equipe do Wall Kintun decidiu realizar uma ocupação na sede da AFSCA na cidade de Bariloche para que suas

⁵⁵ Trechos da denúncia disponível em: <http://ajitamos.blogspot.com/2013/11/wall-kintun-tv-denuncio-funcionarios-en.html>

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Conforme a Resolución 6673 (Disponível em: <http://www.enacom.gob.ar/multimedia/files/reglamento-general-fomeca.pdf>)

reivindicações fossem escutadas. De acordo com Deolinda em entrevista ao canal comunitário Conexión Bariloche⁵⁸, até aquele momento “*no nos han atendido en innumerables notas que hemos enviado, innumerables informes, hemos mandado e-mail, hemos llamado telefonicamente al presidente del INAI (...)*”, o que, por sua vez, motivou a ação e exposição públicas de suas demandas. Estas são explicadas também por Deolinda nessa mesma entrevista:

(...) lo que estamos pidiendo es que se cumpla la ley. Ellos siempre nos hablan de que por medio de los FOMECAs es que nosotros tenemos acceso a presupuesto del Estado, pero nosotros dentro de la Ley de Medios no somos un medio comunitario sino que somos un medio de comunicación de pueblos originarios, que tiene el mismo rango que tanto las iglesias catolicas como las universidades publicas. Entonces tenemos un tratamiento por decir así especial dentro de la Ley de Medios que hace que tengamos que tener acceso a un financiamiento del Estado. (...) y bueno eso es lo que nosotros estamos pretendiendo hoy, que Martin Sabbatella se haga presente y que nos de una respuesta de lo que, de la Ley de Medios, del artículo 152.

Foto 5 – Membros do Wall Kintun ocupam sede da AFSCA

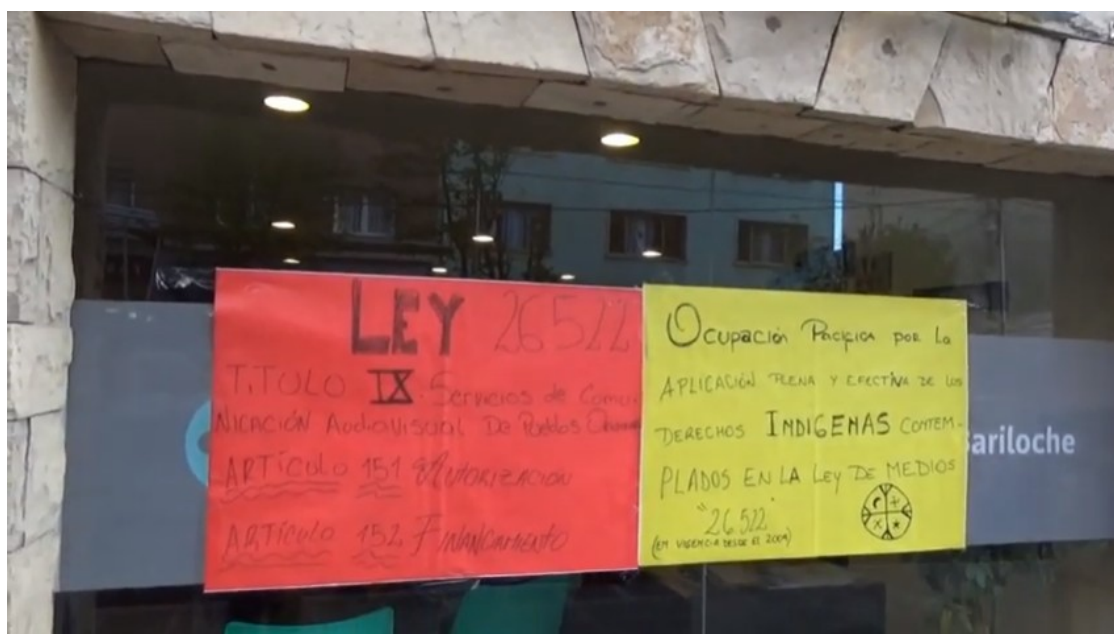


Foto: Conexión Bariloche TV

Com a aplicação do artigo 152 como foco, a ocupação do escritório evidenciou publicamente, portanto, a instabilidade financeira e estrutural do canal, assim como a ausência estatal tanto no acompanhamento de sua construção quanto na emergência de sua participação no fornecimento de subsídios. Dessa forma, tais reivindicações foram direcionadas especialmente à AFSCA e ao INAI para que,

⁵⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ms-tjp8RGfE>

segundo Deolinda, estas, enquanto organizações governamentais atuantes em políticas públicas respectivamente nas áreas de comunicação e direitos indígenas, *“entiendan para la situación que estamos viviendo en el canal hoy, que es una situación crítica donde hay gente que viene está todo el día y ni siquiera cobra un peso”*.

4.2.2 Processo de estabilização

4.2.2.1 Colaboração – *Cuando empiezan a prestarnos atención*

No ano de 2014, após sua primeira denúncia pública na audiência promovida pela Defensoría del Público em Bariloche, o Wall Kintun passou a receber alguns auxílios financeiros e capacitações da AFSCA e da Defensoría, a partir dos quais, conforme conta Oscar, *“nosotros aprendimos a hacer proyectos de comunicación, armar un proyecto de un programa de televisión informativo, o proyectos de micros, cortos, para elaborarlo nosotros”*, e que, além disso, viabilizaram a compra de uma câmera e uma ilha de edição, e, conseqüentemente, a realização de sua primeira produção própria transmitida diariamente em sua grade. Sobre isso, Deolinda relata que

(...) cuando empieza AFSCA a prestarnos atención, que larga los FOMECAs, que ahí empezamos como a dar vuelta muy despacito. El Ministerio del Trabajo nos ofrecía un proyecto de fortalecimiento institucional que nos daba un incentivo para la gente que estuviera trabajando de 700 pesos en ese momento. Nos daba 700 por mes para cada uno, era como un viático. Y AFSCA que nos daba por decir así capacitación, la Defensoría del Público también, y ahí como que empezamos a remar muy despacito. Vinieron algunos FOMECAs grandes a fines de 2014 que pudimos sostener el noticiero hasta octubre de 2015.

Assim, apesar de o relançamento oficial da emissora ter sido celebrado ainda com a presença dos representantes estatais em abril de 2013, o início concreto de suas atividades enquanto realizadora e emissora televisiva foi justamente quase dois anos mais tarde em decorrência da chegada de tais recursos.

Com a paralisação da realização do Muley Zungu em outubro de 2015 quando já não havia mais recursos para financiá-la, o Wall Kintun só voltou às

atividades televisivas no ano de 2017. Após passarem pouco mais de um ano sem produzir nenhum conteúdo audiovisual, nos primeiros meses eles receberam mais um FOMECA que possibilitou a compra de novos equipamentos e a melhoria da estrutura de seu escritório e estúdio. Com isso, em junho daquele mesmo ano, portanto, foi possível reestrear o informativo já com uma nova identidade visual e um novo cenário.

Além dos fundos concursáveis, o que tem auxiliado na manutenção do Wall Kintun até o momento tem sido as pautas publicitárias do município e o espaço emprestado pela província para sediar a emissora. Além disso, com a parceria realizada com a Subsecretaria de Cultura de San Carlos de Bariloche foi realizado no segundo semestre de 2017 o Ciclo de Cine Indígena, estreado no mês de junho com a exibição dos filmes *Historia de lucha del pueblo Pijao del sur del Tolima - El Camino del Hombre Rojo*⁵⁹, *K'amol B'ey – Autoridad Maya*⁶⁰ e *Aylla Rewe Budi – Rewe Nguiñiwe*⁶¹.

(...) hay un espacio acá que llama Espacio INCAA, donde es una sala de cine acondicionada que es parte también de la política del Estado y donde eso ahora depende de la Subsecretaría de Cultura del municipio. Bariloche se declaró hace como dos o tres años como municipio intercultural. A partir de una ordenanza ellos, o por lo menos el municipio, se comprometió a avanzar en políticas que tengan que ver con el respeto a la diversidad y a los pueblos indígenas, al derecho indígena. (...) Entonces a nosotros nos pasan la sala gratis la Subsecretaría de Cultura y nosotros generamos espacios gratis. (Oscar)

Com exibições de filmes indígenas uma vez por mês às quartas-feiras na sala de cinema Espacio INCAA – vinculada ao Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales e sediada em Bariloche na Escuela Municipal de Arte La Llave, o Ciclo de Cine Indígena foi realizado até dezembro de 2017. Através dele foram exibidos documentários da programação do Wall Kintun com entrada gratuita aberta ao público geral onde além das exibições se realizavam também debates. Dois meses antes, em agosto do mesmo ano, ocorreu ainda o reconhecimento do Wall Kintun enquanto importante agente na promoção, defesa e exercício do direito à

⁵⁹ Direção e produção de Luz Yamyle Ramírez Ortiz, Colômbia, 2011.

⁶⁰ Direção de produção de Victorino Tejaxún e Lagun Artean, Guatemala, 2011.

⁶¹ Realização de Gerardo Berrocal e Juan Rain, produção de ADKIMVN Cine y Comunicación Mapuche e Lafken Ñy Zugin, Wallmapu, 2014.

comunicação pela Defensoría del Público, conforme já explicado no primeiro capítulo.

Assim, se a ausência estatal impactou na desestabilização estrutural do Wall Kintun, é possível dizer que, paralelamente, sua presença, através do fornecimento de condições básicas para a continuidade da emissora, teve relevante papel na atenuação dos obstáculos encontrados em sua realização assim como no impulsionamento mínimo das atividades do canal.

4.2.2.2 Reconstrução – Volvimos a respirar de vuelta

Cinco anos e meio desde a inauguração do Wall Kintun, hoje seus atuais integrantes se percebem em um processo de reconstrução. Nas palavras de Oscar, *“estamos en un proceso de reacomodamiento, nos estamos acomodando a la situación. Estamos saliendo de una situación de incertidumbre, una situación de abandono y de negación”*. Isso se deve especialmente à participação do poder público no provimento de recursos financeiros – posterior às reivindicações públicas dos integrantes do Wall Kintun – que viabilizaram a aquisição de equipamentos digitais e a melhoria estrutural de sua sede e estúdio ainda emprestados pela província de Río Negro. Em outras palavras, um mínimo suporte financeiro estatal viabilizou então a estruturação básica do canal para que este, a partir de seu desempenho mínimo enquanto emissora televisiva, pudesse se reorganizar e iniciar sua reconstrução.

Logo, é notável que, assim como a entrega do primeiro FOMECA no final de 2014 impulsionou a realização do Muley Zungu como sua primeira produção audiovisual própria, a chegada de outro FOMECA no início de 2017, após pouco mais de um ano de suas atividades paralisadas devido ao esgotamento desse recurso, possibilitou ao Wall Kintun não só retomar a realização de seu informativo, mas também estrear um novo programa próprio em maio de 2018 – o Nutramkan.

Assim, após todos os processos descritos e discutidos até aqui, atualmente a programação do Wall Kintun é composta então por dois programas de

realização própria, além de documentários e videoclipes musicais mapuche e indígenas, e materiais com temáticas culturais diversas cedidos pelo Banco Audiovisual de Contenidos Universales Argentino (BACUA), pelo Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), e por produtoras e cooperativas diversas.

É importante destacar que além da consolidação gradativa de sua programação, tal impulsionamento viabilizou pela primeira vez, no segundo semestre de 2017, a expansão das atividades do Wall Kintun para além da transmissão televisiva. Assim, a exibição pública e gratuita de conteúdos audiovisuais da grade da emissora e a discussão da cultura e identidade mapuche ocorreu não só com o Ciclo de Cine Indígena, mas, paralelamente, nesse mesmo período, através da participação do canal na V Fiesta de la Palabra promovida no mês de outubro também pelo poder público municipal.

Foto 6 – Participação do Wall Kintun na Fiesta de la Palabra



Fonte: Bariloche 2000 – Diario digital de San Carlos de Bariloche⁶²

⁶² Disponível em: <https://www.bariloche2000.com/noticias/leer/gran-cantidad-de-actividades-en-el-marco-de-la-fiesta-de-la-palabra/110442>

Com a utilização da internet como ferramenta de difusão de seus conteúdos é possível dizer ainda que a expansão das atividades do Wall Kintun tem sido realizada não só a nível local, mas também de forma mais ampla, transcendendo, assim, o próprio território argentino. Desse modo, desde meados de 2017 podemos encontrar grande parte das edições do Muley Zungu e dos episódios do Nutramkan – La conversación Mapuche disponíveis online na plataforma de vídeos *YouTube*, bem como divulgados tanto na página oficial do canal *wallkintun.com* quanto no *Facebook*.

Assim, é necessário compreender que tal amplificação da presença do Wall Kintun em numerosos espaços só é possível através da estabilização estrutural da emissora, de maneira geral, mas especialmente técnica. Sobre isso, Oscar comenta:

Hoy por hoy nosotros necesitamos generar condiciones de estabilidad en el canal. Por ejemplo, estabilidad técnica, lograr que el canal pueda verse mejor, en más lugares, que pueda subirse a la Televisión Digital argentina, que pueda incluirse en un cable de televisión donde otras personas puedan acceder al canal. Por otro lado, está la idea de armar una página web y de incorporar más gente.

Podemos compreender, portanto, que a partir da estruturação básica da emissora aliada à consolidação gradual de suas atividades, seus integrantes podem, assim, projetar um futuro para o canal tendo em vista seus anseios de que este chegue cada vez mais a um maior número de pessoas. Nesse sentido, ao lembrar que no início da emissora o sinal de sua transmissão era de baixa qualidade e tinha pouco alcance devido à precária estrutura de que dispunha, Deolinda reafirma a importância da conquista, ainda que aos poucos, de uma estabilidade técnica mínima oriunda do necessário suporte financeiro estatal na expansão desejada:

Bueno, y ahora con lo que hemos ganado de equipamiento hemos mejorado la señal a un 100%, todo mundo nos ve, nos felicitan por el noticiero en toda la ciudad. Y ahora lo que estamos viendo es el de tema de la página web, si lo podemos hacer por internet para que salga por internet. Ahora lo que nos falta es que nosotros tenemos bien decidido poder hacer el noticiero en vivo, porque viste que nosotros como que nos falta todavía para hacer en vivo. Bueno, y ahí las cámaras ya las tenemos, el play out ese que sirve para que podamos salir en vivo, y falta adaptar la página a eso para que ya pueda salir la programación nuestra en internet.

Em sua fala, Deolinda expõe ainda a meta de realizar o informativo Muley Zungu ao vivo, e não mais gravado. Diante disso, é interessante observar que pouco mais de cinco anos depois da inauguração do Wall Kintun, os planos traçados por seus integrantes para a consolidação do canal ainda dizem respeito a aspectos do funcionamento básico de uma emissora televisiva privada ou estatal atualmente. Isso reforça o quanto o fator econômico – principal diferença estrutural entre estas emissoras e um canal comunitário ou de povos originários – interfere fundamentalmente na efetivação das atividades que constituem um meio de comunicação social.

A consolidação de sua estrutura e atividades está relacionada também às comunidades mapuche. De um lado, para que se possa ampliar tanto quantitativa quanto espacialmente suas produções, o que se vislumbra atualmente é que com o apoio do poder público se possa agregar mais trabalhadores à equipe que, hoje em dia, é composta ao todo por seis pessoas. De outro, paralelamente, podemos vislumbrar a reconstrução da relação do Wall Kintun com a população mapuche da região. Segundo Deolinda, do 7D aos dias atuais, a relação do canal com as outras comunidades mapuche “*cambió un 100%*”.

Se, conforme afirma Oscar, antes o canal não era sequer visto, hoje há um envolvimento dessas comunidades com o Wall Kintun inclusive na sugestão de pautas e convites para participação em suas atividades políticas e culturais.

a nosotros nos invitan acá a ceremonias de machi, nos invitan a Wiñoy Tripantu porque es la celebración del mal llamado Año Nuevo Mapuche. A nosotros siempre nos tienen en cuenta. Incluso antes la gente que no veían el canal y ahora lo ven el canal, la gente mapuche ve el canal. Las comunidades, las organizaciones, la gente mapuche que vive en la ciudad ve el canal, y hasta a veces nos recomienda, o a veces cuando no sale el canal o no sale en el noticiero nos escriben, nos preguntan por qué no sale en el noticiero. Porque están atentos en lo que pasa. Y nos avisan cuando viene gente y de esa manera nos dan temas para que nosotros podamos hacer notas y que puedan estar incluidos en el noticiero. (Oscar)

Sobre isso Deolinda comenta também a respeito das mudanças ao longo desse processo de reorganização e consolidação desde o esvaziamento até o momento atual, onde tem sido possível avançar “*un montón en equipamiento, en la*

señal, la gente que nos sigue” e, então, como consequência, “en la calle nos veen y dicen que está muy bueno lo que hacemos, que se ve re bien la señal, que es re lindo lo que pasa (...).”

Em vista disso, podemos afirmar que é através também dos vínculos entre os próprios mapuche que tal reestruturação tem sido realizada. É nesse sentido que Oscar explica que *“entonces nosotros sabemos ordenarnos, sabemos lo que queremos, sabemos hacia donde vamos y con quienes lo vamos a hacer”*, ao ressaltar a cultura mapuche como eixo norteador de suas posturas políticas e formas de conduzir o Wall Kintun. Isso significa que a reorganização do canal se insere ainda em um processo de resistência, pois, conforme aponta também Oscar:

Y si nosotros queremos hacer un camino diferente de comunicación es a partir de nuestra cultura. Y para eso tenemos que defenderla de cualquier persona que venga con otra postura occidental a discutirnos a nosotros, a enseñarnos a nosotros como tenemos que hacer comunicación.

É importante frisar, portanto, que, se por um lado, na prática, o início das atividades do Wall Kintun enquanto emissora televisiva só foi possível a partir da colaboração estatal com recursos financeiros e estruturais mínimos para o seu funcionamento, por outro, na trajetória do canal traçada até aqui, tal contribuição veio justamente como resposta às reivindicações de seus membros relacionadas à autonomia de um meio de comunicação de povos originários.

(...) que nosotros no podemos depender de un gobierno y que nuestra suerte no está librada a la decisión de un gobierno, sino que está librada a la decisión nuestra. Si el canal está ahora en pie, si el canal está afianzándose mejor en lo estructural, en lo técnico, en lo económico, en equipamientos, en la gente que está ahí, es porque fue por la decisión nuestra, no porque un gobierno quiso que nosotros sigamos, sino porque nosotros decidimos que íbamos seguir como canal. (Oscar)

Assim, podemos compreender que a reivindicação da participação *winka* enquanto fornecedora de subsídios e estrutura mínimos para a existência do Wall Kintun se deve precisamente a um reconhecimento da estrutura política e econômica na qual ele se insere, além do contexto histórico e social que tanto o antecede quanto o permeia. Dessa forma, seu principal elemento norteador está

necessariamente atrelado ao significado do Wall Kintun para seus membros enquanto um “*proyecto de comunicación propio*”⁶³.

4.3 AVKIN – NOSOTROS SI TENEMOS VOZ

Porque hoy por hoy se dice: “Los pueblos indígenas no tienen voz, hoy hablan los sin voz”. Y nosotros decimos: Nosotros sí tenemos voz. Lo que no teníamos era la posibilidad de darnos a conocer o que la gente escuche o vea nuestra voz, pero nosotros sí tenemos voz. Nosotros no necesitamos que nadie hable por nosotros. Nosotros sí tenemos cosas para decir, sí que tenemos cosas para comunicar.

Esta fala de Oscar nos leva a uma parte fundamental de toda a história do Wall Kintun: a urgência de falar com a própria voz tal qual a emergência de ser escutado. No contexto geral do canal, tal aspecto surge claramente como a própria razão de sua existência, mas também nas relações que compõem e compuseram todo o seu processo de construção.

Antes de nos debruçarmos sobre esse ponto especificamente na trajetória da emissora, no entanto, é necessário destacar que, evidentemente, anos antes de sua criação, durante a própria elaboração da LSCA as dinâmicas em torno dessa questão fundamentavam e permeavam também o desenvolvimento desse processo. Isso porque, se por um lado a criação da nova regulamentação foi resultado de uma demanda de inúmeros grupos e organizações da sociedade civil sobre o acesso legal a meios próprios de comunicação social, por outro, a inserção dos pontos correspondentes especificamente aos povos originários só aconteceu cinco anos após sua primeira elaboração e um ano depois de sua inserção à agenda de prioridades do governo nacional. Dessa forma, a inclusão dos povos originários enquanto sujeitos de direito à comunicação tal qual os demais grupos da sociedade civil – considerando, porém, suas particularidades enquanto população indígena –, só se efetivou, então, quando grupos de comunicadores indígenas tiveram acesso ao projeto e identificaram a ausência de pontos que os contemplassem, elaborando, assim, a proposta de uma “*comunicación con identidad*”. Conforme nos lembra Oscar,

⁶³ Oscar.

Se empezó a generar una discusión, un debate a nivel nacional donde se involucraba las Abuelas de Plaza de Mayo, los organismos de derechos humanos, la iglesia católica, todos empezaron a hablar y debatir como sería la ley. Pero no los pueblos indígenas. O sea, los pueblos indígenas como que siempre fueron los últimos, siempre fueron los negados de la historia.

Oscar explica e contextualiza a ausência dos povos originários em quase toda a construção da LSCA através da histórica exclusão dessa população da participação política no contexto argentino de maneira geral. Nessa mesma direção, vale lembrar ainda que um semelhante distanciamento também acerca do processo de elaboração da LSCA foi evidenciado na experiência relatada por Deolinda e Salvador ao contarem que ambos só tiveram conhecimento acerca da regulamentação tempos após a nomeação da comunidade Buenuleo como titular legal da primeira emissora televisiva de povos originários no país. Por outro lado, é interessante observar que ainda que eles não estivessem envolvidos e não tivessem informações sobre as políticas comunicacionais que lhes diziam respeito enquanto pertencentes à população indígena na Argentina, a necessidade de ter um meio próprio de comunicação social já se mostrava urgente diante do contexto de conflitos territoriais que viviam as comunidades mapuche da região. Sobre isso, Deolinda relata que *“para poder difundir a toda la gente lo que estaba pasando, los conflictos que tenían los Mapuche”* a criação de uma rádio se fazia crucial, pois *“(...) no salía a la luz... Era como que siempre estábamos en una pelea constante por la lucha y resulta que nadie escuchaba, entonces salta la idea de una radio”*.

É nesse contexto, então, que o conselheiro do CODECI apresenta à comunidade Buenuleo a possibilidade de possuírem seu próprio canal televisivo e, assim, através dele, transmitirem e divulgarem o que julgassem necessário enquanto povos originários. *“Entonces ahí la comunidad acepta por estar de la personería jurídica para que se baje un medio de comunicación para que podamos difundir”*, relata Deolinda. Dessa forma, podemos compreender que a expectativa daqueles que seriam os responsáveis legais da emissora era de que esta tivesse, em primeiro lugar, a função de amplificação e disseminação de suas perspectivas acerca do contexto em que viviam. Ou seja, ao aceitar a proposta do Estado, esta comunidade projetava o Wall Kintun, desde o princípio, como uma ferramenta através da qual seus membros pudessem falar por meio de suas próprias vozes.

Assim, é interessante observar de que maneira essa ferramenta de comunicação é utilizada atualmente por seus integrantes em um contexto de amadurecimento e consolidação do canal. Na realização do seu informativo *Muley Zungu*, por exemplo, visto, nas palavras de Oscar, como um espaço para “*plasmear o a dar a reconocer la postura política del canal*”, a ideia é transmitir através dele “*que tipo de comunicación queremos, y para quien es esa comunicación*”. De forma que o Wall Kintun, de maneira geral, significa então a possibilidade de mostrar à sociedade sua particularidade enquanto meio de comunicação mapuche, assim como a possibilidade da realização de uma comunicação feita por sujeitos originários “*que podían usar cámaras, que podían editar, que podían presentar noticias, que podían escribir, que podían también hacer comunicación al igual que otros periodistas, que otros medios*” (Oscar).

Ao longo do processo de construção do canal, no entanto, com o conflito entre as perspectivas mapuche e *winka* especialmente no processo de exclusão que marcou parte de sua trajetória, esse aspecto pode ser observado nas dinâmicas próprias do processo, como uma espécie de etapa que antecedeu a utilização efetiva do canal como ferramenta comunicativa própria. “*Entonces nosotros sólo como canal con la lógica mapuche teníamos que discutir con todos esos espacios que no entienden la cultura mapuche, no entienden los pueblos originarios, no los conocen*”, conta Oscar. Assim, uma das maneiras encontradas por seus membros mapuche para que naquele contexto pudessem falar com suas próprias vozes acerca do que viviam ali dentro foi se manifestar publicamente, como na denúncia pública de 2013 e na ocupação da sede da AFSCA em 2015, já discutido no subitem 4.2.1.3 deste capítulo.

Sobre esse período, é importante enfatizar que no início da presente pesquisa, ao buscar as primeiras informações acerca do Wall Kintun em meados de 2015, foram identificados dois momentos principais pautados em matérias jornalísticas e textos publicados em blogs: a inauguração da emissora no 7D e a denúncia realizada na audiência promovida pela Defensoría del Público. Alguns meses depois a ocupação da sede da AFSCA surgiu como um terceiro momento de destaque nos assuntos relativos ao Wall Kintun com maior cobertura, ao menos online. Isso aponta para um dos resultados possivelmente pretendidos com as ações que constituem os dois últimos momentos: evidenciar suas

perspectivas acerca do processo que viviam através de reivindicações que gerassem um longo alcance, uma vez que com o canal paralisado ele mesmo não poderia cumprir essa função.

Uma outra maneira encontrada de se explicitar a partir de suas perspectivas os problemas que enfrentavam na implementação do Wall Kintun foi através da comunicação com as próprias comunidades mapuche locais:

(...) empezamos a ir a las comunidades Quijada, los Tacul Cheuque, a la Ranquehue., y después a algunas organizaciones, a la Ruka, a diferentes lugares contando. Después hicimos un parlamento acá contando a todas las comunidades que pudimos, contando lo que había pasado (...). (Deolinda)

Paralelamente, é interessante observar que dentro desse processo, ainda que a intenção inicial dos integrantes do Wall Kintun fosse explicar a situação àqueles mapuche que não participavam da realização do canal, segundo as narrativas presentes nesta pesquisa o que se traçou com esse contato foi um diálogo entre os grupos. Isso significa que ao mesmo tempo foi aberto então um espaço para que os integrantes dessas outras comunidades pudessem também falar: *“Por un lado eso, empezamos a hablar con la gente, empezamos a discutir y a plantear. Y la gente nos empezaba a hablar a nosotros, y a acompañar pero también a decirnos cosas de como teníamos que ir nosotros”*, conta Oscar.

Esse aspecto vai de encontro à compreensão da emissora enquanto espaço de fala para os mapuche evidenciada, por exemplo, no comentário de Salvador quando este afirma que o canal *“está abierto para quien quiera expresar sus cosas”*, ao se referir justamente à aproximação gradativa das comunidades mapuche locais com o Wall Kintun. Nesse mesmo sentido, Oscar projeta também a amplificação dessa participação como um dos propósitos futuros para a emissora:

La idea es en algún momento empezar a formar gente mapuche que genere contenidos propios. La idea es en algún momento que comunidades mapuche, organizaciones mapuche de Neuquén, de Río Negro, de Chubut, empiecen a ellos armar programas mapuche de acuerdo a su propio interese y que eso empiece a reflejarse dentro del canal.

Segundo Oscar, a partir desse envolvimento e, conseqüentemente, da variedade de “vozes, posturas e formas de compreensão do mundo”⁶⁴ transmitida pelas diversas histórias contadas por tais sujeitos através dessa ferramenta audiovisual, a pluralidade do próprio povo Mapuche seria refletida no Wall Kintun.

(...) lo importante ahí es el proyecto de comunicación del pueblo Mapuche, y que en algún momento el pueblo Mapuche tiene que hacerse parte de eso, involucrarse, meterse adentro de ese proyecto y reflejarse en ese proyecto. Y que todo lo que la gente vea, vea ese pueblo, y que ese pueblo todo lo que ve ahí en la televisión es lo que ese pueblo quiere contar.
(Oscar)

Considerando, então, o contexto histórico, político e social em que se insere tal necessidade, onde “falar é antes de tudo deter o poder de falar” (Clastres, 2014), e através da perspectiva dominante os mapuche são apresentados por olhares exteriores,

Hay que abrir espacio, hay que generar espacios, hay que meter en la sociedad el tema mapuche. Pero nosotros meter a los mapuche, no que ellos como pasa ahora con los grandes medios de comunicación, como pasa con el gobierno nacional, que habla de los mapuche pero el lado de la criminalización, que habla de los mapuche planteando que nosotros somos terroristas, que habla de los mapuche tratando de descalificar y tratando de justificar todas las represiones, el encarcelamiento y la negación y el racismo que existe. Eso es lo que pasa por un lado, digamos. Nosotros decimos que los espacios los tenemos que generar nosotros, empezar a hablar y empezar a diversificar. (Oscar)

De maneira geral, é possível vislumbrar, portanto, o Wall Kintun, assim como a experiência de seus integrantes ao longo de sua construção, inevitavelmente atrelados à emergência de uma autonomia comunicativa, por meio da qual, para que se possa falar de fato com a própria voz é reivindicada primeiramente uma participação ativa nesse processo.

4.3.1 Outras histórias, nossas histórias

⁶⁴ “Y a que en el canal, la gente que ve el canal, vea la riqueza y la diversidad que tiene el pueblo mapuche. La diversidad de voces, de posturas, de formas de entender, de comprender”. (Oscar)

Entonces de manera progresiva, de a poquito, nosotros vamos planteando la línea editorial o el proyecto de comunicación del pueblo Mapuche. Por eso todos contenidos que salen en el canal están ordenados de acuerdo con criterio mapuche o a la lógica mapuche que nosotros tenemos de relación y de entender las cosas. Entonces todo el contenido que hay en el canal también tiene que ver a esa evaluación que nosotros hacemos, qué sí queremos que esté en el canal y qué es lo que no queremos que esté en el canal. (Oscar)

Acerca da autonomia a que se refere Oscar sobre a escolha dos conteúdos que constituem a programação do Wall Kintun, convém delinear os assuntos que têm espaço no canal a fim de compreendermos sobre o que se quer falar por meio de uma emissora televisiva própria. Partindo desse ponto, nos seguintes parágrafos serão apontados e discutidos os temas evidenciados como prioritários na grade do Wall Kintun a partir das narrativas presentes neste trabalho.

De maneira geral, é possível dizer que, assim como no relato de Oscar sobre ele quando criança ter aprendido “*que nosotros eramos diferentes, y que veníamos de otra historia*” através das memórias de sua família muitas vezes narradas por sua avó e sua mãe, no contexto do Wall Kintun o que se pretende abarcar são também histórias socialmente invisibilizadas ou inferiorizadas e, conseqüentemente, compreendidas como “outras”. Estas, portanto, se constituem como tal não só por se tratarem de histórias não contadas na e pela sociedade argentina não mapuche, mas também por, uma vez narradas pelos sujeitos que as constituem, passarem a ser visibilizadas a partir de outras versões sobre episódios e existências usualmente narrados pela perspectiva *winka*.

Entonces tiene como mucho contenido audiovisual basado en los derechos humanos, en la profundización de la democracia, y también en la búsqueda de dar a conocer otros lenguajes y otras realidades también que suceden en Argentina y en el continente. Porque si uno ve los grandes medios de comunicación, lo único que va ver es lo que pasa en Buenos Aires. Y uno viene del interior del país, vive en la cordillera, vive en la meseta, vive en el mar, vive para el norte, para el sur, para lo que sea, y a veces ve cualquier canal de televisión y hay paro en Buenos Aires del Subte, entonces todos los días están hablándonos de Subte y nosotros acá no tenemos Subte. Entonces la gente nos imponen [sic] su forma de vida y nos hacen creer que esa es la vida, esa es la realidad. Y en el interior del país, en todo el país hay muchas formas y criterios y tradiciones y realidades culturales diversas. Entonces buscamos eso, que el canal pueda reflejar esa diversidad. (Oscar)

Considerando a emergência histórica dos Mapuche, de maneira geral, assim como daqueles que compõem atualmente o Wall Kintun, de colocarem

em evidência suas próprias perspectivas acerca de seus processos, notoriamente, conforme afirma Deolinda, *“lo primero y fundamental es difundir lo que pasa en nuestro pueblo”*. Dessa forma, a fim de visibilizar seus processos históricos, políticos e culturais surge a necessidade de, através da comunicação social como ferramenta, reverter em alguma medida um cenário em que suas memórias são menosprezadas e, assim, nas palavras de Oscar, *“empezar a discutir de alguna manera políticamente de todo lo que dicen de nosotros. Que nosotros decimos: ‘Nosotros no somos eso, nosotros somos eso’”*.

Logo, ter um meio de comunicação próprio significa não só falar com a própria voz, mas falar também sobre si para uma *“sociedad que es racista, a esa sociedad que discrimina, esa sociedad que es negadora”* (Oscar). Desse modo, ao indicar a opressão, a discriminação e o racismo como fatores presentes nas relações estabelecidas pela sociedade *winka* diante dos povos indígenas no país, Oscar aponta a ignorância acerca dos Mapuche como fator crucial nessa construção. Para ele, através da difusão de suas histórias por seus próprios sujeitos é que a sociedade não indígena pode passar a *“valorar la riqueza”*, *“la dignidad”* e *“por sobretodo la capacidad de respetar todas las vidas”* intrínsecos aos povos originários.

La sociedad en sí ya es intercultural, pero la interculturalidad que existe es la cultura occidental oprimiendo al resto de las culturas. Y dentro de esa opresión nosotros somos los oprimidos. Entonces nosotros decimos: Hay que cambiar la relación de interculturalidad. La interculturalidad comienza a partir de un respeto, la interculturalidad comienza a partir de que la sociedad argentina tiene que conocer los pueblos indígenas para respetarlos. Nadie puede respetar algo que no conoce. Y eso es lo que pasa con esta sociedad. Esta sociedad ignorante, esta sociedad no conoce a los pueblos indígenas, no conoce su cultura, no conoce su filosofía y no conoce la parte del mundo donde están viviendo, no entienden la naturaleza y no se entienden siquiera a sí misma esta sociedad. (Oscar)

Ainda nesse mesmo contexto, paralelamente, a emergência da visibilidade das memórias e cultura mapuche surge direcionada também aos próprios mapuche, de forma que estes passem a se reconhecer e se identificar com elementos que os caracterizem como tal.

Y que en la manera que nosotros sigamos pensando el canal y viviéndolo como mapuche vamos a lograr que todos los mapuches que hoy sienten

vergüenza, que tienen miedo, que no se reconocen como mapuche empiecen a ver, y a ver rostros, a ver imágenes, a ver silencios, a ver posturas, a ver, a escuchar sonido que identifiquen, que sientan que las personas que están viendo se sientan reflejados en esas personas, sientan identificados con esas personas, con esa lucha, con esa cultura. (Oscar)

Falar de suas próprias histórias enquanto povo Mapuche significa, portanto, falar de toda uma cultura cuja visibilização representa, na construção do Wall Kintun, um caminho para sua valorização através da transformação gradativa da maneira de compreender e se relacionar com os elementos que a constituem, tais como sua espiritualidade e concepções políticas próprias, por exemplo.

Assim, outro componente da história mapuche nos contextos argentino e chileno evidenciado como aquele que deve necessariamente ser pautado em um meio de comunicação próprio é seu processo de luta. *“Nosotros como medio creemos que la prioridad hoy es dar a conocer la lucha, es dar a conocer los conflictos, es dar a conocer la demanda de lucha”*, afirma Oscar. Tal aspecto é trazido também por Deolinda ao comentar sobre as expectativas da comunidade com a inauguração do Wall Kintun acerca de sua finalidade de difundir *“las cosas que estaban pasando en el campo que era lo que, la idea de, era para lo que se lo había creado”*.

Simultaneamente, esse fator se mostra presente também no que se refere à abertura de espaço no Wall Kintun para as demandas políticas e sociais de outros povos indígenas e organizações da sociedade civil. Da mesma forma que Salvador sinaliza a característica comunitária pretendida para o canal de maneira que o direcione a *“ser comunicador entre los pueblos indígenas”* tanto quanto a ser também um espaço para *“comunidades bolivianas, paraguayas, brasileras, todo”*, Oscar explica que

En el canal hay espacio para las “minorías” –entre comillas minorías. Entonces todo lo que el sistema winka occidental margina, niega, rechaza, invisibiliza, si es justo, digamos, tiene que estar en el canal. Si es lucha de derechos tiene que estar ahí. Si son las luchas de los pueblos tiene que estar ahí. El canal es un espacio que está a disposición de los pueblos, no solamente del pueblo Mapuche, sino del pueblo indígena, pero también del pueblo argentino y el pueblo chileno que también entendemos que son pueblos oprimidos. (Oscar)

A partir da explicação de Oscar é possível vislumbrar uma identificação entre mapuche e os *wenuy* por ele apontados enquanto grupos que sofrem e sofreram processos sociais similares diante da sociedade *winka*. Assim, de acordo com ele, se há outros grupos com demandas semelhantes de visibilização de suas narrativas “*para nosotros también tienen la misma importancia y el mismo valor que nosotros mismos también*”. Tal relação é exemplificada por Oscar com a cobertura realizada pelo Wall Kintun em torno da discussão da portaria Cupo Laboral Trans que prevê cotas de 4% das vagas de trabalho na administração pública de Bariloche para pessoas trans. Sobre isso, ele comenta que “*ese tipo de política de Estado nos interesa dar a conocer, fomentar y acompañar también*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de compreender as dinâmicas que compõem a trajetória, a implementação e a realização do Wall Kintun a partir das perspectivas e narrativas de três de seus atuais integrantes, quais sejam, Deolinda Buenuleo, Salvador Buenuleo e Oscar Moreno, a presente pesquisa buscou evidenciar aspectos de seu contínuo processo de construção através dos relatos dos colaboradores supracitados.

Assim, com o respaldo da história oral enquanto método (Meihy, 2005) e partindo de suas narrativas acerca de cada experiência vivencial relatada em torno da conformação do Wall Kintun, foi possível discutir três pontos principais evidenciados como intrínsecos à história da emissora: as relações de comunicação, identidade e território no contexto de sua construção; o processo de implementação da emissora e os impactos da perspectiva *winka* em sua conformação revelados nas relações entre seus integrantes mapuche e o Estado argentino; e, por fim, a urgência de se falar com a própria voz tal qual a emergência de ser escutado presentes na importância da existência de um canal de televisão próprio assim como em seu processo de construção.

Os aspectos da relação entre comunicação, identidade e território no contexto da realização do canal trouxeram à tona a ancestralidade de cada elemento a partir de sua preexistência no universo mapuche alinhada a formas, perspectivas e dinâmicas próprias e anteriores à sobreposição do Estado nacional argentino sobre o território de *Wallmapu*. Da mesma forma, pudemos perceber a mutualidade entre os três elementos no processo analisado, levando em conta a historicidade dos processos políticos e sociais mais amplos que os abarcam, assim como os fatores simbólicos e materiais pertinentes à dinâmica que eles integram.

Desse modo, a partir da negação, invisibilização e inferiorização à qual estão sujeitos historicamente os espaços, sujeitos e narrativas mapuche diante das ações e visões de mundo *winka*, o Wall Kintun, enquanto meio de comunicação mapuche, demonstra, então, a partir das narrativas aqui presentes, sua potencialidade como parte da construção de suas identidades e da defesa de seus territórios. Ao mesmo tempo, ele é vislumbrado como uma ferramenta comunicacional que atravesse o tempo para além dos sujeitos que hoje o

conformam, e, tal qual a própria identidade e o território na perspectiva mapuche, transcenda os indivíduos para que alcance o coletivo através de gerações.

Acerca de seu processo de implementação, foram identificados dois períodos principais caracterizados como *instabilidade* e *estabilização*. O primeiro compreende grande parte da história do Wall Kintun e caracteriza-se como tal pelos conflitos internos entre seus membros e pelas incertezas quanto à sua consolidação enquanto emissora televisiva de povos indígenas. Tais aspectos se relacionam, simultaneamente, ao antagonismo entre as perspectivas mapuche e *winka* presentes entre seus integrantes, especialmente nos primeiros meses de existência do canal, e à maneira como sua implementação foi conduzida pelo Estado. Os aspectos identificados como principais nesse período são o do *esvaziamento* e da *exclusão*, culminados em consecutivas *reivindicações*.

O aspecto do *esvaziamento* se revelou, por um lado, relacionado às questões estruturais do canal no que se refere às necessidades financeiras e à ausência de equipamentos técnicos básicos para o seu funcionamento, e, por outro, à ausência da própria perspectiva mapuche em seu processo de conformação. Assim, vislumbramos também a *exclusão* dos mapuche da comunidade titular da emissora enquanto sujeitos ativos nesse processo, pois, ao colocá-los no campo da passividade, assim como ao preencher os espaços de decisão com a perspectiva *winka*, o Estado argentino, através de seus representantes, acabou inviabilizando seus anseios e, conseqüentemente, gerando uma série de *reivindicações*. Estas, por sua vez, surgiram gradativamente, manifestadas interna e publicamente, relacionadas à ausência do Estado nas questões financeiras e estruturais da emissora, assim como à excessiva soberania estatal nas tomadas de decisão. Era reclamada, então, de maneira geral, uma autonomia na construção e realização do Wall Kintun.

O período de *estabilização*, por sua vez, compreende, por um lado, o aspecto da *colaboração*, com a presença estatal no impulsionamento mínimo das atividades do canal através do fornecimento de condições básicas para a continuidade da emissora, e, por outro, o da *reconstrução*, que diz respeito ao momento pelo qual ela passa com a reorganização de sua construção e realização, viabilizada pela *colaboração* estatal nos aspectos financeiros e estruturais. Assim, a programação do Wall Kintun tem crescido e se consolidado gradativamente, ao

mesmo tempo em que tem sido possível a expansão de suas atividades para além da transmissão televisiva.

O terceiro ponto evidenciado como intrínseco à história da emissora se refere à urgência de falar com a própria voz tal qual a emergência de ser escutado. No contexto geral do canal, tal aspecto surge claramente como a própria razão de sua existência, mas também nas relações que compõem e compuseram todo o seu processo de construção de maneira que pudemos vislumbrar o Wall Kintun, assim como a experiência de seus integrantes ao longo de sua construção, inevitavelmente atrelados à emergência de uma autonomia comunicativa, por meio da qual, para que se possa falar de fato com a própria voz é reivindicada, em primeiro lugar, uma participação ativa nesse processo.

Ao traçar a trajetória do Wall Kintun abarcando suas dinâmicas políticas e os aspectos de sua implementação e realização, sob perspectivas específicas que, dado todo o contexto histórico que discutimos no presente trabalho, dificilmente encontram espaços que reverberem suas vozes até que sejam escutadas, vislumbramos a composição de uma história até então limitada entre os sujeitos e no espaço. Aqui nos debruçamos sobre tais narrativas e pudemos ser confrontados com elementos de experiências vividas que podem colaborar para uma compreensão mais ampla acerca dos processos comunicacionais no contexto argentino no que diz respeito aos povos indígenas, mas, também, alicerçar futuros (ou presentes) processos de pesquisa, políticas públicas e/ou comunicação que entendam primordialmente os povos originários enquanto sujeitos de sua própria história.

No caso específico do Wall Kintun, vemos a possibilidade de trazer à tona tantas outras narrativas que o vivenciam sob outras perspectivas – como a população mapuche da região enquanto telespectadora ou que por ventura o utilize para expor suas demandas, por exemplo –, além de estudos voltados para o que o próprio canal tem comunicado através de sua programação e demais atividades para além do espectro televisivo.

REFERÊNCIAS

ARUGUETE, Natalia; KOZINER, Nadia. La cobertura mediática del “7D” en la prensa argentina. Aplicación de encuadres noticiosos genéricos a los principales diarios nacionales. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”**, v.7, n.1, p. 129-165, jan-jun 2014.

ALONSO, Ana María. The Politics of Space, Time and Substance: State Formation, Nationalism, and Ethnicity. **Annual Review of Anthropology**. EUA, n. 23, 1994.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ARGENTINA. Ley 26522 Servicios de Comunicación Audiovisual. 1ª ed. Buenos Aires: Boletín Oficial de la República Argentina, 2010.

BECERRA, Martín. Muda, tudo muda: Sistema de mídias e regulação na argentina contemporânea. **RCJ – Revista Culturas Jurídicas**, v. 2, n. 4, p 146-167, 2015a.

BECERRA, Martín. **De la concentración a la convergencia: Políticas de medios en Argentina y America Latina**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2015b.

BECERRA, Martín; LÓPEZ, Soledad Vanina. La contienda mediática. Temas, fuentes y actores en la prensa por el conflicto entre el gobierno y las entidades del campo argentino en 2008. **Revista de Ciencias Sociales, segunda época**. Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, n. 16, p. 9-30, 2009.

BRIONES, Claudia. Mestizaje y blanqueamiento como coordenadas de aboriginalidad y nación en Argentina. **RUNA, archivo para las ciencias del hombre**, v. 23, n. 1, p. 61-88, 2002.

BRIONES, Claudia. Construcciones de aboriginalidad en Argentina. **Société suisse des Américanistes / Schweizerische Amerikanisten-Gesellschaft**, v. 68, p. 73-90, 2004.

CANIUQUEO, Sergio. Siglo XX em Gulumapu: De la fragmentación del Wallmapu a la unida nacional Mapuche, 1880 a 1978. In: MARIMÁN, Pablo et al. **¡Escucha, winka! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2006, p. 129-217.

CAÑUQUEO, Lorena et al. Tierras, indios y zonas en la provincia de Río Negro. In: BRIONES, Claudia (Org.). **Cartografías argentinas: políticas indígenas y formaciones provinciales de alteridad**. Buenos Aires: Antropofagia, 2005, p. 109-137.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Editora Cosac Naify, 2014.

COALICIÓN POR UNA RADIODIFUSIÓN DEMOCRÁTICA. Hacia una nueva ley de radiodifusión. 21 puntos básicos por el derecho a la comunicación. 2004. (Disponível em:

<http://www.telam.com.ar/advf/imagenes/especiales/documentos/2012/11/509435587ec92.pdf>).

CÓRDOBA, Liliana. La Coalición por una radiodifusión democrática: regeneración del espacio público y ejercicio de ciudadanía. **Argumentos. Revista de Crítica Social**, 13, p. 133-157, outubro 2011.

DE CHARRAS, Diego; BALADRON, Mariela. Una mirada sobre la sentencia que confirmó la constitucionalidad de la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA) en Argentina. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 27, p. 37-47, 2014.

DELRIO, Walter et al. Del silencio al ruido en la Historia. Prácticas genocidas y Pueblos Originarios en Argentina. In: III SEMINARIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA “RECORDANDO A WALTER BENJAMIN: JUSTICIA, HISTORIA Y VERDAD. ESCRITURAS DE LA MEMORIA”. Buenos Aires: 2010, p. 1-25.

ENCUENTRO NACIONAL DE ORGANIZACIONES TERRITORIALES DE PUEBLOS ORIGINARIOS. Compilado Legislativo Derecho de los Pueblos Originarios. Buenos Aires, nov. 2015a. (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7mfpuFuTf3UY09vQWYxdVA3Q1E/view>).

ENCUENTRO NACIONAL DE ORGANIZACIONES TERRITORIALES DE PUEBLOS ORIGINARIOS. Pueblos – Naciones originarias en Argentina. 2015b. (Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7mfpuFuTf3UMjJ5bDg2RTc3YjA/view>).

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 11-26.

GUIÑAZU, Veronica Samanta; MARKS, Ana. De imposiciones y resignificaciones. Construyendo, habitando y narrativizando el territorio. In: V JORNADAS DE HISTORIA DE LA PATAGONIA, 2013, Comodoro Rivadavia.

GUTIÉRREZ RÍOS, Felipe. **We Aukiñ Zugu: Historia de los medios de comunicación mapuche**. 1ª ed. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent León Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990.

INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares e Viviendas 2010: Censo del Bicentenario. Pueblos originarios: región Patagonia. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, 2015.

KROPFF, Laura. Activismo mapuche en Argentina: trayectoria histórica y nuevas propuestas. In: **Pueblos indígenas, estado y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 103-132.

LENZ, Maria Heloisa. O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, no século XIX. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 543-560, outubro 2006.

MANZANELLI, Macarena Del Pilar. Los pueblos originarios y la democracia en Argentina: avances y desafíos. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 18, n.2, p. 103-114, jul/dez 2015.

MARIMÁN, Pablo. Los Mapuche antes de la conquista militar chileno-argentina. In: MARIMÁN, Pablo et al. **¡Escucha, winka! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2006, p. 53-127.

MARINO, Santiago; MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. O processo de regulação democrática da comunicação na Argentina. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 104-113, novembro 2010.

MARINO, Santiago et al. Diagnóstico sobre el acceso del sector sin fines de lucro a medios audiovisuales en la Argentina 2014. Licencias, autorizaciones, permisos y fondos concursables. Programa de Investigación “Industrias Culturales y espacio público: comunicación y política en la Argentina” y Maestría en Industrias Culturales, Políticas y Gestión. Universidad Nacional de Quilmes, 2015.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por um outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004, p. 57-86.

MATTOS, Andrea Machado de Almeida. Narrativas, identidades e ação política na pós-modernidade. **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n. 111, p. 587-602, abr.-jun. 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Transcrever, textualizar, transcriar. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowa: história oral de vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1991, p. 27-34.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MÉNDEZ, Laura. “El Leon de la Cordillera”. Primo Capraro y el desempeño empresario en la región del Nahuel Huapi, 1902-1932. **Boletín Americanista**, Barcelona, ano LIX, n. 59, p. 29-46, 2009.

MEREMINSKAYA, Elina. El Convenio 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales. Derecho internacional y experiencias comparadas. **Estudios Públicos**, n. 121. p. 213-276, 2011.

MILLÁNEN, Jose. La sociedad Mapuche prehispánica: *Kimun*, Arqueología e Ethnohistoria. In: MARIMÁN, Pablo et al. **¡Escucha, winka! Cuatro ensayos de Historia Nacional Mapuche y un epílogo sobre el futuro**. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 2006, p. 17-52.

MORAES, Dênis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis de (Org.); RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo editorial, 2013. p. 103-144.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 89-104.

MUYLAERT, Camila Junqueira. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev Esc Enferm USP**, p. 193-199, 2014.

NAVARRO FLORIA, Pedro. El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. **Revista Complutense de Historia de America**, v. 28, p. 139-168, 2002.

PAGDEN, Anthony. La imagen del barbaro. In: **La caída del hombre natural**: el indio americano y los orígenes de la etnología comparativa. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

POLICASTRO, Carolina; MARKS, Ana. Pobladores mapuches en el Nahuel Huapi: de la exclusión a la adscripción. In: IX CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL, 2008, Posadas.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Edições Almedina, jan 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHNAIDERMAN, Boris. Haroldo de Campos, poesia russa moderna, transcrição. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 59, p. 172-180, set.-nov. 2003.

SEAWRIGHT, Leandro. A. *O corpus documental* em história oral: teoria, experiência e transcrição. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 1, p. 54-75, jan.-abr. 2016.

SEGURA, María Soledad. La sociedad civil y la democratización de las comunicaciones en Latinoamérica. **Íconos. Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 49, p.65-80, maio 2014.

SMITH, Anthony D.; NÚÑEZ, Rosamaría. Conmemorando a los muertos, inspirando a los vivos. Mapas, recuerdos y moralejas en la recreación de las identidades nacionales. **Revista Mexicana de Sociología**, Universidad Nacional Autónoma de México, v. 60, n. 1, p. 61-80, jan-mar 1998.

SOSA VELÁSQUEZ, Mario. **¿Como entender el territorio?**. 1ª ed. Guatemala: Editorial Cara Parens de la Universidad Rafael Landívar, 2012.

TOLEDO LLANCAQUEO, Victor. La memoria de las tierras antiguas tocando a las puertas del derecho: Políticas de la memoria mapuche en la transición chilena. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, Universidad de Santiago de Chile, v. 1, n. 11, p. 67-85, 2007.

VILLAMAYOR, Claudia. La Ley de SCA y la visibilización de los Pueblos Originarios. In: BARANCHUK, Mariana; USÉ, Javier (Orgs.). **Ley 26522: hacia un nuevo paradigma en comunicación audiovisual**. Lomas de Zamora: Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Lomas de Zamora, 2011, p. 131-141.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Equívocos da Identidade. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 145-160.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, out 1996.

YANIELLO, Florencia. **Descolonizando la palabra: los medios de comunicación del pueblo Mapuche en Puelmapu**. 1ª ed. La Plata: Ediciones de la Caracola, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GLOSSÁRIO

Avkin – Voz

Gulumapu – Território ao oeste da cordilheira dos Andes, hoje denominado “Chile”

Inalonko – Sucessor do lonko

Kultrun – Instrumento de percussão mapuche que, com sua forma semiesférica, representa metade do universo

Lof – Comunidade

Lonko – Principal autoridade sociopolítica da comunidade mapuche

Machi – Responsável pelos tratamentos medicinais

Mapuzungun – Língua mapuche

Newen – Força

Puelmapu – Território ao leste da cordilheira dos Andes, hoje denominado “Argentina”.

Ruka - Casa

Trawün – Reunião, espaço de discussão política

Wallmapu – Território ancestral mapuche

Wenuy – Aqueles que não são mapuche mas são parceiros ou amigos

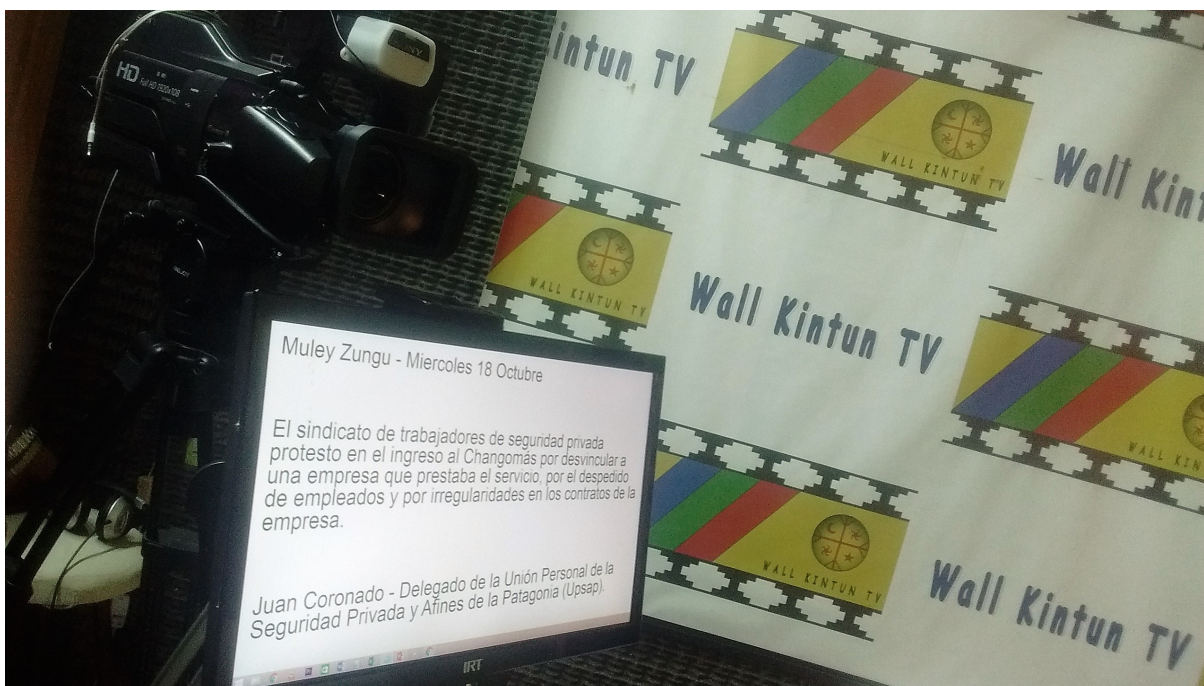
Werken – Porta-voz da comunidade

Werkun – Mensagem transmitida pelo werken

Winka – Branco, ocidental, que não é mapuche, “inimigo”

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS

Estúdio Wall Kintun TV – Gravação Muley Zungu



(Acervo da autora, outubro/2017)

Estúdio Wall Kintun TV – Gravação Muley Zungu



(Acervo da autora, outubro/2017)

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS

Estúdio Wall Kintun TV – Gravação Muley Zungu



(Acervo da autora, outubro/2017)

Sede Wall Kintun TV



(Acervo da autora, outubro/2017)

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS

Sede Wall Kintun TV



(Acervo da autora, outubro/2017)

Sede Wall Kintun TV



(Acervo da autora, outubro/2017)

ANEXOS

ANEXO A – VÍDEOS WALL KINTUN TV

Muley Zungu – 28 de setembro de 2015 - <https://goo.gl/nwENWv>


Muley Zungu – 24 de novembro de 2017 - <https://goo.gl/3tTC7t>

Muley Zungu – 19 de fevereiro de 2018 - <https://goo.gl/xoEm5N>

Nutramkan – La conversación Mapuche – Programa 01 - <https://goo.gl/wv1Fae>

Comunicado "Wall Kintun ocupa la AFSCA por la aplicación de Derechos Indígenas en la Ley de Medios" - <https://goo.gl/gTGEfo>

ANEXO B – ACUERDO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E CLARO

	<p>Universidade Federal da Integração Latino-Americana Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH) Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino- Americanos (PPG IELA)</p>
---	---

ACUERDO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E CLARO

Comprendo que estoy siendo invitado(a) a participar, como voluntario(a), en la investigación “Olhares e narrativas, do meio ao redor – Wall Kintun TV e a trajetória do primeiro canal televisivo de Povos Originários na Argentina” (“Miradas y narrativas, desde el medio al alrededor – Wall Kintun TV y la trayectoria del primer canal televisivo de Pueblos Originarios en Argentina”).

Estoy consciente de que mi participación no es obligatoria, y que en cualquier momento podré desistir de participar y retirar mi consentimiento, sin perjuicio por parte de la investigadora o la institución.

Confirmando que recibí una copia de este acuerdo, en donde consta el teléfono y correo electrónico de la investigadora, quien podrá responder cualquier duda sobre el proyecto y mi participación.

Sobre la investigación:

Título del trabajo: OLHARES E NARRATIVAS DO MEIO AO REDOR – WALL KINTUN TV E A TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO CANAL TELEVISIVO DE POVOS ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA (MIRADAS Y NARRATIVAS, DESDE EL MEDIO AL REDEDOR – WALL KINTUN TV Y LA TRAYECTORIA DEL PRIMER CANAL TELEVISIVO DE PUEBLOS ORIGINARIOS EN ARGENTINA)

Investigadora responsable: Estela Rocha de Ungaro

Orientadora: Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amato

Institución: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Telefono para contacto: + 55 (011) 949993078

E-mail: estellaungaro@gmail.com

Objetivo del estudio: El presente trabajo tiene como objetivo principal trazar un histórico acerca de la trayectoria del Wall Kintun TV, que evidencie las narrativas de los sujetos

ANEXO B – ACUERDO DE CONSENTIMIENTO LIBRE E CLARO

colaboradores en esta investigación, los integrantes del canal y de la comunidad Mapuche Lof Che Buenuleo relacionados en la construcción de la emisora localizada en San Carlos de Bariloche (Argentina).

Procedimiento: Su participación en esta investigación consistirá en la realización de una entrevista, que será grabada en audio y posteriormente transcrita. Al final del trabajo será enviada a usted una copia de la investigación, si fuese de su interés.

Sigilo: Las informaciones proporcionadas por usted son confidenciales y de conocimiento apenas de la investigadora responsable. Usted, como colaborador(a) de la investigación, sólo será identificado(a) en el trabajo en caso de que esa sea su decisión. En caso contrario, será utilizada una identificación ficticia y, así, su identidad será mantenida en sigilo.

Foz do Iguazú/San Carlos de Bariloche, ____ de _____ de 2017

Firma de la investigadora responsable:

Entrevistado(a)

Nombre: _____

Contacto: _____

¿Desea mantener su identidad en sigilo?

Firma del entrevistado